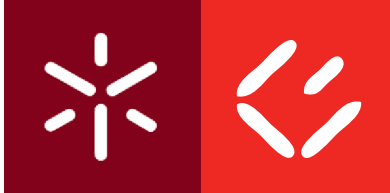


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

António Carlos Cosme de Leão

**O sistema contributivo de fluxo e estoque
para uma nova Previdência Pública
no século XXI**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Antônio Carlos Cosme de Leão

**O sistema contributivo de fluxo e estoque
para uma nova Previdência Pública
no século XXI**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga Taboleiros
Costa**

junho de 2021

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, por meio do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

“A economia social desce dessas esferas serenas da realidade e nas preocupações da vida: ela estuda preferencialmente as relações voluntárias, contratuais, quase contratuais ou jurídicas que os homens estabelecem entre si para garantir uma vida mais fácil, um amanhã mais certo, uma justiça mais benevolente e superior do que aquela que tem como emblema a balança do mercador.” Charles Gide¹

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados, em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Tiago Pereira de Leão e Thais Pereira de Leão, que sempre me motivaram a continuar estudando. As mulheres de minha vida, minha mãe Maria Helena Cosme de Leon, mãe biológica in memoriam, pela dedicação e incentivo ao estudo. À minha mãe adotiva Elfrides dos Santos da Silva, in memoriam, que pela sua dedicação, amor e inspiração para esta investigação. E minha querida avó Osminda Cosme de Leon, in memoriam, que muito me ensinou, neta de escravos, líder de nossa família e de ancestral sabedoria. E um agradecimento especial à minha companheira Jozélia Nogueira por me motivar a dar continuidade à investigação sobre o tema previdência social pública.

Aos meus professores que sempre me estimularam e reconheceram o meu gosto pela leitura e a minha dedicação aos estudos.

O sistema contributivo de fluxo e estoque para uma nova Previdência Pública no século XXI

RESUMO

A previdência social como a conhecemos foi criada no final do século XIX. Tornou-se um dos três pilares do *Welfare State* europeu. Instituída na Alemanha unificada, no último quartil do século XIX, e universalizada no início do século XX pela Grã-Bretanha, transformou-se na década de 1980, com o surgimento do Modelo Assistencial, baseada na nova ordem econômica e política de pensamento ortodoxo ultraliberal, vulgarmente conhecido como *neoliberalismo*.

Na América Latina, a previdência social foi o primeiro pilar da seguridade social a ser criado. Foi institucionalizada no Chile em 1855. Os regimes de financiamento previdenciários experimentados eram majoritariamente baseados no regime de repartição. Sucessivos aumentos da inflação, desemprego e endividamento dos Estados, na década de 1970, passaram a exigir a reforma do sistema em vários países. Vários governos latino-americanos, seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), modificaram seus sistemas.

No Chile, a ditadura militar do General Augusto Pinochet impôs à sociedade o modelo econômico ortodoxo neoliberal. Essa experiência encerra o processo histórico de evolução da previdência social chilena, marcando o final do Estado social naquele país no século XX. Este estudo tem por objetivo analisar os prós e contras dos modelos de financiamento previdenciários adotados no Chile no período de 1964 até 1990 do ponto de vista socioeconômico e previdenciário.

Também é seu objetivo testar a eficiência do novo modelo contributivo proposto e sua influência no estoque de garantia do Fundo Previdenciário proposto, com base nos dados macroeconômicos e previdenciários chilenos do período em estudo. A investigação foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica para enquadramento econômico, filosófico e histórico do assunto. E, por meio da análise estatística dos dados chilenos (previdenciários, demográficos, econômicos e sociais) no período delimitado para a investigação, testar a influência da variável independente (contributiva solidária, complementar e dividendo social) na formação do *ponto de estabilidade* de estoque do Fundo Previdenciário.

Palavras-chave: Previdência social, Pilar contributivo solidário, contribuição complementar dos aposentados, Estado de bem-estar social, dividendo social.

The contributory flow and stock system for a new Public Pension in the 21st century

ABSTRACT

Social security as we know it was created in the late 19th century. It has become one of the three pillars of the European Welfare State. Established in unified Germany in the last quartile of the 19th century and universalized in the early 20th century by Great Britain, it was transformed in the 1980s, with the emergence of the Assistance Model, based on the new economic and political order of neoliberal thought.

In Latin America, social security was the first pillar of social security to be created. It was institutionalized in Chile in 1855, through the Army's pension system. The tried and tested pension financing schemes were mostly based on the pay-as-you-go system. Successive increases in inflation, unemployment, and indebtedness of the States, in the 1970s, began to demand the reform of the system in several countries. Several Latin American governments, following the guidelines of the International Monetary Fund (FMI), have modified their systems.

In Chile, the military dictatorship of General Augusto Pinochet imposed a neo-liberal economic model over society. This experience ends the historical process of the evolution of Chilean social security, marking the end of the social state in that country in the 20th century. This study aims to analyze the pros and cons of the social security financing models adopted in Chile in the period from 1964 to 1990, from a socioeconomic and social security point of view.

It is also its goal to test the efficiency of the proposed new contributory model and its influence on the guaranteed stock of the Proposed Social Security Fund, based on the Chilean macroeconomic and social security data for the period under study. The investigation was carried out based on bibliographic research for framing, economic, philosophical, and historical subject. And, through descriptive statistical analysis, the Chilean data (social security, demographic, work, and income distribution) in the period delimited for the investigation to test the influence of the independent variable (social contribution, complement and social dividend) in the formation of the stock stability point of the Social Security Fund.

Keywords: Social security, Solidary contributory pillar, complementary pensioner contribution Welfare state, social dividend.

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1 Introdução.....	1
1.1 Objetivos.....	6
1.2 Hipóteses de trabalho.....	7
1.3 Estrutura da investigação.....	8
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA – REVISÃO TEÓRICA.....	10
2.1 Conceitos.....	10
2.2 Breves considerações filosóficas, históricas, econômicas e sociológicas sobre a previdência social.....	13
2.2.1 A filosofia na construção ética e política da previdência social.....	13
2.2.1.1 O surgimento do Estado-nação e a institucionalização da previdência social.....	16
a) O Estado social.....	18
b) O Estado com orientação neoliberal – Modelo chileno.....	20
2.2.2 Aspectos históricos da previdência na Europa e na América Latina.....	23
2.2.3 A influência das Guildas e Hansas no desenvolvimento econômico e segurança social da sociedade europeia.....	27
2.2.4 A formação da sociedade e da previdência social chilena – séculos XVI ao século XXI - Resumo.....	30
2.2.5 Síntese histórica da formação política e econômica da sociedade chilena.....	31
2.2.5.1 República oligárquica.....	32
2.2.5.2 República mesocrática.....	37
2.2.5.3 Ditadura burocrático-militar – Orientação econômica neoliberal.....	45
2.2.6. A previdência social no Chile – Breve história: 1855-1990.....	49
2.3 Análise do período das reformas previdenciárias chilenas 1955 a 2008, a partir de artigos científicos de autores selecionados de diversas áreas do conhecimento.....	54
2.3.1 introdução.....	54

23.1.1	Resumo dos artigos selecionados sobre a previdência social chilena de 1855 – 2008.....	55
2.4	A economia e a previdência social.....	61
2.4.1	A economia ortodoxa e a previdência social.....	61
2.4.1.1	A participação dos agentes econômicos na economia previdenciária.....	63
2.4.1.2	A macroeconomia e a microeconomia na previdência social.....	65
2.4.2	A economia social e a previdência social pública.....	66
2.4.2.1	A economia social, o trabalho cooperativo como fonte de estabilização para a economia previdenciária.....	68
2.4.2.2	O setor cooperativo e seus fundos de estabilização como garantia previdenciária...70	
2.4.3	A economia previdenciária.....	72
2.4.3.1	O ciclo de vida do trabalhador na economia previdenciária.....	74
2.4.3.2	A gestão dos sistemas previdenciários.....	75
a)	Administração pública.....	75
b)	Administração privada.....	76
b.1)	A desprivatização dos sistemas previdenciários.....	76
c)	Administração mista.....	77
2.4.3.3	O financiamento previdenciário.....	77
a)	Financiamento corrente e estoque.....	78
b)	Os tributos no financiamento corrente da previdência social.....	79
c)	A poupança e o investimento – a formação do estoque nos sistemas previdenciários.....	80
d)	A formação dos fundos previdenciários.....	77
2.4.3.4	Os regimes de financiamento previdenciário.....	84
a)	Regime de repartição – financiamento corrente.....	84
b)	Regime de capitalização – financiamento por estoque.....	85
c)	Regime misto – corrente e estoque – estado como subsidiário.....	86
d)	Os regimes de financiamento multipilar – a repartição garantindo os ganhos de mercado.....	87
2.4.3.5	A relevância do emprego formal para a economia previdenciária.....	88
2.4.3.6	Educação e capital humano – a qualificação da mão de obra como subsidiária ao financiamento previdenciário público.....	89
2.4.3.7	A importância da dinâmica populacional no planejamento previdenciário.....	92

2.4.3.8 A economia previdenciária e o desenvolvimento socioeconômico.....	93
a) A distribuição de renda na economia previdenciária.....	94
2.5 Os desafios para os sistemas previdenciário no século XXI.....	97
2.5.1 Políticos.....	99
2.5.1.1 O interesse público.....	100
2.5.1.2 O interesse corporativo.....	101
2.5.2 Sócio econômicos.....	103
2.5.2.1 Mercado de trabalho.....	104
a) Pleno emprego.....	106
b) Precarização do trabalho.....	107
c) Desemprego.....	108
2.5.2.2 Econômicos.....	110
a) A massa salarial.....	111
b) Inflação e recessão.....	111
a) O endividamento intergeracional.....	112
b) Dívida pública.....	112
c) Dívida previdenciária implícita.....	113
2.5.2.4 Atuariais.....	113
a) Método de compensação atuarial – Modelo FMI.....	114
b) Taxa de reposição salarial.....	115
2.5.3. Demográficos.....	116
2.5.3.1 Explosão demográfica.....	117
2.5.3.2 A transição demográfica.....	118
a) A estrutura etária e a classificação demográfica pelo critério por idade: Teoria de Sundbärg	120
b) Transição demográfica: os modelos de Thompson e Notestein.....	120
b.1) A organização por grupos e a evolução da transição demográfica: modelo de Thompson	121
b.1.1) Países com pirâmide etária recessiva – Grupo A.....	122
b.1.2) Países com pirâmide etária recessiva – Grupo B.....	122
b.1.3) Países com pirâmide etária recessiva – Grupo C.....	123
b.2) A organização por estágios da transição demográfica: modelo de Notestein.....	124

b.3) A transição demográfica na América Latina.....	126
2.5.3.3 O envelhecimento da população.....	127
2.5.3.4 As migrações.....	128
2.6. Reflexão sobre o tema do capítulo.....	130
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	135
3.1 Introdução.....	135
3.2 Modelagem matemática para o cálculo dos indicadores econômicos e previdenciários utilizados no financiamento previdenciário do SUPP.....	136
3.2.1 Modelagem para cálculo das variáveis do financiamento corrente e estoque do SUPP	136
3.2.1.1 Cálculo para a formação da massa salarial e da massa salarial em relação ao PIB	137
a) Cálculo da formação da massa salarial.....	137
b) Cálculo da formação da massa salarial em relação ao PIB.....	137
3.2.2 Modelagem para o cálculo do fluxo (custeio) e estoque(poupança) do SUPP.....	138
a) Cálculo da contribuição previdenciária dos trabalhadores	138
b) Cálculo da contribuição previdenciária dos empresários por trabalhador registrado por empresa.....	139
c) Cálculo da contribuição complementar dos aposentados	139
d) Cálculo para determinar a fração individual do benefício distributivo do Dividendo Social anual.....	140
e) Cálculo da receita com o Dividendo Social anual.....	140
3.2.3 Modelagem para o cálculo das variáveis empregadas para o cálculo do financiamento corrente do SUPP.....	140
a) Cálculo da receita média dos tributos previdenciários recolhidos pelos empresários.....	141
b) Cálculo da receita das contribuições previdenciárias dos trabalhadores	142
c) Cálculo da receita total das contribuições previdenciárias recolhidas pelos empregadores por trabalhador registrado.....	142
d) Cálculo para determinar a receita da contribuição complementar dos aposentados	142
3.2.4 Modelagem para o cálculo das Variáveis financeiras de aforro para o Fundo Previdenciário público – fluxo e estoque.....	143

a) Cálculo da formação do Fundo Previdenciário Público e arrecadação do capital de fluxo e estoque do SUPP.....	143
b) Cálculo para o repasse do FPP para o FGP	144
c) Cálculo para formação financeira da poupança para o Fundo de Garantia Previdenciário.....	144
d) Contas que formam o FGP.....	145
e) Cálculo para determinar a arrecadação financeira para a Conta de Depósito de Garantia Previdenciário (CDGP) do Fundo de Garantia Previdenciário	145
f) Cálculo para determinar a arrecadação financeira para a Conta de Depósito para transferência para o FASPT (CTDS) do Fundo de Garantia Previdenciário.....	145
g) Cálculo para o estabelecimento do <i>ponto de estabilidade</i> do FGP.....	146
h) Cálculo para o repasse do saldo do FGP para o FASPT	146
3.2.5 Modelagem para o cálculo dos benefícios previdenciários do SUPP	146
a) Cálculo dos benefícios de retribuição previdenciária.....	147
b) Cálculo do auxílio social previdenciário.....	147
3.3 Aplicação das variáveis de formação do capital para fluxo e estoque monetário do novo modelo previdenciário.....	148
3.3.1 Cálculo da variável de formação do capital de fluxo e realimentação tributária para o FPP via FASPT.....	148
3.3.2 Cálculo da variável de formação monetária do estoque previdenciário do FGP baseado na CPC entre os anos de 1952 até 2007.....	149
CAPÍTULO IV – O SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA – ANÁLISE DOS DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E PREVIDENCIÁRIOS CHILENOS – 1964 A 1990 – APLICAÇÃO DO MODELO DE FORMAÇÃO DO FLUXO DE CAPITAL PARA O FASPT E ESTOQUE MONETÁRIO DO FGP - RELATIVO AO PIB DO CHILE DE 1952 A 2007.....	150
4.1. O Sistema Único de Previdência Pública.....	150
4.1.1 Introdução.....	151
4.1.1.1 Objetivos.....	152
4.1.1.2 Características.....	153
4.1.2 Ciclo de vida no SUPP.....	156
4.1.2.1 Período de Formação.....	160
4.1.2.2 Período de Laboral.....	161

4.1.2.3 Período Inativo.....	161
4.1.3 Dos dividendos demográficos no SUPP.....	161
4.1.4 O plano previdenciário do SUPP.....	162
4.1.4.1 Tempo de contribuição para habilitação à aposentadoria.....	163
4.1.4.2 O plano de benefícios no SUPP.....	163
a) Benefícios previdenciários.....	165
a.1) Benefícios contributivos.....	165
a.2) Benefícios não contributivos.....	166
b) O sistema contributivo.....	167
b.1) Contribuição quadripartite.....	168
c) Fontes de custeio e aforro do SUPP.....	169
c.1) Plano contributivo – Divisão dos períodos de contribuição.....	169
c.1.1) Período universal de contribuição.....	169
c.1.2) Período solidário de contribuição.....	170
c.1.3) Período complementar de contribuição.....	171
c.1.4) Os impostos com destinação previdenciária.....	171
c.2) O regime de financiamento previdenciário no SUPP.....	172
c.2.1) Receita corrente.....	172
c.2.2) A formação da poupança previdenciária.....	172
4.1.5 O Fundo de Previdência Pública	173
4.1.5.1 O Fundo de Garantia Previdenciário	174
a) Conta de depósito de garantia previdenciário	174
b) Conta de depósito par transferência para o FASPT.....	174
4.1.5.2 O Fundo de Assistência Social e Promoção do Trabalho (FASPT).....	175
4.2 Análise dos dados demográficos, socioeconômicos e previdenciários chilenos – 1964 a 1990	
.....	177
4.2.1 Indicadores demográficos e contingentes populacionais estudados.....	178
4.2.1.1 Indicadores demográficos - Conceitos.....	178
a) Estudo dos dados demográficos relativos ao período de 1940 a 1990.....	180
b) Estudo comparativo da dinâmica demográfica baseado no CVC e no CV-SUPP (1964 - 1970).....	180
c) Estudo dos contingentes populacionais de acordo com o CV-SUPP.....	181

c.1) Período Formação.....	181
c.1.1) Contingente de reposição geracional da força de trabalho.....	181
c.2) Período Laboral.....	182
c.2.1) A relação entre a PIA e a PEA, e a Força de trabalho reserva.....	182
c.2.2) Contingente formador de poupança.....	182
c.2.3) Contingente apto a aposentadoria.....	183
c.3) Período de Inatividade.....	184
c.3.1) Determinação da razão de dependência entre os contingentes ativos e inativos de acordo com o CV-SUPP.....	184
d) Estudo da estrutura etária – Pirâmides etárias.....	184
4.2.2 Análise da dinâmica populacional em relação a previdência social nos Governos estudados de 1964 – 1990.....	185
4.2.2.1 Estudo da dinâmica populacional em relação à previdência social no Governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970).....	185
a) Estudo dos indicadores demográficos de acordo com os períodos do ciclo de vida da SUPP no Governo Frei (1964-1970).....	186
a.1) Período de Formação.....	186
a.1.1) Contingente de reposição geracional da Força de Trabalho.....	187
a.2) Período Laboral.....	188
a.2.1) A relação entre a PIA e a PEA e a força de trabalho reserva.....	188
a.2.2) Coorte de formação da poupança do período laboral.....	188
a.2.3) Contingente de trabalhadores próximo do período de inatividade.....	189
a.3) Período de Inatividade.....	189
b) Estudo das pirâmides etárias chilenas baseado no ciclo de vida clássico e proposto no SUPP (1964 -1970).....	190
b.1) Estruturas etárias clássicas mensuradas durante o Governo Frei.....	190
b.2) Estudo comparativo da razão de dependência entre os contingentes no CVC e no CV-SUPP (1964-1970).....	193
4.2.2.2 Estudo da dinâmica populacional em relação à previdência social no Governo de Salvador Allende (1971-1973).....	194
a) Estudo dos indicadores demográficos de acordo com os períodos do ciclo de vida da SUPP no Governo Allende (1971-1973).....	195

a.1) Período de Formação.....	195
a.1.1) Contingente de reposição geracional da força de trabalho.....	196
a.2) Período Laboral.....	197
a.2.1) A relação entre a PIA e a PEA e a força de trabalho reserva.....	197
a.2.2) Coorte de formação da poupança do período laboral.....	198
a.2.3) Contingente de trabalhadores próximo do período de inatividade.....	199
a.3) Período de inatividade.....	199
b) Estudo das pirâmides etárias chilenas baseado no ciclo de vida clássico e proposto no CV-SUPP (1971-1973).....	199
b.1) Estudo comparativo da razão de dependência entre os contingentes no CVC e no CV-SUPP (1971-1973).....	201
4.2.2.3 Estudo da dinâmica populacional em relação à previdência social no governo ditatorial do general augusto Pinochet (1973-1990).....	202
a) Estudo dos indicadores demográficos de acordo com os períodos do ciclo de vida da SUPP no governo Pinochet – 1973 -1990.....	203
a.1) Período de Formação.....	203
a.1.1) Contingente de reposição geracional para a força de trabalho	204
a.2) Período Laboral.....	204
a.2.1) A relação entre a PIA e a PEA e a força de trabalho reserva.....	205
a.2.2) Coorte de formação da poupança do Período Laboral.....	205
a.2.3) Contingente de trabalhadores próximo do período de inatividade.....	206
a.3) Período de Inatividade.....	207
b) Estudo das pirâmides etárias chilenas baseado no ciclo de vida clássico e proposto no CV-SUPP (1974 - 1990).....	207
b.1) Estudo comparativo da razão de dependência entre os contingentes no CVC e no CV-SUPP (1974 - 1990).....	209
4.2.2.4 Reflexão sobre o tema da subseção.....	210
4.2.3 Dados econômicos e sociais do período 1964-1990.....	211
4.2.3.1 Análise dos indicadores e variáveis econômicas e sociais de aplicação nos estudos previdenciários durante o período de 1964 até 1990.....	212
a) Produto interno bruto.....	212
a.1) Crescimento do produto interno bruto chileno de 1964 a 1990.....	212

b) Participação dos setores econômicos no financiamento da previdência social chilena (1964-1990).....	214
b.1) O setor secundário e a desindustrialização precoce chilena: seus efeitos sobre a previdência.....	215
c) Dívida pública e balanço de comércio.....	217
d) Mercado de trabalho.....	219
d.1) Força de trabalho.....	220
d.2) Distribuição dos postos de trabalho por setores da economia: percentual da força de trabalho setorial em relação à força de trabalho total.....	221
d.3) A situação da força de trabalho do Chile (1964-1990).....	222
e) A massa salarial chilena de 1964 a 1990.....	224
e.1) Taxa de participação da massa salarial no PIB.....	226
e.2) A relação entre o PIB, o salário médio da massa salarial, a renda per capita e o financiamento da previdência pública.....	228
e.3) A massa salarial chilena com o emprego da força de trabalho de reserva de 1964 a 1990 de acordo com a aplicação do modelo.....	228
f) Distribuição de renda.....	230
f.1) A distribuição de renda medida pelo índice de Gini no período de 1964 a 1990.....	230
f.2) Coeficiente de Gini da região metropolitana de Santiago do Chile (1964-1990).....	232
4.2.4 Dados sobre a arrecadação e despesa previdenciária no período 1964-1990.....	233
4.2.4.1 Análise dos indicadores e variáveis previdenciárias durante o período de 1964 até 1990.....	234
a) Arrecadação previdenciária no período de 1964-1990.....	235
b) Despesa previdenciária em relação ao PIB(1964-1990).....	236
4.2.5 Reflexão sobre o tema da subseção.....	237
4.3 Aplicação do modelo de formação do fluxo de capital para o FASPT e estoque monetário do FGP, de acordo com o PIB do Chile de 1952 a 2007.....	238
4.3.1. Dados sobre o PIB corrente do Chile de 1952 até 2007.....	239
4.3.2. Aplicação do modelo em relação a formação do capital para o fluxo via FASPT e realimentação tributária para o FPP – 1952 a 2007.....	239
4.3.3. Cálculo dos repasses das receitas da CTDF para o FASPT – 1952-2007.....	241

4.3.4 Aplicação da variável do modelo, para a formação do estoque monetário na CDGP do FGP, no período de 1952 até 2007.....	242
4.4 Reflexão sobre o tema da seção.....	243
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO.....	245
5.1 Considerações finais.....	245
5.2 Dificuldades encontradas durante a investigação.....	250
5.3 Perspectivas para estudos futuros.....	251
REFERÊNCIAS.....	252
Artigos.....	252
Documentos institucionais.....	254
Livros.....	255
Livros eletrônicos.....	262
Revistas eletrônicas.....	264
Teses acadêmicas.....	265
APÊNDICE A- Indicadores demográficos 1940 – 1990.....	268
QUADROS.....	270

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

- Tabela 1 – Descrição da composição dos benefícios no sistema previdenciário multipilar
- Tabela 2 – Educação, fecundidade, mortalidade e arranque econômico
- Tabela 3 - Taxa de analfabetismo por coortes e por gênero de acordo com os censos chilenos de 1907, 1952 até 2002
- Tabela 4 – Estrutura etária pela classificação de Sundbärg
- Tabela 5 – A transição demográfica em alguns países da América Latina e a TCN: 1950-2000
- Tabela 6 – Os períodos do ciclo de vida, nos ciclo de vida clássico e no SUPP
- Tabela 7 – Indicadores demográficos do governo Frei
- Tabela 8 – População das coortes que compõem o período de formação (SUPP) no Governo Frei
- Tabela 9 – Relação entre força de reposição geracional da FT e contingente apto para a aposentadoria – Governo Frei
- Tabela 10 – População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no Governo Frei
- Tabela 11 – Participação da PIA e da PEA na Ft em relação à população
- Tabela 12 – Contingente do PL que forma a poupança interna
- Tabela 13 – Contingente do PI que forma a população do período inativos
- Tabela 14 – Quadro comparativo da razão de dependência nos CV, clássicos e da SUPP - Governo Frei
- Tabela 15 – Indicadores demográficos de 1971 a 1973
- Tabela 16 – População das coortes que compõem o período de formação Governo Allende
- Tabela 17 – Relação entre força de reposição geracional da FT e contingente apto para a aposentadoria – Governo Allende
- Tabela 18 – População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no governo Allende
- Tabela 19 – A PIA e a PEA em relação à população no Gov. Allende
- Tabela 20 – Contingente do PL que forma a poupança interna
- Tabela 21 – Contingente de da população no período inativos - Governo Allende
- Tabela 22 – Quadro comparativo da razão de dependência nos CV, clássicos e da SUPP Governo Allende
- Tabela 23 – Indicadores demográficos do Governo Pinochet
- Tabela 24 – População das coortes que compõem o período de formação no Governo Pinochet
- Tabela 25 – Relação entre força de reposição geracional da FT e contingente apto para a aposentadoria – Governo Pinochet
- Tabela 26 – População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no Governo Pinochet
- Tabela 27 – A PIA e a PEA em relação à população no Governo Pinochet
- Tabela 28 – Contingente do PL que forma a poupança interna Governo Pinochet
- Tabela 29 – Contingente do PL próximo da aposentadoria
- Tabela 30 – Contingente do PI que forma a população aposentada
- Tabela 31 – Quadro comparativo da razão de dependência nos CV, clássicos e da SUPP Governo Pinochet

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

- Tabela 32 – Crescimento do PIB chileno de 1964 a 1990
- Tabela 33 – Participação dos setores da economia em relação ao PIB de 1964 a 1990 (a)
- Tabela 34 – Dívida pública e balança comercial chilena (1964-1970)
- Tabela 35 – Distribuição da FT pelos setores produtivos da economia chilena (1964-1990)
- Tabela 36 – Situação da FT em relação ao mercado de trabalho e capacidade endógena de expansão do emprego (1964-1990)
- Tabela 37 – Dados sobre a população, força de trabalho e média de salários da massa salarial (1964-1990)
- Tabela 38 – A massa salarial chilena em relação ao PIB deduzida (1964-1990)
- Tabela 39 – Estimativa do PIB com pleno emprego da FT e valor da massa salarial estimada (1964 -1990)
- Tabela 40 – Índice Gini do Chile (1958-1995)
- Tabela 41 – Coeficiente Gini sobre a renda familiar e renda *per capita* da Grande Santiago do Chile
- Tabela 42 – Dados da arrecadação tributária e gasto público chileno em relação ao PIB (1964-1990)
- Tabela 43 – Dados da despesa pública e previdenciária em relação ao PIB (1964-1990)
- Tabela 44 – PIB corrente do Chile de 1952 a 2007
- Tabela 45 - Estimativa do depósito do Dividendo Social, Ponto de estabilidade do FGP e transferência para o FASPT de acordo com a aplicação do modelo em relação ao PIB
- Tabela 46 – Montante estimado pela aplicação do modelo de transferências CTDS do FGP para o FASPT
- Tabela 47 – Mensuração física e monetária do estoque de ouro da CDGP-FGP e o valor financeiro percentual em relação ao PIB e o orçamento da previdência social arbitrado para fins de aplicação do modelo
- Tabela 48 – Indicadores demográficos de 1940 até 1990
- Tabela 49 – Dados demográficos: População por períodos do CV-SUPP – 1940 - 1990

FIGURAS

Figura 1 – Organograma circular da participação da economia solidária dentro do sistema econômico

Figura 2 – Mapa conceitual das inter-relações estruturais de longo prazo nos modelos previdenciários socioeconômicos (SEA)

Figura 3 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo A de acordo com a classificação de Thompson (1935)

Figura 4 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo B de acordo com a classificação de Thompson (1935)

Figura 5 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo C de acordo com a classificação de Thompson (1935)

Figura 6 – Estágios da transição demográfica

Figura 7 – Gráfico demonstrativo do fluxo migratório por gênero e qualificação profissional entre países da OCDE e fora da OCDE

Figura 8 – Modelo de ciclo de vida clássico

Figura 9 – Ciclo de vida conforme o a distribuição dos períodos de vida do SUPP

Figura 10– Gráfico da estrutura etária do Chile em 1964

Figura 11 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1964 (cf. SUPP)

Figura 12 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1970

Figura 13 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1970 (cf. SUPP)

Figura 14 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1971

Figura 15 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1971 (cf. SUPP)

Figura 16 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1973

Figura 17 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1973 (cf. SUPP)

Figura 18 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1974

Figura 19 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1974 (cf. SUPP)

Figura 20– Gráfico da estrutura etária do Chile em 1990

Figura 21 – Gráfico da estrutura etária do Chile em 1990 (cf. SUPP)

Figura 22 –Evolução do segundo setor em relação ao PIB

QUADROS

Quadro 1 – Alíquotas de contribuição previdenciária por grupos ocupacionais no Chile em 1968

Quadro 2 – Reforma do Sistema de Previdência Social no Chile (1981)

LISTA DE SIGLAS

AFP: Administradora de Fondos de Pensiones
ANFIP: Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
BCC: Banco Central do Chile
BD: Benefício definido
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
BPC: Benefício de Prestação Continuada
CANAEMPU: Caja de Empleados Públicos y Periodistas
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas
CESS: Comisión de Estudios de la Seguridad Social del Chile
CIA: Agência Central de Inteligência (EUA)
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943)
CPI: Repartição plena individual
CORFO: Corporación de Fomento de la Producción
CVC: Ciclo de vida clássico
DC: Democracia Cristã
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU: Desvinculação das Receitas da União
DS: Dividendos sociais
ESS: Economia social e solidária
EMPART: Caja de Empleados Particulares
EUA: Estados Unidos da América
FASPT: Fundo de Assistência Social e Promoção do Trabalho
FGP: Fundo de Garantia Previdenciário
FMI: Fundo Monetário Internacional
FPP: Fundo Previdenciário Público
FRAP: Frente de Ação Popular
GBM: Grupo Banco Mundial
IFF: Capitalizado individualmente
ÍG: Índice de Gini
IPASE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério da Economia
ISI: Import Substitution Industrialization
ISSA: Associação Internacional de Seguridade Social
LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social Brasileira (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993)
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LISTA DE SIGLAS

- OIT:** Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PBD: Plano de Benefício Definido
PCB: Plano de Contribuições definidas
PEA: População economicamente ativa
PEM: Plano de Emprego Mínimo
PF: Período de formação
PI: Período de inatividade
PIA: População em idade ativa
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Período laboral
POP: População total
PSI: Proteção Social Informal
RR: Regime de repartição
SOFOFA: Sociedad de Fomento Fabril
SUSESO: Superintendencia de Seguridad Social
SUPP: Sistema Único de Previdência Pública
TBM: Taxa bruta de mortalidade
TBN: Taxa bruta de nascimentos
TBR: Taxa bruta de reprodução
TCN: Taxa de crescimento natural
TD: Transição demográfica
TeEVN: Tempo de expectativa de vida ao nascer
TMN: Taxa de masculinidade ao nascer
TF: Taxa de fertilidade
TBF: Taxa bruta de fertilidade
TCP: Taxa de crescimento populacional
UC: Universidade do Chile
UF: Unidades de fomento (unidade de cálculo utilizada no Chile)
UP: Unidade Popular

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

“Pensar o Brasil foi o desafio que sempre guiou minha reflexão” Celso Furtado (1999)

1 INTRODUÇÃO

A solidariedade entre os homens, a entreatajuda e a proteção coletiva são frutos da histórica proteção social, cujo legado vem do “*período imortalizado na história humana como equitable pioneers*” (Sérgio,1960). Entre os iroqueses, a prática da proteção se dava pelas relações políticas dentro das *Gens*, que formavam as *fratrias*, célula *mater* das confederações de tribos. A proteção social para idosos, como política assistencial mutualista¹, surge pela primeira vez organizada nas Guildas e Hansas, corporações de artífices e mercadores da Idade Média europeia. Essas corporações surgiram no século V d.C., com a queda do Império Romano, e acompanharam o processo de urbanização dos vários reinos e principados espalhados pelo território europeu. As organizações de artífices, comerciantes e mercadores uniram regiões isoladas e de diferentes culturas, por meio do comércio e da técnica dos artífices. Deram início ao sistema bancário, com guarda de créditos em espécie e emissão de notas de crédito, inaugurando o sistema monetário. Criaram uma rede de confiança e negócios acumulando excedentes, o que gerou a burguesia urbana europeia.

O século XVI consolida o domínio e a disseminação da cultura europeia pelo novo mundo, descortinado pelas grandes navegações. Erigida na fé da cultura judaico-cristã, a episteme europeia surge assente no mito divino ensinado pela metáfora e popularizado pela analogia. A cultura cristã circunscreveu a lógica e a dialética, fundamentais para a análise e a refutação, aos círculos virtuosos do poder exercido por homens de fé (clero e nobres), baseadas no *Organum* aristotélico disseminado pela escola tomista e nas refutações estoicas herdadas do império romano. Os longos séculos de colonização europeia na América Latina foram substituído pela “lógica” do *pecado*, pela exaltação à salvação da alma e manutenção da dignidade humana, no novo mundo, restrita ao branco e ao indígena e negado ao negro escravizado e ao mestiço largado à própria sorte. Um breve e simples estudo etnográfico da formação do Chile vai mostrar o quanto essa construção social se refletiu na organização da

¹ Mutualismo: doutrina relacionada ao funcionamento das instituições de segurança e proteção social. Sistema de associações profissionais ou setoriais, baseado no princípio de ajuda recíproca entre seus membros, por meio de contribuição coletiva para benefício de todos. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/>. Acesso em 28/01/2020.

sociedade e na previdência social pública daquele país. Nos séculos XVI e XVII, particularmente na Grã-Bretanha, durante o período da Revolução Industrial, os cuidados previdenciários não foram a preocupação de empresários e governos, ficando a cargo de organizações religiosas ou das famílias. Todavia, as Guildas e Hansas desenvolveram, ao longo de sua existência de mais de mil anos, um sistema protetivo, mutualista e solidário, que foi o precursor do sistema de seguridade e previdência na Europa e influenciariam até mesmo a doutrina social da Igreja desde o *Rerum Novarum*. Porém, o surgimento do capitalismo industrial separou a economia política da sociedade. Reagrupada com o amálgama herdado da cooperação das mutualidades, das Guildas e Hansas e com a crescente riqueza promovida pelo capitalismo industrial europeu e seus contrapontos, a democracia representativa e o socialismo de massas, formaram o Estado-Nação, que, na Europa, criaria o revolucionário Estado Social.

O Estado Social inicia com o surgimento do sistema previdenciário, institucionalizado na Alemanha unificada de Bismarck, na América Latina pelo Chile, em 1855² e, no século XX, universalizado pelo Plano Beveridge, que criou o Estado de Bem-Estar Social da Grã-Bretanha. No pós-guerra (Piketty, 2014), o aumento da arrecadação tributária e o crescimento do mercado de trabalho permitiram que Estados endividados pela conflagração contornassem seus problemas fiscais com a tributação da renda e do patrimônio dos mais ricos. Um dos principais institutos pertencentes à esfera da seguridade social é a *Previdência Social*, assim denominada no Brasil. Na Europa é o *Sistema de Reformas e Pensões* e nos países de língua inglesa é o *Social Security*. No tocante à preservação da *dignidade humana*, uma das finalidades da previdência social, encontra na moral kantiana e na obra de Paul Ricoeur a sua fundamentação. Isso posto, o homem e sua dignidade são os fundamentos do Estado Social contemporâneo, cuja finalidade é salvaguardar seu bem-estar e sua sobrevivência.

O período de ouro da economia ocidental no pós-guerra (1950-1980) produziu e distribuiu riqueza entre as nações, e, entre os anos 1960 e 1970, aumentou a *taxa de reposição dos salários*³ em muitos países, dando à velhice maior proteção e reduzindo a pobreza. Como resultado das políticas orientadas pelo sistema financeiro de fomento internacional, a partir do

² A história registra ocorrências episódicas de concessão de benefícios isolados em condições especiais, por entes públicos e por organizações religiosas, algumas relatadas ao longo desse estudo.

³ Alguns autores utilizam o termo *taxa de reposição de aposentadorias*, mas neste trabalho será empregado o termo *taxa de reposição de salários*, pois se entende que esse valor pecuniário corresponderá à diferença entre o último salário recebido no período laboral e a primeira Retribuição Previdenciária recebida nos regimes de contribuição, independentemente de sistema previdenciário.

Tratado de *Bretton Woods*⁴, coordenadas pelas suas organizações financeiras, foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Grupo Banco Mundial (GBM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) determinaram o modelo econômico dominante a partir da década de 1950 e transformaram a América Latina em seu laboratório na década de 1970.

Sob a presidência de Robert McNamara (1967-1981), o Banco Mundial teve por objetivo a implementação de doutrinas de *luta contra a pobreza* no plano internacional e de *ajuste estrutural macroeconômico* nos países da periferia. Criando mercado para as empresas dos países do centro, lucros para o setor financeiro e endividamento dos países periféricos que financiaram um capitalismo tecnologicamente dependente. O resultado de seus programas foram a expansão do agronegócio com o uso intensivo de tecnologia, revolução verde, aplicação intensiva de defensivos agrícolas químicos, utilização de sementes geneticamente modificadas protegidas por *royalties*. O uso de novas tecnologias de plantio e colheita aumentaram a produtividade, e o controle do estoque e comercialização em grande escala passou a ser feito por empresas norte-americanas e europeias, particularmente nos países de alta produtividade agrícola, como Brasil, Argentina, Uruguai, México e Paraguai.

A consequência social e econômica, para os países latino-americanos, foi o fim das pequenas propriedades rurais cooperativas⁵, herança das imigrações europeias na região, o êxodo rural do campesinato pobre, a favelização em cidades caóticas e o endividamento dos países da região para fornecer limitados serviços públicos para a classe trabalhadora, empobrecida pelos baixos salários e sem meios de subsistência digna nas grandes cidades. A América Latina na década de 70, um continente com uma secular dívida social, sofreu com as reformas estruturais orientadas pelo Banco Mundial e FMI.

O Chile, na América Latina, país escolhido para o teste operacional do modelo econômico proposto pelos economistas Milton Friedman e Arnold Harberger, da Universidade de Chicago, implementa a mudança na previdência social, para o regime de capitalização individual e privado, em substituição ao regime de repartição público e solidário. Por outro lado, em paralelo a essas políticas, impulsionou-se a desproteção das leis trabalhistas, que promoveu a precarização do mercado de trabalho (terceirização, trabalho *on-line* e *just in time*) e o uso

⁴ Para melhores conhecimentos a respeito de Bretton Woods, a genealogia e a evolução de suas instituições, ver Mendes Pereira (2010).

⁵ Dobb (1977) descreve o problema do campesinato narrado na obra de um intelectual francês: “no período feudal para o barão e o cavaleiro, o camponês, servo ou empregado livre, era apenas uma fonte de receita, devendo ser perseguido e explorado no seu país por impostos e corveias e pilhado, assassinado e esmagado no estrangeiro”.

intensivo de tecnologia (inteligência artificial e quarta revolução industrial). Com o subterfúgio de diminuir o gasto público, reduzir o Estado Social e transferir para o setor privado os serviços públicos, foram impostas mudanças estruturais à região o que fez aumentar a pobreza e a miséria. A poupança previdenciária objeto de cobiça de bancos e fundos de investimentos internacionais, se somam ao secular controle internacional sobre recursos naturais renováveis e não renováveis dos países da região.

Para Furtado (1999), o Fundo Monetário Internacional faz parte do feudo financeiro do Tesouro dos EUA. As políticas orientadas para o terceiro mundo após as crises das dívidas das décadas de 1980 e 1990, levaram muitos políticos desses países a optar por enterrar a doutrina da ISI (*Import Substitution Industrialization*), particularmente na América Latina, onde estava consolidada desde a década de 1930.

A década de 80 do século XX foi marcada por um ataque midiático massivo às instituições públicas, engajadas institucionalmente na proteção social dos trabalhadores, que lutavam pelo fim da desigualdade socioeconômica na América Latina. A propaganda contra o Estado pregava a ineficiência dos modelos de financiamento de pensões solidárias e estatais. Essas propagandas usam como argumentos os *riscos*⁶ que, pretensamente, inviabilizam seu financiamento da previdência social. Como resultado das reorientações políticas e ideológicas iniciadas no governo de Ronald Reagan. O Banco Mundial e o FMI deixam as políticas e projetos de combate à pobreza de Robert McNamara e dedicam-se ao uso ideológico na avaliação de projetos, privilegiando as empresas transnacionais e grupos financeiros e econômicos dos países do Atlântico Norte e Europa ocidental.

A partir da década de 90 do século XX, começa a predominância da doutrina socioeconômica neoliberal⁷, particularmente no Ocidente. Na Europa, o movimento começa com Margaret Thatcher e se consolida em 1997, com a União Econômica e Monetária e a adoção do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A partir de 2000 passou-se a reformar as pensões europeias com o subterfúgio de controlar o *deficit* e as dívidas públicas (Murteira, 2011).

A privatização de serviços públicos criados pela *revolução social e fiscal* na América Latina, e a Doutrina Cepalina de *Incentivo à Substituição de Importações*, tornaram-se alvo das

⁶ Riscos são eventos inopinados, que poderão ou não ocorrer, e que impactam de forma diferente sobre o regime de repartição ou o de capitalização. Para Thompson (2000), os regimes previdenciários são sensíveis aos riscos *demográficos e mudanças econômicas*.

⁷ O conceito de neoliberalismo é difuso. Alguns autores o definem como neoclássico, pós-keynesiano, modelo econômico dominante, referindo-se ao período pós-1980, porém neste estudo será utilizado “neoliberalismo”.

políticas do GBM e FMI. Em paralelo ao processo de privatização do Estado-providência no hemisfério sul e Europa do leste, nos países nórdicos, em especial na Finlândia, a modernização da economia por meio da valorização do trabalho reforçou e modernizou o Estado-providência finlandês.

Massa de Campos (2021) revela o interesse global na alienação dos recursos naturais latino-americanos e em especial os recursos energéticos, e o subterfúgio utilizado pelas Instituições Financeiras Internacionais ligadas ao Tesouro e Departamento de Estado norte-americano para apropriação da riqueza mineral da região, foi a hipertrofia do Estado o excesso de gasto público e a estatização de empresas estratégicas. Para candidatar-se aos recursos do Grupo Banco Mundial (GBM) e do FMI, esses países abandonaram a proteção e o incentivo à indústria local e promoveram a abertura do mercado, a desregulamentação, a fragilização da democracia pela prática da reeleição com campanhas políticas caras financiadas por empresários e lobistas e a privatização da proteção social e do trabalho.

A América Latina capitulou a mais um golpe que aprofundou a injustiça social e a falta de proteção pública. A nova divisão do trabalho, proposta pelas organizações internacionais de controle do capital, modernizou as condições de trabalho na região, mas não fez a isonomia dos salários entre trabalhadores dos países centrais e da periferia. As conquistas do setor laboral dos trinta anos gloriosos foram substituídas por novas formas de contratação, onde os direitos humanos não aceitam a escravidão, mas aceitam a precarização do trabalho. Sem a força dos sindicatos e proteção da legislação trabalhista, o trabalhador e a previdência social são reduzidos à precariedade generalizada, é a *escravidão laboral dita de outra forma*, parafraseando o filósofo, historiador e militar prussiano Karl von Clausewitz.

Com o novo modelo, ampliou-se a discussão relativa à sustentabilidade financeira dos sistemas previdenciários estatais, afastando o Estado da sociedade e realizando frequentes reformas de ajuste, para manter a taxa de lucro do setor capitalista em detrimento do trabalho e da proteção social. Mudam os métodos, apoiados no suporte intelectual do *lowfare* e do *low shopping*, mas a extorsão moderna se faz via concessões públicas ou parcerias público-privadas. Furtado (1999) sugere a criação de uma Autoridade Financeira Internacional não vinculada aos esquemas de poder das economias centrais, com liberdade para intervir em situações caóticas sem preservar o interesse de grupos econômicos e políticos que controlam os Estados centrais.

Os problemas contemporâneos da previdência social se intensificam em suas contradições e produzem consequências catastróficas pelos *riscos naturais do sistema*⁸ e pelas *incertezas comuns produzidas pela globalização financeira*.⁹ A degradação social da classe trabalhadora e o empobrecimento dos aposentados revelam um futuro de pobreza e insegurança diante do aumento exponencial do desemprego, da pobreza e da violência urbana.

A previdência social não pode ficar dependente apenas das estruturas do mundo do trabalho, do assistencialismo liberal ou da eterna solidariedade familiar *matrilateral* das mulheres, tradição presente na sociedade desde o período *matrifocal*¹⁰. Porém, somente a proteção do Estado e promoção do pleno emprego, poderão promover o crescimento econômico, a distribuição de renda e a valorização política do cidadão, garantindo o financiamento da previdência pública. Segundo Piketty (2014), o desafio para este século é manter os benefícios auferidos na *revolução social do século XX*.

1.1 OBJETIVOS

Com o objetivo de superar o problema do *deficit* previdenciário futuro, da pobreza dos aposentados, do aumento da desigualdade social e buscando o fortalecimento do trabalho com o uso intensivo de mão de obra formal, esta dissertação se propôs a analisar os prós e contras dos modelos de financiamento previdenciários adotados no Chile, no período de 1964 até 1990, do ponto de vista socioeconômico e previdenciário. E, a partir dos dados socioeconômicos coletados, testou a eficiência do novo modelo *contributivo* e de *estoque* proposto, em face dos desafios demográficos e do desemprego para o século XXI.

Como objetivos específicos, propôs-se:

- determinar um marco epistêmico, filosófico, jurídico, histórico e econômico que alicerce a construção da tese, colocando o homem e a sociedade humana como centralidade e fim dos benefícios e proteção de um novo sistema previdenciário.
- revisar a história da previdência social, sua origem e estruturação na Europa e no Chile;

⁸ De acordo com Silva (*apud* Patrão Neves & Bagão (2017)), são os riscos sociais clássicos: doença, desemprego e velhice.

⁹ Para compreender as incertezas econômicas comuns que se estabeleceram pós-1972,1 com o fim da paridade do dólar ao ouro, ver Steger e Roy (2010) e Roubini e Mihm (2010).

¹⁰ Para maiores conhecimentos sobre a construção histórica das relações de poder dentro da família, ver o trabalho, repensando a família patriarcal brasileira de Mariza Corrêa (1981).

- apresentar o Sistema Único de Previdência Pública (SUPP), matriz do pilar contributivo solidário;
- analisar a experiência chilena no emprego dos dois regimes, repartição e capitalização, no período a ser estudado, com base em estudos realizados por investigadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL/ONU), no Chile, e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no Brasil;
- estudar as bases macroeconômicas da economia previdenciária chilena no período analisado, para conhecer o alcance e a importância da participação contributiva do aposentado, visando equilibrar o sistema.

Por fim, a partir dos dados socioeconômicos coletados, testar a aplicação das variáveis independentes (solidária e dividendo social) como fator fundamental para manter o estoque do Fundo Previdenciário Público, em curto prazo (um ciclo de vida pelo parâmetro da SUPP). A metodologia empregada permitirá projetar a eficiência na formação do estoque (contribuição complementar do aposentado) e no reforço e garantia do financiamento corrente (dividendo social), de acordo com os dados do sistema *previdenciário chileno*, no período de 1964 a 1990.

1.2 HIPÓTESES DE TRABALHO

A motivação na escolha do tema está relacionada à oportunidade de analisar os resultados obtidos pelo Chile, país que no decorrer de 164 anos de sistemas previdenciários, empiricamente testou os três regimes de financiamento previdenciário. Definimos como espaço temporal, para realização do estudo, o período de 1964 até 1990. A proposta desta investigação a utilização do regime de financiamento por repartição, *pay-as-you-go*¹¹, com sustentação tributária e formação de poupança previdenciária, a partir da distribuição de dividendos, acrescido da *contribuição complementar dos aposentados*.

A distribuição do novo benefício (dividendo social) e o desconto do novo modelo de contribuição (contribuição complementar do aposentado) tem por objetivo manter as contas previdenciárias em equilíbrio, evitando a perda do poder de consumo durante o período de inatividade do cidadão.

¹¹ Paga hoje e recebe no futuro, fundamento do regime de repartição.

Isso posto, definimos as seguintes hipóteses:

- *Segundo a orientação econômica atual, os sistemas previdenciários públicos por repartição, operam com deficit fiscal geram dívida previdenciária implícita e são economicamente ineficazes. Estes sistemas são realmente ineficazes?*
- *É possível garantir o pagamento das pensões no século XXI com a participação solidária dos aposentados e a distribuição de dividendos sociais não resgatáveis para formação do estoque de garantia previdenciário?*

Com base nos estudos realizados sobre os dados macroeconômicos e previdenciários da experiência chilena em todos os modelos de regimes de financiamento, durante o período 1964-1990, respondemos às seguintes perguntas:

- *Como manter a dignidade e a capacidade de consumo conquistada durante o período laboral do trabalhador no período de inatividade?*
- *A instituição da distribuição de dividendos sociais, vinculada à previdência social, e a contribuição complementar dos aposentados, podem garantir o equilíbrio dos sistemas previdenciários, mesmo em países com envelhecimento demográfico nos países desenvolvidos e com baixa massa salarial em relação ao Produto Interno Bruto nos países pobres?*

1.3 ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, faz-se uma breve introdução e se apresenta a estrutura do estudo. Em seguida, faz-se a revisão bibliográfica do assunto em questão, a partir de autores que são referência no tema *previdência social*, do ponto de vista histórico, filosófico, econômico e sociológico. Ainda nesse capítulo, investigam-se os aspectos históricos dos sistemas previdenciários, desde seu surgimento na Europa e com foco especial no Chile. Em seguida, realiza-se um breve estudo dos aspectos doutrinários relativos à economia previdenciária e de sua relação com a economia ortodoxa e social e com a influência conservadora (vulgarmente chamada neoliberal) nos aspectos macroeconômicos e das características específicas da economia previdenciária. Continuando,

analisam-se os problemas previstos para os sistemas previdenciários no século XXI, nos aspectos político, demográfico e econômicos, considerando a economia previdenciária.

No terceiro capítulo, procede-se à exposição da metodologia usada para a realização dos cálculos, inferências e projeções das variáveis demográficas e econômico previdenciárias que estruturam o financiamento corrente e o estoque do Sistema Único de Previdência Pública (SUPP), tanto no aspecto financeiro como no demográfico.

No capítulo seguinte faz-se uma breve explanação sobre o Sistema Único de Previdência Social, cujo pilar contributivo solidário e o depósito dos dividendos sociais são instrumentos muito importantes no Plano de Custeio da previdência pública proposta. No mesmo capítulo, estuda-se o caso do Chile com base em trabalhos de autores latino-americanos, referência no assunto, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1990. Analisa-se o comportamento da previdência social chilena, a partir dos dados demográficos, dados econômicos e sociais e dos indicadores previdenciários chilenos de 1952 até 1995. Para concluir o capítulo, projeta-se a eficiência do *dividendo social e da contribuição complementar da previdência pública* na redução dos problemas apresentados pelo sistema previdenciário público chileno, nos governos que se revezaram no poder entre 1964 e 1990. Na conclusão desta dissertação são apresentadas as considerações finais do estudo, as dificuldades encontradas na investigação e as perspectivas para investigações futuras.

CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA – REVISÃO TEÓRICA

Recorremos à *transversalidade epistemológica* para construir o conhecimento pertinente à *complexa* formação etnológica da sociedade chilena e à influência nas desigualdades sociais que o Chile experimentou ao longo da sua história, e que refletiu na forma como seu sistema previdenciário foi construído. Com o propósito de abalizar doutrinariamente o presente estudo, serão exploradas várias áreas do conhecimento para a perquirição do tema. A revisão histórica de autores referenciais permitiu acompanhar a evolução dos mecanismos de proteção e segurança social ao longo do tempo. Com base nos ensinamentos da filosofia moral, estudam-se os limites éticos no que concerne à proteção e à manutenção da dignidade humana, fim dos sistemas protetivos públicos. E, do ponto de vista econômico, a viabilidade econômica e o equilíbrio financeiro do novo sistema previdenciário.

Para Edgar Morin et all (2003), *complexus significa o que foi tecido junto*, e a complexidade se estabelece no emprego de diferentes campos epistêmicos, formando um todo¹², criando um *tecido interdependente, interativo e inter-retroativo* entre o que se busca conhecer e seu contexto, unindo “*a unidade e a multiplicidade*” que o definem. Guilly (2020), mostra que a complexidade quando estendida ao contexto social, representa não apenas as profundas diferenças sobre grupos, classes e categorias, mas também a complexidade que constitui a personalidade dos indivíduos, cuja análise por meio de métodos e modelos econômicos, dificultam a interpretação do todo.

2.1 CONCEITOS

A exposição dos conceitos fundamentais do tema tem por objetivo familiarizar os leitores do presente estudo com alguns termos técnicos e doutrinários ligados à previdência social. As variações conceituais entre termos técnicos utilizados na Europa e América Latina se devem às diferenças culturais ou a normatizações técnicas em cada região. Para referirmos doutrinariamente o tema, dada a natureza jurídica de muitos conceitos ligados ao direito previdenciário, balizamos-nos nas obras dos doutrinadores do direito previdenciário brasileiro Wagner Balera e Sergio Pinto Martins.

¹² Morin (2003) combinação dos conhecimentos econômico, político, sociológico, psicológico, histórico e mítico.

Para Pinto Martins (2013), os sistemas contributivos se ancoram nas seguintes teorias: *teoria dos salários, teoria fiscal, teoria parafiscal e teoria do prêmio de seguro*. Em cada país, a utilização dessas teorias encontra respaldo na norma jurídica, de acordo com a cultura local.

A *Seguridade Social* é um conjunto de ações garantidas pela segurança social, recepcionada constitucionalmente em muitos países que aderiram à Declaração dos Direitos Humanos¹³, com o objetivo de garantir a sobrevivência para o indivíduo no presente e no futuro, independentemente de contribuição (Pinto Martins, 2009).

De acordo com Thompson (2000), a *Previdência social* é uma espécie de seguro obrigatório para o trabalhador, recolhido na forma de *contribuição* durante o período laboral.

*Aposentado*¹⁴ é o beneficiário do sistema de aposentadorias¹⁵, reformas ou pensões, seja ele contributivo ou não. O *aposentado* e o *pensionista* são considerados *beneficiários* e não *segurados* do sistema de proteção social (Balera, 2003). Para Fernandes (2008), a aposentadoria – *reformas em Portugal* –, em sua origem está ligada à incapacidade do trabalhador para a atividade laboral e à necessidade de auxílio do Estado para sua sobrevivência¹⁶ na velhice ou na incapacidade laboral.

As *contribuições sociais* servem de base para o pagamento dos benefícios e são recolhidas pelos empregadores mediante tributos específicos. Segundo Azaña (2017), as *contribuições* são o centro dos sistemas previdenciários. Os arranjos financeiros atuariais empregados pelos sistemas previdenciários, para Diamond (1993), produzem dois tipos de plano previdenciário: um baseado em *Contribuições definidas* (PCD) e outro em *Benefícios definidos* (PBD) ou combinações entre ambos.

Os regimes de financiamento dos sistemas previdenciários empregados são dois: *repartição* (transferências de consumo entre gerações) e *capitalização* (poupança para resgate futuro). Segundo Gisbert (2003), existe um terceiro regime, *o misto*, que consiste no uso do

¹³ Seguridade social é conceituada na Constituição brasileira (art. 194, *caput*) como o *conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social* (Nogueira, Fernandes e Leão, 2020).

¹⁴ Segundo Barroso Leite (1996), no Brasil, após a guerra de Guararapes (1640) contra os holandeses, o governador Luiz Barbalho Bezerra, veterano da guerra, nomeado pela coroa portuguesa Governador do Rio de Janeiro, recebeu uma ajuda financeira denominada “*aposentadoria*”, tendo em vista que o governador perdeu todos os seus bens na guerra. Curiosidade histórica contada no livro *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, de Vivaldo Coroacy.

¹⁵ De acordo com Pinto Martins (2013), no Brasil, o termo *aposentadoria* tem sua origem na palavra “*aposento*”. O termo aposentadoria aparece em uma Constituição pela primeira vez no art. 75 da Constituição de 1891.

¹⁶ Para aprofundar o conhecimento acerca da *incapacidade para o trabalho*, ver Cambois & Robine (2001).

regime de repartição e de capitalização corporativo ou individual, juntos, por meio da *criação de um fundo de reserva* (Murteira, 2011).

De acordo com Izerrougene (2009), só existe um regime de financiamento, o de repartição, no que concorda Murteira (2011), quando afirma: tanto o regime de capitalização quanto o de repartição acabam por *repartir o produto de uma sociedade*. No entanto, Mesa-Lago (1998) contesta, diferindo o regime de capitalização da repartição, pelo fato de o primeiro gerar um *fundo de reserva para financiamento futuro* e o segundo ser financiado por tributos pagos ao Estado.

Os *desequilíbrios atuariais* são as distorções causadas no sistema, entre o montante das contribuições previdenciárias aportadas pela geração atual de trabalhadores, e o montante necessário para pagamento das pensões da geração de trabalhadores aposentados (Izerrougene, 2009). French-Davis (2018), analisando o modelo de capitalização no Chile, constata que o regime de capitalização, no modelo chileno, quando empregado em economias marcadas por grandes desigualdades socioeconômicas, gera distorções e falhas no investimento de seus recursos, que fragilizam o trabalhador no presente e no futuro.

Aplica-se o termo *proventos previdenciários* para designar genericamente as duas modalidades de pagamento a que os segurados, contributivos ou não, tenham direito. No sistema proposto de acordo com a forma de acesso legal aos benefícios do plano previdenciário do SUPP, os planos são denominados da seguinte forma:

- *Retribuição Previdenciária*, que são os recursos pecuniários¹⁷ recebidos por todos os trabalhadores aderentes ao sistema, que contribuíram financeiramente para a previdência ao longo da vida laboral; e
- *Auxílio Social Previdenciário*, para todos os incapazes a qualquer tempo, a partir da constatação legal, e para os idosos que nunca trabalharam, a partir de 60 anos.

Em ambos os casos é garantido o acesso aos Planos de Benefícios pelo somatório recebido em sua *Conta de Depósito Individual dos Dividendos Sociais*, que formará a poupança previdenciária do Fundo de Garantia Previdenciário ao longo da vida dos cidadãos nascidos no país.

¹⁷ Segundo Simmel (2013), o *tertium comparationis* é o sentimento de paz e segurança que psicologicamente o dinheiro garante, na posse do cidadão, tendo sobre este o efeito substitutivo da decisão de seus deuses de devoção.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS, HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E SOCIOLÓGICAS SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Laércio (2008), exaltando o administrador e poeta grego Sólon de Salamina¹⁸, relata que Sólon instituiu uma pensão para a família dos heróis da nação, mortos em sua defesa, à custa de *fundos para os gastos em sacrifícios públicos*. Seguindo o pensamento de Sólon, Fernandes (2008) mostra que, historicamente, a família é o local da proteção e das *trocas intergeracionais*, desde o *período matrifocal e matrilinear*. É nesse ambiente de entajuda incondicional que a segurança social e providencial se realiza na sua forma mais espontânea e fraterna da solidariedade *matrilateral*¹⁹ contemporânea. Desde a Antiguidade, a economia estava baseada na cooperação e concorrência²⁰, incrustada socialmente em instituições, *tanto econômicas como não econômicas* (Polanyi, 2012).

Kant (2011) afirma que o *homem não tem preço*, vale e deve ser tratado com dignidade durante toda a sua existência. O imperativo universal categórico kantiano e sua base deontológica²¹ são os fundamentos éticos e morais que permitem a preponderância do coletivo sobre a liberdade individual, mesmo que algumas vezes tenha que subverter a liberdade de um pela segurança de todos. Segundo Pegoraro (1995) que para Kant, a perda da liberdade individual só se justifica na busca da *garantia da paz social e da ordem social justa*, numa comunidade de indivíduos livres.

Nesse contexto, a ética se apresenta como uma *ciência (reflexão)*, objetivando a moral e a lei como norteadoras das *atividades a serem realizadas em si*, dignificando toda a sociedade humana. O Estado surge como mediador dessa relação na busca da equidade social.

2.1 A FILOSOFIA NA CONSTRUÇÃO ÉTICA E POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A ética contemporânea que propõe a extensão da proteção e do cuidado tem sua origem histórica nas relações humanas estabelecidas desde o surgimento dos primeiros núcleos

¹⁸ Sólon condenava moralmente o abandono dos velhos pelos filhos (ruptura da ética do cuidado).

¹⁹ Relação familiar definida por Fernandes (2008) como o compromisso estabelecido entre o ramo feminino das famílias em Portugal.

²⁰ Para Brasseul (2014), na comunidade primitiva, a economia era cooperativa entre os membros do clã e concorrencial entre grupos rivais.

²¹ Segundo Cardoso Rosas (*apud* Patrão Neves & Bagão Félix, 2017), os imperativos categóricos kantianos apresentam princípios éticos deontológicos, caracterizados por princípios absolutos ou quase absolutos estabelecidos, a partir da *práxis* do que fazer ou do que não fazer em determinadas circunstâncias.

sociopolíticos humanos. No caso específico da concepção ética em relação a uma instituição como a previdência, interessa-nos a *práxis* que garanta o acesso universal como imperativo moral. Seguindo os ensinamentos de Cardoso Rosas (*apud* Patrão Neves & Bagão Félix, 2017), entendemos que a palavra ética se origina do grego *ethos*, *no sentido de caráter, mas também modo de ser ou costume*. A moral deriva do latim *mos*, plural *mores*, que dá a ideia de *costume*. Logo, podemos empregar tanto o termo *Ética* como *Filosofia Moral*.

Nas palavras de Aristóteles (2019), a *eudaimonia* (felicidade) é a busca da excelência individual, baseada na virtude (julgamento prático), prudência, coragem, temperança e justiça, desenvolvidas pela educação e experiência. São condições essenciais que o indivíduo deve desenvolver para ter uma vida boa e um convívio civilizado na comunidade. Conforme relata Engels (2018), as relações de cooperação entre os iroqueses formaram confederações antes do surgimento do Estado, ancorados socialmente na prática da cooperação que formava o *ethos* social. Entre os iroqueses a consciência *das obrigações para com os anciãos, enfermos e inválidos de guerras* já era uma prática conhecida.

De acordo com Ricoeur (2020), *o que distingue a ética da moral, apesar de as duas terem a mesma origem [...] é que a ética diz respeito ao1 desejo humano de realização com outros em instituições justas e prudentes na aplicação da norma*.

Hegel (2018) enfatiza que *ninguém consegue suprir a totalidade de sua necessidade*, mas possui excedentes que podem ser compartilhados com quem deles necessita: *o primeiro sistema de governo é o sistema de necessidade*, compreendendo como universal as relações de dependência física que envolve o sistema de necessidades dos indivíduos que convivem em sociedade.

Para Beveridge, citado por Silva (*apud* Patrão Neves & Bagão, 2017), a proteção social garantida pela solidariedade coletiva é uma pré-condição para a vida boa para todos, bem-estar e prosperidade, cabendo ao Estado garanti-la.

Para Parijs & Arnsperger (2002), a ética social contemporânea confere à teoria da justiça social a tarefa de *definir e repartir equitativamente a riqueza na sociedade*, concentrando-se mais no funcionamento das instituições sociais do que nos interesses do indivíduo.

Pegoraro (1995) atenta para a importância da *justiça numa sociedade dominada pelas macroestruturas*, onde a *microética das virtudes da justiça alcança sua eficácia na macroética*

das estruturas sociais justas. Dussel (2011), levando em conta a consciência ética do indivíduo, salienta não apenas a necessidade de perceber o outro ontologicamente, mas sobretudo no aspecto trans ontológico, propondo a aceitação do outro acima dos sistemas morais de forma absoluta. Aceitando o outro *como o outro carente de justiça*²², colocando a proteção e a segurança do indivíduo pobre acima dos interesses do mercado financeiro ou dos economicismos contemporâneos. Hans Jonas apela para a responsabilidade ética das gerações presentes e seu compromisso com a ideia de indivíduo e para com as gerações futuras²³. Esse *imperativo ontológico* está por trás da reflexão crítica que condena o *tudo-ou-nada*, *preservando a ideia de homem e sua responsabilidade* intra, inter e trans geracional com a preservação da natureza. O princípio dessa responsabilidade intergeracional está ligado ao *princípio ético do eu frente ao outro* (Jonas, 1979).

Santos (2004) mostra que a *percepção do outro, forma os grupos de interesse*, busca suprir as necessidades sociais, e tal convivência *supre necessidades transcendentais, elementos que estão fora do seu aqui e agora* – garantindo a continuidade das gerações futuras. Parijs & Arnsperger (2002), citando Locke (1690), referem-se à questão da *apropriação dos bens da natureza*, afirmando que ninguém pode tomar posse de uma quantidade de bens *sem deixar a mesma quantidade e qualidade para as gerações presentes e futuras*. Max Weber (*apud* Aron, 1991) ensina que todo o *processo evolutivo da sociedade* se funda a partir da ação social, baseada nos princípios da *associação e da institucionalização*, desenvolvida ao longo dos séculos pela sociedade humana.

De acordo com Durkheim (*apud* Aron, 1991) a *solidariedade social* está ligada ao princípio da *solidariedade orgânica*²⁴, pelo seu caráter universalista e inclusivo, baseado no consenso de indivíduos racionalmente organizados contra o anacronismo da *solidariedade mecânica*.

A previdência social se insere no universo das instituições criadas pela sociedade, que permitem uma relação transversal entre ética, cultura, economia e política, dentro de uma dimensão antropológica e existencial. A filosofia nos ensina que a ética tensiona a moral, porque

²² Segundo Dussel (2011), representada – no caso da América Latina – pela pobreza de sua população.

²³ Murteira (2011) atenta para o comprometimento e cooperação entre a geração atual e a futura, como sendo um contrato de natureza implícita que operacionaliza os regimes de financiamento previdenciário por repartição.

²⁴ A solidariedade orgânica, segundo Durkheim (2019), caracteriza-se pela reunião de indivíduos pelo consenso em *segmentos sociais* afins. Na solidariedade mecânica, os indivíduos não se diferenciavam, e se reuniam em formas de *segmentos* sociais nas sociedades primitivas.

opera na ótica da necessidade do todo, na visão de um mundo bom, voltado para o bem de todos.

A moral é a norma estabelecida pelo grupo que exerce poder político baseado no costume. Modernamente, a moral opera a lógica da vontade dos grupos de interesse, moldando o tecido social e muitas vezes contrariando as necessidades do todo.

2.2.1.1 O SURGIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Milton Santos (2012), relacionando *tempo e espaço*, mostra que a temporalidade do tempo é garantida pela permanência do espaço, presente no espaço territorial ocupado pelo Estado-nação²⁵.

Rosanvallon (2002) explica que o Estado é uma organização que exerce o poder centralizado sobre a *sociedade unificando território, mercado, cultura, poder militar e povo*. Na concepção aristotélica (2018), o Estado (*pólis*) é uma extensão da família e do indivíduo, ou seja, é a materialização do todo, por meio de instituições *iminentes* e *transcendentes* ao cidadão (Aristóteles, 2019). Estendendo a reflexão aristotélica, Pegoraro (1995) explica que o Estado tem por finalidade a busca de uma *sociedade justa e de uma ordem social justa*. Para Vico (2005), o surgimento das nações está ligado a uma conjugação de fatores, à religião, aos heróis, à natureza humana e sua capacidade de produção e submissão às leis.

Hegel (2018) ensina que a vida comum se apresenta de três formas: na *família, sociedade civil ou no Estado*. De acordo com Marx (2019), a organização do Estado burguês está ligada historicamente à estrutura de classes, criando a infraestrutura²⁶ (forças produtivas) a partir da *concentração primitiva do capital*. Assim se desenvolve o Estado que mantém a hegemonia da classe burguesa (Marx & Engels, 2007)²⁷. Seguindo a tese marxista, Marini (2019), narrando o processo de instalação e capitulação da *via chilena para o socialismo*, socorre-se de Gramsci para elencar os aparatos ideológicos do Estado e atenta que o Estado com funções sociais é o modulador do caráter autoritário da classe que domina o próprio Estado.

²⁵ Segundo Japiassu e Marcondes (2001), *o Estado-nação se define pela fusão entre o Estado tal como ele se constitui na Europa do século XVIII, como soberania e administração dos homens e do território que eles ocupam – e uma sociedade civil de tipo novo, caracterizada pela propriedade privada burguesa, tendo, por fim, a rentabilidade, o lucro e o crescimento das riquezas*.

²⁶ Para melhor entendimento do conceito de infraestrutura, ver Duménil, Löwy & Renault (2014).

²⁷ A estrutura do Estado, segundo Marx (2007), é formada pela base (*basis*) real que determina a superestrutura (*überbau*) ideal (jurídica e política) para sua classe.

Para Cassese (2010), o Estado-nação, entre os séculos XII e XIX, não era apenas a expressão da soberania sobre o território, mas também o *domínio estatal sobre a economia com seu poder impositivo*. De acordo com Bourdieu (2014), o Estado fundamenta a *integração lógica e moral do mundo social*.

Jellinek (2000), acrescenta que o Estado moderno cientificamente é, por um lado, *uma construção social e, por outro, uma estrutura jurídica*. Máiz (2018), citando Emmanuel J. Seyes, entende o *Estado constitucional representativo* como a ideia revolucionária de nação, que desempenha um papel muito importante na construção do sistema de poder, materializada no *poder constitucional* constituído por entes representativos. Para Bercovici (2004), a Constituição é política e deve considerar *a história, o espaço e a realidade tangível*, e não apenas dizer a norma. A Constituição revolucionária do México, de 1917, em seu art. 123, apresenta um texto moderno e progressista em relação aos direitos do trabalho e ao seguro previdenciário garantidos pelo Estado, essa constituição selou a transição do compromisso de proteção familiar ou individual para a seguridade social institucionalizada por meio de um *contrato social constitucional*. Essa constituição, cujos postulados basearam-se nos programas do partido social-democrata alemão de Karl Kautsky, antecipou o Estado de Bem-estar Social, da Constituição alemã de 1919 – Constituição de Weimar.

Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU encarregado de estabelecer e fiscalizar as normas e os atos internacionais relativos ao trabalho e à seguridade social²⁸.

No artigo 22 da Declaração dos Direitos Humanos, o cuidado, a proteção e a previdência, teleologicamente, estabelecem o conceito e a abrangência garantida. De acordo com o artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, o Sistema de Seguridade Social, em seu conjunto, visa garantir ao cidadão segurança e proteção social ao longo de sua existência. O Estado de Direito contemporâneo, particularmente o ocidental, fundamenta sua existência no contrato constitucional.

Na concepção de Dussel (2011), o Estado é uma estrutura *prático política* organizada institucionalmente, com caráter *político sistemático ou uma totalidade funcional*, com um projeto em constante mudança baseado nas condições *geopolíticas ou utópicas temporais*. A política é a

²⁸ O Relatório da OIT (2017-2019) aponta que o percentual de 68% da população mundial em idade de jubilação – aposentadoria – já é coberto por alguma forma de proteção, contributiva ou não.

ciência prática que direciona o Estado para seus fins. List (2006) amplia a ideia que relaciona o indivíduo à sociedade, incorporando-o economicamente à nação, formando associações econômicas entre indivíduos e a coesão econômica *no Estado, na busca da prosperidade nacional*.

a) O ESTADO SOCIAL

Thomas Paine (2019), um dos pais do Estado de Bem-estar Social, imputa ao Estado a obrigação de desenvolver um sistema de proteção e segurança social *em favor da justiça e da humanidade, contra a miséria e a espoliação*. O Estado-nação de inspiração francesa se confunde com o Estado-Administração e o Estado-governo, dando vida ao Estado de direito, de onde surge o Estado social. As relações jurídicas, política e sociais nos dois casos são tão diferentes que formatarão estados sociais com mecânicas diferentes, os estados sociais continentais (Europeu), privilegiando o social sem esquecer o econômico, e o modelo inglês, estabelecendo o social a partir do liberalismo econômico (Rosanvallon, 2002).

Silva (*apud* Patrão Neves & Bagão, 2017), citando Christopher Pierson (1998), identifica o nascimento do *Estado social nos países europeus entre 1880 e 1914* e acrescenta que o Estado social, assim como o *Estado-Nação, democracia de massas e o capitalismo industrial, foi uma criação europeia*. O Estado social europeu não é fruto do altruísmo da burguesia, mas uma *tentativa de contenção das reivindicações dos trabalhadores, fidelidade dos funcionários públicos e de outros corpos do Estado-Nação (exércitos e polícia)* (Silva, *apud* Patrão Neves & Bagão, 2017).

Bonavides (2001) ensina que, *independentemente das ideologias*, a previdência é uma das instituições de inspiração europeia mais importantes na formação do Estado de Bem-estar (Estado Social), *sendo ela fruto da evolução constitucional da sociedade humana*. A institucionalização da segurança social e, particularmente, da previdência social, no âmbito estatal, fez surgir o Estado com orientação política e econômica social.

Neves (1996) relaciona o princípio da solidariedade social ao fundamento protetivo de natureza coletiva, cujo objetivo é promover a redistribuição social da riqueza no *nível horizontal (estrutura profissional), vertical (estrutura social), geracional (trabalhadores ativos e inativos) e*

territorial (diferenças econômicas entre os entes políticos do Estado). Patrão Neves & Bagão Félix (2017) sintetizam imputando ao Estado a obrigação de promover a segurança social.

Segundo Santos (2004), o Estado de Bem-estar Social, *serviria para atenuar as consequências da livre ação do mercado*, servindo como proteção solidária da sociedade contra as dificuldades do trabalhador no *desemprego, doença e velhice*. O tamanho apropriado do setor público (Estado), para Musgrave (1980), é proporcional a sua importância para a sociedade e *não pode se reduzir a uma questão ideológica, porque decorre de uma questão técnica*. O autor acrescenta que *as necessidades sociais* não devem ficar sujeitas aos mecanismos de mercado, por não poder, por sua natureza, estar sujeitas ao sistema de preços. As medidas fiscais do Estado têm três funções principais, que serão neste estudo mais bem desenvolvidas: *função alocativa – fornecimento de bens públicos*, respeitando as necessidades sociais²⁹ –, *função distributiva – distribuição de renda e riqueza* – e *função estabilizadora – uso do orçamento público para manter elevado nível de emprego, crescimento econômico e estabilidade*.

Piketty (2019) mostra que, no último *quartil* do século XIX, a partir do colapso dos socialismos na Europa e a hegemonia do liberalismo econômico acumulador, aumentou a desigualdade e decretou o fim da sociedade patrimonialista, em consequência da conjunção dos três fatores³⁰.

Para Fernandes (2008), a crise dos Estados Sociais, no final do século XX, está ligada a três fatores: *globalização, transição demográfica e estrutura familiar*. Para Stiglitz (2013), a *destruição do Estado de Bem-Estar Social* foi obra das forças neoconservadoras, ligadas à segunda onda neoliberal. Segundo James Galbraith (2008), na África, no Leste Europeu e na Ásia, tais políticas neoliberais foram implementadas, e hoje é consenso que não funcionaram.

Conforme Larrañaga (2010), o Estado é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico dos povos. Estudando o Chile, esse autor constata a inexistência da ação do Estado na proteção social do povo como uma das causas da pobreza extrema de grande parte da população até o final do século XIX. Contudo, Larrañaga mostra uma mudança de procedimento e orientação política quando, no primeiro quarto do século XX, o Estado chileno,

²⁹ Musgrave (1980) estabelece as diferenças entre necessidades sociais (coletivas) e necessidades meritórias (individuais) e sua relação com a alocação e distribuição no orçamento público.

³⁰ Piketty (2019) enumera: os três fatores apontados pelo autor são o aumento da desigualdade social na sociedade europeia, surgimento de uma oposição política e organização de regimes social-democratas e comunistas, entre o último quartil do século XIX e o início do século XX.

com as *mutualidades e associações de obreros*, instituiu o início do Estado social chileno, de forma corporativa.

Arellano (1985), comparando a intervenção do Estado chileno em diferentes épocas da história do país, mostra que o Estado social chileno interveio mais positivamente na vida da sociedade durante o período mesocrático. Nesse período a ação do Estado chileno *substituiu a ação das famílias e da Igreja na proteção do cidadão* e distribuiu renda oriunda do aumento da arrecadação fiscal, por toda a sociedade por meio de transferências sociais e serviços públicos. O Estado Social surge, nesse contexto, como poder organizado para alterar as forças de mercado em três funções: *universalidade de acesso, distribuição de renda independente da contribuição e socorro ao cidadão contra os riscos sociais inopinados*.

Bonavides (2001) ensina que o *neoliberalismo roubou a essência do Estado Social*, no campo político corrompendo a participação democrática e republicana do cidadão e, no campo social, rompendo com os laços solidários da comunidade.

b) O ESTADO COM ORIENTAÇÃO NEOLIBERAL – MODELO CHILENO

Simmel (2013) observa que o surgimento da economia monetária marca a passagem da *estabilidade para a instabilidade social e torna-se uma rotina na economia moderna, cujos destinos acabam sendo parte do movimento, um símbolo e espelho do todo*. Após os trinta anos gloriosos da economia neoclássica ocidental no século XX, a estagnação econômica e a Guerra Fria fizeram emergir uma nova expressão do capitalismo selvagem do século XIX, agora com o neologismo neoliberal. Esse Estado regulado pelo mercado, na concepção do liberalismo utópico, elimina o conflito, o direito e a política como protagonistas da vontade geral sob comando dos governantes. Contra o Estado Social, Hayek (2018) promove o *individualismo (freedom)* vinculado a uma releitura do liberalismo clássico, oriundo do protestantismo e da filosofia clássica. No sentido oposto da visão cosmopolita de Bretton Woods (1944), em 1947, sob a coordenação de Hayek e com a presença de Karl Popper, ideólogo da *sociedade aberta*, em Mont Pèlerin, na Suíça, ocorreu o primeiro Congresso neoliberal³¹ da Sociedade Mont Pèlerin, formada por intelectuais e políticos preocupados com o crescimento do socialismo e do liberalismo social estatal. Hayek expõe sua percepção sobre as limitações que o Estado impõe à

³¹ Brown (2019) esclarece que o termo *neoliberalismo* foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann, reunião acadêmica que lançou as bases políticas intelectuais do movimento em 1938.

iniciativa privada e à liberdade do indivíduo, e propõe a concorrência de mercado e a eliminação da participação do Estado na proteção social. As ideias preconizadas por Hayek (2018), dado o momento histórico, de desintegração do império austro-húngaro, objetivavam a manutenção do *status quo* da elite austríaca e da manutenção da cultura profunda europeia, fundamentada na tradição, nos valores morais, no anticomunismo, na redução do Estado-Nação consubstanciada na lei. O objetivo da teoria neoliberal hayekiana era moldar os Estados às necessidades econômicas e sociais dos pequenos países europeus, às leis e aos valores morais dentro de uma lógica de mercado, evitando os conflitos entre capital e o trabalho, privilegiando o primeiro em detrimento do segundo (Slobodian, 2021).

Friedman (2014) acrescenta que em uma economia aberta e livre só há *uma obrigação social do capital, maximizar seus lucros e reduzir seus custos, dentro das regras do jogo, sem enganar ou fraude*. Essa diferença determina a relação de prioridade entre os dois sistemas, o individualismo proposto pelo modelo neoliberal e o comunitarismo como fundamento da economia social.

A fundamentação lógica de Hinkelammert (2013) transforma a fundamentação teórica do neoliberalismo a partir de Karl Popper, Hayek e Mises em um mero conjunto de métodos ideológicos antissocialistas. Mas, é importante delimitar as diferenças doutrinárias entre o *liberalismo clássico* e o *neoliberalismo* na relação com o *homo economicus*³², o primeiro movido pela *satisfação das necessidades e trocas* e o segundo pela *competição e especialização profissional, sempre voltadas para um mercado livre*. Galbraith (2008) descreve a passagem do Estado mínimo de Reagan e Thatcher nos anos 1980 para o Estado dominado pelos *ultraliberais*, agentes econômicos de uma avassaladora onda de desumanização da sociedade capitalista. Os postulados de 1ª e 2ª geração do Consenso de Washington³³ definiram as transformações de alguns Estados de Bem-Estar Social em Estados subsidiários garantindo às políticas neoliberais a hegemonia global garantida pelo direito econômico (Matijascic; Kay & Ribeiro, 2008).

³² Manzano Arrondo (2016), no artigo *Un psicópata llamado Homo Economicus*, conceitua o termo da seguinte forma: La corriente principal de *la economía se asienta sobre la existencia de un individuo llamado homo economicus*, cuyas características comportamentales são: a racionalidade, o egoísmo e a indiferença, focado em maximizar seus benefícios pelo controle das informações estratégicas.

³³ Segundo Mendes Pereira (2010), o consenso de Washington significou o fim da tolerância com os capitalismo nacionais e um assalto contra os direitos sociais individuais auferidos no pós-Segunda Guerra Mundial, pelo setor bancário e transferindo a riqueza da periferia para o centro. Os textos neoliberais não apresentavam consistência lógica e metodológica, mas sua força normativa foi imposta pelo poder coercitivo político e militar dos países que se beneficiariam do conjunto de instituições multilaterais de Bretton Woods. E, também pelo *argumento de autoridade* conferida por premiações dentre elas o prêmio Nobel a seus principais ideólogos.

Para Galbraith (2008) o marco do surgimento do mito do pensamento conservador, a partir de então denominado neoliberalismo, e suas manifestações acadêmicas são suportadas por quatro setores do *direito econômico*, denominados pelo autor como: monetaristas (políticas monetárias), fiscalistas (orçamentos públicos equilibrados), desregulamentadores (legisladores) e adeptos do livre comércio (lado da oferta).

De acordo com Brown (2019), o neoliberalismo uniu *ideias retrógradas de militarismo, racismo subliminar, religião, família e capitalismo selvagem* numa falsa moral, onde seus representantes no mercado financeiro se apropriaram das poupanças das famílias na crise de 2008. Slobodian (2021) justifica a constatação de Brown (2019), acrescentando que o sistema apresenta os vínculos intelectuais entre a violência da ditadura chilena na implantação do neoliberalismo e o apoio do ordoliberal Wilhelm Röpke ao *apartheid* sul-africano.

No Chile, a partir do governo Pinochet, sob orientação doutrinária e econômica de Milton Friedman, empregou-se a fórmula D-L-P³⁴, cujo viés principal é o da administração público-privada dos recursos financeiros voltados para a segurança social. Privatizando e se apropriando da infraestrutura dos serviços públicos criadas durante o Estado Social, a partir da cooptação da superestrutura pública dominada pela burguesia burocrática pública. Para seus proponentes, as medidas abririam a perspectiva de um crescimento rápido e eficiente e uma fuga do *stop and go* (particularmente na previdência social).

Flisfisch (1982) mostra que os princípios doutrinários do neoliberalismo, imposto ao Chile pela ditadura militar de Pinochet, foram comandados com mãos de ferro por um *aparelho burocrático autoritário imposto pelo governo*, cujos pressupostos se fundam no *domínio da iniciativa privada, na subsidiariedade da ação do Estado e na abertura irrestrita para o mercado externo*. A adesão de alguns governos latino-americanos às doutrinas socioeconômicas neoliberais promoveu o enfraquecimento das instituições democráticas liberais, concebidas no âmago do iluminismo europeu.

³⁴ Para Steger & Roy (2010), a doutrina socioeconômica neoliberal tem como eixo diretor a *Fórmula D-L-P*, que, grosso modo, promove a desregulamentação da economia, a liberalização do comércio exterior e a privatização de empresas estatais.

2.2.2 ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS DA PREVIDÊNCIA NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA

O uso da história como suporte teórico garante a depuração metodológica necessária para a tomada de decisão política e como elemento de análise crítica da situação previdenciária. O historiador Moniz Bandeira (2009), citando Hegel, transcreve: *o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos nunca aprenderam qualquer coisa da história, nem se comportam de acordo com suas lições*. Nisbet (1980) afirma que a *continuidade histórica é absolutamente vital para a ideia de progresso: e sem um passado é impossível a continuidade histórica ou projeção linear que leve ao futuro*. O autor enfatiza que sem uma teoria da história não é possível estabelecer a história do progresso humano. O cuidado, a proteção e a segurança social são características desenvolvidas pela sociedade humana ao longo de sua existência, seja na proteção dos mais frágeis ou na concessão de dádiva, como o *potlatch*.³⁵ O cuidado e a proteção historicamente começam dentro da família³⁶ e se projetam no Estado contemporâneo. É entre os séculos VII e XI d. C. que a invenção do moinho de vento possibilita ao *artesão urbano a dinamização e reprodução em escala de seu ofício*, fazendo surgir as Corporações (Drucker, 1993).

Segundo Dobb (1977), as Hansas germânicas deram origem às corporações e associações. Seu desenvolvimento enquanto organização corporativa ocorreu no século XII. As corporações de ofício, Guildas, Hansas, Associações ou Corporações resistiram às consequências da *grande fome*³⁷ e à epidemia de *peste negra*, no século XIV (Galbraith, 1989).

A partir desse período, houve uma expansão comercial irregular, porém contínua, entre a Europa e o leste do Mediterrâneo (Braudel, 1998).

Nisbet (1980) considera a Alta Idade Média europeia um dos períodos de maior progresso tecnológico, científico, cultural, intelectual e artístico da civilização humana, pela qualidade dos intelectuais, contradizendo a ideia de idade das trevas defendida por algumas correntes históricas que vinculam o período à decadência do Império Romano e aos horrores da

³⁵ Segundo Mauss (2017), entre os índios da América do Norte, o *potlatch* servia como uma espécie de pensão para segurança dos filhos em caso de morte. O recebedor do *potlatch* assumia a responsabilidade com a subsistência dos filhos do morto. O *potlatch* é uma espécie de concessão de dádivas, presentes nas culturas da Polinésia, Melanésia e índios da América do Sul e do Norte, que habitam às margens do Pacífico.

³⁶ Segundo Cruz (2014), a teoria econômica e social de Veblen identifica, no período *matrifocal* e *matrilíneo* de característica pacífica, cooperativa e ginocêntrica da humanidade, a Selvageria Pacífica (*the savage stage*), onde se estabelece a filosofia social do cuidado e da proteção do indivíduo, dentro do grupo social, dominado pelas mulheres.

³⁷ Segundo Pirenne (1963) a grande fome de 1315 a 1317 matou milhares de europeus e só foi superada pela grande peste de 1347 até 1350, que matou mais de um quarto da população do continente.

Santa Inquisição. A proteção, a solidariedade, a cooperação e o conhecimento formavam a base filosófica das Guildas e Associações de artífices, que traziam proteção social para os trabalhadores no período laboral, financiavam o aprendizado no período de formação e, solidariamente, protegiam o trabalhador na velhice.

Para Marx e Engels (1997), a burguesia destruiu as relações feudais. Pela força de seu capital, dominou as instituições lideradas pelos artífices (Guildas), as *patriarcais*, as *bucólicas*, *familiares e entre os homens e suas relações naturais*, estabeleceu a relação baseada no interesse, reduzindo a dignidade humana a um valor de troca.

O intelecto e a *techné* europeia se expande a partir dos países atlânticos, ampliando a base de acumulação primitiva dos países europeus com a conquista das Américas. De acordo com Furtado (1999) se expande a partir dos intercâmbios planetários criados por Portugal, a cultura portuguesa não descobriu apenas o território, mas também ajudou a criar a cultura brasileira. Se alguns historiadores atribuem o surgimento dominante do ocidente ao pêndulo histórico, e outros à renúncia ao domínio das rotas comerciais para o ocidente, via mediterrâneo pelos muçulmanos. Podemos atribuir sem errar a importante colaboração de Portugal na invenção do ocidente, pois uma coisa é chegar, mas o mais importante é se estabelecer simbioticamente e criar uma civilização.

A riqueza das Américas impulsionou a primeira Revolução Industrial³⁸. A energia da madeira e o brilho da prata e ouro,³⁹ tingidos pelo pau-brasil (Bueno, 2002), foram substituídos pela hulha, desenvolvendo a metalurgia em escala industrial (Celso Furtado, 1976). A segunda Revolução Industrial baseou-se na inovação tecnológica, iniciada por James Watt, produzindo efeitos positivos na economia (inovação e produção em escala) e negativos na sociedade ao aumentar a concentração de renda e a pobreza.

Em Portugal, o primeiro Montepio mutualista para a assistência ao desemprego e doença foi criado em 1807. Para os portugueses, *o auxílio-funeral, pensões de velhice, invalidez e seguro pós-período laboral* eram de crucial importância. Fernandes (2008) afirma que o trabalho das *misericórdias e mutualidades* impediu a extrema pobreza em Portugal.

³⁸ Termo criado pelo economista Adolfo Blanqui, nos anos 1830 (Blanqui, 1839).

³⁹ Com o depósito do ouro dos mercadores em trânsito, nos cofres dos artífices e mestres, e a emissão de notas de crédito descontadas nas cidades vizinhas. Esse processo foi copiado da China e dos mercadores islâmicos que faziam a conexão Índia, China e mediterrâneo (Graeber, 2016).

De acordo com Bonavides (2001), a segurança previdenciária pública no Brasil, por sua vez, foi inicialmente instituída na Constituição de 1824, no Império, porém nunca foi efetivada⁴⁰. Garrido (2016) narra que, durante a inauguração da Caixa Econômica de Lisboa⁴¹ (1844), Alexandre Herculano exaltou a importância social da poupança *como remédio providente para garantir a dignidade humana*. Para Grinberg (2011), a expansão do setor cafeeiro fez surgir várias instituições particulares de crédito no Brasil.

Com a crise bancária da década de 1850 no Brasil, o governo Imperial centralizou as atividades bancárias por meio da *Lei dos Entraves* e criou a Caixa Econômica do Império em 1860, voltada para a população pobre e posteriormente também para os escravos.⁴²

Karl Polanyi (2012) mostra que, após as revoltas populares do século XIX, a sociedade europeia criou o Estado de Bem-Estar Social, para se proteger dos efeitos nocivos da concentração da riqueza promovida pela Revolução Industrial inglesa e pelo capitalismo de livre mercado.

Conforme Vargas Faulbaum (2018), a previdência social teve início no Chile, em 1855, para os membros do Exército. Krugman (2010) relata o início da previdência nos Estados Unidos, em 1865, após a Guerra da Secessão. Esse sistema foi o precursor do *Social Security*, criado para amparar os soldados veteranos da mencionada guerra, custeada pelos recursos fiscais do Estado.

No início do século XX, 37 países instituíram a previdência social para proteger seus trabalhadores da incapacidade gerada por acidentes de trabalho. Outros países (18) criaram montepios de auxílio contra as doenças e 14 contra a invalidez e velhice (Murteira, 2011). Kitchen (2013) mostra que, após a Revolução Alemã de 1918-1919, o texto constitucional de Weimar criou as bases definitivas do Estado de Bem-Estar Social alemão, uma evolução da legislação social bismarckiana. Nos EUA foi criada em 1920 a previdência social dos funcionários públicos federais, com sistema contributivo com benefício definido (Rangel, 2013).

No Brasil, a previdência social foi institucionalizada por lei ordinária, em 1923, e constitucionalmente universalizada na Constituição de 1988. De acordo com Gray (1999), o

⁴⁰ No art. 179, inciso XXXI, da Constituição de 1824, com a denominação de socorros públicos.

⁴¹ Portugal foi precursor na instituição das Caixas Poupança. Posteriormente, de acordo com Murteira (2011), na França (1853), na Grã-Bretanha (1859), na Alemanha (1872), no século XIX, alguns empregadores criaram planos de reforma para seus funcionários mais qualificados.

⁴² Com destaque para a *Caderneta de Poupança do Escravo* criada a partir de 1871, cujo objetivo era a compra de alforria dos sexagenários pelos parentes mais jovens que exerciam atividades de *escravos de ganho*.

Relatório Beveridge, de 1941, apontou os cinco grandes problemas da sociedade britânica: *carência, doença, ignorância, miséria e desemprego*, unindo o pensamento econômico e social de Lord Keynes e de Lord Beveridge – dois economistas liberais – na criação do Estado de Bem-Estar Social britânico. Na Europa surgiram três modelos de seguridade social: modelo bismarckiano (corporativo), modelo beveridgeano (universalista) e modelo assistencialista.

Em 1941, o presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, e o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, na *Carta do Atlântico*, firmaram acordo para melhorar as normas trabalhistas e a seguridade social em seus respectivos países. Na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, New Hampshire (1944), capitaneados por John Maynard-Keynes, Ernest Friedrich Schumacher, pela Grã-Bretanha, e por Harry Dexter White, pelos EUA. Os países vencedores da Segunda Grande Guerra, coletivamente dividiram as contas e as glórias da vitória. O sistema Bretton Woods, com suas instituições de reconstrução, fomento e equilíbrio monetário (Grupo Banco Mundial, BIRD e FMI), teve um papel muito importante no crescimento econômico e desenvolvimento social no mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

Na França, Pierre Laroque liderou os esforços governamentais para universalizar a segurança social para todos os franceses, em 1946, quando foi criado o Sistema Nacional de Seguro⁴³. Os primeiros anos dos sistemas de reformas europeu foram marcados por uma grande diferença na taxa de reposição de salários para os aposentados. De acordo com Solimano (2017), em 1952 a OIT publicou a Convenção 102, com as Normas Mínimas da Seguridade Social, aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1952), tornando-se o balizador para todos os sistemas previdenciários desde então.

Conforme Murteira (2011), as compensações previdenciárias, com a finalidade de aumento da *taxa de reposição salarial*, foram introduzidas na França em 1956, com a instituição dos proventos de aposentadoria mínimos para a velhice, e corrigidas pela Alemanha, em 1957, com elevadas taxas de reposição para os aposentados alemães. De acordo com Castells e Himanen (2007), o modelo de *Estado-providência finlandês*, criado a partir de 1960, suportou a pior crise econômica do país (1990 a 1996), dando suporte à recuperação econômica e à manutenção da *economia informacional*.

⁴³ Öjermar (2009). *De Bismarck a Beveridge: seguridad social para todos*. Revista Trabajo n. 67/12/2009, Genebra:OIT.

Piketty (2014) atesta que os trinta anos gloriosos⁴⁴ permitiram que os Estados, endividados pelas despesas da Grande Guerra, contornassem seus problemas fiscais com a tributação da riqueza e do patrimônio de seus cidadãos mais ricos. Posteriormente, o modelo assistencialista seria radicalizado por Tony Blair e Bill Clinton, criando-se o *workfare*⁴⁵. Essa medida foi a responsável pela Revolução Social⁴⁶, que fez diminuir no mundo todo a pobreza.

A revolução social foi possível graças a Estados fortes que tinham como finalidade a proteção do cidadão e o equilíbrio social por meio do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico. Para Costa (2007), o *modelo social europeu* contemporâneo garante a dignidade do cidadão e a solidariedade comunitária, promovendo o desenvolvimento socioeconômico.

2.2.3 A INFLUÊNCIA DAS GUILDAS E HANSAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NA SEGURANÇA SOCIAL NA SOCIEDADE EUROPEIA

De acordo com Reynaert (2018), após as cidades romanas terem sofrido colapso em razão dos saques e pilhagens pelos bárbaros, o vigor das cidades europeias ressurgiu no século XI, impulsionadas pelo crescimento demográfico e dinamizadas pelos artesãos, comerciantes e camponeses que nelas procuraram proteção. O ressurgimento das cidades marca o regresso da Europa à civilização, iniciando um novo período de mudanças. Nisbet (1980) mostra que o indivíduo que morava na cidade durante a Idade Média estava ligado a grupos corporativos (Guildas ou Hansas) e comunais (Associações), e por esse motivo o período foi um dos mais ricos em inovações sociais, filosóficas, científicas e tecnológicas, principalmente entre os séculos XII e XIII.

Dobb (1977), citando o historiador Pokrovsky, retratando o período histórico do surgimento das Guildas, caracteriza o período pelo domínio da *economia natural*, e não pela *economia de trocas*. Mas, com a evolução dos sistemas de Guildas, Hansas e Associações, na fase pré-capitalista e durante o mercantilismo, surge um sistema de trocas voltado para a

⁴⁴ Os trinta anos do Pós-guerra são considerados *a era de ouro da economia mundial*. Segundo Deaton (2017) houve uma diminuição da desigualdade entre os países e um crescimento de 34% na economia mundial. Na década de 1960, a economia mundial cresceu 50%, na década de 1970, 2,5%, e 2,2%, na década de 1980, neste período houve um grande incremento do comércio mundial.

⁴⁵ Para maiores conhecimentos a respeito do *Workfare*, ver Matijascic, Kay & Ribeiro (2008). Alguns dos fundamentos do *workfare* inglês encontramos na previdência social criada pela ditadura militar brasileira, vinculando o acesso à assistência social e previdenciária a formalidade da carteira de trabalho registrada.

⁴⁶ Definida por Thomas Piketty (2014) como o grande desenvolvimento dos três pilares da seguridade social no mundo todo: saúde, assistência social e aposentadorias.

economia de consumo. Para Rosanvallon (2002), as relações comerciais e mercantis entre as cidades da Idade Média europeia⁴⁷ permitiram a *territorialização das relações feudais*, que possibilitaram o protagonismo das Guildas, Hansas e Associações. A demarcação atribuída pela esfera de influência das Guildas organizou o espaço que posteriormente seria ocupado pelo Estado-Nação de modelo europeu dentro e fora de suas fronteiras culturais.

Esse período teve início a partir do século XIII, quando as Guildas e as Associações se desenvolvem como organizações laborais e mercantis num ambiente de *migrações, escassez de terras e conflito entre senhores laicos e a Igreja católica, na Europa* (Norbert, 2006). Black (2017) mostra a origem da organização, já com o caráter *mutualista e protetivo*, baseado não apenas no caráter dogmático da corporação com compromissos de autodefesa, mas como uma proteção social e inclusiva, incluindo as mulheres, mas sem igualdade gênero ou de *status*.

Pirenne (1963) reconhece nos mestres *empreendedores individuais*, organizados em corporações e associações, com trabalho de baixíssima desigualdade social entre seus membros, organizados em um sistema cooperativo, *solidário e protecionista*. Dobb (1977), citando Marx, vincula o modo de produção urbano surgido com as Guildas, Hansas e Associações a *um pequeno modo de produção*, no qual o mestre e seus companheiros de atividade laboral, os aprendizes e jornaleiros, eram *proprietários de seus instrumentos de trabalho*, e o produto era comercializado com a sociedade local.

Huberman (2012) descreve o início da proteção social mutualista, numa época em que a proteção social estava ligada à caridade religiosa ou a leis contraditórias, que protegiam mais o capital do que o cidadão. A economia monetária nasce nas Guildas, com as transações entre artesãos, comerciantes locais e mercadores estrangeiros. A inovação, o monopólio e o protecionismo desses grupos permitiram a acumulação de capital e o surgimento de uma burguesia urbana. Apresentavam o caráter de verdadeiras unidades globalizantes e autônomas no sentido germânico, impulsionando o comércio internacional e protegendo o comércio local, nas cidades europeias. O desenvolvimento das associações, ao longo dos séculos, permitiu o surgimento de artesãos com corporações de até trinta aprendizes (Kuczynski, 1974). No século XV, as cidades comerciais Veneza, Florença, Bruges, Antuérpia, Amsterdam, Londres e outras da

⁴⁷ Segundo Simmel (2013), as relações comerciais surgidas a partir da Idade Média entre as associações germânicas ou servos de gleba fizeram surgir *relações monetárias* que difundiram posteriormente o *sistema monetário*, desfazendo os *vínculos éticos anteriores, dado ao caráter absolutamente objetivo, incolor e mercantil*. E acrescenta o *laxismo e a facilidade que o dinheiro permite a quem o controla*.

Liga Hanseática congregavam comunidades mercantis eminentes (Dobb, 1977). List (2006), defensor do protecionismo econômico e da indústria nacional, por meio do *controle aduaneiro*, relata o poder transnacional da liga hanseática, que fazia do comércio internacional um meio de enriquecimento de *burgueses interesseiros*. Hauser (1989) discorre sobre a revolução de costumes influenciada pela arte e arquitetura renascentistas, servindo de base para o primeiro capitalismo. O desenvolvimento socioeconômico da época permitiu a inclusão das mulheres em condições de igualdade com os homens, nas cidades italianas de Verona e Florença. O autor mostra, ainda, o processo pelo qual a classe média superior ganha poder para além do Estado, com a expansão do poder das Guildas e Associações na cidade de Florença. O resultado do crescimento econômico foi o aumento da desigualdade social, levada a cabo pela acumulação e riqueza dos mestres e mercadores mais antigos. A desigualdade provocou um conflito entre o capital e o trabalho (no período de 1328 a 1338), com a supressão do trabalho assalariado e à bancarrota dos banqueiros, das famílias Bardi e Peruzzi, na região de Florença. Da crise surgiu um governo *popular que daria a Florença quarenta anos de democracia* (Hauser, 1989).

Smith (1950) critica o Estatuto da Aprendizagem (5º de Isabel), promulgado pela Rainha Isabel I, que limitava a opção do aprendiz e garantia ao mestre a exploração do trabalho do aprendiz por sete anos. Acrescenta que o direito livre ao trabalho é o primeiro direito de propriedade a ser garantido.

Por volta de 1800 na Inglaterra, segundo Ashton (1997), o impedimento ao deslocamento da mão de obra dos jovens para concorrer ao mercado de trabalho em todo o país ainda era limitado pela lei do aprendiz. Mantoux (1957) relata que em 1806, nas cidades de Yorkshire e Halifax, ainda eram mantidos os costumes e práticas industriais medievais das Guildas e Associações, com os mestres manufatureiros, usando seus cavalos, companheiros de trabalho e familiares para tecer o algodão e vender no mercado local. A produção agrícola tornara-se deficitária em relação aos ganhos com a manufatura familiar.

No relato de Dobb (1977) encontramos o princípio da acumulação da burguesia urbana, *uma riqueza produzida e não adquirida*. O poder militar das Hansas se evidencia na guerra entre a Hansa Báltica e o reino da Dinamarca. O fim das Guildas começa com a França, em 1791, seguida da Inglaterra, em 1814, e, com o fim do Estatuto do Aprendiz teve fim a filosofia social das Guildas e Associações (Gide & Rist, 1941). Turgot condenava as organizações

corporativas e mutualistas como as Associações, Hansas e Guildas, pois, segundo ele, feriam a liberdade do trabalhador vender seu trabalho livremente.

Para Polanyi (2012), o surgimento do capitalismo industrial *desincrustou* a economia política da sociedade, e até mesmo as iniciativas de proteção social foram voltadas para a manutenção do exército de reserva de trabalhadores. Mas, do ponto de vista da institucionalização da previdência social, os ideais das Guildas e Associações institucionalizaram a proteção e a segurança de seus associados (Black, 2017). O sistema foi destruído pelo capitalismo e pela Revolução Industrial, devido ao seu princípio corporativo, protecionista e solidário de produção e distribuição, que fazia do trabalho não um meio, mas um fim (Reynaert, 2018).

No entanto, Sérgio (1960) mostra a resistência dos princípios solidários que se formaram na Europa, às vezes como Guildas, às vezes como Cooperativas e Sindicatos. A experiência surgida na instituição da previdência social europeia foi fundamental para a implantação do sistema de segurança social latino-americano.

2.2.4 FORMAÇÃO POLITICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA SOCIEDADE CHILENA E SUA RELAÇÃO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL – DO SÉCULOS XVI AO SÉCULO XXI - RESUMO

Para Sepúlveda, o território chileno era compartilhado por tribos autóctones (*Mapuches, Onas, Yámanas e Alacalufes*), altamente aguerridas havia milhares de anos. No século XV, foi ocupado pelo Império Inca (*Tupac Inca Yupanqui*) e, em 1540, pelos espanhóis (*Pedro Valdivia*). A Igreja Católica, inicialmente, estava muito ligada ao Império colonialista. Sepúlveda (2018) relata o triunfo dos mapuches, liderados por *Pelantaro*, sobre os espanhóis, em 1598. No século XVI, os padres católicos se colocaram contra a instituição da divisão de terras entre colonos espanhóis e contra a *encomienda (escravidão)* e o *repartimiento dos Mapuchos*.

Monteys (2005) relata a saída dos espanhóis do Chile, desiludidos com a inexistência de riqueza mineral, ainda no século XVII. Sucintamente, não há como entender a desigualdade social chilena sem antes compreender as distorções que as reformas previdenciárias nesse país causaram na sociedade e sem antes estudar a formação histórica, antropológica e etnográfica do Chile. Rodríguez Weber (2018), citando autores de várias áreas das ciências sociais, afirma que um dos fatores que motivaram a continuidade da pobreza na América Latina e, especialmente,

no Chile foi a existência de instituições surgidas no período colonial, como a *encomienda* e sua transformação em *hacienda*, acrescida da escravidão, da *mita* e da manutenção de uma cultura racista depreciativa dos povos originários. Após sucessivas guerras contra Peru e Bolívia (1879 a 1888), a exploração das minas de salitre dos inimigos, anexadas ao seu território permitiu a apropriação de mais de 50% dos excedentes das receitas de exportação do mineral, para desenvolver a infraestrutura do país e a burocracia estatal.

Segundo Larrañaga (2010), a pobreza econômica do Chile no século XIX foi superada por um *período de prosperidade econômica iniciado na produção do trigo, mineração do ouro, prata, cobre*. Os séculos iniciais de fundação estabeleceram a forma como a sociedade chilena se estruturou, econômica, política e socialmente. O *constructo* social chileno ao longo da história explica a forma como a exclusão se estabeleceu, inclusive na previdência social. O controle exercido pela oligarquia *criolla* chilena ao longo dos séculos, em detrimento do direito das populações originárias, transformou o Estado chileno em um Estado cartel, estabelecido pelo controle do Congresso, mesmo em períodos em que a fração de classe que controlava o país não tinha o apoio do Exército chileno ou dos Carabineiros.

2.2.5 SÍNTESE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA SOCIEDADE CHILENA

Em 1928, o jornalista chileno Alberto Edwards, do jornal *El Mercurio*, baseado na obra *La decadencia del occidente*, do alemão Oswald Spengler, fez uma dura autocrítica em relação a sua classe social e sua relação atávica com o poder. Edwards demonstrou a relação de falso antagonismo entre o clericalismo e o liberalismo chileno e suas derivações políticas, com o falso confronto entre *pipiols e pelucones*. O arranjo político acordado entre católicos e maçons organizou o Estado chileno para garantir a ordem e a estabilidade das frações de classe que compunham a elite *criolla*. A estrutura político-social se baseava no modelo autoritário, uma ditadura sem ditador, despersonalizando o poder e mantendo as prerrogativas da Igreja Católica como elo entre os pobres e a elite. Esse arranjo político, conhecido por *unión sagrada*, teria para sempre o objetivo de evitar a repetição da *protorrevolução socialista copianiana de 1859* ou a aventura *Presidencialista de Balbacena*, na guerra civil chilena (Sepúlveda, 2018).

No século XVII, a sociedade chilena dividiu-se em classes sociais, inicialmente formadas por colonos espanhóis bascos da elite latifundiária e por mestiços *criollos*, mestiços

mapuches e outras etnias originais (Monteys, 2005). Essa organização social determinaria todos os atritos sociais – luta de classes – até a atualidade. Após o terremoto que destruiu o Peru (século XVII), por ordem de Madrid, novos governantes chegaram com as famílias dos bascos Larrain, Errázuriz, Lecaros, Vicuña e Aristia, para colonizar a Villa de Aranas (Monteys, 2005).

A classe pobre no Chile, composta por índios e mestiços, foi acolhida e protegida apenas durante o período da conquista, quando os religiosos que acompanhavam os espanhóis se colocaram contra a prática da *encomienda*. A independência do Chile foi proclamada por Bernardo O'Higgins, em 1818, com a ajuda de um exército formado por 70% de soldados de origem africana, que lutavam por sua liberdade (Sepúlveda, 2018). Para Sepúlveda, o Chile é o país de maior tradição republicana na América do Sul. Desde a proclamação de sua independência desenvolveu um regime democrático, porém dominado por oligarquias e lutas étnicas e de classes, no decorrer de sua história. Após o êxito da Revolução Cubana e das conquistas econômicas e científicas da URSS, o socialismo e suas derivações (marxismo e social-democracia reformista) popularizaram-se na América Latina, a partir da década de 1960. O continente sofreu as consequências da Guerra Fria, com a intromissão dos Estados Unidos e da Igreja Católica, influenciando diretamente a política interna dos países da região. Os atritos políticos entre *conservadores, progressistas e socialistas geraram* conflitos armados em diversos países da América Latina (Larrañaga, 2010).

2.2.5.1 REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Em 1823, o próprio libertador é retirado do poder após suas reformas sociais não serem aceitas pela oligarquia chilena (Sepúlveda, 2018). A derrubada de O'Higgins deu lugar à primeira Constituição (1823), autoritária e conservadora. O Chile passou a ser governado por três oligarcas: Agustín Eyzaguirre, José Miguel Infante e Fernando Errázuriz, dividindo em dois extremos a política chilena: conservadores e liberais.

Para Moniz Bandeira (2009), a partir das eleições de 1828, os conservadores governaram até 1871. As reformas na Constituição de 1833 instituíram o parlamentarismo, e o domínio do parlamento enfraqueceu os poderes presidenciais, o que deu ao Congresso o *status de comuna autônoma*, podendo derrubar gabinetes mediante *votos de confiança ou censura* (Gazmuri, 2012). Uma nova interpretação da Constituição de 1833 retirou o monopólio do ensino da Igreja Católica, no ano de 1865.

No século XIX, a descoberta de minas de prata em Caracoles proporcionou o aumento da riqueza do país (Monteys, 2005). Em 1845 chegaram os primeiros colonos alemães católicos que habitariam o sul do Chile. Na cidade de Valparaíso chegaram os primeiros alemães protestantes (Gazmuri, 2012). Na economia, segundo Gazmuri (2012), o liberalismo clássico, difundido no Chile por Courcelle-Seneuil no século XIX, formou o pensamento econômico liberal da elite *criolla* chilena. A doutrina da economia clássica, de mercado livre e aberto, formou a elite e o funcionalismo público de classe média. Os liberais governaram de 1876 a 1891, estabelecendo reformas que limitaram o poder da oligarquia (Monteys, 2005).

O conflito de classes no Chile, que unia as velhas frações da classe dominante (aristocracia colonial, oligarquias e burguesia urbana), tinha a pequena burguesia de funcionários públicos como classe de apoio, e essa classe de apoio, perdeu o acesso aos postos-chaves da burocracia civil durante a ditadura militar chilena (Marini, 2019). Também em 1891, o capitão João Montt Alvarez liderou o golpe de Estado que recolocou os conservadores no poder. Em um contragolpe, ele foi *deposto por um levante popular* que instituiu um Parlamento Republicano.

Em 1883 foi criada a Sociedade de Fomento Empresarial (SOFOFA), uma das pioneiras na política de proteção fiscal da indústria nascente na América Latina, muito influenciada pelas ideias de Alexander Hamilton aplicadas nos Estados Unidos e pelo economista alemão Georg Friedrich List. A indústria sofreu a influência política dos produtores de trigo e dos exploradores da mineração, dificultando a evolução do setor industrial chileno e colocando o Estado a serviço desse grupo econômico.

Após sucessivas guerras venceram os Mapuches ao sul do Rio Bío-Bío, dando acesso à posse das terras por oligarcas chilenos (Rodríguez Weber, 2018). A década de 1880 foi marcada pelo início de uma grande expansão da mineração nas terras conquistadas durante a Guerra do Pacífico e por uma grande produção agrícola, fruto da exploração das terras retiradas das populações originárias na região de Araucanía. Em 1891, começou a guerra civil chilena. Os conservadores, vencedores, impuseram a vontade das elites durante o período chamado república oligárquica parlamentar. A elite conservadora chilena no poder era apoiada pelo clero, mas alguns setores da Igreja e da política somente passam a ter preocupações sociais a partir de 1891, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, a doutrina social da Igreja do Papa Leão XIII (Gazmuri, 2012).

De acordo com Moreno Durán e Vergara D'Avila (2013), após esse período nasceu a burguesia chilena, formando um estamento social de ricos que, graças à pequena industrialização do último quartil do século XIX, acumulou capital com as benesses do Estado. Substituíram a aristocracia dos oligarcas tradicionais, liderando a política e a economia e replicando para o povo as mesmas condições sociais vividas no período pré-industrial inglês. A elite oligárquica, beneficiada pelas arrecadações fiscais do Estado, realizadas por meio das exportações de *commodities* para a Grã-Bretanha (até 70% das exportações do período) e das importações de manufaturados (30%), permitia o consumo de artigos de luxo que prejudicavam a balança comercial chilena. Porém, os benefícios fiscais do desenvolvimento econômico do período não geraram políticas públicas distributivas para os mais pobres (*campesinato, mineros e obreros urbanos* – Gazmuri, 2012).

O crescimento econômico no período não propiciou um crescimento robusto para a economia chilena. No campo social, a exploração das classes trabalhadoras, rural, urbana e da mineração aumentou a violência, o alcoolismo e o roubo de gado no campo. A extrema pobreza do povo fragilizou o tecido social chileno. As minas de salitre no Norte, a pobreza na cidade e os trabalhos mediante tarefa, no porto de Valparaíso aproximou a classe pobre da consciência política e social. No final do século XIX, no setor público, os funcionários recebiam salários que mal garantiam sua sobrevivência. Os trabalhadores proletarizados das cidades recebiam, entre 5 e 7 pesos por dia, os da mineração ganhavam em média 3,8 pesos ao dia para uma jornada de trabalho de dez horas (em 1907). A elite chilena endividada contraía empréstimos bancários na Inglaterra, com paridade no ouro. Com o fim da paridade libra/ouro, houve uma redução das dívidas e uma vantagem econômica que enriqueceu ainda mais a elite oligárquica (Gazmuri, 2012).

Na última década do século XIX, aumentaram os conflitos, com mais de 200 greves, provocadas pelo crescimento da desigualdade social e pelo surgimento da consciência de classe no Chile. A persistência da pobreza após o período de crescimento econômico no final do século XIX pode ser explicada por três fatores (Larrañaga, 2010): primeiro, a renda em valores absolutos não era suficiente para que houvesse investimentos na população; depois, a ausência do Estado na oferta de serviços públicos (saúde, educação, legislação e fiscalização), e, por fim, a má distribuição da riqueza por motivação política ou corporativa. A desvalorização da moeda chilena

e a inflação empobreceram e mobilizaram os trabalhadores: ferroviários, mineiros e operários urbanos fizeram emergir a consciência de classe. Em 1900 foi instituído o serviço militar obrigatório, e o Exército chileno passou a ter contato com a realidade do povo campesino e sua profunda miséria existencial. Formaram-se, então, grupos de militares que passaram a criticar a classe média e a elite chilena. O início do século foi marcado por uma nova crise econômica, que levou a uma grande greve no Porto de Valparaíso em 1903. Na economia, a exportação de minério respondia por 56,29% dos tributos recolhidos pelo Estado chileno (Lüders et al., 2012). Santa Cruz (1959) mostra que a falta de tecnologia da mineração do cobre impedia o país de concorrer com outros produtores no mercado externo, mesmo com grandes jazidas, diminuindo a produtividade das exportações e a venda de cobre chileno para a Grã-Bretanha. Esse período durou até 1905 e foi responsável pela diminuição da desigualdade durante o período de desenvolvimento; quando começaram os problemas com as exportações chilenas, a desigualdade disparou.

Em 1906, assumiu a presidência Pedro Montt, e em 1907 nova greve se iniciou em Iquique, com resultados catastróficos. O presidente mobilizou o Exército e a Marinha para terminar com a greve. Segundo Sepúlveda (2018), havia o perigo de a greve assumir proporções que levariam a uma rebelião popular, o que colocaria em risco o pacto de controle e poder da burguesia e da aristocracia chilena. Os pobres eram submetidos à exploração de um feudalismo tardio, que no Chile era muito bem identificado na prática do *inquilinato e nos trabalhos precários de lavadeiras e domésticas*, submetidos à subsistência, sem participação política, relegados à caridade da Igreja e sem a proteção do Estado (Sepúlveda, 2018).

Santa Cruz enfatiza que as diferenças de produtividade e tecnologia refletiram nos custos de produção, que diminuíram a competitividade dos produtos chilenos no mercado mundial (Santa Cruz, 1959). O liberalismo defendido pela elite chilena não podia cumprir a tarefa de promover a igualdade e a dignidade de todos os cidadãos, mas apenas de sua elite. Surgiram os partidos de orientação popular (*Partido Democrático e Partido Radical*), de oposição aos liberais e conservadores (Moniz Bandeira, 2009). A virada do século revelava um país de massas pobres, composto por indígenas, vivendo à beira da escravidão, explorados pela prática secular do *inquilinato* (arrendamento), sem poder político, com inquilinos e peões vivendo sob a proteção exploradora dos *patrões feudais* (Santa Cruz, 1959).

Em 1912 foi fundado o *Partido Obrero* (operário) *socialista*, na cidade de Antofagasta, segundo Vargas Faulbaum (2018), inspirado nos movimentos trabalhistas europeus, depois do massacre dos grevistas, em 1907. O Partido Conservador chileno e a igreja católica passaram a defender uma vida melhor para a classe trabalhadora e suas famílias. O Partido Liberal aprovou uma legislação trabalhista em 1907.

O início da Primeira grande Guerra Mundial e a descoberta dos fertilizantes artificiais na Alemanha mergulharam o Chile numa profunda crise econômica pela diminuição da venda do salitre (doença holandesa). Dependente de capitais externos, tudo o que produzia era usado no pagamento da dívida externa (Santa Cruz, 1959), e, com a guerra, diminuíram as exportações. A volta dos liberais ao poder foi marcada pela fraude eleitoral. Nas urnas apareceram mais votos do que eleitores, os *sobre brujos*, que elegeram Juan Luis Sanfuentes Andonaegui.

A tardia implantação de um Estado Social no Chile, segundo Larrañaga (2010), e *la inacción en lo Estado Social chileno*, é fruto da extremada ideologia liberal da elite do país, que pregava que *ninguém melhor que o indivíduo pode decidir o que melhor lhe convém*. Para os conservadores, uma participação assistencialista do Estado poderia promover a indisposição para o trabalho entre os mais pobres. Em 1916, organizados em torno do *Partido Demócrata e do Partido Obrero Socialista*, e pela *Federação Operária do Chile*, uma série de reivindicações trabalhistas e sociais se iniciou, o que mudaria radicalmente a organização política chilena por quase setenta anos (Larrañaga, 2010). Para Larrañaga (2010), a classe média chilena iniciou o protagonismo político a partir de 1920, com a eleição de Arturo Alessandri de Palma. A classe média convocou o povo para participar da vida política do Chile. Esse fato encerrava a República Oligárquica e seu controle sobre o Parlamento. Entre 1920 e 1925, acirraram-se os conflitos políticos que fez surgir a Aliança Liberal (liberais radicais e socialistas democráticos), que assumiu o poder político, levando à presidência Arturo Fortunato Alessandri Palma, *el León de Tarapacá*, inimigo das oligarquias, por ele chamadas de *La canalla dorada*. O novo presidente, apoiado pela jovem oficialidade do Exército, introduziu leis a favor dos trabalhadores, mas acabou deposto por um golpe militar em 1924. O motivo foi sua oposição à aprovação da lei de promoções do Exército, proposta pelo *prussiano* Exército chileno, que reivindicava a promoção de oficiais gerais com apenas 45 anos de idade (Sepúlveda, 2018).

A segmentação social, privilegiando a categoria profissional e a classe social (Larrañaga, 2010), determinou a construção do modelo de *Estado de Bem-Estar Social corporativo chileno* que se instala a partir da década de 1920. O modelo reproduzia os privilégios que moldaram a sociedade chilena ao longo dos séculos XIX e XX. Baseado em Bismarck, não universalizava os serviços públicos como fez o modelo social-democrata sueco e austríaco. A agitação social da classe trabalhadora chilena não formou uma representação política popular, mas sim dos setores ligados à burocracia do serviço público, da Igreja Católica e de imigrantes europeus, que trouxeram ideologias que já faziam parte da organização social europeia. O êxodo rural do século XIX, sustentado pela expansão da exploração da mineração e pelo tratamento semifeudal que se instalou na zona rural da região araucariana dominada pelo latifúndio, aumentou a agitação social.

Valentin Letelier surgiu como liderança social-democrata do Partido Radical com o *slogan se la libertad oprime al pobre, la ley lo protege*. A Revolução Russa e o pós-guerra produziram uma mudança de postura por parte dos oligarcas chilenos. O senador Barros Errázuriz colocou-se a favor da educação obrigatória uma luta de mais de meio século das forças progressistas chilenas, argumentando que estavam *todos de acuerdo, porque la verdad no es este el momento más adecuado para provocar luchas doctrinarias* (Larrañaga, 2010).

A República oligárquica chilena, durante sua existência, foi eficiente na manutenção da *desigualdade social no país*, no censo de ordem e hierarquia social, mantido pelo dogma e pelo hábito na sociedade, até o surgimento da República mesocrática, quando a proteção social se torna uma preocupação dos governos. O movimento de Alessandri, candidato à presidência, tinha por objetivo evitar o crescimento do socialismo no Chile, usando o Estado como promotor do bem-estar de todos por meio de uma agenda transformadora⁴⁸.

2.2.5.2 REPÚBLICA MESOCRÁTICA

Segundo Moreno Durán e Vergara D'Avila (2013), em 1925 foi promulgada a nova Constituição Política do Chile, corolário da presidência de Arturo Alessandri, cujo objetivo era reformar a Constituição via Assembleia Constituinte. Respondendo ao anseio popular, organizou

⁴⁸ Segundo Larrañaga (2010), a agenda de Alessandri previa seguro previdenciário por acidente de trabalho, invalidez e velhice, leis trabalhistas, criação de uma instituição pública de regulamentação e fiscalização do trabalho, criação de Tribunais e órgão de mediação e arbitragem para conflitos trabalhistas, instituição de um salário-mínimo pago em dinheiro, idade mínima para trabalhadores de 14 anos de idade e controle de preços sobre uma cesta básica de alimentos.

o Congresso Constituinte, denominado popularmente *constituente de trabalhadores por uns e por outros como Assembleia constituinte de trabalhadores e intelectuais*. O resultado dos trabalhos no Congresso estabeleceu os princípios básicos para a nova Constituição política, propôs uma Câmara única eleita por sindicatos, federalismo republicano, igualdade política entre homens e mulheres, separação entre Igreja, Estado e Exército permanente. A Constituição chilena de 1925 garantia no seu artigo 10 a proteção ao trabalho, à indústria e às instituições de previdência social. Sepúlveda (2018) relata que, em 1925, após mais um golpe militar, a república socialista assombraria novamente o Chile (Moniz Bandeira, 2009) em razão do golpe do coronel Marduke Groove, Oficial do Exército com tendência socialista, e do Tenente-Coronel Carlos Ibañez, motivados pela terrível crise socioeconômica que arrasou o Chile em 1931, reflexo da crise da bolsa nova iorquina de 1929. Os ditadores com o *slogan alimentar el pueblo e vestir el pueblo*.

No plano econômico, prometeram cobrar mais impostos sobre as *grandes fortunas* da oligarquia chilena e acabar com o monopólio da exportação do cobre. O levante militar, não tinha influência soviética, cercou o Palácio Presidencial de *La Moneda* e prendeu o presidente Luis Altamirano (Monteys, 2005). Acabava assim a supremacia do Congresso elitista, e o domínio político das oligarquias que durava 35 anos. Após um período ditatorial, ocorreram eleições que formou o novo governo, o primeiro governo presidencialista do Chile, elegendo-se o presidente Emiliano Figueroa e, como ministro da guerra, Carlos Ibañez Del Campo, apoiados pela *Unión Social Republicana de Asalariados de Chile*. Esse período histórico ficou conhecido como o início da República Socialista. Em 1927 a lei orgânica orçamentária n. 4.520, criou a DIPRES – Dirección de Presupuestos, para coordenar a execução e o planejamento orçamentário chileno, dentre eles o orçamento previdenciário. A crise de 1929 em Wall Street atingiu o Chile em 1931, com a diminuição das receitas das exportações de salitre e cobre, causando a crise da dívida externa chilena e o aumento generalizado de preços, motivado pelo colapso cambial que tornou a balança de pagamentos negativa.

Conforme explicou Celso Furtado (1976), no caso do Chile, o caminho escolhido para a substituição de importações não foi motivado pela busca da industrialização, mas sim pela superação da grave crise econômica de 1929. O Chile foi atingido pela crise denominada *doença holandesa*, porque mais de 50% da receita de suas exportações advinha de uma única *commoditie*, o cobre. O salitre mineral chileno, extraído do *caliche*, depois que a Alemanha

inventou o salitre sintético, perdeu preço no mercado internacional. Conforme mostra Rodríguez Weber (2018), o baixo desenvolvimento e a alta desigualdade no país foi obra da construção socioinstitucional. As históricas e *agudas assimetrias de poder e a concentração da propriedade agrícola* sempre caracterizaram a construção social do Chile. No acirrado conflito social chileno, surgiram as *milícias republicanas*, comandadas pelo militar reformado Wilson, no ocaso da *República socialista chilena* (Sepúlveda, 2018). Nasceu o Partido Socialista Chileno (1933), organizado pela burguesia liberal da cidade de Valparaíso, destacando-se o jovem médico Salvador Allende Gossens, *ex-membro da milícia socialista que combateu as milícias republicanas* (Monteys, 2005).

Em 1934, o governo de Arturo Alessandri Palma protagonizou um dos maiores banhos de massacres da história do Chile. Índios *Mapuches* e colonos foram assassinados ao serem retirados à força de terras de reassentamentos rurais pelas *milícias republicanas*, carabineiros e *nacistas* (Sepúlveda, 2018). Os *nacistas* chilenos, com seu compromisso *antissocialista e antidemocrático*, atacaram e tomaram a Universidade do Chile, apoiados pelo Exército chileno, e *tomaram de assalto* a Caixa de Seguro Operário.

Nas eleições para presidente, contra os interesses políticos de Alessandri e de Ibañez, o povo optou por um candidato que mudaria em curto prazo as práticas políticas no país. Em 1939, um grande terremoto sacudiu o norte do Chile e a vida política do país. O novo presidente, Pedro Aguirre Cerda, *Don Tinto*, apoiado pela frente popular, mudaria a história social e econômica dos chilenos. Cerda demonstrou uma grande capacidade administrativa, marcando seu mandato pelo projeto *nação educadora*⁴⁹, por meio do qual foi criada uma agência de reconstrução da região do terremoto e uma agência de fomento para o desenvolvimento industrial do país, a CORFO.⁵⁰

Durante a instalação da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) na década de 1930, os industriais participantes da SOFOFA se colocaram contra as Estatais, que concorriam com suas indústrias no mercado (Meller, 2007). O espírito de estadista de Cerda deu início ao desenvolvimentismo chileno, criando uma indústria de base, substituindo as

⁴⁹ Sob o lema *Gobernar es educar*, construiu 621 escolas, 85 liceus públicos e 71 escolas secundárias. Seu objetivo era a melhoria da situação socioeconômica do povo por meio da educação.

⁵⁰ Criação da Agência de Fomento chilena CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), criada pela Lei n. 6.334, de abril de 1939, na presidência Pedro Aguirre Cerda, cujo objetivo não era substituir a iniciativa privada, mas sim investir nos projetos que exigiam grande risco e investimento em capital. Para mais informações sobre a participação da CORFO na economia chilena, ver Sepúlveda (2018).

importações industriais e fomentando uma burguesia capitalista, mas não nacionalista, pró-EUA. O *presidente dos pobres* chegou ao poder pela mão do *sindicalismo de esquerda*, com a finalidade de garantir a proteção e o desenvolvimento social, sob o lema *governar para educar*, na brecha deixada na luta fratricida entre conservadores e radicais (Sepúlveda, 2018). Na política de emigrações, permitiu a entrada de judeus a partir de 1938. Em 1941, morreu vitimado pela tuberculose. Pedro de Aguirre Cerda atravessou o período de crise do pós-guerra, quando a exploração do cobre já estava sob controle de empresas norte-americanas, que pagavam baixos impostos pela exportação do minério. Seu governo marcou o ápice da república mesocrática no Chile, optando pelo modelo de substituição de importações e industrialização.

Com a morte de Cerda, a classe média conservadora, com a ajuda americana, volta ao poder ficando de 1946 a 1964, mergulhando o Chile em uma grave crise social e econômica. Em 1947, os comunistas ganharam força nas eleições municipais apoiando greves e movimentos populares. Vargas Faulbaum (2018), citando Moulian (1986), definiu a assunção de Carlos Ibañez Del Campo (Partido Radical) como Presidente chileno, com a união política *antagônica* às oligarquias tradicionais reunindo os *desencantados com a política*. Uniu-se a classe média burguesa à esquerda e à direita, numa coalizão inusitada, popularmente apelidada de *populismo ibaísta*.

Para Marini (2019), o *populismo ibaísta* introduziu um movimento de massas com uma violência inusitada como as manifestações de 2 de abril de 1957. As turbas eram compostas de indivíduos que *não reconheciam os partidos políticos como condutores da vida política*. De acordo com Sepúlveda (2018), a coalizão tinha por objetivo uma ruptura com o passado dominado pelos *clanes econômicos* e prometia *barrer la corrupción*. O movimento lançou suas bases intelectuais e operacionais em território chileno por meio de convênios e do auxílio econômico dos EUA.

Sepúlveda (2018) analisa a situação sob outra perspectiva, vinculando a iniciativa a um mesmo personagem, Agustín Edwards Budge, banqueiro e dono do grupo jornalístico *El Mercurio*, que convenceu Ibañez a contratar a missão *Klein-Saks* a fim de mudar a orientação econômica do Chile. A comissão já trabalhara no Peru e na Guatemala em projetos de desenvolvimento econômico e de redução inflacionária, promovidos pelo Departamento de Estado, sempre vinculados ao Sistema Financeiro norte-americano. Esse fato é o marco inicial na

história do neoliberalismo *criollo* na América Latina (Correa, 1985). Identificou vários problemas macroeconômicos na economia chilena, e ideologicamente imputou a ISI como *inflação gerada pelo governo e pelos tributos*, sugerindo a aplicação de uma *política monetária restritiva* (Correa, 1985). O diagnóstico da comissão prescrevia reformas radicais como congelamento de salários, aperto monetário, demissão de funcionários públicos e aumento da tributação dos ricos. A sugestão de aumentar os tributos dos mais ricos não agradou a elite política chilena. A comissão foi encerrada pelo presidente, por pressão política da burguesia corporativa e das oligarquias.

No ano de 1957, assumiu o governo Jorge Alessandri, *gobierno de gerentes*, marcado por um forte êxodo rural e pelo surgimento das *populaciones callampa*, nas grandes cidades marcadas pela extrema pobreza. O período de Alessandri marcou a conquista do acesso as Universidades pela pequena burguesia burocrática chilena, último bastião exclusivamente frequentado pela elite do país desde 1855 (Marini, 2019). A influência política das oligarquias e corporações criou o efeito de *seletividade social e regressividade das pensões*, mantendo o privilégio das classes sociais com maior influência política e excluindo populações originárias, como os *Mapuches*.

Historicamente, os *Mapuches* eram trabalhadores do setor primário em constante conflito com as oligarquias que dominavam o Estado⁵¹. Durante o terremoto de 1960 o *gobierno de gerentes* do Presidente Alessandri, não socorreu o povo com a competência que se esperava dos gerentes, dentre eles José Piñera. Alessandri, aconselhado pelo Presidente americano John F. Kennedy, começou a primeira reforma agrária do Chile, em 1962, acompanhado pela Igreja Católica, coordenadas pelo arcebispo de Santiago, Silva Henríquez. O Chile chegava ao momento de sua mudança radical no plano político e econômico. Para essa mutação, apresentavam-se duas doutrinas: o socialismo marxista e a doutrina social da Igreja.

Os Estados Unidos estavam moldando a nova América Latina, usando a CIA, o BIRD e a Aliança para o progresso⁵². Na América Latina, o Chile foi o país que mais vivenciou a influência política das ideologias dominantes do século XX: oligarquias *criollas*, democracia-cristã

⁵¹ Como na batalha entre espanhóis e mapuches, em 1571, comandada por Rivera, descendente de Tupac Amaru I, e, em 1780, Tupac Amaru II (Sepúlveda, 2018).

⁵² Agência Central de Inteligência (CIA) americana, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Aliança para o Progresso.

socialista e o liberalismo ortodoxo de pensamento econômico neoliberal, imposto a *ferro e sangue* pela ditadura Pinochet, apoiado pelos EUA⁵³.

Vargas Faulbaum (2018) mostra a importância do Relatório Econômico elaborado pela Comissão Prat, que indicou as graves desigualdades sociais e os problemas de receitas fiscais dos governos anteriores à gestão Frei. O governo Frei tinha o compromisso de estabelecer a justiça social no campo, focada em três objetivos: *aumento da produção, melhoria das condições de vidas dos trabalhadores e diminuição da desigualdade entre os trabalhadores do campo e da cidade* (Rodríguez Weber, 2018).

Para Sepúlveda (2018), a Democracia Cristã de Eduardo Frei Montalva teve o apoio midiático do jornal *El Mercurio* contra Allende, representante da Frente de Ação Popular (FRAP) nas eleições presidenciais de 1964. O começo do governo Frei se caracterizou pela regulação da economia, pela redução da inflação, aumento da distribuição de renda, da renda *per capita* e do PIB. O crescimento econômico no curto prazo foi alimentado pelo aumento do gasto público e do financiamento externo, sustentado pelos EUA, dentro do contexto da Guerra Fria (Moniz Bandeira, 2009).

Segundo French-Davis (2018), o desempenho econômico do biênio 1965-1966 foi alimentado pelo aumento do gasto fiscal proporcionado por uma *profunda reforma tributária*, que elevou a arrecadação, reduziu a evasão e elevou a *progressividade do sistema de contribuições previdenciárias*. Segundo Lambrecht Plaza (2011), as eleições parlamentares de 1965 deram maioria à coligação de Frei. Porém, o senado continuava controlado pela oposição, o que dificultou a aprovação de seus projetos. A partir de 1967, a economia começou a cair, chegando a 1,2% de aumento do PIB. O país entrou em recessão com o aumento da inflação e das greves por melhores salários (Sepúlveda, 2018).

De acordo com Marini (2019), nesse momento o governo Frei começou a cumprir seus compromissos internos e externos, os setores pequeno-burgueses que sustentaram a República Mesocrática perderam poder no governo e no partido governante. O governo permitiu a expansão das transnacionais que alimentaram e liquidaram a indústria desenvolvida pelas ações da CORFO, aumentando os desequilíbrios cambiais devido às importações de produtos de consumo de alto valor agregado.

⁵³ Orientação econômica imposta por uma ditadura militar, sob orientação da Escola de Chicago, apoiada pelo Banco Mundial e pelo FMI.

O final melancólico do governo Frei, para French-Davis (2018), deveu-se ao gasto público elevado e ao baixo crescimento econômico de 4,6% anual, baixo em comparação com a América Latina, que cresceu 5,9% durante o período de seu governo. De acordo com Sepúlveda (2018), no rescaldo do colapso do governo da Democracia Cristã (DC), surgiu uma nova unidade política, formada pelos partidos Socialista, Comunista, Radical e Movimento de Ação Popular Unitária, denominada Unidade Popular (UP). Inicialmente, seu candidato era o poeta Pablo Neruda, substituído por Salvador Allende. O novo presidente recusava o modelo marxista-leninista e queria um caminho próprio para o Chile, porém os partidos comunistas e socialistas radicalizaram-se a partir de 1964, depois da interferência dos EUA na eleição presidencial.

Para Marini (2019), a vitória da UP sobre a DC nas eleições de 1970 deveu-se à arrogância dos partidos Nacional e Democracia Cristã, que não se coligaram para enfrentar a unidade popular, pois os votos da UP somavam o mesmo um terço das eleições anteriores. Após a eleição de Allende, o empresário Agustín Edwards Eastman, dono do grupo empresarial de mídia *El Mercurio*, foi a Washington visitar o presidente Nixon e a CIA.

Nixon criou o plano *Track II* para depor Allende antes deste assumir no Congresso. Lambrecht Plaza (2011) narra o ambiente pré-assunção do Presidente Allende, quando o general Comandante do Exército René Schneider, um militar constitucionalista, foi brutalmente assassinado, em 22 de outubro de 1970, com o objetivo claro de impedir a posse de Salvador Allende. A via política escolhida por Allende respeitava a soberania popular e a institucionalidade democrática de um Estado burguês.

Na economia, o governo da UP seguiria o modelo do planejamento estatal, com a nacionalização e a estatização de bancos, a mineração e utilizando um artigo de 1930 para estatizar empresas privadas em situação de falência. O objetivo dessas nacionalizações e estatizações era criar uma *área de propriedade social*. O primeiro ano do governo Allende, em 1971, foi de grandes melhorias sociais, aumento da renda dos mais pobres, aumento do PIB e redução do desemprego. No ano seguinte, o aumento do auxílio para as empresas estatizadas e nacionalizadas se fez necessário, devido à diminuição da produtividade. Essa medida ocasionou um déficit fiscal de 24,5% do PIB, e a emissão de moeda cobriu 60% do déficit, uma vez que o governo sofreu represálias dos bancos internacionais de fomento⁵⁴.

⁵⁴ Para maiores conhecimentos, ver Sepúlveda (2018).

Allende não conseguiu reformar a previdência chilena, pois a força do Congresso, dominado pelas elites oligárquicas e controlado pelos interesses estadunidenses, não deixou aprovar as tentativas de acabar com as *pensões perseguidoras* e outros beneficiados pelo poder político em detrimento da *clase obrera*. Mas, os problemas não eram apenas das pensões perseguidoras e do caos instalado nas Caixas de Pensões Setoriais. As distorções que a legislação causou no regime de repartição fizeram com que este se tornasse altamente regressivo na relação entre contribuição e benefícios.

Em 1973, Claudio Orrego Vicuña, intelectual orgânico da Democracia Cristã e um dos pilares intelectuais da CIA no Chile, publicou um artigo comparando a vitória da coalizão de esquerda nas eleições chilenas como a *invasão das forças nazistas* contra a União Soviética na Segunda Guerra Mundial (Marini, 2019). O aumento da inflação e o início da recessão acabaram com o apoio popular a Allende; greves e peneiras tomaram a sociedade chilena de assalto, fragilizando o governo e mobilizando as forças armadas e carabineiros contra os socialistas.

A ideia de guerra civil ou golpe de Estado entrou na pauta da direita conservadora, anunciado em janeiro de 1973 por Jaime Guzman, um advogado *gremialista* conservador que viria a ser um dos conselheiros de Pinochet. Professor da Universidade Católica de Santiago, apelava a uma terceira instância do poder na sociedade chilena, as *Forças Armadas*. De acordo com Gazmuri (2012), as Forças Armadas chilenas sempre tiveram um posicionamento neutro e constitucionalista, tese também defendida por Allende. Porém, na realidade elas já estavam alinhadas com a doutrina de segurança nacional e a guerra ao comunismo, disseminada entre a alta oficialidade das Forças Armadas de todos os países latino-americanos desde 1946, com o início da doutrinação militar da Escola das Américas no Panamá.⁵⁵

O alinhamento da alta cúpula militar, formada na *doutrina da contrainsurgência anticomunista*, defendia os interesses corporativos norte-americanos na região latino-americana e promoveu a derrubada do governo da Unidade Popular. Articuladas, com dinheiro e apoio logístico da CIA, greves, passeatas e manifestações seguiram-se de fevereiro 1973 até o dia 11 de setembro do mesmo ano, quando o Palácio da Presidência, *La Moneda*, foi bombardeado pelo Exército e pela Força Aérea do Chile.

Salvador Allende Gossens foi morto no assalto militar ao palácio durante o golpe militar (Moniz Bandeira, 2009). Segundo Salej Higgins (*apud* Hinkelammert, 2013), o clima na época

⁵⁵ Órgão do Departamento de Defesa dos EUA, funcionou no Panamá de 1946 até 1980.

da morte de Allende era conflitante no rádio e na televisão. No canal 13 da Televisão da Pontifícia Universidade Católica do Chile, o Padre Raúl Hasbún, secretário do Cardeal Silva Henríquez, justificava⁵⁶ com *proclamas religiosas* o golpe violento e mortal de Pinochet contra Salvador Allende. O Presidente chileno eleito democraticamente, com 36,63% dos votos e escolhido pelo Congresso, no dia 24 de outubro de 1970, de acordo com a Constituição, terminava dramaticamente a última experiência de um governo popular chileno.

O período da República Mesocrática que terminava, ficou marcado pela melhoria na distribuição de renda, diminuição da desigualdade e desenvolvimento industrial. Porém, Larrañaga (2010) mostra que, mesmo nesse longo período de predomínio político da classe média organizada, reformas políticas substanciais não foram aprovadas. O autor explica que o poder parlamentar, herança do controle do Parlamento durante a República oligárquica parlamentar, ainda era mantido pelo controle do congresso, pela fração de classe da alta burguesia, descendente da aristocracia colonial *criolla*. As elites rurais mantinham a maioria conservadora no Congresso chileno, controlando o voto *a cabresto dos trabalhadores rurais e inquilinos*, pelo controle das corporações empresariais sobre o aparato público e pela manipulação política da opinião pública pela mídia, que pertencia à elite chilena (Larrañaga, 2010). A história da previdência social chilena sofreu transformações paradigmáticas a partir de Pinochet, que foram propagandeadas pelas agências intergovernamentais GBM e FMI como novo modelo a ser seguido na região.

2.2.5.3 DITADURA BUROCRÁTICO MILITAR – ORIENTAÇÃO ECONÔMICA NEOLIBERAL

Após o êxito da Revolução Cubana e das conquistas econômicas e científicas da URSS, o socialismo e suas derivações (marxismo e social-democracia reformista) popularizaram-se na América Latina, a partir da década de 1960. O continente sofreu as consequências da Guerra Fria, com a intromissão dos Estados Unidos e da Igreja Católica, influenciando diretamente a política interna dos países da região. Os embates políticos entre *conservadores, progressistas e socialistas* geraram conflitos armados em diversos países da América Latina (Larrañaga, 2010). Um dia após a morte de Allende – 12 setembro de 1973 – tomou posse a Junta Militar chilena, composta pelo General Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, do Exército, pelo General do Ar

⁵⁶ As vivências de Franz J. Hinkelammert durante o golpe militar do Chile de 11 de setembro de 1973 serviram de base epistemológica para o filósofo desenvolver a teoria que originou a obra *Ideologia da submissão*.

Gustavo Leigh, da Força Aérea, e pelo Vice-Almirante José Toribio Merino, da Marinha do Chile. A Junta Militar, chefiada por Pinochet, passou a governar por decretos-lei, revertendo as transformações sociais promovidas pela Democracia Cristã e pela Unidade Popular.

Na economia, o Plano Econômico Neoliberal, *las políticas económicas específicas que Chile debe adoptar para superar la aguda crisis que enfrenta*, cognominado como o *ladrilho*, foi colocado em prática, referendado por Milton Friedman. O plano, elaborado por professores de economia, de orientação neoliberal ortodoxa, da Universidade Católica do Chile, oriundos da Universidade de Chicago, conhecidos como *Chicago Boys*, transformou-se no *vade mecum* econômico da junta militar. A promessa de privatizações e de devoluções das terras distribuídas na reforma agrária de Frei e Allende deu uma nova dinâmica à política e à economia chilena e muita ajuda do exterior (EUA). Segundo Lambrecht Plaza (2011), esse fato elevou os preços do cobre, fazendo com que as importações fossem financiadas, até a explosão do choque do petróleo, em 1973, que estrangulou a economia, com forte contração monetária e fiscal.

No plano social, o Estado chileno, representado pelas Forças Armadas, empreendeu uma verdadeira operação de extermínio da esquerda chilena, *com prisões, mortes e tortura bestial*, executadas pelas *caravanas de la muerte*. Conforme relata Sepúlveda (2018), a profunda crise social e econômica sofrida pelo povo chileno foi acompanhada do medo institucional, um Estado terrorista amordaçava o povo para enriquecimento de poucos. A resistência à ditadura no lado conservador, representado pela Igreja, na figura do Arcebispo de Santiago, Dom Silva Henríquez, um reformista não revolucionário, atacou a política de extermínio da Junta Militar, no Chile e no exterior. Com a ajuda do Papa João Paulo II, a Igreja fundou um grupo de proteção aos direitos humanos, contrariando os interesses dos militares. No outro lado do espectro ideológico e religioso estavam os *gremialistas ligados a Opus Dei*, liderados por Jaime Guzmán Errázuriz, que davam o suporte político da elite chilena ao governo e forçavam o apoio à radicalização das medidas econômicas propostas por Milton Friedman, quando em 1975 visitou Pinochet.

A miséria e o desemprego aumentaram e o governo criou, em 1975, o PEM, Programa de Emprego Mínimo (*Programa de Empleo Mínimo*)⁵⁷. A taxa de desemprego caiu à custa da precarização do trabalho e da classe trabalhadora, pessoas registradas no PEM contavam como

⁵⁷ Esse programa institucionalizou o subemprego e permitiu a precarização do trabalho, pagando para os trabalhadores que aderiram ao programa um terço do salário mínimo da época.

empregados (Sepúlveda, 2018). Em 1980, segundo French-Davis (2018), o governo Pinochet realizou uma reforma do ensino de caráter regressivo com a distribuição de *vouchers* para os municípios administrarem a educação pública. A iniciativa privatizou e encareceu a educação no Chile, diminuindo o orçamento federal da educação.

No governo Pinochet, ressurgiu a figura de José Piñera Echenique, com um protagonismo que mudaria a história econômica do país. Impondo um estilo *workaholic*, transitando com desenvoltura pelo Ministério do Trabalho, depois no da Mineração, marcou suas passagens com privatizações e com a reforma do sistema de pensões chileno. Piñera resolveu o *nó ideológico* que unia todos os espectros políticos chilenos, o fim das pensões perseguidoras e dos privilégios de setores da sociedade chilena, ligados a burocracia pública, pertencentes à classe média. Mas, preservou os direitos e privilégios das Forças armadas e Carabineiros. Contra a resistência popular, foram privatizadas as reservas minerais por meio de concessões, recursos comuns de todas as gerações de chilenos no presente e no futuro. Foi criada o modelo de concessão denominada, *concepción plena*, nada mais que o direito à exploração do total dos recursos comuns e das gerações futuras por empresas que recebiam o direito à exploração total sobre as reservas minerais do país (Sepúlveda, 2018).

André Gunder Frank, em carta enviada para Milton Friedman e Arnold Harberger, denunciando as políticas econômicas implementadas pelos *Chicago Boys* e pela Junta Militar chilena, revelando ao mundo o verdadeiro caráter do *milagre econômico chileno* sob a ditadura Pinochet, um *genocídio econômico*. Segundo Gunder Frank (1976), entre 1974 e 1975 a Junta Militar chilena aumentou as exportações de alimentos em 3% em relação às exportações de 1972/1973, para mais de 10% em 1975. Por outro lado, o consumo doméstico de calorias da população chilena diminuiu 15% durante o primeiro ano, e uma quantidade desconhecida durante o segundo ano.

Corroborando a constatação de Gunder Frank (1976), Zapatta (1997), citando reportagem do jornal *El Mercurio* (04.08.1996), mostra que no ano de 1974, na ditadura Pinochet, o consumo anual de pão *per capita* no Chile era de 124 kg, sendo o principal alimento no combate à fome da população mais pobre. Zapatta examina sucintamente a participação do Estado chileno na previdência social pós o Decreto-lei n. 3.500/80, que instituiu o sistema de capitalização e a atuação das AFP. Em 1979, o cenário mudou: aumentaram os juros dos

financiamentos externos, baixou o preço do cobre e muitos bancos quebraram; o governo mudou a paridade cambial, desvalorizando o peso em quase 100% (de 39 para 76 pesos por dólar). O sistema previdenciário chileno sofreu a intervenção de José Piñera Echenique, por ser considerado deficitário. O regime de financiamento por repartição, minado pelos interesses corporativos, foi mantido apenas para os militares, carabineiros e para aqueles que não aderiram ao novo modelo. O restante da população foi submetido a um sistema de poupança individual, sem proteção do Estado. Em 1980 foi promulgada a nova Constituição pela Junta militar, sem consultar a população, nem mesmo para votar nos parlamentares constituintes, com forte inspiração neoliberal.

Para Sepúlveda (2018), as reformas econômicas permitidas pela nova Constituição criaram uma falsa impressão de solidez e sucesso, alimentada por financiamento externo e pelo preço do cobre valorizado no mercado mundial e muita mídia. Do povo foram retirados todos os direitos trabalhistas e a proteção dos sindicatos, relegando tudo a uma relação desequilibrada de poder entre patrão e empregado. O presidente recebia o poder de nomear parlamentares, de acordo com seu interesse, durante seus oito anos de mandato. A vida política chilena ficaria restrita a *gremialistas neoliberais* e a nacionalistas que se posicionavam contra a fragilização do Estado, e ambos contra os socialistas.

As novas regras da economia não minaram apenas o trabalho, mas também a produção, aumentando a importação e desequilibrando a balança comercial. A trajetória da economia chilena foi em direção ao colapso, e a garantia financeira de que os neoliberais precisavam para manter a taxa de lucro veio do Estado, via estatização dos bancos em situação de falência. De acordo com Sepúlveda (2018), a crise econômica que chegava exigiu do governo medidas contra os protestos da esquerda, e recomeçaram as prisões e assassinatos. O povo voltou a se manifestar por meio da *protesta de las caçarolas*.

Para superar a crise, Hernan Büchi, ex-assessor de José Piñera Echenique, assumiu a economia e promoveu a maior privatização de empresas chilenas e de bancos, que anteriormente tinham sofrido intervenção do Estado e já estavam recuperados. Em paralelo a isso, privatizou as empresas que prestavam serviços públicos – água, luz e telefonia. Durante a privatização, muitas empresas públicas foram adquiridas por empresas e fundos de investimentos ligados aos *Chicago Boys*, seus antigos gestores. A aquisição foi financiada por

capital externo e com fundos oriundos da poupança previdenciária, que já se acumulava nas *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFPs).

A economia cresceu, não pelo desempenho econômico produtivo, mas impulsionada pelo crescimento da dívida externa, aumento do desemprego, aumento da pobreza e redução dos direitos trabalhistas, constituindo uma grande acumulação de capital, dada a redução da massa salarial⁵⁸. Para evitar a futura reversão das privatizações, foi usado o expediente de distribuir ações das empresas para os próprios trabalhadores, criando *el capitalismo laboral*.

Lambrecht Plaza (2011) mostra que a nova crise de 1982 produziu efeitos nefastos para a sociedade chilena. Com a dívida externa duplicada, massivo desemprego e o aumento exponencial da desigualdade, o PIB caiu 15%. Segundo Vargas Faulbaum (2018), foi no sistema previdenciário chileno que os efeitos sociais desse período se fizeram notar, em função das medidas de precarização do trabalho, fragilização do Estado, endividamento externo e aumento da desigualdade social, fragilizando o regime de financiamento previdenciário por capitalização. Para o autor mencionado, o *balanço do desenvolvimento social durante o governo Pinochet é negativo*.

Solimano (2017) sintetiza as reformas previdenciárias chilenas: benefícios baixos para os mais pobres, discriminação da mulher, grandes ganhos para as AFPs, altas taxas de reposições das pensões para as Forças Armadas chilenas e carabineiros, transferência de poupança da classe trabalhadora via contribuições, financiamento dos grandes conglomerados empresariais do país a juros baixos e a reforma fiscal, que aumentou a regressividade do sistema tributário chileno. Fazendo um balanço social do período da ditadura burocrática-militar neoliberal, constatam-se os efeitos negativos das políticas sociais, aumento da pobreza, desemprego, perda da representatividade sindical e distribuição de riqueza.

2.2.6 A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO CHILE – BREVE HISTÓRIA: 1855-1990

De acordo com Sepúlveda(2018) o Chile estabeleceu os primeiros sistemas de pensões por velhice, invalidez e sobrevivência para membros do Exército (1855) e da Marinha (1866). Um modelo inovador de *Caixa de Poupança* para os funcionários públicos foi criado em 1858. Em 1888 foram instituídas as pensões por velhice, invalidez e sobrevivência para funcionários públicos. De acordo com Vargas Faulbaum (2018), Luis Emilio Recabarren, do Partido

⁵⁸ Veja Gunder Frank (1976).

Democrata, em 1911, começou um movimento denominado socialismo popular e *socialismo mancomunal*, horizontal e territorializado, composto por uma federação de células. A união dos trabalhadores permitiu a criação de um sistema de seguro contra a invalidez e a viuvez, num período em que a elite política chilena não cuidava com equanimidade da questão social da grande massa trabalhadora. Também nesse ano foi criada a pensão para os empregados em ferrovias, modificada em 1918, utilizando o *regime de repartição com financiamento bipartido* (ver quadros).

Solimano (2017) identifica em 1915 a criação da Caixa previdenciária dos militares chilenos (*Caja de retiro y Montepios para el Ejército y la armada*). Moreno Durán e Vergara D'Avila (2013) apresentam a construção jurídica do Serviço de Segurança Social chileno, viga mestra do Estado de Bem-Estar Social corporativo instituído no Chile na década de 1920. Em 1924 foi criada a *Caixa de Seguro dos trabalhadores chilenos*, com contribuição tripartite e aposentadoria por velhice, aos 65 anos, para homens. Convém lembrar que, de acordo com a tabela 47 a expectativa de vida no Chile somente atingiu 65 anos para homens em 1973. Durante as discussões nas galerias do Congresso, ocorreram *protestos contra e a favor das leis trabalhistas* e previdenciárias do Presidente Alessandri. Vargas Faulbaum (2018) mostra que em 1941 foram ampliadas as formas de cobertura para a pensão dos operários.

Larrañaga (2010) descreve a organização da segurança social, inicialmente em um Estado de Bem-Estar corporativo, organizado em torno das organizações dos operários (*Caja de Seguro Obrero*), setor público e jornalistas (*Caja de Empleados Públicos y periodistas*) e a de trabalhadores autônomos e profissionais liberais (*Caja de Empleados Particulares*). A Caixa de Operários até 1940 detinha 80% do total dos trabalhadores segurados no Chile. Os trabalhadores rurais não tinham nenhuma cobertura. Larrañaga acrescenta que a Lei de 1924 criou benefícios e contribuições diferentes que segmentaram a previdência chilena por estamentos sociais.

Conforme Arellano (1985), as reformas sociais chilenas produziram uma rápida adesão principalmente ao sistema de aposentadoria. Em 1935 o número de trabalhadores afiliados ao sistema estava entre 900 e 1000 trabalhadores. Com a expansão da indústria o efetivo de filiados chegou em 1955 a 1,6 milhão de trabalhadores, que consumiam 100% do gasto social público em benefícios de Seguridade Social. As caixas de seguros setoriais tiveram uma grande expansão nas filiações de operários (69%), empregados públicos (180%) e setor privado (220%)

em relação ao ano de 1935. De 1935 até 1955, a população ativa cresceu apenas 33% e o crescimento econômico foi de 450% de 1935 até 1955, obra da doutrina econômica cepalina da ISI. A expansão econômica criou uma expectativa muito grande nos trabalhadores e a falta de planejamento na concessão de direitos previdenciários.

Solimano (2017) relata que em 1942, na primeira Conferência Interamericana da Seguridade Social Estatal, o Ministro da Saúde Pública e Seguro Social entre 1938 e 1941 no governo de Pedro Aguirre de Cerda, Salvador Allende, apresentou o Sistema de repartição chileno e seu desenvolvimento desde 1924. Em 1944, de acordo com Solimano (2017), a luta pelos direitos trabalhistas iniciados na criação da OIT, em 1919, encontra sua formulação doutrinária na Declaração da Filadélfia (1944), posteriormente incorporada na Declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1945. Em 1948, durante o governo progressista de Gabriel Garcia Videla, foi estabelecida a previdência para empregados da iniciativa privada, com previsão de aposentadoria aos 35 anos de serviço.

Solimano(2017) alerta que, apesar dos avanços, apresentava um componente de guerra de classes quanto à diferença entre os benefícios dos funcionários de *cuello e corbata*, os *obreros* e os *campesinos*, que não eram cobertos pelo sistema. O novo modelo tinha por princípio a solidariedade social entre gerações (regime de repartição) e a solidariedade intergeracional se dava pelo desenvolvimento socioeconômico que o modelo propiciava. Um sistema que não era uma obra de engenharia social *óptimo desenvolvido por economista e tecnocratas*, mas, a evolução dos anseios do povo que acompanhou o período de crescimento econômico do Chile idealizado por *Don Tinto*.

Valenzuela, 2006 (*apud* Larrañaga,2010) estimou que a pensão recebida mensalmente por um operário aposentado chileno, em 1950, era igual a um dia de trabalho de um operário que executava a mesma função do aposentado quando trabalhava.

Por sua vez, Arellano (1985) mostra que, além dos problemas atuariais, econômicos, políticos e fiscais que inviabilizaram o sistema previdenciário chileno, particularmente o sistema misto capitalizável e por repartição de caráter estamental, instituído por Arturo Alessandri, levou o presidente Ibañez a substituí-lo pelo modelo de repartição na década de 1950. Mas, havia mais problemas além das *pensões perseguidoras*, as vantagens previdenciárias para as Caixas de

Seguros dos trabalhadores privados e operários recebiam as *asignaciones familiares* e as indenizações por anos trabalhados inviabilizavam até mesmo as pensões por repartição.⁵⁹

No governo de Gabriel Garcia Videla (1952) foi criado, por via legislativa, o Serviço Nacional de Seguro Social, em substituição às Caixas de Seguro dos Operários. A reforma idealizada no governo de Gabriel Garcia Videla foi instituída por seu substituto, Ibañez Del Campo. O novo Presidente tinha motivações sociais, sanitárias, administrativas e principalmente financeiras (trocar o regime de capitalização anterior pelo de repartição). No governo Carlos Ibañez Del Campo, as regras de aposentadoria seguiram o modelo bismarckiano de benefícios setoriais laborais e não universais. A nova previdência foi promulgada em 8 de agosto de 1952 pela Lei n. 10.383, mudando o nome da instituição para Serviço de Seguro Social, regida pelo Regulamento Orgânico publicado no Decreto Supremo n. 615, de 1956.

Cerda (2006) mostra que os principais pontos da reforma da previdência de 1952 *para os segurados foi a criação de novos benefícios, como: pensões de sobrevivência, auxílio-maternidade e melhoras nas pensões de invalidez e velhice*, que determinaram um aumento substancial da contribuição previdenciária dos trabalhadores e empresários chilenos. De fato, segundo Correa (1985), no governo Ibañez Campo, por influência do jornal *El Mercurio*, ocorreu a contratação da Missão *Klein-Saks*, marcando o início dos pressupostos da doutrina econômica neoliberal ortodoxa no Chile. O resultado da auditoria *Klein-Saks* no plano previdenciário foi a identificação de problemas no sistema de seguridade social, como distorções e privilégios, estabelecidos por meio de leis aprovadas por setores corporativos que controlavam a economia e o setor público, no Congresso Nacional (Vargas Faulbaum, 2018).

Para Sepúlveda (2018), o primeiro ano do governo de Jorge de Alessandri (1958), conhecido como período do *gobierno de gerentes*, também assumiu características do *neoliberalismo*, que seria implantado durante o governo Pinochet. Vargas Faulbaum (2018), citando Borzutzky (2002), relata que o presidente Jorge de Alessandri (1958-1964) criou, sob orientação do Ministro do Trabalho e presidida por Jorge Prat Echaurren, uma Comissão de Estudos (Comisión de Estudios de la Seguridad Social, 1964) com o objetivo de auditar o sistema previdenciário público chileno. O relatório da Comissão Prat sugeriu *acabar com a natureza anárquica do sistema*, eliminar o déficit de cobertura na previdência dos trabalhadores,

⁵⁹ Segundo Arellano (1985), os gastos previdenciários duplicaram (1935-2,8% e 1955-5,9%) e a arrecadação tributária se manteve em relação ao PIB (1935-12,8% e 1955-12,8%), crescendo (1935, \$24,9 milhões de pesos, e 1955, \$ 51,7 milhões de pesos).

eliminar as desigualdades entre os operários e os setores com coberturas de alto custo. Para Vargas Faulbaum (2018), a herança previdenciária da estrutura institucional previdenciária chilena, de 1952 até 1980, criou um monstro estatal composto por 35 Caixas de Seguro (Fundo de Pensão Público), 150 programas e mais de 2 mil leis previdenciárias, promulgadas para legitimar privilégios e manter a *antisseletividade* previdenciária chilena.

Wagner (1990, citando Novoa, 1977) relata a promulgação da Lei n. 15.386 de 1963, que estabeleceu a pensão mínima por velhice e invalidez e indicou as fontes de financiamento. Cerda (2006) mostra que os grupos que mantêm por longo tempo pagamento de contribuições previdenciárias se encontram nos níveis (decis) mais elevados de *capital humano por obterem altas remunerações no mercado formal de trabalho*.

Em longo prazo, devido à baixa rentabilidade do mercado financeiro, baseado dos *vaivenes del mercado*, as crises econômicas expõem a segurança social e vital de seus segurados e por más decisões corporativas das AFP, *por lo que no se entregan jubilaciones dignas a la mayoría de los afiliados*. Esse fato forçou o Estado chileno a criar pensões solidárias para evitar o aumento da pobreza e dos suicídios de aposentados (Moreno Durán e Vergara D'Avila, 2013).

As transformações do sistema começaram a ser aplicadas desde 1979, antes da criação do sistema AFP. Para muitos, o Decreto-lei n. 2.448 de 9 de fevereiro de 1979, reuniu todos objetivos e soluções que uma reforma previdenciária poderia conter e *cristalizou as aspirações reformistas* de Jorge Prat, Jorge de Alessandri e Eduardo Frei Montalva. French-Davis (2018), analisando o modelo de capitalização no Chile, constata que o regime de capitalização, no modelo chileno, quando empregado em economias marcadas por grandes desigualdades socioeconômicas, gera distorções e falhas que serão pagas pelos contratos compulsórios de capitalização dos futuros trabalhadores que aderirem ao sistema.

Segundo Moreno Durán e Vergara D'Avila (2013), se a benevolência do regime de repartição dos Serviços de Seguridade Social apresentava distorções que desequilibraram o sistema em favor de grupos privilegiados e do povo, as AFP promoveram uma grande acumulação de renda nos estratos da população (elite financeira chilena e regional, caso BTG Pactual e Banco Itaú do Brasil), pois, de *cada dez pesos recolhidos, três pesos vão para os bolsos dos administradores do sistema AFP*.

Hormazábal Sánchez (2012) contesta os motivos econômicos que substituiriam o sistema PAYG pelo sistema de capitalização individual com *contribuição definida* e *benefício indefinido*. Segundo o autor, *o antigo sistema PAYG apresentava sérias dificuldades financeiras e mantinha privilégios irritantes, por isso era fundamental buscar soluções*. Nos antigos regimes havia uma abrangência social e solidária mais efetiva e eficiente. Com o tempo ficou evidente que os fundos administrados pelas AFP não garantirão os pagamentos das pensões em longo prazo, e os riscos do curto prazo via seguro, foram terceirizados e estatizados. Constata que isso ocorreu com forte propaganda midiática promovida pelos entusiastas do sistema de Associações de Fundo de Pensões privadas, que destruíram os sistemas previdenciários ocidentais, em conformidade com as políticas do Grupo Banco Mundial e FMI.

2.3 ANÁLISE DO PERÍODO DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS CHILENAS DE 1955 A 2008, A PARTIR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS MULTIDISCIPLINARES SELECIONADOS

As reformas da previdência social chilena foram amplamente estudadas e por esse motivo elegemos os artigos publicados por investigadores especializados⁶⁰ no assunto, que investigaram as reformas do Chile no período de 1964 a 1990. Agregamos à análise técnica a análise histórico-econômica (Pereira Coutinho, 2018). Dada a amplitude dos estudos limitamos o período e os autores selecionados para a análise previdenciária entre o período correspondente aos governos chilenos de Eduardo Frei (1964-1970), Salvador Allende (1971-1973) e Augusto Pinochet (1973-1990).

2.3.1 INTRODUÇÃO

As ditaduras militares latino-americanas, historicamente⁶¹, originaram-se no caudilhismo. Os caudilhos (Reynaert, 2018) estenderam seu poder e influência até o início do século XX. O poder estatal durante as ditaduras é muito forte e centralizador, favorecendo o surgimento de uma sociedade moderna e a formação dos correspondentes grupos e classes

⁶⁰ Andras Uthoff, *Reformas a los sistemas de pensiones, mercado de capitales y ahorro*, CEPAL, 1997; Katja Hujo, *Novos paradigmas na previdência social: Lições do Chile e da Argentina*, IPEA-MPAS-Brasil, 1999; Ana Sojo, *El sistema contributivo de pensiones como locus de rivalidad y de un nuevo pacto social en Chile*, CEPAL-ONU, 2014; Andras Uthoff, *La reforma del sistema de pensiones en Chile: desafíos pendientes*, CEPAL-ONU, 2001; Luis Hernan Vargas Faulbaum, *Reformas del sistema de pensiones en Chile*, CEPAL-ONU, 2018; Rodrigo N. Cerda, *Pensiones en Chile: ¿Qué hubiese ocurrido sin la reforma de 1981?*, UC-CL, 2006; Luiz Alberto de Moniz Bandeira, *Fórmula para o Caos: A CIA e o outro 11 de setembro. A queda de Salvador Allende (1970-1973)*, 2009; Javier Ernest Rodríguez Weber, *Desarrollo y desigualdad en Chile (1850-2009)*, UR-UY, 2006.

⁶¹ Com exceção da brasileira, surgida no primeiro golpe de Estado, no Brasil, em 1889, na Proclamação da República.

sociais⁶², sem, contudo, identificar-se completamente com nenhum deles em particular⁶³. O crescimento populacional do pós-guerra, aliado ao *crescimento* econômico dos trinta anos gloriosos, impulsionou o crescimento de vários países da América Latina. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos fizeram valer os postulados da doutrina Monroe⁶⁴ e consolidaram sua hegemonia sobre a América Latina. Muitos países tentaram fórmulas próprias, na busca pelo crescimento econômico, estabilização política e equilíbrio social. Todavia, as reformas econômicas orientadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Aliança para o Progresso e outras instituições de financiamento internacional, públicas e privadas fragilizaram e impediram o desenvolvimento econômico e social e a independência tecnológica dos países da região.

Como último golpe na fraca economia chilena, as elites internas e externas acabaram com a política de substituição de importações industriais, iniciada na década de 1930, pós-crise da bolsa novaioquina que rendeu um crescimento econômico de 450% em vinte anos ao Chile. No plano político, entraram em conflito com os partidos de orientação marxista e contra a disseminação da teologia da libertação, orientada pela igreja católica da região⁶⁵.

2.3.1.1 RESUMO DOS ARTIGOS SELECIONADOS SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL CHILENA DE 1855 ATÉ 2008

Os autores que subscrevem os artigos, especialistas na investigação previdenciária latino-americana, apresentaram conclusões diferentes e abordaram as causas com base em análises econômicas e sociológicas do Chile no período de 1952–2008. Faremos um breve relato destas obras, no período compreendido entre 1964 e 1990. Exploraremos, particularmente, o tema relacionado à previdência social chilena, e também no campo ideológico a orientação política dos três presidentes da época (democrata-cristão, socialista democrático e neoconservador- ditatorial). A importância desse estudo é determinada pelo tipo de reforma e o alcance social que tiveram no Chile.

⁶² Veja Moniz Bandeira (2009).

⁶³ O Cesarismo, Bonapartismo e Neobismarckianismo, na configuração das ditaduras burocrático-militares, ibero-americanas (Bobbio et al., 1998). Com as orientações doutrinárias da Escola das Américas criada pelo Exército dos EUA no Panamá na década de 1940, surge a doutrina da segurança nacional, responsável pelas ditaduras da América Latina e particularmente no Cone Sul da América do Sul (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai).

⁶⁴ A emancipação da América Latina espanhola, entre 1810 a 1820, força os EUA a assumirem a liderança do continente americano, defendida pelo presidente Monroe, em 1823, cuja doutrina sinteticamente formava um pacto de solidariedade entre os países da região e defendia a ideia de que *somente os americanos têm o direito de resolver seus problemas* (Reynaert, 2018).

⁶⁵ Chomsky (2017) retrata o assassinato do Padre Jesuíta Óscar Romero (1980), em El Salvador, e de outros católicos defensores da Teologia da Libertação.

Katja Hujo (1999), no artigo *Novos paradigmas na previdência social: Lições do Chile e da Argentina*, utilizou como método investigatório uma revisão bibliográfica com a análise documental de dados a partir de autores referenciais e dados coletados em organismos internacionais lançando mão da metodologia comparativa. A autora comparou as reformas previdenciárias da Argentina e do Chile e limitou sua análise à região latino-americana – lapso de quatro décadas – em um período de reformas orientadas pelo GBM e pelo FMI, a partir dos pressupostos gerados pelas análises preliminares dos resultados das reformas chilenas de 1980. Aponta os antagonismos entre os modelos propostos pelo GBM e as necessidades dos povos latino-americanos, como reformas estrutural ou conjuntural; objetivos econômicos ou sociais; seguro social contra a redistribuição de renda; modelo de regime de repartição *versus* regime de capitalização; benefícios definidos ou contribuição definida e gestão pública ou privada. Sua tese aborda dois dos *nós gordios* de todos os sistemas previdenciários para o século XXI, o *envelhecimento da população* e a *taxa de dependência*. A autora alerta que todas as reformas previdenciárias acabam por reproduzir privilégios e aprofundar desigualdades. As alternativas para diminuir a dívida previdenciária implícita paramétricas, oneram os trabalhadores mais antigos dos sistemas e os aposentados. Todavia, estas reformas para fins de manutenção econômica do sistema, transferem para o trabalhador o ônus da *dívida previdenciária implícita*, usando o mecanismo multipilar misto – público privado – sugerido pelas políticas previdenciárias propostas pelo GBM e pelo FMI pós 1994, ou simplesmente capitalizando e colocando o ônus da manutenção na contribuição pessoal, nos tributos pagos aos Governos. A autora mostra que quando absorvidas pelo Estado, as reformas dificultam a distribuição e acabam por prejudicar o trabalhador ativo. A opção pelo financiamento multipilar trouxe benefícios previdenciários e econômicos, a autora credita a vantagem comparativa entre o antigo sistema no Chile e a capitalização pós-reforma, a grande expansão do mercado financeiro nos anos 1980. Para maior conhecimento sobre a análise de Katja Hujo, ver Apêndice Quadros – Síntese das reformas previdenciárias chilenas – Quadro 1 e 2, onde é feito um resumo da legislação previdenciária chilena de 1952 até 1990.

No estudo publicado por Ana Sojo (2014) *El sistema contributivo de pensiones como locus de rivalidad y de un nuevo pacto social em Chile*, a autora faz uma análise crítica das mudanças no sistema previdenciário chileno a partir de 1980 pela ditadura militar, não

reconhecendo a legitimidade de reformas feitas num contexto não democrático. O estudo de Sojo se baseia em revisão bibliográfica de autores no estado da arte (Rawls, Barr, Ferrajoli, Cutler, Arrows e outros). A autora confronta dialeticamente as teses universalistas e solidárias com as mercadológicas, impostas pela orientação do GBM e do FMI e o método econômico administrativo de cunho mercadológico, o *manejo de riesgo social*. Segundo a autora, implicitamente, a radicalização neoliberal atomizou o cidadão chileno independentemente de sua capacidade individual para sobreviver aos ditames de um mercado de trabalho precarizado. A autora conclui propondo reformar o sistema previdenciário chileno, mesmo utilizando o modelo de contas individuais, para um sistema que não objetive o lucro e sim a maximização da taxa de reposição salarial das pensões.

O economista chileno Andras Uthoff, nos artigos *Reformas a los sistemas de pensiones, mercado de capitales y ahorro* (1997) e *La reforma del sistema de pensiones em Chile* (2001), analisa, sob a ótica econômica, as reformas pós-1973 no Chile, comparando os efeitos macroeconômicos na economia e sob o ponto de vista social, seus impactos sobre a qualidade de vida do trabalhador chileno. Na primeira obra, o autor lembra a natureza social e econômica do sistema previdenciário e sua relevância na distribuição de renda, mostrando a importância para o aumento da poupança interna do sistema de capitalização. Apresenta graficamente os custos de administração das Associações de Fundo de Pensão e recorre a tabelas para demonstrar as diferenças entre os sistemas e os custos de administração dos fundos privados ao longo da década de 1980-1990. Conforme Uthoff, a simples troca de regime de financiamento não garante o aumento da poupança interna, pois isso dependerá do mercado de capitais local e do comportamento dos agentes econômicos, além de sua política de formação de poupança e investimento dos excedentes. No caso chileno, para o autor, o custo de transição será maior no curto prazo do que a formação de poupança dos fundos privados de previdência. Um dos fatos revelados por Uthoff é o alcance da reforma tributária chilena de 1984, que entrou em vigor em 1987 e acabou por melhorar a capacidade de investimento e a poupança dos empresários chilenos (Uthoff, 1997). O autor concluiu que a reforma previdenciária chilena não aumentaria a poupança interna se não fosse acompanhada das reformas em outras áreas da economia, como restauração dos preços macroeconômicos, garantia da estabilidade macroeconômica e política; retomada do crescimento econômico;

privatização de empresas públicas não cotadas em bolsa; regulação e fiscalização da solvência do setor financeiro; reforma tributária, que criou excedentes e incentivos fiscais para o reinvestimento dos lucros e formação de poupança para as empresas. O segundo trabalho do economista Andras Uthoff, produzido para a CEPAL, selecionado para este estudo foi *Reforma al sistema de pensiones chileno, mercado de capitales y ahorro*, 2001. Nesse estudo o autor faz uma análise dos problemas surgidos ao longo dos anos da reforma de Pinochet e sugere um novo desenho para a previdência social chilena, que mantenha os padrões de cuidado e proteção com os mais pobres, mantendo o equilíbrio macroeconômico. Os estudos de Andras Uthoff (2001) e suas conclusões foram fundamentais como referencial técnico para a construção do SUPP, uma vez que no caso do Brasil muitas das sugestões previstas nesses estudos, permitiram a reflexão sobre os sistemas latino-americanos e a necessidade de superar a pobreza e a desigualdade da região.

Vargas Faulbaum, em 2018, fez uma resenha histórica sobre o sistema previdenciário chileno de 1952 até 2008, in *Reformas del sistema de pensiones en Chile*. O estudo compreende os dois regimes de financiamentos previdenciários puros, o regime de repartição, instituído na reforma idealizada no governo de Gabriel Garcia Videla (1948) e promulgada no governo de Ibañez Del Campo (1952). A análise histórica e documental de Vargas Faulbaum ampara juridicamente as reformas do período por meio das leis editadas. O estudo do autor é lastreado em uma qualificada revisão bibliográfica (Uthoff, Martinez-Franzoni, Sánchez-Ancochea, Borzutzky, Filgueira, Arellano, Mesa-Lago e outros). Concluindo, Vargas Faulbaum descreve todas as tentativas de universalizar com benefício definido o sistema de bem-estar social corporativo chileno de 1952 até 1981, quando o paradigma ocidental foi rompido pelas reformas paramétricas de Pinochet. Para maior conhecimento sobre a análise de Vargas Faulbaum, ver Quadros – Síntese das reformas previdenciárias chilenas – Quadro 1, 2 e 3, onde é feito um resumo da legislação previdenciária chilena de 1952 até 1990.

Rodríguez Weber (2018) analisou, à luz da história econômica, a desigualdade social e econômica no Chile ao longo de sua trajetória histórica. O autor apresentou dados extraídos de fontes como Banco Mundial, FMI e CEPAL e realizou interpolações e inferências desses dados. Rodríguez Weber combina o rigor da narrativa histórica apresentando informações por meio *tabelas sociais dinâmicas* sobre a economia chilena. Aplica a metodologia da Escola

historiográfica francesa *Annales*, de Bloch e Favre (1929) e popularizada por Fernand Braudel, para construir sua narrativa histórica. E conclui: apesar de as inúmeras análises realizadas por todos os campos ideológicos em relação ao Chile, o aumento da desigualdade e as mudanças institucionais operacionalizadas no período ditatorial de Pinochet têm raízes históricas nas dicotomias e embates entre oligarcas aristocráticos e burguesia progressista na sociedade chilena ao longo de sua história. A exploração predatória da elite chilena sobre a população mais pobre se deve ao controle do Estado, usado como ferramenta jurídica, legislativa e, por fim, militar para fins de fortalecimento e hegemonia do estamento superior. A dependência econômica e histórica da América Latina e a desigualdade social, conforme o autor, tornou-se uma *identidade continental*. A ditadura militar chilena foi o ápice da exploração e promoção da desigualdade no país, superando a República oligárquica, pela promoção do terrorismo de Estado como fonte do medo e controle social.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, cientista político e historiador brasileiro, fez um relato histórico do 11 de setembro de 1973 no Chile (2009), in *Fórmula para o caos, A CIA e o outro 11 de setembro – a queda de Salvador Allende (1970-1973)*. A história do Chile até a publicação do livro, em 150 anos, já registrava quatro guerras civis e inúmeros golpes de Estado. A investigação é fruto da insistência da Comissão Church para a liberação de documentos secretos da CIA, guardados sob segredo por cinquenta anos. Apenas no governo Clinton um volume de 24 mil documentos foi examinado. Parte do relato do autor foi *juntada* durante o período em que foi prisioneiro ideológico da ditadura militar brasileira⁶⁶. A obra é um marco na compreensão do passado, presente e futuro da América Latina. Resultado de uma vasta pesquisa histórica nos órgãos de informação do Chile, Brasil e da CIA americana, permitindo a análise política dos fatos que antecederam e seguiram o histórico 11 de setembro de 1973. Na conclusão, Moniz Bandeira alerta para os ensinamentos de Marx, Engels, Lenin e Kaustky, segundo os quais, para o desenvolvimento do socialismo é necessário um setor produtivo organizado e impulsionado pelo sistema produtivo industrial capitalista. Para Moniz Bandeira, o Presidente Salvador Allende e a Unidade Popular, ao tentarem mudar a hegemonia produtiva no Chile, não contavam com o nível de industrialização necessário para promover uma via chilena para o socialismo. O êxito da Revolução Cubana subverteu a teoria marxista por outras

⁶⁶ Segundo o autor, a irmã de um dos presidiários levava exemplares do jornal *Le Monde* francês e do *The Washington Post* para os prisioneiros, na sua maioria intelectuais ligados aos partidos de orientação marxista, trabalhista ou nacionalistas brasileiros.

questões muito especiais. O Chile, por sua dependência do capital e mercado externo não apresentava historicamente as condições necessárias para implantar um Estado Socialista mesmo de forma pacífica.

Rodrigo Cerda (2006), no artigo *Pensiones en Chile ¿Qué hubiese ocurrido sin la reforma de 1981?* Faz uma análise detalhada da situação fiscal do antigo sistema. O autor optou por uma *análise contrafactual*, projetando a influência de algumas das mudanças implementadas na reforma de 1980 em um cenário de manutenção do regime de repartição, porém submetido a variáveis demográficas, poupança particular e nacional, cobertura e mercado de trabalho. Cerda analisa os parâmetros da reforma previdenciária de 1980 e faz uma projeção com base nos métodos econométricos com o auxílio de programas computacionais (Matilab 6.5), para encontrar os preços de equilíbrio do mercado chileno no período projetado. A partir dos dados demográficos e dos indicadores econômicos, permitiu projetar a longo prazo as variáveis macroeconômicas de poupança, mercado de trabalho e taxa de reposição salarial (TRS). Para Cerda (2006), a reforma paramétrica da previdência social chilena de 1981 foi uma grande *cirurgia* que substituiu o regime de repartição pela capitalização individual, gerida por Administradores de Fundos de Pensão (AFP), que investem, acumulam e distribuem as pensões contratadas, depois de retiradas as taxas de administração em conta individual. O autor exalta a reforma no limite de idade para aposentadoria, a criação de uma idade mínima, como um fator que permitiu o equilíbrio do sistema tendo em vista a rápida TD chilena. A reforma foi positiva do ponto de vista demográfico e atuarial, pois se antecipou aos problemas do envelhecimento com o início da estagnação demográfica, em 1999. Do ponto de vista atuarial, corrigiu os problemas de diferença nas regras das aposentadorias por tempo de serviço e diferenças nas normas setoriais. O autor estabeleceu a relação entre contribuição e benefício a partir do estudo do setor produtivo a que o trabalhador está vinculado, formal ou informal, com baixa ou alta formação profissional e as taxas de reposição recebidas no período de inatividade. A conclusão de Cerda é educadora e um balizador para este estudo. O autor mostra que não havia *deficit* previdenciário até 1981, mas sim um *superavit* de 5% em relação ao PIB. E aponta os dois problemas do antigo sistema previdenciário chileno: primeiro, a falta de uniformidade jurídica das regras de acesso e concessão de benefícios; segundo, as distorções macroeconômicas nos fatores trabalho,

poupança e investimento, produzidos pela alta carga fiscal previdenciária (contribuições), que chegaram a 50% do valor do salário, divididas em um terço para o trabalhador e dois terços para o empregador.

2.4 A ECONOMIA E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Conceitualmente, de acordo com Gastaldi (2003), *a economia é a ciência que trata dos atos e fenômenos, materializada nas leis econômicas*. Apenas a atividade econômica exercida dentro de uma comunidade direta ou indiretamente é objeto da especulação científica e econômica. Para Gastaldi, a característica da sociabilidade presente nos atos econômicos necessita da radicalidade científica de outros campos epistemológicos, particularmente da antropologia para ser bem compreendido e analisado.

Dobb (1973) ensina que a *ação social ou econômica* só se materializa na concretude de atos desenvolvidos por pessoas, grupo social, classe ou organização politicamente organizada. Ou, no sentido weberiano ou vebleniano (2018), em se tratando de previdência social, pela criação de instituições que operacionalizem os projetos previdenciários a partir de problemas conhecidos e passíveis de solução.

Minsky (2013) mostra que, nos regimes capitalistas propensos a inovações financeiras, o *pleno emprego e a estabilidade econômica* não são sustentáveis, dadas as variações constantes, que não permitem o equilíbrio econômico. No entanto, Martinez (1995) alerta que a economia não pode estar circunscrita apenas do ponto de vista do *bem-estar material*, que privilegie objetivos meramente materiais. No que concorda Martin (2016), que caracteriza o valor econômico de um processo de acordo com sua realidade e *utilidade social*, colocando a questão da institucionalidade a setores como o previdenciário dentro da concepção vebleliana, de funcionalidade e utilidade no surgimento das instituições na sociedade humana e na economia como um todo.

2.4.1 A ECONOMIA ORTODOXA - E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para Nabais e Ferreira (2012), as *primeiras medidas macroeconômicas* foram tomadas quando a *microeconomia do equilíbrio parcial* não resolvia mais as dificuldades cotidianas da sociedade. A representação da sociedade regulada pelo mercado, desenvolvida pela escola

histórica escocesa e pela obra Adam Smith do século XVIII, determina o início da economia política como ciência.

Para Smith, a mão invisível do mercado regularia a vida política e a sociedade por meio da economia. A mão invisível de Smith inaugura o liberalismo econômico utópico, uma vez que tal regulação apenas se reproduziria em uma sociedade com *ethos* estoico. Na prática o que o capitalismo nos mostrou é que um modelo de produção sem regulação produz oligopólios, monopólios e acumula capital.

Lagoarde-Segot (2014) demonstra, por meio de organograma da estrutura setorial dos sistemas econômicos, a forma como a economia se organizou e se desenvolveu ao longo dos séculos XIX e XX, seus sistemas, princípios e as instituições de cada setor (Figura 1).



Figura 1 – Organograma circular da organização setorial do sistema econômico.
Fonte: Lagoarde-Segot (2014).

Sedláček (2018) define os *modelos econômicos como abstratos* e enfatiza a impossibilidade de serem usados como forma de *observação e análise a respeito da realidade* como um todo. Para Schumacher (1979), o estudo da economia baseado apenas no mercado e na valoração quantitativa dos bens não é suficiente para *conduzir a discernimentos válidos*, a menos que sejam complementados por estudos *meta econômicos*.

A criação dos sistemas previdenciários não deve levar em conta os impactos macroeconômicos ou financeiros, mas sobretudo a eficiência⁶⁷, equidade, proteção e segurança social da população idosa ou incapaz.

2.4.1.1. A PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES ECONÔMICOS NA ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

O primeiro trabalhador sistemático reconhecido na história da espécie humana foi o *Homo ergaster* (humano artesão), que, segundo Faulkner (2020), viveu no leste da África há 1,8 milhões de anos. Amaral, Serra e Estevão (2016) mostram que a *distribuição funcional do rendimento* dividiu a riqueza por todos os agentes intervenientes na produção social (trabalho, empreendedores e capital). A relação macroeconômica é fundamental entre os agregados econômicos, consumo (C), poupança (S) e investimento (I), que na demanda (D) ou renda (Y) estimulam o crescimento econômico do Estado, o emprego e o consumo das famílias. Esses agregados são fundamentais para a manutenção da economia previdenciária, mediante o estímulo da oferta e da demanda entre os agentes econômicos, que significam mais postos de trabalho ou aumento da massa salarial, base da arrecadação previdenciária.

Conforme Izerrougene (2009), a regra de ouro da teoria econômica ortodoxa afirma que o *consumo* cresce em longo prazo quando a *taxa de juros* se aproxima do *índice do crescimento econômico* do PIB.

O *consumo* (C) das famílias é fundamental para a geração dos impostos (T) e é o dinamismo do desenvolvimento das empresas, que permitirão as transferências previdenciárias (Trg) nos regimes de repartição ou os excedentes que formarão a poupança voluntária para capitalização. O consumo das famílias está intimamente ligado ao salário (W) oferecido no mercado de trabalho a toda a classe trabalhadora, independentemente da classe social, fonte de poupança e tributos.

O *governo* (Estado) é a instituição responsável pela mediação dos conflitos na sociedade. Economicamente, sua existência está vinculada ao recebimento e distribuição dos impostos arrecadados, seja por meio de transferências para as famílias sob a forma de auxílios, serviços assistenciais ou *retribuições previdenciárias*. Segundo Murteira, somente o Estado pode

⁶⁷ De acordo com Barr (2004), a eficiência pode ser categorizada em três aspectos: *macroeficiência*, *microeficiência* e *incentivos*.

garantir as transferências previdenciárias, por ter a função constitucional de *cobrar impostos e contribuições previdenciárias* (Murteira, 2011).

O *sistema bancário* é fundamental em qualquer sistema econômico, cabendo a ele a concessão de crédito e depósito de clientes (empresas e consumidores), podendo *criar* moeda e regular a economia, por meio da concessão ou supressão do crédito. Segundo Izerrougene (2009), no caso brasileiro, mais de 65% das reservas dos fundos de pensão, gerenciadas por bancos e fundos de investimento, estão investidas em títulos públicos. Essa decisão política de investir na dívida pública, não colaborou com o fomento ao emprego, pois os recursos captados para a previdência não são aplicados diretamente na produção e financiamento da produção a juro baixo. Os juros acima da inflação são oferecidos pelos governos nos países periféricos, devido à alta liquidez do mercado financeiro internacional e à renúncia fiscal dos governos locais.

Esse fato cria uma concorrência entre o setor público e as empresas privadas na captação de recursos financeiros no mercado de capitais, prejudicando a produção, o mercado de trabalho e a geração de tributos. O fomento a produção, trabalho e arrecadação tributária, são à tríade fundamental que mantém o equilíbrio financeiro dos sistemas previdenciários.

Atualmente as relações econômicas com o *resto do mundo* colaboram não apenas por meio dos saldos positivos da balança comercial, quando aumenta a capacidade do Estado de transferir os excedentes para as famílias, ou usar o câmbio no combate a inflação, mas também por intermédio das emigrações, momento em que as famílias recebem em moeda estrangeira recursos transferidos do exterior por familiares emigrados, para aplicar na poupança geral ou previdenciária⁶⁸.

Segundo Krugman et al. (2015), o comércio internacional é um *importante fator de equilíbrio econômico interno*, promovendo o pleno emprego, o controle de preços e amortecendo os malefícios do subemprego para a economia. O *comércio internacional* tem importância secundária, mas colabora para a estabilidade de preços, diminuindo fenômenos como o aumento da dívida previdenciária implícita ou da carga tributária, pela manutenção do consumo compatível com a renda do aposentado e pela estabilização dos preços. A macroeconomia, segundo Pinho (2019), é a *reciprocidade entre os agregados econômicos*, centrada em quatro objetivos: *crescimento econômico, controle de preços, emprego e comércio internacional*.

⁶⁸ Para melhores conhecimentos em relação à importância econômica das migrações, ver Pekkala Kerr et al. (2016). *Global Talent Flows*. National Bureau of Economic Research, 1050 Massachusetts. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w22715>.

2.4.1.2. A MACROECONOMIA E A MICROECONOMIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Murteira (2011) ensina que os fundamentos macroeconômicos que impactam diretamente na economia previdenciária são *o crescimento econômico, a estabilização de preços e o pleno emprego*. A economia previdenciária depende dos estímulos da macroeconomia sobre a oferta e a demanda, que fazem crescer o investimento (*governo e empresários*) e o consumo (*famílias e resto do mundo*), sem os quais os trabalhadores, empresas e governos não conseguem receber salários, lucros, impostos e excedentes a serem distribuídos para os aposentados. A autora ainda orienta, que a análise macroeconômica, do ponto de vista da economia previdenciária, deve focar os *aspectos de produção e consumo* em vez dos aspectos ligados ao *financiamento previdenciário*.

A economia gerada pela previdência social estimula a demanda agregada, gerando e mantendo o crescimento econômico de orientação kaldoriana, baseado no produto, além, da importante tarefa de estimular o emprego e a distribuição de renda (Gentil, 2006). Kalechi (1978) demonstra que a renda gerada pelo trabalho nem sempre gera os excedentes possíveis para o entesouramento. Conseqüentemente, o investimento produtivo em geral é fruto do excedente que supera os gastos com a sobrevivência do trabalhador (salário), aplicado na produção pelo empregador. Nabais e Ferreira (2012) explicam que a saída da crise portuguesa está no incentivo à *poupança* das famílias, de forma que as empresas tenham acesso ao financiamento interno gerado pela poupança interna. Se, do ponto de vista das famílias e das empresas, esse procedimento é recomendável, o Estado também deve ter cuidado redobrado com as reservas previdenciárias públicas, para evitar o empobrecimento dos trabalhadores mais vulneráveis durante o período de inatividade.

O novo sistema previdenciário proposto depende muito do desempenho micro e macroeconômico. Não apenas por se basear na manutenção do poder de consumo (aumento da renda) e na garantia financeira previdenciária (equilíbrio financeiro), mas também na promoção do trabalho *formal e cooperativo* como base de manutenção financeira do sistema, *via tributos, contribuições sociais e distribuição de dividendos sociais*.

De acordo com Rosanvallon, o século XVIII foi marcado por autores que defenderam a ideia da *commercial society*, colocando a ideia de mercado como uma *sociedade política alternativa*, subvertendo a *representação da sociedade civil*. A regulação social garantida pelo

processo político baseada na vontade geral, foi substituída pela força econômica do interesse corporativo. A ideia ressurgiu a partir da década de 1970 com Pinochet no Chile, extrapolada por Reagan e Thatcher nas décadas de 1980 e 1990. O Presidente dos EUA, Ronald Reagan, reorientou ideologicamente as instituições de Bretton Woods, para uma atuação política anticomunista e individualista das instituições de fomento.

Guilluy (2020) imputa a ruptura das relações de compromisso social entre os mais ricos e a sociedade, à disseminação da visão social de Margaret Thatcher, de que não *existia uma sociedade e apenas indivíduos*, na sua frase antológica *There is no society*. Sedláček (2018) atenta para a necessidade de adotarmos uma posição limítrofe no estudo e na análise da economia, *tomando o caminho inverso da economia mainstream*, abordando o assunto sob a perspectiva histórica, filosófica, antropológica e sociológica. A abordagem multidisciplinar permitirá desvelar um quadro além do método quantitativo largamente utilizado pela economia clássica, recorrendo à análise *metaeconômica*⁶⁹ dos fenômenos econômicos.

No presente estudo recorreremos às organizações que conformam o extrato do *social business* (figura 1) e por suas características inerentes com o domínio da comunidade, determinada pela cooperação, solidariedade laboral e reciprocidade, onde o lucro é distribuído de acordo com a participação na produção, respeitando os valores éticos, sociais e ecológicos, bem como a exploração racional dos bens comuns a disposição da comunidade.

Os pressupostos da Economia Social estão perfeitamente alinhados com as necessidades da previdência social. Garantindo o emprego formal de longa duração, a distribuição dos lucros entre os cooperados e a manutenção de um fundo cooperativo, que permita a continuidade dos negócios mesmo em época de crise.

2.4.2. A ECONOMIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

Gastaldi (2003) ensina que na antiguidade a economia individual, baseada na coleta, estava ancorada numa economia natural, com raras trocas. A economia monetária surge com aumento das trocas proporcionadas pela *circulação de bens e mercadorias entre sujeitos econômicos, inicialmente com atores locais que caracterizavam uma economia de base social*, devido ao ambiente coletivo e comunitário onde se realizava. O ato de cooperar, segundo Nisbet (*apud* Namorado, 2013), compreende vários *tipos* na prática social: *o automático (reino animal)*,

⁶⁹ Para maiores conhecimentos sobre a *metaeconomia*, ver Schumacher (1979).

o tradicional (norma social), o contratual (acordo conduzido pela vontade), o dirigido (objetivos involuntários) e o espontâneo.

Relata Garrido (2016) que Charles Gide foi o economista que teorizou e nominou a economia social. Era socialista e cristão protestante e defendia o princípio da cooperação voluntária como fundamental para a transformação radical, pacífica e global das relações humanas. Defendeu em 1900, na Exposição Universal de Paris, a importância das instituições de progresso social, a melhoria das condições de trabalho, do conforto e a garantia da segurança para o indivíduo em relação ao futuro por meio da previdência. Mostrou que a economia social e suas empresas sociais permitiam a independência econômica do indivíduo e sua família, mantendo ou criando propriedades cooperativas solidárias sem a necessidade da eliminação da propriedade produtiva privada.

A obra *Économie Sociale*, de Charles Gide (1907), não é apenas um relatório circunstancial, mas sim o marco de uma nova teoria que une capital e trabalho, dentro de um espírito muito próximo das relações solidárias das Guildas e Associações da Idade Média europeia. Gide apoiou-se na ideia transcendente da solidariedade via cooperação, afastando-se do liberalismo do século XIX e desenvolvendo um socialismo sofisticado, substituindo a *mão invisível* de Adam Smith pela ação do Estado, expressão *visível do laço invisível que une os homens que vivem numa sociedade de cooperação*. Entretanto, para o autor a construção da economia social foi tomada de forma restrita.

A teoria gideana não abarcou o domínio da teoria, mas apenas o das aplicações práticas, não apresentou sistemas e programas de reforma social, mas instituições e organizações sociais transformadoras, sem idealismos, com a *práxis* necessária para obter resultados sociais justos. Lagoarde-Segot faz uma distinção entre *economia social* e *economia solidária*, sendo que a primeira é uma alternativa à economia de mercado e ao setor público e a segunda abrange setores dos três sistemas. A economia solidária é muito mais um sistema de transformação social do que propriamente um sistema teórico e jurídico.

A teoria de Gide reinterpreta o solidarismo, pregava uma nova economia – a economia social – não violenta, sem expropriação, sem negação das liberdades, e propunha uma revolução sem abolição da propriedade privada, pois acreditava na progressiva extinção do sistema capitalista de produção via trabalho cooperativo e solidário. Confiava nas práticas de ajuda

mútua, aliadas a uma educação promovida pelas cooperativas, que juntas seriam decisivas para a transformação humana. Sua teoria difere da linha social cristã, representada pelas teses de Frédéric Le Play.

Namorado (2013) cita Rabindranath Tagore, identificando a união dos oprimidos pela cooperação e pelo trabalho, como o único meio de unir forças para obter ganhos econômicos, pois isso evita a divisão social, a dispersão e a miséria causadas pela opressão do capitalismo, dando uma base moral à organização dos negócios. De acordo com Namorado (2013), os negócios sociais estabelecidos pela unidade de produção cooperativa se baseiam em sete princípios que fundamentam sua organização e caráter:

- Educação, formação e informação;
- Adesão voluntária e livre;
- Gestão democrática pelos seus membros;
- Autonomia e independência;
- Participação econômica dos membros;
- Intercooperação;
- Interesse pela comunidade.

De acordo com Taylor (2014), Hegel contrapõe a ideia da *mão invisível do mercado como a organizadora da sociedade*. Com uma nova categoria de interpretação histórica, a *astúcia da razão*, colocada numa perspectiva coletiva oriunda da *renúncia da vontade consciente* do indivíduo em nome do todo materializado no *espírito da nação*, estruturada em organizações cooperativas de produção semelhantes às antigas Guildas europeias. No novo sistema previdenciário proposto, a promoção do trabalho como dinamismo da economia e fator de sustentabilidade tributária é acrescida do valor social que o trabalho oferece, bem como a transformação social objetiva da comunidade em busca da harmonia social.

2.4.2.1 A ECONOMIA SOCIAL, O TRABALHO COOPERATIVO COMO FONTE DE ESTABILIZAÇÃO PARA A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

Um projeto futuro de sociedade não poderá ficar sujeito às unicamente as leis de mercado como a oferta e a demanda, mas sim ancorado num projeto de civilização que nasça da vontade geral, do esforço e do trabalho coletivo realizado em longo prazo (Fitouss, Sen e Stiglitz, 2011).

Segundo Jeantet e Wioland-Sahabana (2013), dirigentes do Foro Internacional dos Dirigentes de Economia Social e Solidária, a economia social e solidária e seus fundamentos são uma alternativa econômica, social e ecológica e um lenitivo para a classe trabalhadora mundial contra as crises mundiais, colocando os fundamentos da economia social como alternativa para equilibrar e humanizar o mercado deformado pelo neoliberalismo.

A economia social, cooperativa e solidária surge como possibilidade planetária, unida pelo Estado num laço da cooperação, com proteção social. Segundo Limonic (2009), retratando a importância do economista, John Commons, estudioso do trabalho cooperativo no início do século XX, nos EUA, sintetiza que *o trabalho cooperativo e solidário determina o fim do assalariamento e da propriedade privada de produção*. Segundo Jeantet e Wioland-Sahabana (2013), a identidade coletiva da economia social solidária (ESS) no mundo representa hoje 10% do PIB mundial, 10% dos postos de trabalho formais e 10% do movimento financeiro empresarial. Para os autores reunidos no encontro da Economia Social e Solidária de Mont Blanc em 2011, a economia social surge como alternativa mundial para a gestão coletiva da riqueza pública e dos recursos comuns raros, à disposição da humanidade. A estabilidade econômica de Cooperativas Centenárias garante estabilidade no emprego, formalidade e contribuições ininterruptas, fundamentais para a saúde financeira dos regimes previdenciários. É a partir dos atos voluntários de cooperação independente da categoria que nascem a predisposição para o trabalho e a organização cooperativa. Para Gide (1907), a economia social, livra a sociedade da dependência das leis naturais ou da filantropia *para garantir a felicidade dos homens*, Felber (2017), apresenta o setor cooperativo como as organizações onde trabalhadores mantêm seus postos de trabalho por mais tempo, com remuneração digna e proteção laboral formal, se, comparado a todos os consórcios capitalistas mundiais. E acrescenta que em 180 países os bens comuns vão desde campos e pastagens comuns, setor bancário cooperativo, até o desenvolvimento e uso de *softwares*.⁷⁰

Segundo Drucker (1993), os trabalhadores necessitam ter acesso a uma organização cooperativa. Essas entidades são *agentes da evolução humana*, o que não as impede de buscar o lucro e de concorrer no mercado capitalista, promovendo a distribuição equânime dos lucros entre seus associados e produtos competitivos no mercado de consumo. *O apoio a ações*

⁷⁰ Exemplo: o mundialmente famoso sistema operacional livre, o Ubuntu.

coletivas de promoção do trabalho, reforçando a atuação dos sindicatos, deve ter um papel mais ativo no financiamento de iniciativas que visam criar postos de trabalho (Stiglitz, 2013).

Rocard (2013) mostra que *a partir da contrarrevolução fiscal* (pós-1972) a massa salarial caiu 10% entre 1980 (67%) e 2010(57%) da massa salarial em relação ao PIB, nos 15 maiores países da OCDE. Esses percentuais representam financeiramente uma perda entre 60 e 200 trilhões de dólares da massa salarial nesses países ao longo de trinta anos. Essa perda financeira comprometeu o equilíbrio dos regimes previdenciários nestes países. A opção mercadológica neoliberal do trabalho e de segurança social, *colocou em risco o pagamento da dívida previdenciária implícita*, nos regimes de repartição, não pagando a aposentadoria da classe trabalhadora no presente e no futuro. A crise da bolsa de 2008 mostrou que o capitalismo deve ser substituído como sistema de produção e que a economia social solidária está pronta para substituí-lo em todo o mundo. Segundo o autor “*30% dos trabalhadores nos países emergentes estão desempregados em situação precária*”, e o desemprego está aumentando, os Estados enfraquecendo e as corporações acumulando riqueza.

2.4.2.2 O SETOR COOPERATIVO E SEUS FUNDOS DE ESTABILIZAÇÃO COMO GARANTIA PREVIDENCIÁRIA

A economia social e a economia popular não apenas criam postos de trabalho, fazem também aumentar a arrecadação do governo e as contribuições sociais previdenciárias, diminuindo a perda do trabalhador pela apropriação da mais-valia. As contribuições previdenciárias permanentes garantidas pela estabilidade laboral do sistema cooperativo (Gideano) e pela organização das cooperativas (produção, educação e fundo cooperativo) permitem a estabilidade dos pagamentos e a formação de um fundo cooperativo sólido (Antônio Sérgio, 1960).

O setor cooperativo de negócios (*social business*) abarca desde a agricultura familiar no setor primário até cooperativas de alta tecnologia, como a Sekem – vitalidade do sol –, cooperativa egípcia fundada em 1977, dedicada à agricultura biodinâmica no deserto, produzindo alimento e fármacos por meio de tecnologia ecológica de ponta. A cooperativa hoje conta com 1.850 trabalhadores cooperativados (Felber, 2017). A cooperativa espanhola Mondragon Cooperative Corporation foi fundada em 1941 pelo padre José Maria Arizmendiarieta com a finalidade de resolver o problema do desemprego e da especialização técnica, com a fundação

de uma escola politécnica. Atualmente conta com o efetivo de 120 empresas sociais cooperativas com 93 mil cooperativados, sendo considerada pela revista *Fortune* uma das dez melhores empresas europeias para trabalhar.

Lagoarde-Segot (2014) mostra que a economia social contraria as doutrinas de orientação socialista ou capitalista, coletiva ou individualista, estatista ou neoliberal. Para o autor, a economia social não é uma ruptura revolucionária com o sistema de produção capitalista. Mas, muda a forma da distribuição da riqueza, por meio do emprego de *instituições híbridas*, cujo objetivo está assentado em valores éticos e morais que privilegiam a dignidade e o bem-estar do associado ou do cooperativado. Mas, como ensina António Sérgio (1960), para que essas condições se estabeleçam é preciso um sistema cooperativo robusto e dominante, concorrendo em um mercado nacional livre. A descrição histórica de Álvaro Garrido (2016) e os ensinamentos doutrinários de António Sérgio (1960) e de Rui Namorado (2013), em relação ao sistema de produção cooperativo, colaboraram de forma determinante para a opção pelo trabalho cooperativo como modo de distribuição justa da mais-valia⁷¹ e da garantia do salário justo. O sistema preconizado pelos autores, pode se constituir como o esteio do sistema previdenciário, único, solidário e garantido pelo Estado Social. A estabilidade dos sistemas previdenciários se dará em condições ideais da oferta de trabalho e massa salarial maior que 55% em relação ao PIB⁷².

De acordo com Jeantet e Wioland-Sahabana (2013), o projeto das diferentes famílias empregadas na economia social e solidária – o projeto social (democracia e justiça) – não deve ser dissociado do projeto econômico (estabilidade laboral e criação de empresas cooperativas). Isso impõe uma visão mais ampla, compatibilizando a produção de riqueza e postos de trabalho com outros aspectos ligados ao bem-estar do indivíduo aqui e no futuro, respeitando a questão ambiental e dinamizando os negócios sociais produtivos voltados para o mercado de consumo. Marx e Engels (*apud* Marini, 2019) mostram que, para o setor cooperativo ter êxito e salvar as massas proletárias e operárias da exploração pelo trabalho, é necessário um setor cooperativo nacional estabelecido dentro de um mercado cooperativo, e um sistema político controlado pela classe trabalhadora.

⁷¹ Segundo Marx (2018), é o excedente quantitativo de trabalho, apropriado na produção das mercadorias, pelo detentor dos meios de produção, o *capitalista*.

⁷² Ver artigo científico – Macroeconomia – Distribuição de renda é desenvolvimento – Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB, publicado por Monica Simioni Revista IPEA-Brasil 2010. Ano 7. Edição 60 – 28/05/2010

Thompson (2000) mostra a importância do papel desenvolvido pela previdência social como fundamento na coesão social, fatores muito mais relevantes para a sociedade do que os possíveis efeitos econômicos advindos de suas restrições.

2.4.3 A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

A previdência tem a função econômica de *transferir a restrição de consumo de um período presente para um período futuro*, o período pós-laboral. A previdência social, enquanto instituição do Estado, não apenas permite a redistribuição de renda como estimula o crescimento econômico, a independência da mulher e a estabilidade social. A OIT (ILO FACTS) começou a desenvolver novos modelos, tentando estabelecer relações estruturais de longo prazo (Figura 2), mais intuitivas do que científicas, dada a dificuldade de estabelecer cenários futuros confiáveis.

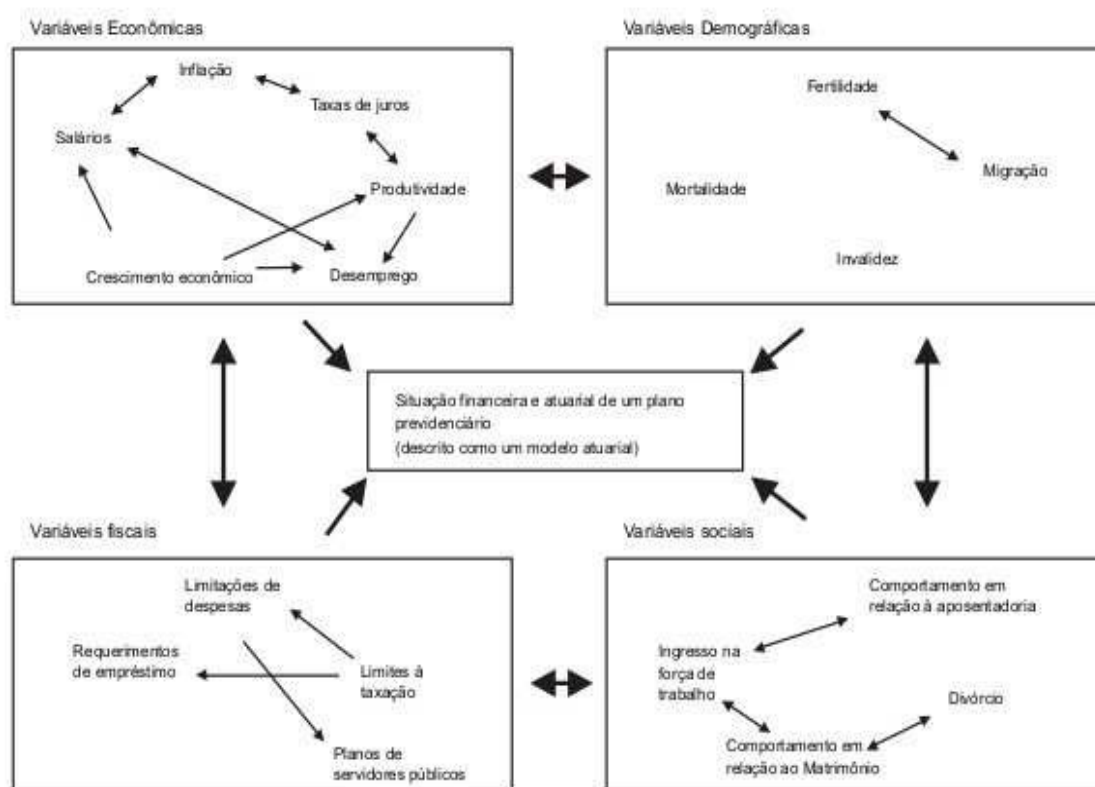


Figura 2 – Mapa conceitual das inter-relações estruturais de longo prazo nos modelos previdenciários socioeconômicos (SEA).
Fonte: Plamondon et al. (2011).

A economia previdenciária, particularmente na América Latina, além de seu caráter redistributivo, alimenta a economia de regiões geralmente desprovidas do grau de desenvolvimento econômico, necessário para a sedentarização de populações. A economia previdenciária está circunscrita, enquanto agente ativo do sistema econômico, à arrecadação e distribuição dos recursos financeiros junto à sociedade, para fins de manutenção do consumo dos trabalhadores aposentados. Nos modelos SEA (sigla em inglês para modelos atuariais socioeconômicos) baseados nos regimes de repartição ou misto, a dívida previdenciária implícita é absorvida pelo sistema como dívida intergeracional. Nesses modelos atuariais, o objetivo é a solidariedade social e não o *superavit* financeiro ou preocupações com subfinanciamento dos planos estatais. Os excedentes do trabalhador e do empresário, resultantes da economia de trocas, faz funcionar a economia previdenciária, mobilizam e produzem transformações mentais e sociais.

A função social da instituição previdenciária pública é reproduzir, nos mesmos ou em melhores níveis de satisfação e sobrevivência, o consumo que os trabalhadores gozavam durante o seu período laboral, nunca ultrapassando o limite prudente de 80% da taxa de reposição salarial (TRS). A Áustria sofreu a influência da Escola de Friburgo, e sua economia é administrada segundo os pressupostos da *economia social de mercado*, garantindo o fator trabalho a proteção de uma constituição social⁷³. Os economistas ortodoxos criticam os programas previdenciários por serem meros sistemas de transferência de impostos (Minsky, 2013-2), que prejudicam o mercado de trabalho (Izerrougene, 2009). A economia previdenciária é dependente da restrição de consumo presente para um consumo futuro, quer seja pela poupança individual ou pela solidariedade comunitária, mantida por sistemas previdenciários públicos. Para Plamondon et al. (2011), os sistemas previdenciários são compromissos de longo prazo de caráter intergeracional, e as incertezas sobre as variáveis socioeconômicas futuras exigirão dos gestores públicos o desenvolvimento de *modelos atuariais socioeconômicos* (SEA), que minimizem as possibilidades de erro.

Do ponto de vista macroeconômico, o aumento do valor dos benefícios previdenciários contribuiu significativamente para o dinamismo da demanda doméstica e para o desempenho recente da economia brasileira, motivado pelas transferências intergovernamentais, melhorando

⁷³ Segundo Galbraith, a economia social de mercado exige contenção da inflação, controle metódico de preços e salários em vez de políticas monetárias e fiscais restritivas e do desemprego (Galbraith, 1989).

o perfil distributivo orientado para os municípios de menor renda *per capita* (Orair et al., 2011). Os autores (2011) apresentam dados demonstrando a capacidade distributiva dos sistemas nacionais de previdência social, e que representam entre 5% e 30% de seu PIB, por meio de seus sistemas de previdência social, incluindo grande parte da população de baixa renda.

Galbraith demonstra a importância da *previdência social na Áustria*, uma sociedade economicamente regulada e socialmente muito desenvolvida, baseada em preços estáveis, moeda forte, pleno emprego e harmonia social. Simmel (2013) mostra que a garantia de um ganho pecuniário cria autonomia, independência e impessoalidade no agir econômico, fortalecendo o indivíduo perante a sociedade.

2.4.3.1 O CICLO DE VIDA DO TRABALHADOR E A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

Modigliani (1986) cita vários autores que a partir da segunda metade da década de 1940, investigaram e contribuíram para o desenvolvimento *da teoria da poupança e sua importância em relação ao ciclo de vida*⁷⁴. Sinteticamente, pode-se dar um exemplo: Kusnetz (Modigliani et al., 1986) provou empiricamente que a poupança não prejudicava o investimento ou o consumo. Brady e R. D. Friedman (*apud* Modigliani 1986) associaram a taxa de poupança à renda familiar e está em relação ao aumento da média salarial geral da população. Duesenberry e Modigliani (Modigliani et al., 1986) criaram a *hipótese de renda relativa* e conciliaram as hipóteses anteriores com a função de consumo linear. Margaret Reid *desenvolveu a tese da renda permanente* e a capacidade de manter excedentes para poupar, o que influenciou Milton Friedman e sua hipótese da renda mínima (*apud* Modigliani 1986).

A tese de Modigliani (1986) sobre a hipótese da formação da poupança ao longo da vida provou que, nos países de produtividade crescente e pleno emprego, ocorre uma tendência à formação de uma poupança que permitirá futuramente a manutenção do trabalhador na aposentadoria, inclusive, em alguns casos, antecipando o período desta. Mostra que a *função de poupança estimada* se afasta da *função de poupança verdadeira*, deslocando-se em sentido anti-horário em torno da média, *umentando a diferença, quanto maior for a diferença entre a constância da renda*. Segundo o autor a *variabilidade da renda transitória influi diretamente na*

⁷⁴ O modelo do ciclo da vida assume como hipótese fundamental que o consumo presente de um indivíduo depende da renda auferida por ele ao longo de sua vida. Dessa forma, o consumidor atua como agente planejador e procura manter um padrão de consumo estável, mesmo que sua renda possa apresentar variações.

capacidade de poupança, por exemplo, tomando por amostra a relação entre um agricultor e um funcionário do governo.

Uthoff (1997) observa que as reformas propostas pelo GBM, FMI para a América Latina e particularmente no Chile modificam principalmente a oferta de trabalho formal no período laboral. No Chile o período foi estendido até os 65 anos para homens e 60 para mulheres, o que subentende 45 anos de poupança previdenciária compulsória de acordo com o modelo adotado no Chile. Para quem iniciou a vida laboral aos 20 anos é uma excepcional acumulação de fundos e formação de poupança para bancos e fundos de investimentos. Não existe garantia de que o trabalhador terá uma vida laboral formal e contínua durante 45 anos.

2.4.3.2. A GESTÃO DOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

A proteção social garantida pelo Estado começa com a evolução das cidades desde a antiguidade até chegar a sua institucionalização no Estado nacional contemporâneo. Porém, foi o iluminismo europeu que instituiu os primeiros modelos aperfeiçoados no século XIX até atingirem 193 países no século XXI (Solimano, 2017).

Após 1980 surgiu uma onda redutora dos benefícios sociais no mundo, impulsionada pelas políticas do GBM, proposta pelos governos Reagan e Thatcher e posteriormente por Clinton e Blair. A opção pelo Estado mínimo e subsidiário era a garantia de que as políticas DLP (Desregulamentação, Liberalização e Privatização) promovidas pelo Banco Mundial seriam garantidas pelo Estado, desregulamentado, privatizado e liberalizado em suas políticas fiscais, monetárias, orçamentárias e sociais (Steger e Roy, 2010). De acordo com Galbraith (2008), os experimentos socioeconômicos promovidos por Reagan e Thatcher falharam e levaram ao desastre social os países onde foram implementados, e posteriormente abandonados por líderes políticos prudentes que voltaram a estatizar os seus sistemas previdenciários.

a) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Solimano (2017) mostra a importância do Estado no socorro previdenciário, entre 2008 e 2009, em plena crise dos *subprime* nos EUA, o presidente Barack Obama autorizou o pagamento de um bônus de 250 dólares americanos para os aposentados, pago de uma só vez. O direito à proteção social (aposentadoria entre eles) deve constar como cláusula pética

constitucional, administrada sob responsabilidade do Estado por instituição autárquica⁷⁵ com fim específico, pois, qualquer Estado que se erija sobre bases humanistas deve colocar a proteção e o cuidado do cidadão acima dos interesses corporativos. Solimano (2017) critica a experiência internacional de privatizações, mostrando a emergência do processo de reestatização. Para o autor, a desprivatização rompe com o ciclo de dependência do sistema da subsidiariedade do Estado, garantindo o auxílio aos trabalhadores que contrataram serviços de entidades privadas falidas.

b) ADMINISTRAÇÃO PRIVADA

Após as crises econômicas sucessivas do sistema capitalista a partir de 1980, o GBM, sugeriu reformas dos sistemas previdenciários financiados pelo regime de repartição, para o modelo de capitalização individual com formação de poupança não solidária com *contribuição definida e benefício indefinido*. Roubini e Mihm (2010) descrevem os esquemas *ponzi*, em que se envolveram os bancos estadunidenses, noruegueses e da Nova Zelândia, reveladas pela crise do *subprime* de 2008, na securitização das operações especulativas, quando investiram capitais oriundos de fundos de pensão em investimento de risco.

b.1) A DESPRIVATIZAÇÃO DOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Conforme Solimano (2017), um estudo do Banco Mundial de 2012 informava que, dos 176 países estudados, 144 ainda eram administrados pelo Estado sob o regime de repartição. A onda de privatizações avalizadas pelo GBM, OCDE e FMI na década de 1990 atingiu trinta países, majoritariamente na América Latina e dos pequenos países da Europa do Leste que saíam do socialismo e da influência da Rússia.

A reestatização aproveitou alguns procedimentos operacionais positivos dos modelos privados(capitalizáveis), dentre eles os fundos previdenciários, conforme nos mostra Solimano (2017). O Chile resiste as mudanças do sistema e é citado como exemplo por Diamond (1993) pelo seu desenvolvido sistema de acúmulo de poupança (via previdência compulsória), imune às falhas de governo (previsão constitucional), e sua simbiose com o mercado de capitais livre e desregulado. Porém o autor critica a vinculação dessas organizações às atividades de *risco no*

⁷⁵ No Brasil, as Autarquias são reguladas e definidas de acordo com o Decreto-lei n. 200, de 1967, que as define como: "serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas de Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

mercado de capitais, ao rentismo, ao pagamento de altas taxas de utilização e de propaganda e ao aumento da carga fiscal regressiva para o Estado, devido a isenções fiscais dos usuários de planos de aposentadorias privados. Na América Latina, Bolívia, Equador e Nicarágua desprivatizaram seus sistemas previdenciários (Solimano, 2017).

c) ADMINISTRAÇÃO MISTA

Nos modelos de administração mista empregados em 51% dos 176 países investigados, 47 países mantêm um fundo capitalizável como poupança previdenciária, 44 países contam com financiamento misto multipilar e 85 são financiados pelo regime de repartição⁷⁶. O FMI constata, de acordo com Solimano (2017), que os países que optaram pela troca do regime de repartição pelo de capitalização apresentavam *deficit fiscal* devido à interrupção dos pagamentos pelos contratantes desempregados. No longo prazo até mesmo os modelos mistos correm sério risco de incorrer em falhas de mercado, pelo aumento exponencial da precarização do trabalho e os trabalhos de plataforma, que não garantem contribuições previdenciárias definidas e constantes.

2.4.3.3 O FINANCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Os regimes de financiamento previdenciário historicamente derivam dos sistemas de repartição tributária. Com a evolução do capitalismo e a hegemonia da sua expressão financeira, fizeram, durante o *New Deal*, surgir arranjos corporativos que distribuíam benefícios previdenciários baseados na capitalização da poupança corporativa. Esses benefícios eram usados para atrair trabalhadores altamente especializados, num mercado de trabalho cada vez mais seletivo, que fez surgir uma burguesia operária esclarecida. A classe média industrial nasce dessa divisão da classe operária, que começara a se diferenciar, pela especialização e pelos benefícios conquistados, junto aos empregadores que concorriam num disputado mercado de produtos de alto valor agregado por mão de obra especializada.

Alguns autores defendem que a capitalização não é atingida pelo fim da transição demográfica e início do envelhecimento populacional, por não haver vínculo entre gerações em relação aos contratos. Com as dificuldades sociais apresentadas pelo modelo chileno, seus grandes fiadores, GBM e FMI, passaram a sugerir o uso de sistemas mistos, baseados num

⁷⁶ Veja Montserrat Pallares-Miralles, Romero e Whitehouse (2012). *International Patterns of Pension Provision II. A Worldwide Overview of Facts and figures.*

sistema multipilar, público privado. O equilíbrio financeiro dos sistemas previdenciários, independente do regime de financiamento e, está ligado aos resultados obtidos pelo fator trabalho, fatores demográficos e pelo desempenho econômico. O estímulo à especialização do trabalhador pode diminuir os efeitos negativos sazonais, gerados por problemas demográficos, aumentando a renda do trabalho e estimulando o produto via demanda agregada, aumentando a taxa de lucro e a arrecadação para a previdência social.

Furtado (1999) afirma que um dos motivos das profundas desigualdades da sociedade brasileira, se deve ao baixo investimento em capital humano, que prejudica o desenvolvimento socioeconômico do país, o que *reflete no bem-estar da massa da população*.

a) FINANCIAMENTO CORRENTE E ESTOQUE

Cerda (2006) faz uma retrospectiva da evolução da contribuição previdenciária no regime previdenciário por repartição chileno, e constata que em 1924 as contribuições eram da ordem de 5% do salário do trabalhador, divididas com o empresário (3%), evoluindo para 30% em 1952, 40% em 1960 e 50% em 1970. O aumento substancial das contribuições para manutenção do fluxo financeiro para custeio das aposentadorias no período. O aumento progressivo desse tributo ao longo das décadas no Chile, acabou por deprimir o mercado de trabalho e a poupança, onerando os gastos das empresas e reduzindo a poupança e o investimento dos trabalhadores e capitalistas.

Hachette (1998) afirma que o estímulo ao produto permite ao consumidor a escolha entre *poupar, investir e consumir de acordo com sua renda em cada período* da vida laboral ou na inatividade. Esse tipo de medida pode afetar o regime de capitalização, pois do ponto de vista do trabalhador não se tem a garantia de que o excedente entesourado será canalizado para o pagamento dos contratos de capitalização, podendo o trabalhador optar por aplicar seus recursos financeiros, comprando ativos mais rentáveis no curto prazo, ou optar pelo consumo suntuário imediato.

A importância da poupança previdenciária foi constatada nos governos brasileiros de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Castelo Branco, nos quais os *stocks* permitiram às Caixas de Seguro Previdenciários investir em habitação, na construção de Brasília, e na rodovia Belém-Brasília⁷⁷. Para Uthoff (1997), independentemente do regime de financiamento previdenciário,

⁷⁷ Veja Vairstman (1968).

todo sistema previdenciário jovem acumula um significativo volume financeiro em poupança, devido à inexistência do pagamento de benefícios.

b) OS TRIBUTOS NO FINANCIAMENTO CORRENTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência pública brasileira financiada pelo regime por repartição historicamente sempre teve tributos e contribuições exclusivas reforçadas pelo espírito social e solidário que garantem o financiamento corrente, tornando-se universalista pela Constituição de 1988.

Nogueira, Fernandes & Leão (2020) demonstram que a origem dos deficit previdenciários no Brasil se deu a partir da desvinculação das receitas tributárias previdenciárias, levada a termo a partir do governo Fernando Henrique Cardoso⁷⁸. Gentil (2006) acrescenta que a assertiva do déficit na previdência brasileira é mensurada por uma metodologia enviesada, baseada em um orçamento fictício, que separa os recursos arrecadados para a seguridade social cujo orçamento inclui previdência, saúde e assistência social no Brasil.

Lopes da Silva (2012) mostra que no Brasil a eficiência da tributação previdenciária, esta fundada numa norma tributária injusta, baseada em impostos regressivos, pois mesmos cobrados de forma direta (Contribuição sobre o lucro líquido – CLL) ou indireto (Contribuição financeira das empresas – Cofins), acabam incidindo sobre o consumo das famílias mais pobres na formação final dos preços.

A análise previdenciária de Fagnani (2019) mostra que o volume dos impostos criados no Brasil, pela Constituição de 1988, para complementar a contribuição de empregadores e trabalhadores urbanos, apenas *sobre a comercialização de produtos agrícolas*, não foi suficiente para incorporar ao Regime Geral de Previdência Social o contingente de trabalhadores rurais não contributivos sem cobertura previdenciária causando desequilíbrio nas contas previdenciárias.

Para Gisbert (2003), o contingente de trabalhadores ativos (A), multiplicado pela média das contribuições previdenciárias (c), deve ser igual à despesa previdenciária, representada pela multiplicação da média das aposentadorias recebidas (pr) pelo número de aposentados (P).

Para tanto usaremos a fórmula proposta por Gisbert (2003) (1)

Onde

$$A \cdot c = P \cdot Pr \Rightarrow$$

⁷⁸ Para maiores conhecimentos sobre a polêmica entre *superavit* e deficit previdenciário ver Lopes da Silva (2012) Previdência social no Brasil.

Murteira (2011) explica, didaticamente, o efeito compensador positivo da repartição na relação da inflação sobre os salários e pensões, tomando por base as contribuições e remunerações das pensões sobre o salário nominal. A mesma ideia vale para o século XXI, e a aposentadoria por repartição continuará, então, a fazer parte do Estado Social ideal para o futuro, em todos os países. Em posição diametralmente oposta, encontramos as orientações do FMI (2018). O estudo do FMI sobre o envelhecimento na América Latina critica o uso do regime por repartição por muitos países da região que o utilizam. Segundo o FMI, esse regime de financiamento é *tipicamente subfinanciado*, e orienta os países candidatos a financiamento do Fundo a passar a utilizar o modelo multipilar, baseado na combinação repartição com capitalização.

c) A POUPANÇA E O INVESTIMENTO - A FORMAÇÃO DO ESTOQUE NOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Hachette (1998) mostra que a poupança e o investimento são afetados positivamente, a primeira pela produtividade marginal do capital e pela riqueza, o segundo também pela produtividade marginal do capital, mas dependente da remuneração dos juros sobre este. No caso da demanda, existe um diferencial muito grande na capacidade de consumo entre homens e mulheres, agravado pelas diferenças salariais e principalmente pela carga de trabalho⁷⁹. No *aspecto coletivo (repartição)*, de acordo com Murteira (2011), citando Barr, isso *não se verifica, pois, a retenção é intergeracional*, tendo por base o salário de contribuição, sem fundo de reserva.

Conforme Keynes (2010), *o Estado deve estimular a demanda, via deficit fiscal*, com medidas anticíclicas para dinamizar a economia e superar crises cíclicas do capitalismo, cada vez mais frequentes. Keynes (2009), discorrendo sobre o hábito europeu da poupança e investimento particularmente em relação ao século XIX, explica que a estabilidade da moeda – padrão ouro – permitia o investimento da poupança das famílias em ações e títulos, o que garantiu um fluxo de capital para os empresários, que por sua vez impulsionaram o desenvolvimento europeu durante a Revolução Industrial. Mostra ainda que, com a chegada do

⁷⁹ De acordo com Mostafá et al. (2017), no Brasil, as mulheres trabalham aproximadamente *5,4 anos a mais do que o homem ao longo de cerca de 30 anos de vida laboral. O trabalho extra é resultado dos afazeres domésticos*. O trabalho utilizou-se de cálculos realizados a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

século XX, a grande acumulação do século anterior resultou numa inflação de preços e instabilidade monetária que determinou a busca por um investimento em bônus do tesouro dos países, como forma de investimento seguro.

Para Keynes (2010), o incentivo à *poupança individual* diminui a demanda e deprime o PIB. São os recursos alocados pela poupança, procedentes da produção de trabalhadores e dos excedentes dos empresários, que, aplicados nas instituições financeiras, geram os fundos investidos nas empresas para aumentar seu capital e a produção ou financiar o consumo das famílias no futuro, nos regimes de capitalização. A função da poupança é fundamental para o investimento, determinado pela diferença entre o *rendimento* e o *consumo* das famílias. No entanto, Keynes (2009), comentando a crise de 1930, atenta para o perigo de submeter fundos previdenciários a investimentos de risco.

Izerrougene (2009) ensina que a proporção da poupança aposentadoria (capitalização), relativa à massa salarial, é inversamente proporcional à taxa de juros e às variações da demanda, fundamentais para o incentivo ao trabalho e a expansão do produto. Izerrougene acrescenta: No curto prazo, *contraditoriamente, é preciso aumentar a poupança para acumular o capital necessário, reduzindo o consumo* para gerar investimentos. Corroboramos a tese de Izerrougene com base em três razões básicas, citadas por Thompson: *razão do consumo agregado, razão de dependência dos aposentados e razão do padrão de vida do aposentado*. Acrescentamos que o consumo gerado pelos proventos previdenciários é determinado pela restrição de consumo da geração ativa com pagamento solidário, baseado no salário referência de contribuição ao sistema previdenciário (Thompson, 2000).

Cerda (2006) mostra o processo pelo qual, no regime de capitalização os excedentes do trabalho ou as contribuições previdenciárias são ofertados no mercado de capitais por intermediários, para gerar os investimentos cujo rendimento formarão os fundos para pagamento das pensões contratadas que rendem altas comissões para os intermediários, mas nem sempre garantem a manutenção do consumo do contratante na velhice. Mas, é o trabalho, a tecnologia e sua participação no produto que determinam os níveis de poupança e de acumulação do capital (Nabais e Ferreira, 2012).

A importância do investimento para a economia previdenciária está relacionada ao estímulo à expansão do produto, aumento da massa salarial, captação de tributos e

contribuições, estimulando o consumo e aumentando a poupança individual. Fernandes et al. (2014) aconselham um acompanhamento constante por parte dos gestores responsáveis pelos fundos financeiros que investem no mercado de capitais *contra os riscos da especulação*, atentando para *três objetivos financeiros específicos da análise financeira constante*, como: o *equilíbrio, a rentabilidade e articulação*. Segundo Izerrougene (2009), na teoria econômica ortodoxa, *o investimento depende da poupança e os juros são o preço que iguala a demanda e a oferta por recursos para o investimento produtivo*.

No caso do Chile, conforme afirma Izerrougene (2009), nesse regime, a poupança depende do volume do pecúlio, que poderá financiar o investimento e potencializar o crescimento econômico. As reformas pró-mercado optam pela *filosofia da responsabilidade previdenciária individual*, por meio da contratação de serviços previdenciários privados. Ao Estado cabe a função de garantir um mínimo de sobrevivência em caso de falência ou quebra das instituições privadas ou, como no caso chileno e brasileiro, endividando as gerações futuras ao contrair dívida pública. Nesse caso, o fluxo financeiro transfere ganhos para as instituições administradoras e não garante o consumo futuro do trabalhador.

d) A FORMAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Thomas Paine (2019) sugere que o Estado administre um *fundo que permita a poupança comum de todos os habitantes do país, a fim de diminuir a desigualdade*, usando os impostos pagos por proprietários de terras, empresários e rentistas, por serem eles os exploradores do bem comum. Para Gastaldi (2003), o capital formado pela *abstinência ao consumo leva ao entesouramento* (poupança). É a poupança que determina a capacidade de investimento e a taxa de desenvolvimento e está intrinsecamente ligada ao investimento e à poupança. Fernandes et al. (2014) ensinam que o administrador financeiro deve manter por prudência uma *margem de segurança financeira – reserva de segurança de tesouraria* – para prevenir imprevistos. Isso demonstra a importância da constituição de um fundo previdenciário público para manutenção dos benefícios previdenciários e estímulo ao trabalho, com o objetivo de aumentar a produção e a manutenção da massa salarial em níveis compatíveis para o financiamento previdenciário. Murteira (2011) acrescenta que *existe possibilidade de formação de poupança mesmo sem crescimento econômico*.

A formação da poupança, por meio de um Fundo Previdenciário estatal (*piggy-bank*)⁸⁰, poderá diminuir o efeito deletério que a *pobreza extrema pode causar no consumo dos aposentados*, presentes e futuros. A poupança pública, feita por meio de um Fundo Previdenciário, permitirá que o investimento público estimule o trabalho e a empresa cooperativa, gerando um efeito positivo sobre os fatores macroeconômicos que estimulam a demanda, oferta e captação de tributos para a manutenção futura do financiamento por repartição. A formação da poupança previdenciária pública não garante a manutenção dos níveis de crescimento econômico, mas pode ser um instrumento eficaz na distribuição de renda e na manutenção de padrões dignos de sobrevivência na velhice.

Andrew Mason (2005) alerta para a *dificuldade técnica de fazer projeções universais e de longo prazo* no que diz respeito ao *segundo dividendo demográfico* (poupança individual), pela *heterogeneidade econômica e populacional dos países* e pela relação entre produção e consumo heterogênea. De certa forma, Andrew Mason (2005) coloca em xeque as teorias universais da poupança, ao longo do ciclo de vida. A história humana, de acordo com Scheidel (2017), no que diz respeito à *aquisição da riqueza, baseada na produção de superavit*, está circunscrita ao ato de *produzir ou economizar*. Nesse caso específico a *acumulação pessoal do capital* por parte dos industriais favorece a economia dos países, estimulando o trabalho, o produto e as exportações (Kalechi, 1978).

O crescimento da massa salarial é essencial para formar os *excedentes que determinarão não só o quantitativo investido, mas também a eficiência dos investimentos* (Izarrougene, 2009). Os regimes de repartição clássicos não preveem a formação de um fundo, e neste particular se diferenciam dos regimes de capitalização, conforme ensina Mesa-Lago (1995). Todavia, dentro dos diferentes níveis salariais, os decis mais altos (Wagner, 1990), garantem altas taxas de reposição e permitem a formação de excedentes, passíveis de investimentos pelos aposentados que formam estes decis. O investimento em dívida pública muitas vezes significa uma poupança extra para os aposentados – com *retribuições de aposentadoria* que permitem a formação de poupança – mas, também é um dos fatores que contribuem para o deficit fiscal e para a acumulação da *dívida previdenciária e pública intergeracional*. No esforço de realizar a poupança previdenciária intergeracional, os níveis de investimento e de produção serão reduzidos. Portanto, a macroeconomia como ramo da

⁸⁰ Veja Barr (2001).

economia política determina as diretrizes econômicas que apoiarão as decisões políticas para o bom funcionamento da economia previdenciária.

Uthoff (1997), analisando a transição do sistema previdenciário público chileno para o privado e os custos fiscais da transição, pondera sobre a opção mercadológica e financeira com enfoque nas operações no mercado aberto de capitais, pelo fato de esta não ser regulada convenientemente para garantir a poupança previdenciária dos trabalhadores.

2.4.3.4. OS REGIMES DE FINANCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Murteira (2011) explica que, seja qual for o sistema de aposentadorias, público (repartição ou misto) ou privado (capitalização), sua *função econômica individual* será de reter (poupar) a disponibilidade para consumo em um determinado período para distribuir ao aposentado no futuro. Um dos motivos que levaram os países a reestatizar seus sistemas foram de ordem fiscal, dados os gastos de transição e a necessidade de socorro nos regimes capitalizáveis submetidos a incerteza dos mercados de capital, pelos baixos rendimentos das frações dos fundos para pagamento de aposentadorias e as altas comissões e taxas das agências de investimento privadas. Segundo Solimano (2017), a reestatização do sistema na Hungria permitiu uma transferência de 10% do PIB dos fundos privados que garantiam o pilar II para o fundo estatal que garantia o pilar I, exatamente o pilar que recebeu o maior número de adesões. A reestatização do sistema húngaro atingiu um *superavit* fiscal de 4,5% do PIB de 2011 quando comparado com o modelo multipilar substituído.

a) REGIME DE REPARTIÇÃO – FINANCIAMENTO CORRENTE

Para Piketty (2014), a primeira justificativa para a utilização do regime por repartição é o fato de ele ser o melhor regime de financiamento previdenciário possível. Acrescenta ainda que, para garantir o montante das pensões de maneira confiável e previsível, a *taxa de crescimento da massa salarial* talvez seja menor do que a *taxa de retorno do capital*, mas é de cinco a dez vezes menos volátil. Os regimes de financiamento por repartição não constituem tradicionalmente fundos previdenciários. Todavia, entre o início das contribuições e a concessão dos primeiros benefícios por velhice ou final da atividade laboral, os Estados que optam por regimes universais estatais contam com uma expansão da poupança interna, diretamente proporcional à percentagem anual da contribuição em relação ao PIB.

O regime de financiamento por repartição ainda é a melhor alternativa, particularmente no S.U.P.P., mesmo que a taxa de crescimento da base salarial seja menor do que a valorização do capital, uma vez que garante o pagamento das aposentadorias de forma sustentável pela ação atemporal do Estado e pelo acréscimo de dois mecanismos de financiamento, um endógeno o pagamento complementar do aposentado e um exógeno que é o recebimento dos dividendos sociais individuais de cada cidadão que será depositado no Fundo Previdenciário Público. No entanto, é preciso entender que o sistema de pensões, seja qual for o regime de financiamento que se utilize, nada mais é que a socialização do salário do trabalhador numa dimensão coletiva e solidária, no sentido direto da expectativa de ganhos futuros que de garantia de manutenção de um consumo compatível com o consumo ao longo da vida.

b) REGIME DE CAPITALIZAÇÃO – FINANCIAMENTO POR ESTOQUE

O primeiro regime de capitalização estatal surgiu em Singapura em 1955, administrado pelo Fundo Central de previdência Estatal (Solimano, 2017). Do ponto de vista do trabalhador, segundo Murteira (2011), a capitalização é uma *espécie de seguro*, a partir da qual o trabalhador que tem *aversão ao risco deposita* sua poupança para a manutenção de um consumo futuro. O regime previdenciário de capitalização, do ponto de vista do produtor, é um fundo de captação de investimentos cujos resultados econômicos serão utilizados no futuro para pagar as pensões dos contratantes do plano, os trabalhadores.

Segundo Izerrougene (2009), os sistemas privados de adesão voluntária – regime de capitalização – necessitam de um grande número de afiliados, pois a falta de compulsoriedade não previne o efeito de *miopia previdenciária*⁸¹. Uthoff (1997) mostra a dificuldade que o trabalhador tem para produzir excedentes por meio do salário para poupança ou investimento, pelo simples fato de que os ganhos, do fator trabalho têm menor rentabilidade do que os rendimentos do capital, o que favorece tanto o investimento produtivo como o financeiro.

Para Vargas Faulbaum (2018), o fim da ditadura chilena expôs a fragilidade do regime de capitalização⁸², pois os custos sociais exigiam a volta do regime por repartição garantido pelo Estado. A ditadura chilena resolveu o problema da compulsoriedade durante a ditadura de

⁸¹ Caracterizado pela opção do jovem em não aderir voluntariamente a sistemas de poupança ou previdência capitalizáveis, no início da vida laboral, sempre optando pelo consumo imediato.

⁸² As sazonalidades econômicas próprias do capitalismo financeiro, onde os fundos operam, impõem incertezas no mercado de trabalho, principalmente em países como o Chile, que optou pelo uso ricardiano do “custo trabalho”, fragilizando a capacidade de sobrevivência futura do trabalhador.

Pinochet, por meio de um decreto-lei, obrigando à adesão de futuros trabalhadores ao sistema⁸³. Durante a vigência do Estado Social, em alguns países, os regimes de capitalização eram usados como complemento previdenciário por indivíduos ou corporações.

c) REGIME MISTO – FLUXO E ESTOQUE – ESTADO COMO SUBSIDIÁRIO

Segundo Mesa-Lago (2000), no modelo misto, o programa público é complementado pelo componente do regime por *repartição plena individual* (CPI). O contratante do sistema contribui para uma pensão básica – *benefício definido* – e a complementa pelo regime de *capitalização plena individual*, o ganho básico, conforme a contribuição prevista em contrato. Esse modelo foi usado em alguns países latino-americanos. No Brasil, a previdência complementar (adesão voluntária) é usada no regime privado com o CPI, e os novos funcionários públicos, pós-reforma, complementam o teto da previdência pública, quando for o caso (Fagnani et al., 2019).

Murteira (2011) mostra que, na Europa, na Austrália e na Nova Zelândia, a partir de 1975, vários países adotaram regimes mistos ou complementares, combinando pilares públicos e privados ou privados regulamentados e fiscalizados pelo Estado. Na Suécia (Murteira, 2011), em 1959, foi introduzido um segundo pilar, complementar e obrigatório, para aumentar a *taxa de reposição salarial* (TRS) dos aposentados suecos. A reforma previdenciária desse país, em 1998, inovou ao acrescentar ao sistema misto um modelo de capitalização denominado *nocional*. Mediante um plano de contribuição definida, o governo atribui a uma conta virtual a aplicação de juros sobre os saldos das contribuições.

Estudo realizado pela Associação Internacional de Seguridade Social – ISSA⁸⁴ (2019) aponta que os países começaram recentemente a implementar e fortalecer os fundos de reserva (por repartição) para garantir a sustentabilidade em longo prazo de seus sistemas e fornecer um amortecedor para os períodos de dificuldade, previstos e imprevistos, *baseados em impostos e taxas*.

⁸³ Um dos problemas da capitalização eram a questão da compulsoriedade, pois a falta de adesões futura torna a capitalização sem cobertura do Estado um *esquema ponzi*.

⁸⁴ Financing and investment: Social security and the challenge of sustainability. Disponível em https://www.issa.int/en_GB/topics/financing-investment/introduction. Acesso em 20/03/2020.

d) OS REGIMES DE FINANCIAMENTO MULTIPILAR – A REPARTIÇÃO GARANTINDO OS GANHOS DE MERCADO PARA ENTIDADES PRIVADAS

Ortiz et al. (2019), em trabalho realizado para a Organização Internacional do Trabalho, demonstram que nenhum país *democrático avançado e industrializado* seguiu as orientações para substituir seus sistemas previdenciários públicos por modelos privados multipilares, baseados em contas individuais totalmente financiadas⁸⁵. Nos países em desenvolvimento que optaram pela privatização, muitos já voltaram aos sistemas públicos, conforme demonstrado nesse estudo. Ortiz et al. (2019) descrevem como são distribuídas no sistema multipilar as contribuições e benefícios(Tabela 1)

Tabela 1 – Descrição da composição dos benefícios no sistema previdenciário multipilar

Nível 0 – Proteção universal, não contributivo, baseado no regime de repartição.
Primeiro Nível – Seguro social: Seguro social, compulsório cotizável entre trabalhadores e empregadores (30 anos ou 15 anos contribuição), financiado por regime de repartição (aprox. 40% média), paga pensões com taxa de reposição salarial (TRS) mais próxima do último salário laboral.
Segundo Nível – Sistema Complementar: nem todos os países aplicam esse sistema; é um sistema contributivo complementar, voluntário ou obrigatório, baseado no emprego formal ou informal, com contribuição definida e contribuição do trabalhador, empregador ou de ambos.
Terceiro nível – Complementar individual: baseado na poupança, contratado junto ao fundo de pensão que opere no mercado de capitais, regulado e fiscalizado pelo governo.

Tabela desenvolvida pelo autor.

⁸⁵ Conforme demonstrado neste estudo, a Suécia criou um sistema com características próprias, baseado em aportes individuais com rendimentos “*nocionais*” arbitrados pelo governo.

Fonte: OIT, 2018a e 2018b; Gillion et al., 2000; Cichon et al., 2000 (apud Ortiz et al., 2019).

Caracterização da distribuição do sistema multipilar proposta pelo Banco Mundial.

2.4.3.5. A RELEVÂNCIA DO EMPREGO FORMAL PARA A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

O efeito mobilizador do trabalho da coletividade⁸⁶ gera os recursos que serão administrados no planejamento econômico, pois cabe à economia liberar os recursos aplicados na sociedade. No entanto, para Pagés e Milushev, o trabalho (emprego formal) está se tornando um dos grandes desafios da sociedade humana para o futuro, principalmente nos países em desenvolvimento, potencializados pelas análises preditivas alarmistas das instituições promotoras dos mercados, sob a ótica neoliberal⁸⁷.

Friedrich List, na obra *Sistema Nacional de Economia Política* (1841), mostra que a política comercial e a industrial não têm por objetivo apenas criar a riqueza da nação, mas sobretudo salvaguardar as fontes do trabalho para o cidadão. Para List (*apud* Gide & Rist, 1941), *a criação das riquezas é muito mais importante que a riqueza em si*.

Dussel (2011), contrariando o uso intensivo de tecnologia nos países periféricos pelas transnacionais, exige o uso intensivo de mão de obra local, tornando o pleno emprego imperativo. O autor coloca o direito à vida e à dignidade humana, vinculado ao trabalho como garantia de sobrevivência e solidariedade comunitária. O trabalho local aliado ao compromisso comunitário para Dussel é a única forma de superação da dependência econômica, evitando a vulgarização e a alienação pelo trabalho precário. Drucker (2015) recomenda o fortalecimento da base industrial nacional como *forma de melhorar a qualidade dos postos de trabalho*. E alerta para o fato de que o *trabalho distributivo e formador de valor* será, no futuro, substituído pelo trabalho dependente do conhecimento que a tecnologia exige.

A economia da precarização do trabalho coloca em risco os modelos previdenciários públicos estatais existentes, seja no Estado Social ou orientados por princípios de gestão neoliberal⁸⁸. As fragilidades do mercado de trabalho, no século XXI, seja pelo predomínio das novas tecnologias ou pelas opções políticas pró-mercado, nas gestões públicas neoliberais

⁸⁶ Pasqualini (1958) relaciona, entre os fatores da produção, as cooperativas de produção constituídas de trabalhadores.

⁸⁷ Pagés & Milushev (2018). Disponível em https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_605075/lang-es/index.htm. Acesso em 12/11/2018.

⁸⁸ Harvey (2015) faz uma exposição sucinta da formação e crise do Estado com orientação socioeconômica neoliberal na sua curta trajetória de Pinochet até a crise de 2008.

radicalizadas pelas políticas de austeridade, prejudicarão o equilíbrio financeiro de qualquer regime de financiamento previdenciário. O Chile, contrariando a orientação de Furtado (1999), aplicou em sua economia e na reforma da sua previdência social os princípios da economia neoclássica com ênfase na economia financeira, no período do governo Pinochet. As políticas desenvolvidas neste período privilegiaram o capital e fragilizaram e a precarizarão o fator trabalho causando o aumento da desigualdade.

Furtado (1999) ensina que o estímulo a produção é fundamental dentro do processo de planejamento e desenvolvimento impulsionado pelo Estado, mas, atenta para o fato de que estados com grande disponibilidade de mão de obra e baixa especialização, devem estimular o trabalho como forma de inclusão social e aumento da produção para estimular e manter o crescimento econômico.

2.4.3.6 EDUCAÇÃO E CAPITAL HUMANO – A QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA COMO SUBSIDIARIA AO FINANCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO

A questão do desenvolvimento do capital humano surge no pós 1970, na contrarrevolução fiscal desencadeada pela onda socioeconômica, jurídica e globalizante promovida pelo modelo neoliberal. Atomizando do indivíduo e a transformação deste num ativo comercializável no mercado de trabalho. Um competidor voraz e desumano que desconstrói as relações de cooperação no trabalho, eliminando a sindicalização e apresentando a versão *autoescravagista* do *homo economicus*, sem dinheiro ou capital, que se vende num mercado de exploração precarizado, sem controle ou fiscalização do Estado.

Egaña (2000), citando Gramsci, enfatiza que uma das funções mais importantes do Estado-Nação é elevar os níveis educacionais, manter a cultura e motivar moralmente o povo, desenvolvendo as forças produtivas, muitas vezes, de acordo com os interesses das classes dominantes, formando, *o aparato de manutenção da hegemonia política e cultural de classe*.

Muitos estudos tentam avaliar fatores, como a elasticidade de substituição entre o *trabalho intensivo em mão de obra* e o *investimento em capital humano*, como forma de superar os problemas previdenciários, que serão causados pelo desequilíbrio demográfico no futuro (Castro et al., 2015). O Estado de Bem-Estar Social europeu não foi fruto de uma organização continental fortuita, mas o resultado de processos de desenvolvimento, impulsionado pelo

investimento no capital humano (Todd, 2018). O desenvolvimento da estrutura industrial e as políticas alfandegárias unificadas em torno da Alemanha (Zollverein) permitiram o desenvolvimento uniforme dos países da região (Keynes, 2009). Todd (2018) vincula o arranque econômico do continente europeu ao arranque educacional, (Tabela 2) tendo por datas de início, na Alemanha, 1670 e 1820 (alfabetização universal de homens e mulheres).

Nas alternativas de suporte para a economia previdenciária encontramos no *arranque* educacional (aplicação em capital humano) dos países uma relação direta entre esse fenômeno, determinado pela decisão política, e o *arranque* econômico determinado pelo aumento das condições de produção. Um dos exemplos das contradições ideológicas na promoção da educação (capital humano) é o Chile, que, na primeira Constituição da Independência, já previa a educação básica e atravessou o século XIX sem implementá-la universalmente. Por outro lado, a Finlândia nos mostra que países que já entraram num estágio final de sua transição demográfica (Castells & Himanen, 2007) em virtude do início do envelhecimento populacional (TBN = TBM), necessitam aumentar a massa salarial, a distribuição equitativa de renda e a poupança previdenciária estatal ou individual. Estas ações tem por objetivo para poupar durante o período laboral, e ter um segundo dividendo demográfico (poupança dos aposentados) que compense os efeitos do fim da transição demográfica (baixa fecundidade e mortalidade).

Tabela 2 – Educação, fecundidade, mortalidade e arranque econômico

PAÍSES	ALFABETIZAÇÃO		QUEDA DA FECUNDIDADE (C)	QUEDA DA MORTALIDADE (D)	ARRANQUE ECONÔMICO (E)	E – A	B – A	C – B	D – C
	HOMENS (A)	MULHERES (B)							
Suécia (a)	1670	1690	1880	1988	1870	200	20	190	108
Japão (a)	1870	1900	1920	1978	1885	15	30	20	58
Canadá (a)	(1700)	(1835)	1870	1984	1895	195	135	25	114
Chile	1813 (c)	1813 (c)	1950	1999	1940 (b)	127	0	137	49
Argentina (a)	1890	1905	1910	1983	1930	40	15	5	73
Irã (a)	1964	1981	1985	1993	1960	-4	17	4	8
Brasil (a)	1915	1945	1965	2010	1930	15	30	20	45

Tabela desenvolvida pelo autor a partir das seguintes fontes: Todd (2018:196); Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010 – La República en cifras*; Egaña (2000). *La educación primaria popular en Chile en el siglo XIX: Una práctica de política estatal*.

No caso da Finlândia, o *deficit* demográfico foi compensado por um sistema educacional público universal e com grandes investimentos na formação do capital humano, formal e profissional. O hiato na formação do capital humano de alta qualificação muitas vezes é preenchido no caso de picos de crescimento econômico, condicionados à necessidade de inovação, com programas especiais de emigração e recrutamento de *mão de obra altamente qualificada*. O Chile criou em 2016 entre 200 e 250 programas de desenvolvimento, por meio do programa *Start-up Chile* (Kerr et al., 2016).

As escolas básicas no Chile eram administradas por ordens, organizações e municípios, e o Estado era responsável pela educação universitária. A educação chilena foi organizada na primeira metade do século XIX por Manuel Montt (Ministro da Justiça, Culto e Educação Pública - 1841). O venezuelano André Bello teve forte influência pedagógica sobre o ensino superior,⁸⁹ como Reitor da Universidade da Chile (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo por coortes e por gênero de acordo com os censos Chilenos de 1907, 1952 até 2002

GÊNEROS	COORTES	1907	1952	2002
HOMENS	(P 15 - 39)	42,00%	14,71%	1,84%
	(P 40 -69)	48,85%	20,19%	4,49%
	(P 70 - +)	63,96%	31,01%	13,08%
	TOTAL DA POPULAÇÃO MASC.	45,87%	17,88%	4,20%
MULHERES	(P 15 - 39)	47,48%	17,88%	4,20%
	(P 40 -69)	60,75%	26,70%	4,49%
	(P 70 - +)	73,01%	40,19%	13,72%
	TOTAL DA POPULAÇÃO FEM.	53,32%	21,25%	4,6%
AMBOS	(P 15 - 39)	44,78%	15,21%	1,60%
	(P 40 -69)	54,77%	23,47%	4,49%
	(P 70 - +)	68,68%	35,94%	13,44%
	TOTAL DA POPULAÇÃO	49,65%	19,62%	4,28%

Fonte: de acordo com tabela desenvolvida por Diaz, Lüders & Wagner (2016) – *Chile 1810-2010 – La República en cifras*.

⁸⁹ Larrañaga (2010) descreve a importância e atuação de André Bello como Reitor da Universidade do Chile, nomeado por Manuel Montt. Bello foi um jurista e educador venezuelano, que ensinava *ser função do Estado a educação da elite dirigente*. A Universidade do Chile foi fundada em 1842. Por meio de sua Faculdade de Filosofia e Educação, era responsável pela formação, fiscalização e superintendência da Educação Primária.

O pedagogo argentino Domingos Faustino Sarmiento, diretor da primeira Escola Normal do Chile, foi figura importante na organização da educação no país e posteriormente na Argentina. Todos tiveram grande influência na reorganização da educação pública e no modelo educacional adotado no Chile. A organização da educação chilena e a alfabetização do povo, teve forte impacto no desenvolvimento econômico, político e social do país.

Furtado (1999) analisando o crescimento econômico sul-coreano, mostra que a opção daquele país pelo investimento em mão de obra e educação, garantiu as condições necessárias para o posterior investimento em bens de capital. A afirmação de Furtado (1999) é confirmada por Chang (2004), em seu estudo sobre o crescimento sul-coreano sob o governo do General Park Chung-hee e sua opção pelo caminho tradicional, baseado no protecionismo da indústria nascente e na doutrina Cepalina de substituição de importações industriais, dando grande importância a educação e bem-estar do povo. Quando estudamos as alternativas de suporte para a economia previdenciária, encontramos no arranque educacional dos países (formação educacional do capital humano), uma relação direta de processo determinado pela decisão política do investimento na educação, que gera o arranque econômico necessário para a formação da poupança nacional, necessária para a manutenção de sistemas de seguridade social de qualidade, inclusivos e distribuidores de renda.

2.4.3.7 A IMPORTÂNCIA DA DINÂMICA POPULACIONAL NO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO

A dinâmica populacional é o resultado de dois fenômenos demográficos endógenos e um exógeno, e os três são fundamentais para definir os cálculos atuários que determinam o equilíbrio financeiro e operacional dos sistemas previdenciários por repartição. Os fenômenos endógenos são aqueles que dependem das políticas de planejamento familiar (taxa de fecundação total) e de proteção à saúde da mulher e das crianças amparadas pelo Estado (taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de mortalidade infantil). O exógeno, de natureza demográfica (políticas de imigração), é a solução no curto prazo para anomalias demográficas sazonais (guerras, pandemias e crise ambiental) ou promovidas pelo desenvolvimento socioeconômico que determinam a diminuição na relação entre nascimentos e mortalidade, aumentando a expectativa de vida e diminuindo a taxa de reposição demográfica da força de trabalho.

Mason (2005) explica que o primeiro dividendo demográfico (bônus demográfico, TBN >TBM) surge e desaparece numa relação direta entre o início da transição demográfica e o investimento na produtividade do trabalho e muda na medida em que reflete, na pirâmide etária da população, as relações entre produção e consumo. Para Andrew Mason, todos os países, em algum momento, serão beneficiados pelos *dividendos demográficos*⁹⁰. Mas alerta para o fato de que, no término do período de transição demográfica, os países beneficiados deverão substituir os benefícios dos *dividendos sociais*, aumentando suas taxas de poupança e acumulando maior riqueza ou capital físico, gerados pelo aumento da produção, consumo e pleno emprego.

O desenvolvimento dos tigres asiáticos fornece evidências empíricas positivas de que o uso positivo dos *dividendos demográficos* foi importante para o sucesso econômico da região, representado por um quarto do crescimento econômico⁹¹.

Castells e Himanen (2007), referindo-se a projeções demográficas, concluem que, em 2030, a população na faixa etária com mais de 65 anos representará 25% da população, e os jovens com menos de 15 anos corresponderão a 16% da população finlandesa⁹². Castro et al. (2015) comprovam demograficamente essa assertiva, dada a situação similar prevista para acontecer em Portugal. De acordo com Andrew Mason (2005), o segundo dividendo demográfico é resultado da formulação de políticas econômicas que visem à redução dos efeitos negativos das mudanças demográficas previstas para financiar o consumo dos futuros inativos. Gontijo (2016) explica que nenhum dos dividendos demográficos é automaticamente aproveitável e que o segundo dividendo depende de questões comportamentais, acrescentamos ainda os fatores determinantes como: investimento na produção, valorização salarial e distribuição da riqueza nacional.

Dobb (1973) demonstra a importância da formação da poupança (segundo dividendo), citando a tendência da elite empresarial da Europa (região com transição demográfica de 4ª e 5ª fases) a poupar recursos e reinvestir na produção e trabalho. Chang (2015) mostra a propensão dos trabalhadores orientais a poupar⁹³ e a importância desta no crescimento econômico. No caso dos países latino-americanos, dado o histórico procedimento individualista e classista das

⁹⁰ Segundo o autor, o dividendo demográfico é o aumento na produção e rendimento *per capita*, pós ocorrência do fenômeno da explosão demográfica (TBN>TBM), possibilitando o aumento da força de trabalho em idade laboral.

⁹¹ Bloom e Williamson, 1998; Mason, 2001; Mason, Merrick e Shaw, 1999 (*apud* Mason, 2005).

⁹² No entanto, os estudos constatam que os idosos finlandeses terão melhores condições de vida (Castells & Himanen, 2007).

⁹³ Segundo Chang (2015) a taxa de investimento do Japão de 35% do PIB, garantia 6% de crescimento do produto anualmente.

elites, caberá ao Estado, quando orientado para a proteção social, investir e poupar os benefícios do primeiro dividendo demográfico para garantir a despoupança no segundo (aposentados).

2.4.3.8 A ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Para Musgrave (1980), a *distribuição de renda* é determinada pelos *fatores de produção* e pelo aumento da produção da riqueza, *reservando uma parcela substancial para o setor público*, pagando *transferências sociais* e estimulando a economia, por meio do gasto público, afetando o nível *de preços e promovendo o emprego no setor privado*. Krugman (2010) mostra a importância da distribuição de renda gerada pela previdência social e de outros programas de seguridade social dos Estados Unidos, de 1930 até 1970. Weber (2018) relata as mudanças sociais na passagem do século XIX para o XX, quando a desigualdade social, segundo a doutrina econômica clássica, é *uma necessidade para o crescimento econômico, por permitir a acumulação de capital para o investimento*. No entanto, o autor lembra que a desigualdade econômica inibe o desenvolvimento socioeconômico, por gerar tensões sociais e desestimular a formação do capital humano.

Para Furtado (2003), a questão da distribuição de renda, dos antagonismos sociais aos mecanismos de acumulação e formação de preços nunca é mencionada nos conceitos econômicos propostos pelas doutrinas econômicas dominadas por países euro-americanos do hemisfério norte, que optam por temas como inovações tecnológicas, renda, produto *per capita* e produtividade social dos fatores de produção.

Segundo Plamondon et al. (2011), o desempenho das instituições de previdência social pode ser analisado segundo seus *relatórios estatísticos e indicadores de desempenho*, como *eficiência administrativa, entrega de benefícios e arrecadação* das contribuições. Polanyi (2012) mostra que na Áustria, a aristocracia feudal, a dinastia dos Habsburgos e a vitória política dos liberais foram submetidas aos interesses da *classe trabalhadora austríaca*. A economia desse país se caracteriza pelo equilíbrio entre o social e o econômico, fortemente influenciado pelo ordoliberalismo alemão.

No ano de 2016, o Relatório da Oxfam⁹⁴ mostrou que o 1% mais rico da população do planeta detinha patrimônio superior ao restante da população global. Por outro lado, o Relatório

⁹⁴ Relatório da Oxfam Brasil (jan. 2017), "Uma economia para os 99%". Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 06/04/2020.

sobre o trabalho escravo da OIT (2017) indica que, em 2014, 40 milhões de pessoas eram submetidas à escravidão moderna no mundo, gerando grande renda para seus escravizadores, máfias de tráfico humano e fundos de investimentos que exploram grandes projetos agropecuários em países da periferia como no Brasil e na América Latina em geral.

a) DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA PREVIDENCIÁRIA

Para Gisbert (2003), o debate a respeito da distribuição de renda, via setor público, tem alimentado o debate econômico, desde o século XIX, quando John Stuart Mill já defendia a opção por *redistribuir a riqueza*. Mill (*apud* Gide & Rist, 1941) acreditava que o assunto deveria sair da *esfera ideológica entre capitalismo ou comunismo* e centrar-se na diminuição das desigualdades, provocadas na Grã-Bretanha pela Revolução Industrial. Contrário a isso, Nozick (2019) condena a ação do Estado como distribuidor de renda, por *retirar de um cidadão para entregar a outro*. Esse ato, segundo o autor, fere a liberdade individual, *podendo significar submeter o primeiro a trabalhos forçados*.

Paul Bairoch (2001), na sua análise sobre as crises econômicas de 1929 e 1987, enfatiza que a diferença estrutural dos anos dourados da revolução social, no século XX, foi a importância relativa dos rendimentos de transferência⁹⁵, por meio de vários canais, principalmente dos benefícios da segurança social, por manter o *rendimento de capital maior que o crescimento populacional e a taxa de progresso técnico* (Izerrougene, 2009). De acordo com Rodríguez Weber (2018), as informações provenientes das sondagens de domicílios mostram que as diferenças salariais são marcadas pela especialização do trabalho, geradas pelo capital humano investido na educação dos trabalhadores, criando diferenças salariais baseadas na especialização e estabilidade do mercado de trabalho especializado. Estas diferenças acabam por determinar a capacidade formação de poupança para despoupança na velhice.

De acordo com Piketty (2014), a distribuição e a redistribuição da riqueza estão no centro do debate político atualmente que se intensificarão no século XXI. Afirma ainda, que a disposição do setor liberal majoritário no controle financeiro da riqueza, é restringir a distribuição. Argumenta também que a *iniciativa individual, as forças de mercado e o aumento da produtividade poderão determinar um aumento da distribuição futura*. No entanto, Singer (2001)

⁹⁵ Segundo Bairoch (2001), no fim do ano 1920, esses rendimentos representavam provavelmente menos de 4% do PNB dos EUA, mas, no fim dos anos 1988, estavam perto dos 30%.

lembra que a contradição entre a *teoria clássica marginalista e a marxista* seria que a *primeira* atribui ao indivíduo a responsabilidade pela desigualdade, vinculada às suas preferências e expectativas; e quanto a *segunda*, podemos inferir que, para diminuir a desigualdade social e de renda, faz-se necessária uma *mudança institucional profunda*. Essas mudanças modernamente podem ser alcançadas via impostos progressivos, criação de renda básica universal (progressista), renda mínima (liberais), Taxa Tobin sobre as transações no mercado financeiro internacional (Piketti, 2014), promovendo o trabalho formal e diminuindo a desigualdade entre os países.

Segundo Thompson (2000), as transferências sociais propiciadas pelos sistemas de aposentadoria estatais por repartição – contributivos ou não – favorecem os grupos sociais mais pobres e diminuem a pobreza na velhice. No Brasil, historicamente, foi o melhor instrumento de *distribuição de renda*. Para Murteira (2011), dentre os planos contributivos, o de capitalização depende da formação de uma reserva durante longo tempo de depósito em seus fundos, até acumular uma poupança que possa *gerar valor suficiente para garantir o consumo futuro do segurado*.

O regime de repartição não distribui fundos acumulados em investimentos, financeiros ou produtivos, uma vez que seu funcionamento se baseia na transferência direta da contribuição (fluxo - corrente). De acordo com Orair et al. (2011), no Brasil, o resultado positivo da estratégia governamental redistributiva foi o aumento dos rendimentos das camadas mais pobres do país, a diminuição da desigualdade, aumento na distribuição de renda e redução da pobreza. Os programas de auxílio social, no Brasil, são regimes não contributivos com caráter redistributivo, por meio dos quais são contemplados os beneficiários da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) ou programas de assistência à velhice, tendo por objetivo suprir as necessidades de subsistência⁹⁶ do indivíduo incapaz ou em risco social.

Piketty (2014) retrata o aumento da desigualdade de renda comparando os salários entre o nono e o décimo decis, particularmente entre as décadas de 1970 e 1980 na França, com um acréscimo de 20% dos trabalhadores que pertenciam ao décimo decil, o que voltou a se repetir entre 1980 e 1990. Essas constatações contrariam a teoria da distribuição de Kuznets, pois mesmo em países com crescimento econômico a distribuição não se dá de maneira

⁹⁶ Neste trabalho, quando tratamos das relações sociais de “necessidade de subsistência, apelamos para a teoria ricardiana, na qual a necessidade de subsistência inclui o hábito e o costume presentes nas relações comunitárias (Dobb, 1977).

uniforme e proporcional ao aumento da riqueza dos decis mais altos na escala de renda. De acordo com Murteira (2011), a Dinamarca, em 1891, foi o primeiro país a instituir uma renda básica para os cidadãos, *com rendimento mínimo para os idosos*, seguida pela Nova Zelândia, em 1898. Fernandes (2008) atenta que a instituição da intervenção pública com uma renda mínima universal corre o risco de criar *dependência em relação a problemas individualmente superáveis, pela deficiência de programas que não promovam a autonomia*.

2.5 OS DESAFIO PARA OS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIO NO SÉCULO XXI

O século XXI, ao contrário do século XX, apresenta-se com fortes indícios de profundas dificuldades para os sistemas previdenciários, oriundos das transformações sociais negativas, causadas pela precarização do trabalho, automação e redução dos postos de trabalho formal, impactando negativamente a formação da massa salarial e poupança previdenciária.

Para Khair (apud Fagnani, 2019), os reformistas pró-mercado *utilizam-se do alarmismo demográfico*, apontando para um maior custo do envelhecimento, sem reportar o menor gasto com a diminuição da população jovem (Fagnani et al., 2008). Além disso, para Andrew Mason (2005), a *relação entre variáveis demográficas* e a economia não é *determinística*, embora a pirâmide social de um país possa *explicar* o crescimento econômico *per capita*, de forma parcial.

Dobb (1977) mostra o rebaixamento do *fator trabalho* transformado em *fator de custo*, na forma de produção capitalista. Com o surgimento da organização da produção em escala e fluxo de capital contínuo, o processo artesanal gerido pela *habilidade e criatividade humana* perde valor para o investidor capitalista, tornando o trabalho um custo circunscrito a busca do lucro ou à demanda do mercado.

No simples desligar de máquinas o trabalhador perde seu posto de trabalho e se soma ao exército de trabalhadores desempregados. O desemprego desvaloriza o custo social do trabalho, de acordo com os objetivos dos capitalistas, e com a capacidade criativa dos engenheiros que desenvolvem processos mecanizados, automatizados, tornando a produção cada vez mais afastada da operação humana. Com a *internet das coisas* e a *inteligência artificial*, que prometem aposentar o trabalho humano como operador, os sistemas previdenciários dependerão do *Leviatan*, que com seu poder nivelador, deverá impor ao capital os impostos necessários para manter a *dignidade do desalentado*, um aposentado precoce

desativado pela *velhice social*. A sustentabilidade financeira e atuarial da previdência social pública depende do equilíbrio de fatores, e as dificuldades aparecem quando os fatores *endógenos* e *exógenos* ao sistema não são analisados, avaliados e diagnosticados a tempo de sofrerem a devida intervenção. *Elegibilidade e estagnação demográfica* são apontadas pela literatura especializada, bem como pelo GBM e FMI, como os grandes problemas a serem enfrentados pela previdência. Porém estes grupos de interesse que controlam a mídia e a academia, não revelam suas relações com o *processo político da tomada da decisão* que vem causando grandes prejuízos à proteção da velhice atualmente e provavelmente no futuro.

Mason (2017) afirma que a política reage com as mudanças demográficas para gerar resultados econômicos, aproveitando os efeitos potenciais da demografia com a experiência econômica real. A queda da taxa de substituição da força de trabalho pode ser substituída pelo incremento da tecnologia e enriquecimento das novas gerações, por meio do investimento no capital humano, via incentivo ao emprego formal, distribuição de renda ou programas de emigração, decisões que dependem do poder político. Somados a esses fatores de desequilíbrio entre a prestação solidária da segurança social e a capacidade de formação de poupança interna pelos excedentes do trabalho formal, acrescenta-se o fator de desequilíbrio que prejudicam os sistemas previdenciários, o *controle político dos tomadores de decisão local por corporações e agentes financeiros*, que legislam muitas vezes voltados para o interesse do mercado e contra as necessidades do trabalhador e do aposentado. Os sistemas previdenciários públicos dependem de um *fluxo de capital constante* (receita corrente), oriundo das contribuições sociais de empresas e trabalhadores, mas é a decisão política que tem definido a sorte dos trabalhadores ativos e inativos, sempre favorecendo os controladores do capital. Portanto, o que tem determinado o futuro nebuloso dos sistemas previdenciários públicos Estatais é, em maior grau, de acordo com a análise desse estudo, a decisão política pró mercado e secundariamente a questão do trabalho e da demográfica, ambos com amplas soluções endógenas e exógenas que possam equilibrar e tornar os sistemas previdenciários financeiros equilibrados ou superavitários.

2.5.1 POLÍTICOS

A ciência política nos mostra que a interlocução das tensões no seio da sociedade é levada a termo pela representação política, com um diploma outorgado pelo sufrágio universal, realizado livre e democraticamente. Pegoraro (1995) explica que a *macroestrutura jurídica* não protege a população contra as macroestruturas econômicas, tecno científicas e industriais, que dominam politicamente o Estado-nação, gerando *opressão e exclusão* de pessoas e grupos.

De acordo com Mendes Pereira (2010), no século XX, o uso ideológico das instituições financeiras encarregadas de financiar a reconstrução do pós-guerra, sofreu uma mudança de orientação com o surgimento da doutrina Truman (1947)⁹⁷, utilizando os órgãos de reconstrução e reequilíbrio monetário internacional como instrumento da Guerra Fria.

Sweezy (1985) observa que o Estado cumpre os objetivos políticos da classe social que detém o poder político. O que demonstra Williams (2016), retratando o *poder político auferido pelo poderoso segmento econômico formado pelos fazendeiros das colônias britânicas nas Índias Ocidentais*. Dobb (1977) acrescenta e concorda com Sweezy (1989) e Williams (2016), e observa que em todas as épocas durante a evolução do capitalismo, a intervenção do Estado sempre obedeceu a dois objetivos: *Garantir o monopólio de algum grupo capitalista e legislar contra os interesses dos trabalhadores*.

Rodríguez Weber (2018), abordando a problemática das desigualdades na América Latina, mostra a capacidade das elites oligárquicas regionais de *influenciar a governança estatal nos processos de garantia ou reversão do processo* político-democrático, quando querem se apropriar das instituições públicas produtivas desenvolvidas nos períodos de expansão econômica.

Amaral, Serra e Estevão (2016) demonstram o efeito deletério da influência política dos grupos econômicos mais bem estruturados, *impedindo a entrada de concorrentes no mercado*, influenciando a eficiência econômica e, conseqüentemente, a distribuição da renda, redução da desigualdade social, arrecadação tributária progressiva e a manutenção do Estado de Bem-Estar Social. Scheidel (2017) revela a organização de grupos de empresários super-ricos com ligações políticas que operam seus esquemas independentes do regime político, período histórico ou

⁹⁷ Mendes Pereira (2010) mostra a radicalização ideológica das organizações de Bretton Woods, que levou a URSS em 1947 a denunciar na Assembleia da ONU que o FMI não passava de uma sucursal de Wall Street e o BIRD o instrumento político de uma grande potência.

cultural, *que se estabeleceram desde a aristocracia do império romano passando recentemente aos plutocratas de Wall Street e a influência dos oligarcas russos no colapso da União Soviética.*

O período histórico que vivemos exige que os políticos sejam mais do que simples *gestores* da coisa pública, sendo *aceleradores da mudança e planejadores dos objetivos* que contemplem um projeto coletivo, promovendo *uma política de civilização*, que coloque *a vontade humana contra todos os tipos de determinismos e fatalismos* (Fitouss, Sen e Stiglitz, 2011).

2.5.1.1 O INTERESSE PÚBLICO

Nurske (1953) mostra a importância do Estado na eliminação ou redução da pobreza por meio de programas de acumulação de capital, sendo responsável por institucionalmente formatar os planos de desenvolvimento, investindo, regulando e fiscalizando os capitalistas nacionais e promovendo um crescimento endógeno, livre das amarras e da reprodução da dependência quando financiado por capital externo (*apud* Cardoso, 2019).

Para Barr (2001), a implementação de qualquer *transformação nos sistemas de reforma* em qualquer país deverá levar em conta dois fatores fundamentais: primeiro, a presença de instituições desenvolvidas ou o adiamento do projeto até que as condições se estabeleçam. Segundo, a questão da necessidade do apoio político para uma boa administração das reformas.

De acordo com Fernandes (2008), com a queda do Estado Social, a partir da década de 1970, os fundamentos do pacto social foram *pervertidos* por contingências econômico-financeiras, levadas a termo pela crise de legitimidade política do contrato social.

A sociologia *econômica* de Durkheim se contrapõe tanto à *corrente econômica dominante* como à sociologia de Herbert Spencer, ambas fundamentadas no *estatuto do contrato*, no qual o indivíduo se sobrepõe ao social. Para Durkheim (*apud* Aron, 1991), o *direito restituído* deve privilegiar a estrutura social coletiva⁹⁸ sobre os interesses do indivíduo e das cláusulas frias do contrato. De acordo com Searle (2019), o poder político tem que ser *deôntico*, ter aceitação comunitária, devendo *explicação, exatidão e conformidade* às normas morais e expectativas da sociedade onde politicamente é exercido.

Durkheim e Searle apresentam uma alternativa sociológica substantiva, em substituição as formalidades da sociologia weberiana. A simbiose dos dois modelos poderá

⁹⁸ A sociologia racional de Durkheim é elaborada sobre as bases das categorias fundamentais do social – eidética da sociedade –, partindo da ideia-força de que o social não se baseia na soberania do indivíduo (Aron, 1991).

institucionalizar sistemas previdenciários solidários, geridos por um Estado, submetido a norma e não aos humores políticos ideológicos.

2.5.1.2 O INTERESSE CORPORATIVO

Inicialmente por volta da década de 1960, a interferência privada sobre as decisões políticas agudizou-se nos países periféricos com as políticas determinadas pela reorientação doutrinária das organizações de Bretton Woods. Posteriormente, a decisão política de implantação das economias de orientação neoliberal voltaria suas ações para a América do Sul, onde as ditaduras proliferavam, destacando-se o radicalismo das reformas e a violência contra seu próprio povo do ditador Augusto Pinochet no Chile, o primeiro a promulgar uma reforma constitucional com bases neoliberais.

Bambirra (2015) manifesta que o capitalismo dependente sul-americano, na década de 1960, durante o período das ditaduras, também se manifestava por meio de sua expressão comum na região, o *capitalismo de Estado*. Subordinava-se não apenas politicamente aos Estados imperialistas, por meio *do subimperialismo e pela superexploração do trabalho*, mas se submetendo à monopolização, centralização e concentração industrial de acordo com os interesses corporativos *das transnacionais*.

Furtado (1999) usa o termo *modernismo dependente* para definir o período de acumulação da classe mercantil brasileira, que usando o princípio ricardiano das vantagens comparativas, acumulou renda a partir da produção especializada local e exploração da força de trabalho. No entanto, o desenvolvimentismo aplicado na América Latina e particularmente no Brasil de Getúlio Vargas (1930) até Juscelino Kubistchek (1955), quando o tripé de desenvolvimento era ancorado no investimento privado nacional de pequenas e médias empresas, da infraestrutura pelo Estado e nos bens com grande investimento tecnológico pelas transnacionais Araújo et all (2021).

A especialização produtiva de países latino-americanos, a partir da exportação de *commodities*, permitiu a acumulação para o consumo conspícuo da elite sul-americana e a exploração local da força de trabalho, dado as duas características marcantes que determinaram a divisão internacional do trabalho em duas vertentes, a tecnicista europeia e a produtora de produtos primários, agricultura e mineração, latino-americana explorada pelas grandes corporações transnacionais.

Mendes Pereira (2010) mostra que, a partir de 1987, o Banco Mundial, por meio do BIRD, passou a exigir políticas de ajustamento estrutural dentro dos países que se candidatavam a novos empréstimos. Acrescenta que os projetos financiados pelo GBM passaram a sofrer *lobby por contratos de empresas capitalistas dos países centrais*, que concorriam anualmente por *40 mil contratos de compra e venda*.

O autor ainda afirma que *50% dos empréstimos concedidos* pelo sistema, foram nos primeiros anos de funcionamento do Banco Mundial e do FMI, direcionados para os países ricos, e *nos primeiros 17 anos de operação 93% dos recursos foram gastos com empresas de consultoria dos países mais desenvolvidos*. Esse tipo de operação foi interrompido pelo Banco Mundial na gestão Joseph Stiglitz (*apud* Mendes Pereira, 2010), que, *fugindo da ortodoxia econômica*, enfrentou o FMI de Michael Mussa, economista-chefe daquela instituição.

Cecile-Robert (2021) afirma que os programas de ajuste estrutural impostos aos países do Sul, pelos organismos financeiros FMI e GBM, preconizavam medidas econômicas e regras de boa governança, exigindo uma gestão transparente dos poderes públicos (manutenção rigorosa das contas públicas sob a supervisão dos órgãos de controle). As consequências das medidas impostas em países profundamente desiguais e pobres como Costa do Marfim, Quênia, Mali, foram golpes de Estado sucessivos e violência política desmedida em países sem tradição democrática, seja pela configuração cultural ou pelo atraso civilizatório.

De acordo com Chomsky (2017), o domínio do poder corporativo na sociedade americana, a partir de 1970, com o *domínio das corporações*, no período dos governos de Reagan e Thatcher, implantou um neoliberalismo radical, negando a sociedade de um lado e pregando uma liderança iluminada do outro. Searle (2019) mostra as dificuldades que o Presidente dos EUA, Barack Obama, *teve para aprovar o programa de saúde americano Obama Care*, mesmo tendo maioria no Senado e na Câmara dos deputados dos Estados Unidos. Isso deixa uma grande dúvida sobre *quem manda em quem*, mesmo em um Estado com característica *hobbesiana e imperialista*, na definição tradicional de *soberania*, que projeta poder no mundo todo, mas que é dominado por um poder corporativo orienta a legislação, mesmo contra a comunidade que o elegeu.

Furtado (1999) discorre sobre a forma como as estruturas de poder *nacionais, transnacionais e plurinacionais* se conformam no entorno da alta tecnologia, empregada na manipulação global das atividades financeiras e na unificação dos padrões monetários e cambiais, unificando-os e submetendo-os às moedas majoritárias garantidas pelos países centrais. Dowbor (2018) mostra a força das corporações e *lobbies* como no caso da corporação Halliburton e sua pressão para invasão do Iraque após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Zapatta (1997) aponta a ruptura da relação ética da solidariedade entre trabalhadores e empresários, durante a ditadura pinochetista no Chile, onde, sem escolha ou participação democrática do cidadão, os laços de solidariedade previdenciária foram rompidos e o Estado impôs uma contribuição previdenciária com *fins acumulativos de capital*, com o dinheiro dos trabalhadores. Amparado pela constituição neoliberal de Pinochet, legalmente transferindo a poupança do trabalho para o mercado de capitais, controlado por entes privados (AFP). Essa apropriação teve como consequência a aquisição de empresas estatais, construídas ao longo de três décadas com os impostos pagos em sua maioria pela classe trabalhadora, desde a criação da CORFO, por Pedro Aguirre Cerda, na década de 1930.⁹⁹

Segundo Stiglitz (2013), a função do Estado liberal moderno é impor e *manter a propriedade privada e o status quo da classe dominante*. O poder político dos detentores do capital lhes permite ameaçar economicamente os Estados, com a saída de investimentos do país, caso venham a ser tributados ou a prejudicar seu livre curso.

2.5.2. SOCIOECONÔMICOS

Dentre as maiores dificuldades de sustentabilidade financeira e atuarial que serão submetidos os sistemas previdenciários no século XXI, apontadas pela literatura especializada, estão a *elegibilidade* e a *dinâmica demográfica*. Gide e Rist, sintetizando as obras de vários economistas, citam Malthus, que vinculava o *crescimento ou o decrescimento da população ao*

⁹⁹ Ver Franck Gaudichaud (2021) disponível em <https://diplomatie.org.br/edicao-digital/165/>. Conforme nos relata Franck Gaudichaud (2021) em artigo jornalístico publicado na *Le monde diplomatique* de abril de 2021 sobre as revoltas na América Latina, em especial no Chile. As forças militares da região, historicamente antipopulares, usaram extrema violência contra seu próprio povo. O General chileno comandante da repressão as manifestações de rua em Santiago do Chile em 2019 em entrevista afirmou: *Estamos em guerra contra um inimigo poderoso e implacável, que não respeita nada nem ninguém e está disposto a usar a violência e a delinquência sem limites*.

*aumento ou diminuição da pobreza da classe trabalhadora*¹⁰⁰. No Estado de Bem-Estar Social, a falta de uma *massa trabalhadora* organizada e bem representada por sindicatos, fragmentada e atomizada como livre empreendedora ou trabalhadores precários¹⁰¹, pode inviabilizar o financiamento previdenciário. O emprego formal especializado e preferencialmente, bem remunerado, é o motor da economia previdenciária.

Conforme Piketty (2014), no conflito capital-trabalho existem outras variáveis que modulam a questão da distribuição via impostos sobre o capital. Afirma ainda o autor, que o acúmulo de capital por parte do empregador é fundamental para manter o estímulo para o investimento produtivo, que gera mais trabalho, consumo e contribuições previdenciárias. E sugere a modificação da estrutura produtiva, não ficando apenas na relação fixa entre emprego de tecnologia e diminuição dos postos de trabalho, dada a alta elasticidade do fator trabalho em regiões como a América Latina. Na macroeconomia da economia previdenciária, o desemprego impacta tanto os regimes de repartição quanto o de capitalização, em curto prazo. O primeiro pela diminuição das contribuições, o segundo pela opção voluntária, pelo descumprimento dos contratos em andamento ou pela falta de adesão aos contratos futuros.

No caso dos regimes de repartição, o Estado é a garantia para o aposentado de que, em eventual situação de crise, o benefício mínimo do retorno previdenciário possa ser garantido e concedido. Nessa hipótese, o aposentado, futuramente, receberá uma pensão compatível com a *contribuição previdenciária* recolhida ao longo da vida, pois o coeficiente de perda nesse regime é menor. As frequentes crises econômicas pós-1980¹⁰² atingem os regimes previdenciários de formas diferentes, podendo ocasionar a falência de Fundos de Pensão capitalizáveis, vinculados ao mercado de ações.

2.5.2.1. MERCADO DE TRABALHO

Rolim de Moura (2012) mostra na obra de Hesíodo a importância do *trabalho*, histórica e amplamente explorado pelos autores clássicos. Hesíodo, na Grécia antiga, reconhecia que o trabalho livrava o indivíduo da “*fome e do sofrimento*”. O desenvolvimento experimentado pela civilização ocidental, particularmente a greco-romana, segundo Mandeville (2017), deveu-se ao

¹⁰⁰ Segundo Dobb (1977), as classes sociais se conformam a partir da “*identidade de objetivos ou processo de produção*”, não pelo nível de renda.

¹⁰¹ Para Engels (2017), a sociedade inteiramente atomizada abandona seus operários, não oferecendo os meios para que possam trabalhar e manter suas famílias.

¹⁰² Crises econômicas a partir das décadas de 1980, ver Alves Volpiceli (2015).

instituto laboral da escravidão, que *foi a base da sociedade grega e ergueu o Império Romano*. Adam Smith considera o trabalho humano e sua divisão a realização fundamental na produção da riqueza de uma nação. Singer (2001) vai além, creditando a Adam Smith a *redução de toda a produção humana ao custo real*, presente na mercadoria, que nada mais é que puro trabalho humano.

A exploração predatória do trabalho humano, modernamente, erigiu o Império Britânico e a hegemonia da Europa ocidental, no período mercantil e colonial, impulsionando a Revolução Industrial e o capitalismo europeu. Williams (2016) acrescenta ainda que a escravidão negra foi financiada pela *acumulação primitiva de capital*, feita pelos comerciantes de Bristol, Liverpool e Manchester, durante o período do *engajamento*¹⁰³.

Dobb (1977) atenta para o fato de que a *redução do custo de vida do trabalhador* dentro de uma concepção lassalliana representa em ato contínuo a *redução de custo do fator trabalho*, e dúvida da validade do axioma do modelo clássico ricardiano, ao afirmar que, com o aumento dos salários, *os lucros caem e o juro tendem a baixar*. Mas, o imperativo do exército de reserva de trabalhadores, como forma de realização de lucros, hoje é facilmente observável pela queda constante dos ganhos do fator trabalho em relação aos ganhos do fator acionista, particularmente com o avanço tecnológico da economia bancária e a globalização da economia financeira.

Kerr et al. (2016) mostram a importância das migrações de trabalhadores de todas as qualificações, entre países dentro e fora da OCDE, no período de 1990 até 2010. Mencionam também os obstáculos financeiros a essas migrações e a importância das novas formas de trabalho na reorganização do mercado de trabalho mundial, particularmente o *home office* e o *trabalho online*. Com a automação e a quarta revolução tecnológica, o mercado de trabalho deverá ser mantido por um Estado forte, que aloque recursos extraídos mediante impostos dos setores mais ricos, para setores de manutenção de serviços públicos voltados para as comunidades à margem da riqueza gerada pela inovação.

Segundo Izerrougene (2009), a *redução do mercado de trabalho formal* impacta negativamente os dois regimes de financiamento.

¹⁰³ O Engajamento foi o modelo de exploração do trabalho do homem branco e pobre, muitas vezes feita de forma violenta mediante sequestro ou condenação por dívida na Inglaterra. Segundo Williams, *o serviço forçado e involuntário branco foi a base histórica acumulou o capital primitivo que financiou a escravidão negra*.

a) PLENO EMPREGO

Furtado (1999) afirma que a prática social-democrata da concentração de renda e promoção do consumismo, afastou o *ideal keynesiano do pleno emprego*. Na América Latina a orientação neoliberal aumentou vertiginosamente a criminalidade, degradou o tecido social, base do Estado-Nação, enfraquecendo a *coesão comunitária* e a cultura comum. Na concepção de Cerda (2006), o mercado de trabalho se organiza em torno dos setores *formal e informal* da economia, o primeiro constituído pelo setor de serviços (público) e pelo setor industrial (privado e público), garantindo a estabilidade no emprego e um salário corrente.

No setor informal, apesar da incerteza, existe a possibilidade de maiores ganhos e formação de poupança, particularmente para os profissionais liberais ou empreendedores. Portanto, a saúde financeira do sistema público de aposentadorias depende de mais postos de trabalho (autônomos) ou empregos (formais). *As regras previdenciárias podem ter impactos sobre os incentivos dos trabalhadores e do mercado de trabalho, ao aderirem aos sistemas públicos previdenciários* (Fagnani, 2019).

Para Minsky(2013), o pleno emprego¹⁰⁴ é sobretudo um bem social, pois confere dignidade e independência promovida por uma *ordem econômica justa, baseada no trabalho e no mérito*. De acordo com Kalechi, o pleno emprego, baseado no *laissez-faire*, depende do *estado de confiança*, que estimula o empresário a investir ou não, e atenta para o fato de que a redução do investimento privado deteriora o crescimento do produto e a arrecadação do governo. Nesse caso, Kalechi (1977) aconselha o investimento *sinético* do governo para reestimular o emprego, o produto e o consumo.

Limonic (2009) lembra também da importância da NIRA (*National Industrial Recovery Act, 1933*) e a lei Glass-Steagall legislation (*The United States Banking Act, 1933*), promulgada durante o *New Deal* do presidente Roosevelt, dos EUA, na década de 1940, na promoção do trabalho e proteção da economia contra as fraudes financeiras e bancárias. Eichengreen (2012) mostra a importância do pleno emprego nas negociações entre Reino Unido e Estados Unidos entre os anos de 1940 (Carta do Atlântico) e 1941 (Acordo de Ajuda Mútua). Quanto maior o grau de formalidade do mercado de trabalho, maior a garantia de Retribuição Previdenciária para os trabalhadores que contribuíram para a previdência.

¹⁰⁴ Minsky (2013) critica a opção dos Estados Unidos e dos países mais desenvolvidos em resistir ao uso dos poderes fiscais para promover o pleno emprego, com o medo antinatural da inflação.

Hayek afirma que o pleno emprego, custe o que custar, pode provocar maiores danos do que benefícios (Harvey, 2015). Hinkelammert (2013) observa que o liberalismo neoclássico keynesiano que regeu a economia internacional ocidental do final do século XIX até a década de 1960, com a força dos trabalhadores sindicalizados, controlou os monopólios, dinamizando o capitalismo. A ascensão do neoliberalismo instrumentalizou os oligopólios e monopólios, e a concentração do capital e a fragilização do trabalho, acabando com o pleno emprego.

Han (2015) analisa a questão da precariedade do trabalho e a falta de legislação que proteja o trabalhador contra a reducionista *atomização* promovida pela doutrina neoliberal ortodoxa do indivíduo em relação à sociedade, reduzindo tudo a famílias exploradas.

b) PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, mesmo que precário, assumiu uma importância fundamental não apenas no desenvolvimento econômico, mas até mesmo na construção de novos Estados independentes durante o período colonial, como no caso das colônias americanas, principalmente nos Estados do sul, que exploravam intensivamente o trabalho escravo. Frank Welsey Pitman (1917), citado por Williams (2016), lembra da importância do trabalho escravo para o *acúmulo de riqueza que permitiu o desenvolvimento socioeconômico da Nova Inglaterra e Colônias de Meio* nos EUA. O crescimento econômico nessas colônias foi a base que financiou o êxito da Revolução Americana.

Para Dussel (2011), a identidade que fundamenta a sociedade atual é a subjugação do trabalho assalariado pelo domínio do capital. E para Guilluy (2020) a precarização que determinou a divisão internacional do trabalho, ricardiana na hegemonia europeia em relação ao resto do mundo, atingiu a periferia das grandes cidades europeias e americanas no início do século XXI. Acrescenta que a precarização e o desemprego fizeram surgir os *populismos xenófobos*, com Trump nos EUA, frente nacional na França e Brexit na Grã-Bretanha. Tal fato, não se deveu apenas às *fakes news* ou interferência russa, mas sim ao resultado da financeirização promovida pelo Presidente dos EUA, William Jefferson Clinton (Bill Clinton) e pelo Primeiro-ministro do Reino Unido Anthony Charles Lynton Blair (Tony Blair), na última década do século XX.

Drucker (2015) alerta que a subcontratação de trabalhadores ou *outsourcing* será cada vez mais comum no futuro. A economia do subemprego prega que é melhor qualquer trabalho

do que trabalho nenhum. Para Paul Mason (2017) no futuro, as novas tecnologias que surgirão, a partir da quarta revolução industrial criarão monopólios que gerarão empregos fictícios, ocasionados pela ineficiência e ruína do mercado livre e desregulamentado.

Antunes (2018) demonstra que os traços característicos da economia da precarização são *a instabilidade e a insegurança, gerando um trabalho sem contrato*¹⁰⁵. Esse universo de desmaterialização e descaracterização do *trabalho contratado e regulamentado, de matriz taylorista-fordista, vigente no século passado [...], é substituído pelo trabalho intelectual dominado por qualificações e competências* (Antunes et al., 2013). A ocorrência de subemprego da força de trabalho ativa determina o nível de desemprego (Pinho, 2019). Matijascic, Kay e Ribeiro (*apud* Fagnani, 2008) indicam alguns dos problemas para o financiamento previdenciário, como a informalidade no trabalho e a baixa cobertura por contribuição individual (Fagnani, 2019).

O trabalho precário prejudica a tributação e a arrecadação, que financiam a previdência social pública, garantida pelo emprego formal e pela tributação da folha de pagamento das empresas. A economia informal ou popular, desmaterializada, de empregos fictícios, gera multidões de desempregados desqualificados, contratados a regime precário, sem vínculo empregatício ou contribuição previdenciária compulsória.

Bourdieu (2016) considera a *precarização do trabalho e a mundialização da economia* os pressupostos neoliberais que ameaçam os povos com o estigma *permanente do desemprego*.

c) DESEMPREGO

A economia moderna divide o desemprego em várias subcategorias, tais como: *desemprego cíclico, conjuntural, estrutural, friccional, disfarçado, informal, parcial, sazonal, setorial e desemprego voluntário* (Krugman & Wells, 2007). No entanto, Harvey (2015) alerta para o fato de que a teoria neoliberal sustenta que o desemprego é sempre “*voluntário*”, transferindo para o trabalhador a responsabilidade pelo desemprego, com base no falso argumento da valorização hora/trabalho acima do que o mercado oferece.

De acordo com Piketty (2014), dois fatores contribuíram para o aumento do desemprego na Europa na década de 1970: o *aumento das contribuições previdenciárias* e a *redução da*

¹⁰⁵ Com trabalhadores operando em *just in time*, aumentando a demanda do trabalho por *trabalhadores on-line*, por tempo certo, contratação precária, cumprindo tarefas intermitentes e cobertos pela *pejotização*, criando a modalidade do *escravo digital* (Antunes, 2018).

tributação sobre a renda das empresas e das pessoas físicas. Para Guilluy (2020) na França a partir de 2007 a maior oferta de empregos 46% concentra-se nas dez maiores cidades, ficando a população mais pobre desempregada nos pequenos municípios franceses. O mesmo fenômeno também foi observado no Brasil, onde desde a década de 50 do século XX, trabalhadores fogem do desemprego, da miséria e da seca, em busca de proteção social e laboral. A maioria da população brasileira 57%, vivem em 317 dos 5570 municípios brasileiros (IBGE-2018).

Cerda (2006) afirma que no ambiente econômico há um sentimento de que o envelhecimento da população e as baixas taxas de fertilidade e fecundidade diminuem a força de trabalho e causam a insustentabilidade fiscal para financiamento da seguridade social. O desemprego em massa, pós-crise de 1994, na Finlândia, como descrevem Castells e Himanen (2007), levou o Estado finlandês a erigir o Estado-providência¹⁰⁶ daquele país para outro patamar, investindo em capital humano e na proteção da velhice. Para Fernandes (2008), a década de 1980 marca o limite entre a geração dos *trabalhadores produtivos e precocemente improdutivos*, relegando os aposentados precoces a uma *velhice social*, vista por muitos como *inutilidade pública*.

Seguindo a modelagem matemática de Murteira (2011), podemos constatar que a redução da massa trabalhadora, envelhecimento e baixa natalidade poderá produzir a diminuição da arrecadação previdenciária necessária para o pagamento dos benefícios dos planos contributivos ou não. A autora mostra que a divisão do contingente de aposentados (R) pela massa trabalhadora (A) deverá ser igual ao valor médio da contribuição previdenciária, dividido pelo resultado da divisão do valor médio dos benefícios dos aposentados (*p*) pelo valor médio do salário dos trabalhadores (W), numa situação de pleno emprego.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula, proposta por Murteira (2011): (2)

Onde:

$$\frac{R}{A} = \frac{c}{p/w}$$

¹⁰⁶ Para Vieira (2017), o *Estado-providência está ancorado no modelo familiar tradicional: o mercado de trabalho homogêneo, uma economia estável centrada na produção de massas e a regulação econômica, a partir de política keynesiana* (Patrão Neves & Félix, 2017).

5.2.2. ECONÔMICOS

Os problemas econômicos do Estado-Nação no século XXI se refletirão na previdência pública, devido a redução da massa salarial e diminuição dos postos de trabalho industriais, particularmente na América Latina. Paralelo a isso fica cada vez mais difícil, com a expansão exponencial das dívidas públicas e o aumento das dívidas previdenciárias implícita, uma vez que o trabalhador percebeu a armadilha financeira dos regimes capitalizáveis. Os problemas atuariais se potencializam muito mais pelo empobrecimento da classe trabalhadora e pela ocorrência do fenômeno social conhecido como velhice *social*, do que pela estagnação demográfica, uma vez que o aumento da imigração de jovens africanos para o continente latino americano, vai compensar o final da transição demográfica no continente.

5.2.2.1. A MASSA SALARIAL

Conceituando massa salarial Oliveira Gonçalves, Cavalcante de Almeida e Santos Barbosa (2018) ensinam que *a massa salarial da firma representa o somatório de todos os salários pagos durante um ano aos trabalhadores vinculados, incluindo contratações temporárias*. Krugman (2010) mostra que, em 1955, a massa salarial dos trabalhadores norte-americanos correspondia a 69% do PIB, e ao capital cabia 31%. O Chile, de acordo com Tosoni (2014), teve a maior participação da massa salarial durante o governo de Salvador Allende, em 1972, atingindo o índice de 50,22% do PIB real, e sua menor participação durante a ditadura de Pinochet, em 1988, com o índice de 30,88%. Para Tosoni (2014), a abordagem pós-keneynsiana atribui à expansão da massa salarial uma participação maior no crescimento econômico, melhorando a formação bruta de capital, graças ao aumento da demanda agregada.

Em virtude das dificuldades em conseguir dados da relação entre salários e crescimento do PIB nos períodos estudados, recorreremos a metodologia desenvolvida por Tosoni (2014), que complementou os dados de fonte primária ou secundária¹⁰⁷: projetando o salário (W) futuro, a partir do salário real médio nos anos mensurados a partir de dados estatísticos conhecidos (salário, população, PIB e PEA), para definição do salário médio real (wt) do período, multiplicado pelo contingente de trabalhadores assalariados formais ou temporários (Lt) e sua

¹⁰⁷ Tosoni (2018) informa que, *em todos os casos, um cuidado especial foi tomado na configuração das diferentes séries estatísticas, sempre considerando a fonte mais recente*.

participação no período a ser determinado em relação ao PIB real (Y_t). A fórmula abaixo apresentada (3), expressa o cálculo da participação salarial no PIB.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula, proposta por Tosoni (2014): (3)

Onde:

$$W = \frac{(W_t \cdot L_t)}{Y_t}$$

Marini (2019) afirma que o alto grau de monopolização concentrada da economia chilena entre 1960 e 1970 transferia a mais-valia dos salários e os recursos do Estado chileno para o capital nacional e internacional, concentrando-os em vinte grandes empresas de cada ramo da produção. Essa prática comum na América latina, acaba por reduzir a participação da massa salarial no PIB e contribuiu para o aumento da desigualdade social e previdenciária.

a) INFLAÇÃO E RECESSÃO

A inflação e a recessão impactam os dois regimes de financiamento previdenciário. No regime de repartição, pelo aumento no curto prazo da arrecadação tributária para o financiamento previdenciário devido ao aumento dos salários. No caso da recessão, ocorre a redução da arrecadação pela redução na demanda agregada, que deprime o produto e reduz a massa salarial. Contudo, mesmo na ocorrência destes fenômenos econômicos, o regime de repartição é menos impactado, dada a possibilidade de intervenção do Estado, compensando as perdas sazonais ao longo da vida do aposentado. O regime de capitalização é sensível à inflação e à recessão, pois em ambos os casos pode ocorrer perda para o contratante, devido a perda do trabalho ou pelo acionamento dos mecanismos de penalidade por falta de pagamento, na hipótese de desemprego.

Barr (2004) mostra que os sistemas de pensão são diferentes dos seguros para acidentes de automóveis, *pois são sensíveis à inflação*, no que diz respeito à atualização de seus benefícios. Isso também vale para os Fundos de Pensão cujo contrato não preveja mecanismo de compensação, no caso de inflação, e, no caso de recessão pela renúncia por parte do contratante à continuidade do pagamento do plano.

b) O ENDIVIDAMENTO INTERGERACIONAL

O endividamento público impacta o Estado como promotor da justiça social¹⁰⁸, causando colapso em serviços públicos ou desviando recursos para pagamento da dívida pública. Para Jackson (2013), a *dívida pública ou nacional* pode ser *interna ou externa*. A primeira é realizada *pelo governo junto à população interna* principalmente em tempos de recessão quando cai a arrecadação fiscal. A segunda é a *dívida realizada pelo Estado, empresas, famílias ou entidades, junto a instituições estrangeiras*. O *deficit fiscal*, via renúncia fiscal, ou a diminuição dos impostos dos mais ricos, leva ao *endividamento público*¹⁰⁹.

As políticas previdenciárias, como políticas sociais de longo prazo, estão ancoradas na solidariedade intra, inter e transgeracional, nas distribuições das suas virtudes e de seus defeitos na manutenção do equilíbrio financeiro. A dívida pública é um dos mecanismos de equilíbrio financeiro do setor público no curto prazo em casos excepcionais, com pagamento no médio ou longo prazo, que compromete a previdência social pública. No entanto, não apenas a dívida pública passa a ser um problema a ser absorvido pelas gerações futuras, mas também a *dívida previdenciária implícita (DPI)*¹¹⁰.

c) DÍVIDA PÚBLICA

Segundo Champ e Freeman (2010), a decisão política de emitir títulos da dívida pública beneficia politicamente o primeiro governante emissor. Posteriormente, a dívida vai impactar o orçamento público e no futuro, será paga pela tributação e às custas das poupanças das futuras gerações. Para Alves Volpiceli (2015), a crise da dívida soberana europeia levou a Grécia, com uma dívida de 113% do PIB, a ser submetida a uma política de austeridade, que diminuiu os direitos previdenciários dos gregos, tornando a população idosa e aposentada mais pobre.

O endividamento das gerações futuras pode trazer sérios problemas, tanto para o regime de capitalização quanto para o de repartição. Apesar disso, o segundo poderá ser socorrido pela *continuidade do endividamento*¹¹¹, via aumento do *défice público* ou pela

¹⁰⁸ Balera (2004) ensina o sentido hermenêutico da ordem social, dando um sentido superlativo ao seu alcance na busca dos ideais de justiça e bem-estar social.

¹⁰⁹ Caracteriza-se pela substituição da obrigação do Estado de cobrir suas despesas via cobrança de impostos, pela captação de recursos no mercado financeiro, por meio de títulos públicos.

¹¹⁰ Ver Rangel (2013).

¹¹¹ Para Graeber (2016), o endividamento eterno se estabelece quando o credor recebe de juros um valor tão alto que não precisa mexer no capital principal para continuar a fornecer crédito. As dívidas públicas, atualmente, entraram nesse círculo virtuoso para o credor e prejudicial para as gerações futuras.

exploração de recursos naturais renováveis ou não renováveis à disposição do Estado. Dowbor (2018) alerta para a apropriação do excedente social, entre eles a *receita previdenciária*, no Brasil, via endividamento público e *superavit* primário para pagamento da dívida pública. Mostra ainda, a relação entre o *deficit* fiscal (2%), juros sobre a dívida pública e o montante da *rolagem* anual da dívida pública de R\$ 501 bilhões (9% do PIB) para o ano de 2015.

d) DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA IMPLÍCITA

Segundo Rangel (2013), citando Palácios e Whitehouse (2006), as políticas para a previdência social devem ser planejadas em longo prazo, pois as regras e parâmetros atuais poderão gerar dificuldades para pagamento dos benefícios futuros. O autor alega que a *dívida previdenciária implícita* é uma espécie de dívida pública, sem emissão de títulos públicos, sem aparecer nos balanços governamentais. Kane e Palácios (1996) abordam a questão dos deficit previdenciários como dívida não publicada pelos governos em regimes subfinanciados (repartição). Porém, defendem o modelo pioneiro de conta obrigatória no Chile, onde, depois de vinte anos de contribuição, garantem ao aposentado apenas 25% de taxa de reposição salarial (TRS) para um regime administrado por fundos privados especulativos, obrigando o governo a se comprometer a pagar um benefício mínimo para os trabalhadores inativos daquele país para evitar o suicídio de aposentados. Os fundos para pagamento dessa diferença serão recolhidos via sistema tributário chileno, constituindo-se num encargo para toda a população e, na realidade, a verdadeira dívida implícita será paga pelas futuras gerações chilenas que não optaram democraticamente pelo sistema.

2.5.2.4. ATUARIAIS

Para La Salle e Cartoceti (2019), do ponto de vista da sustentabilidade financeira das aposentadorias, uma expectativa de vida mais longa implica ajustes em algum dos três elementos que determinam a despesa previdenciária, ou em todos eles: *o aumento das contribuições, a redução de benefícios ou o adiamento da idade de aposentadoria*. No entanto, de acordo com estudos (OIT, 2017), as políticas de *austeridade por si só não são suficientes, podendo tornar-se prejudiciais*, quando não acompanhadas de reformas legislativas direcionadas para a sustentabilidade tributária.

Quando acompanhadas de análise atuariais ao longo do tempo (La Salle & Cartoceti, 2019). Modigliani (1986), citando o *efeito de Bentzel* (1959)¹¹², que contradiz o *efeito de miopia*¹¹³, nos países com o *crescimento da produtividade*, as gerações mais jovens e bem qualificadas ocupam os postos de trabalho mais bem remunerados¹¹⁴. Esse ganho salarial adicional determina que a geração posterior terá maior capacidade de poupança que a anterior, *compensando a liquidação de poupanças das gerações aposentadas mais pobres*. Essas gerações de trabalhadores aumentam o capital disponível para os fundos que operam os regimes previdenciários de capitalização e contribuem com o aumento da arrecadação tributária via consumo e contribuições previdenciárias, que mantêm os regimes de repartição.

As relações entre os contingentes populacionais, grau de especialização e maior remuneração da mão de obra é um fator positivo na compensação atuarial dos sistemas previdenciários, considerando uma situação de pleno emprego e demanda agregada em equilíbrio. Outro fator importante do ponto de vista previdenciário, mas também no aspecto sociológico, é a constatação de Arriaga (1984) de que os países em desenvolvimento, como Argentina, Brasil, Chile e Honduras, embora tenham aumentado sua expectativa de vida, acabam por aumentar as taxas de mortalidade na juventude, causadas pela violência urbana.

a) MÉTODO DE COMPENSAÇÃO ATUARIAL – MODELO FMI

De acordo com Figliuoli et al. (2018), o FMI recomenda a utilização da metodologia desenvolvida por Clements et al. (2012) para prever os gastos previdenciários de cada país no futuro, baseados nas tendências demográficas. A divisão do contingente de pensionistas (DP) pelo total da riqueza produzida em um ano no país (PIB). Deverá ser igual à divisão das coortes¹¹⁵ da população de maiores de 65 anos (P+65) dividida pelas cortes da população integrante da PIA (P15-64) mais o contingente de aposentados (CA). dividida pelas coortes da população de maiores de 65 anos (P+65).

¹¹² O Efeito Bentzel (1959) analisa a diferença de rendimentos entre as novas gerações de trabalhadores e seus excedentes para poupança, a poupança dos aposentados e a compensação que o primeiro poderia transferir para a segunda.

¹¹³ Quando os trabalhadores jovens optam pelo consumo em detrimento do pagamento dos seguros previdenciários privados.

¹¹⁴ Esses jovens atingem o período de formação de poupança antes do período em que as gerações de trabalhadores mais antigas o atingiram, devido ao crescimento econômico da sociedade que possibilitou maior investimento na educação profissional das novas gerações.

¹¹⁵ Coorte, unidade demográfica acima de um indivíduo, classe ou grupo. Neste estudo interpretado como todos os indivíduos nascidos entre x e y, aqui representado por coorte (P 10 – 20), interpretados como a população que compreende todos os indivíduos com idade entre 10 e 20 anos.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula, proposta por Figliuoli et al. (2018): (4)

Onde:

$$\frac{Dp}{PIB} = \frac{P+65}{P15-64} + \frac{CA}{P+65} + \frac{Mpr}{PIB/T} + \frac{P15-64}{T}$$

O resultado somado ao valor das aposentadorias (Mpr) dividida pelo produto interno bruto, dividido pela Força de Trabalho ativa (PIB/T) adicionado à PIA (divisão da coorte da população de maiores de 65 anos (P+65), dividida pela Força de Trabalho ativa (T). Esse sistema é baseado na responsabilização pessoal, sem solidariedade do empregador e do Estado para com o trabalhador. Depende da disponibilidade de postos de trabalho que assegurem a formação da poupança previdenciária individual, sujeita às variações do mercado econômico, não garantindo a taxa de reposição salarial (TRS). O sistema sugerido necessita da busca da *sustentabilidade financeira dentro do sistema*, sem comprometimento dos ganhos econômicos ou responsabilidade social dos mais ricos, ferindo os critérios de distributividade e muitas vezes ancorando seus ganhos financeiros na exploração dos recursos comuns (ambientais renováveis e não renováveis) e o endividamento intergeracional, ou seja, na dívida pública.

b) TAXA DE REPOSIÇÃO SALARIAL

A *taxa de reposição salarial* (TRS) é o coeficiente que estabelece a relação entre o último salário recebido pelo trabalhador no período laboral e a primeira Retribuição Previdenciária mensal que será recebida pelo aposentado no período de inatividade. A OIT, de acordo com a Convenção n. 102 – Normas Mínimas da Seguridade Social (Genebra, 1952), estabelece o percentual de 60% de TRS. Segundo Piketty (2014), o fraco desempenho econômico atual poderá diminuir a taxa de reposição salarial (TRS) no século XXI. Murteira (2011), analisando a evolução da previdência na Europa, mostra que, no momento anterior à ascensão das reformas europeias voltadas para o mercado financeiro, o Estado Social estava promovendo a diminuição da relação entre o último salário do trabalhador e sua primeira retribuição de aposentadoria.

Maestas, Mullen e Powell (2016), em estudo realizado para o FMI, constataram que um aumento no número de aposentados da ordem de 1% corresponde a uma redução anual da produtividade por trabalhador de 0,2 a 0,6%, na Europa e nos Estados Unidos. Figliuoli et al. (2018), em estudo realizado para o FMI¹¹⁶, afirmam que o aumento no *capital humano* ou a prorrogação das aposentadorias compensaria a perda de produtividade pela queda da *taxa de reposição demográfica da força de trabalho*. Baer e Maloney (1997) concordam, e apontam o investimento em capital humano na América Latina, que tinha matriculados no ensino médio apenas *30% dos jovens no ano escolar correto e 50% para o mesmo ano, enquanto a média dos países desenvolvidos ficava entre 75% e 100%* para o ano de 1990.

Cerda (2006) projeta que a taxa de reposição salarial (TRS) em relação à média dos salários dos trabalhadores entre 50 e 60 anos no Chile cresceria a partir do final de 2000 (32%), até atingir níveis próximos a 38% em 2020. A partir de 2020, a taxa de reposição salarial no antigo regime de repartição *chegaria a 50%, enquanto no caso com a capitalização se estabilizaria em torno de 40%*. Obviamente, mantendo a mudança ocorrida no tempo de aposentadoria, no novo sistema de contribuições e na reforma tributária, que diminuiu os tributos e aumentou a poupança nacional. Esse percentual significa 22% abaixo da reposição sugerida pela OIT (2000) o que colaborou significativamente para o aumento da pobreza na velhice no Chile.

No novo sistema proposto neste estudo, seguimos os ensinamentos de Balera (2003), para quem os proventos do aposentado, aqui denominados Retribuição Previdenciária, mantêm os fundos que garantam a *irredutibilidade do valor do benefício baseado nos princípios da universalidade e no poder de compra do benefício*, com fundamento em dois pressupostos, a garantia da *concessão* e da *manutenção* dos benefícios.

2.5.3. DEMOGRÁFICOS

O *catastrofismo demográfico* surgiu com Malthus, que criticava a distribuição da riqueza¹¹⁷ e o combate às doenças, para evitar o *mundo cheio*. A *Lei de ferro do equilíbrio demográfico* de Malthus (2015) foi quebrada com a Revolução Industrial, pelo desenvolvimento da medicina e pela melhora na higiene pública.

¹¹⁶ Figliuoli et al. (2018, apud Bloom, Canning e Fink; Prettner, Bloom, 2011).

¹¹⁷ Engels (2017) identifica, na *teoria malthusiana da população* e na *nova lei sobre os pobres*, a verdadeira *declaração de guerra dos capitalistas contra* o proletariado inglês.

Segundo Castro, Martins e Silva (2015), as revoluções que criaram a *perpetuum mobile*¹¹⁸ diminuíram a mortalidade, alimentando a prosperidade econômica impulsionada pelo *dinamismo demográfico*¹¹⁹. De acordo com Orair et al. (2011), as despesas com previdência e seguridade social dependem de dois fatores: *a dinâmica demográfica e o mercado de trabalho*. Para La Salle e Cartoceti (2019), a taxa de natalidade tem diminuído particularmente nos países da OCDE, tornando o envelhecimento da população um grave entrave na reposição da força de trabalho. O desafio para os países com sistemas previdenciários desenvolvidos é manter o equilíbrio financeiro e as *altas taxas de reposição* das aposentadorias. Porém, para La Salle e Cartoceti, nos países em desenvolvimento e com mão de obra com *altos níveis de informalidade, baixa capacidade de contribuição, pobreza e margem fiscal insuficiente, a prioridade é desenvolver e estabelecer pisos de proteção social*, dentro de um sistema coordenado, cujo objetivo é *promover a transição da informalidade para a economia formal*, base de sistemas de seguridade social fortes e estáveis. Para o regime por capitalização as baixas taxas de *reposição dos contratantes*, dentro do sistema, podem colocar em risco o valor das pensões contratadas, caso do Chile.

Moreno Durán e Vergara D'Avila (2013) mostram o efeito da redução dos postos de trabalho no equilíbrio previdenciário no regime de repartição do Chile, citando a diferença entre trabalhadores ativos e inativos nos anos de 1955 e 1980. Conforme escrevem os autores, em 1955, havia 12,2 trabalhadores ativos filiados por aposentado e, em 1980, 2,5 trabalhadores filiados por aposentado. Segundo Castro et al. (2015), o envelhecimento populacional é um dos problemas endógenos que atingem o regime de repartição. Para Castells e Himanen (2007), esse cenário constitui um problema relativo, porque, mesmo em uma geração reduzida de contribuintes (trabalhadores), o problema pode ser solucionado pelo aumento da massa salarial, pela expansão do produto, pelo investimento no capital humano e o aumento da produtividade no uso de novas tecnologias. O estudo dos fenômenos demográficos é de crucial importância para o planejamento tributário de longo prazo, mostrando caminhos tanto no aspecto financeiro como no atuarial, para a superação e o equilíbrio previdenciário dos sistemas públicos universais públicos ou privados.

¹¹⁸ Efeito de crescimento positivo das *taxas de crescimento populacional*, gerado pelas revoluções tecnológicas, pelo comércio internacional e pelas colonizações.

¹¹⁹ Segundo Cerqueira e Givisiez (2004), o conceito de dinâmica demográfica ensina que *aspectos dinâmicos das populações, ou seja, das mudanças e inter-relações entre as variáveis demográficas básicas que interrelacionam– fecundidade, mortalidade e migração* e suas relações com as mudanças no contingente populacional.

2.5.3.1. EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

Reynaert (2018) lembra a importância da *revolução sanitária baseada nas descobertas dos cientistas dos séculos XVII e XVIII*¹²⁰, que substituíram o ciclo natural, mantendo historicamente o equilíbrio demográfico, baseado em uma massiva fecundidade, para compensar uma enorme mortalidade por causas naturais¹²¹. Fernandes (2008) enfatiza a importância da *estrutura etária* da população no processo de crescimento econômico de um país, e compara o caso do crescimento acelerado em populações muito jovens, de países em desenvolvimento com populações envelhecidas de países desenvolvidos, dificultando a *taxa de reposição geracional* para o *mercado de trabalho*. A explosão demográfica promove fluxos migratórios de populações, com alto risco social e baixa qualificação, entre os países com grande excedente populacional e baixo desenvolvimento humano, no primeiro dividendo, e os países desenvolvidos, com população envelhecida, baixa natalidade, no primeiro dividendo demográfico, e alta taxa de poupança acumulada para o segundo dividendo demográfico. Via de regra os países pobres e em desenvolvimento apresentam o segundo dividendo demográfico apenas nos estratos superiores, garantidos pelas altas remunerações no setor público ou privado, ou aos rentistas que vivem da exploração dos patrimônios e heranças.

Wedy (2018), com base em estudos preditivos, mostra as *previsões* econômico-sociais projetadas para o século XXI, com a catastrófica explosão demográfica neomalthusiana, prevendo para 2040 entre 8 e 9 bilhões de habitantes no planeta e para 31 de dezembro de 2100, 10,08 bilhões de pessoas. Se levarmos em consideração a *pegada ecológica, biocapacidade de regeneração da natureza e o relatório Meadows (1978)*, o caos seria inevitável. No entanto, Wedy (2018) também relata dados econômicos interessantes, como o crescimento do PIB mundial, PIB *per capita* mundial e o PIB das grandes nações que, complementados com os dados do relatório da Oxfam, nos dão um alento, solucionando o problema com a tributação progressiva a nível mundial e instituição da taxa Tobin.

O pós-guerra nos ensina, conforme relato de Piketty (2014), que uma tributação progressiva e global melhoraria a distributividade, bem como uma despesa pública bem orçada e fiscalizada poderia melhorar os parâmetros de educação, saúde e a garantia previdenciária,

¹²⁰ Segundo Reynaert (2018), a evolução sanitária, a partir da descoberta da vacina, em 1798, por Edward Jenner; em 1900, descoberta do raio-X, por Wilhelm Conrad Röntgen; Louis Pasteur descobre a influência dos micróbios nas doenças, o que influenciou o inglês Joseph Lister, que, em 1865, desenvolveu a assepsia médica.

¹²¹ Reynaert (2018) mostra que o crescimento populacional entre os anos 1800 e 1900 foi de 230 milhões de pessoas, quando, no início do século XIX, a população europeia atingiu 420 milhões de habitantes.

promovendo o trabalho e o planejamento familiar pela melhoria das condições da mulher (Metas da ONU 2030).

2.5.3.2. A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Segundo Morro Gutiérrez (2015), a denominação “*transição demográfica*” foi obra de um orientando de Frank Notestein, o sociólogo e demógrafo Davis Kingsley. Livi-Bacci (*apud* Martinez Pizarro, 1998) enfatiza que se devem evitar confusões entre o caráter teórico preditivo, presente nos conceitos *de transição demográfica e teoria da transição demográfica*. Sinteticamente, o primeiro, *transição demográfica*, reflete o fenômeno de mudança populacional (descrição da relação entre fecundidade e mortalidade, ou seja, ocasionando uma transformação socioeconômica). O segundo, *teoria da transição demográfica*, é o arcabouço teórico que dá sustentação ao primeiro (Torrado, 1993, *apud* Martinez Pizarro, 1998).

Segundo Martinez Pizarro (1998), a transição demográfica, tese desenvolvida pelo demógrafo Frank Notestein, superou o terrorismo demográfico malthusiano. O fenômeno do envelhecimento populacional é o principal indício do final da transição demográfica, prejudicial aos sistemas previdenciários em longo prazo por compreender o período da despoupança do trabalhador inativo e a redução do contingente de poupadores e geradores de riqueza no período laboral. Outro fator importante no plano interno das nações é a questão da segunda fase da *transição demográfica* como fator de dificuldade de reposição no contingente de trabalhadores, pelas baixas taxas de natalidade no ambiente urbano, pelo envelhecimento da população e pela grande diferença entre os capitais humanos dos países centrais e nos periféricos.

A análise magistral de Fernandes (2008) dá a dimensão não apenas econômica do problema da *transição demográfica*. Acrescenta que em algumas famílias, em Portugal, já ocorrem casos de maior número de *avós vivos que netos nascidos*. Um problema que no futuro fará aumentar a precariedade nas relações de solidariedade intrafamiliar. Alerta, ainda, que o envelhecimento é um problema para o financiamento do sistema de aposentadorias, particularmente em países com *crescimento econômico lento*. A tendência da última metade do século XX, a partir dos estudos de vários autores sobre a transição demográfica europeia, trouxe a esse campo de estudo a *pretensão preditiva* de estabelecer cenários universais por meio de modelos estatísticos alicerçados no rigor matemático. Essa metodologia possibilitou a *projeção* de tábuas de fecundidade e mortalidade, que orientam as políticas de promoção do

desenvolvimento econômico futuro, evitando o *desperdício* de recursos escassos e promovendo a *eficiência dos fatores de produção* (Benitez, 1994, apud Martinez Pizarro).

a) A ESTRUTURA ETÁRIA E A CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA PELO CRITÉRIO POR IDADE: TEORIA DE SUNDBÄRG

A classificação sugerida por Gustav Sundbärg, responsável por um longo estudo sobre o comportamento demográfico sueco de 1750 a 1900, apresenta uma análise por coortes que permite identificar a estrutura etária e classificar os países pelo grau de maturidade das coortes quantitativamente dominantes em suas populações, como: jovens, envelhecidos e intermediários.

Os estudos de Sundbärg, Thompsom e Notestein balizaram o processo de cálculo da relação de dependência, estrutura e transição demográfica. Segundo o autor, a proporção entre o quantitativo das coortes com idade entre 0-14, jovens, e as coortes com idade entre 64 e maiores de 85+ (envelhecidas), determinam a classificação dos países quanto à estrutura etária de sua população.

Tabela 4 – Estrutura etária pela classificação de Sundbärg

POPULAÇÃO	COORTES			
	< DE 15	15-49	50-64	> DE 65
ESTRUTURA JOVEM	≥ 35%*	± 50%	5 a 10%	≤ 5%
ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA	25 a 30%	± 50%	10 a 20%	5 a 15%
ESTRUTURA ENVELHECIDA	≤ 25%	± 50%	≥ 20%	≥ 25%

Fonte: Palladino (2010). *Introducción a la demografía*, p. 6-9.

(*) Percentual em relação a população total

A partir da tese de Sundbärg, determinamos a relação de dependência entre os períodos que delimitam o ciclo de vida dos beneficiários do SUPP, definidos pela equação $PF + PI \leq PL$ ¹²² como situação ideal de equilíbrio demográfico. O acompanhamento da relação de dependência é fundamental para determinar o tipo de interferência pública necessária para correção do déficit da relação contingente populacional e taxa de crescimento econômico, a fim

¹²² Fases do ciclo de vida definidas no estudo do SUPP, Período de Formação (PF)- 0 a 19 anos- Período laboral (PL)- 20 a 59 anos e PI Período de inatividade (PI) – 60 +.

de equilibrar financeiramente a despesa social pública e a arrecadação para fins de transferência social.

b) TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: OS MODELOS DE THOMPSON E NOTESTEIN

O conceito, segundo seu criador, Warren Thompson (1935), é a diferença entre o crescimento e as oscilações populacionais em determinados períodos. A classificação de Thompson, além da subdivisão em três etapas, classifica os países por grupos de acordo com o estágio da transição demográfica. Para Notestein (1945), a ocorrência desse fenômeno social é dividida em estágios¹²³, que culminam com a explosão do crescimento populacional e declinam com a estagnação demográfica. Em sua argumentação, afirma que a explosão demográfica não é progressiva e não mantém o crescimento populacional.

As *explosões demográficas* se estabilizam por meio do crescimento econômico (Martinez Pizarro, 1998), pelas migrações ou pela simples modificação nas taxas de natalidade e mortalidade em virtude do planejamento familiar ou melhoria das condições sanitárias. Alguns autores ainda mencionam um possível quinto estágio, no qual a relação entre TBN e TBM fica muito abaixo do índice de reposição geracional de 2,1 filhos (*taxa de reposição geracional*) por mulher em idade fértil, coortes (P15-49), podendo declinar a ponto de o país, pela sua própria energia demográfica, não conseguir rejuvenescer sua população. O envelhecimento poderá aumentar progressivamente até o desaparecimento do país.

Atualmente, a associação do investimento em capital humano e a modernização econômica têm mitigado os efeitos negativos da *baixa energia demográfica* (TBN<TBM).

b.1) A ORGANIZAÇÃO POR GRUPOS E A EVOLUÇÃO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: MODELO DE THOMPSON

Segundo Morro Gutiérrez (2015), Warren Thompson classifica os países em três grupos, comparando as taxas de nascimento e morte para definir o crescimento natural da população. Warren Thompson (1935) mostra as taxas de nascimento e morte por mil habitantes no período de 1908 até 1927 e divide-as em três grupos, de acordo com a dinâmica populacional daqueles países.

b.1.1) PAÍSES COM PIRÂMIDE ETÁRIA RECESSIVA - GRUPO A

¹²³ Esse ciclo é dividido nas seguintes fases: pré-transição (primeira fase); aceleração, explosão demográfica (segunda fase); desaceleração (terceira fase) e estabilização, (quarta fase).

O grupo A é composto por países da Europa ocidental, caracterizados por baixas taxas de mortalidade e fecundidade. Tais países, com contingente populacional economicamente ativo baixo (PEA), porém com poupança individual e nacional estocada elevada, com força de trabalho e capital humano desenvolvido e independente.

Pirâmide etária recessiva

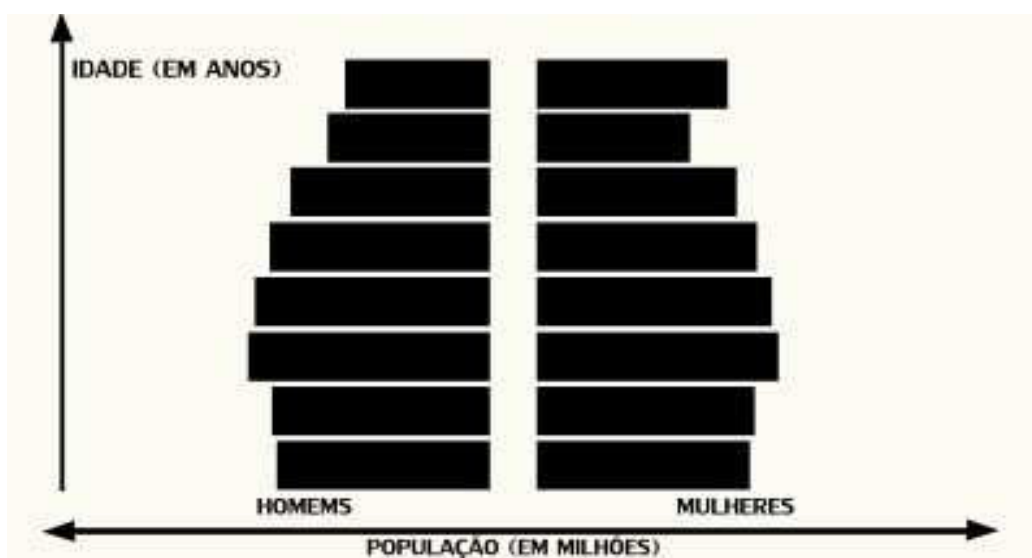


Figura 3 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo A de acordo com a classificação de Thompson (1935).

Fonte: Rodolfo Alves Pena. Disponível em <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>. Acesso em 13/09/2020.

No futuro, esses países com baixas TBN, TF e TR, deverão recorrer às migrações de alta e média qualificação (Kerr et al., 2016), para a reposição geracional da mão de obra e o equilíbrio financeiro de seus sistemas previdenciários (Figura 3).

b.1.2) PAÍSES COM PIRÂMIDE ETÁRIA ESTACIONÁRIA - GRUPO B

Os países nessa etapa da transição demográfica apresentam pirâmides populacionais recessivas, com predomínio de maior contingente de mulheres nas coortes (P 60+), conforme a Figura 5. O grupo B se caracteriza por uma queda brusca na mortalidade, seguida de uma estabilização.

Pirâmide etária estacionária

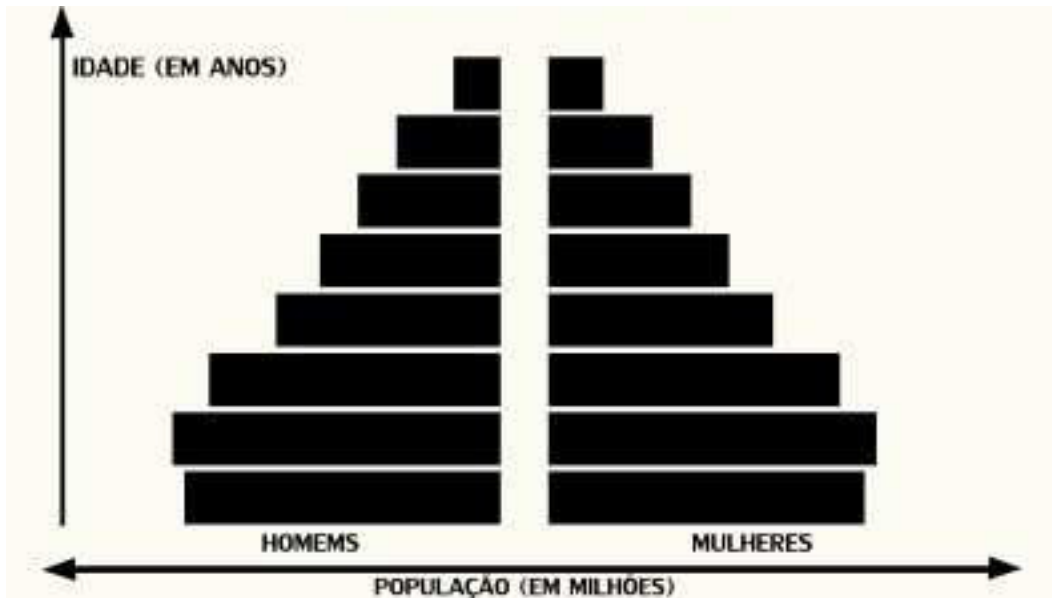


Figura 4 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo B de acordo com a classificação de Thompson (1929).

Fonte: Rodolfo Alves Pena. Disponível em <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>. Acesso em 13/09/2020.

Thompson (1935) verificou tal fenômeno em seus estudos nos países da Europa do Leste. As baixas taxas de natalidade nesses países se devem ao alto nível educacional das mulheres e à emigração de jovens qualificados para ocuparem os postos de trabalhos ociosos na Europa ocidental (Figura 4).

b.1.3) PAÍSES COM PIRÂMIDE ETÁRIA EXPANSIVA – GRUPO C

No grupo C encontramos mais de 70% dos países, segundo Thompson (1935), ocorrendo altas taxas de natalidade e de mortalidade. Esses países serão os *repositores da energia demográfica* no futuro e responsáveis pelos grandes fluxos migratórios sul-norte e oeste-leste no século XXI. Mas, conforme explica Kerr et al. (2016), esses países são responsáveis pelas migrações de baixa e média qualificação e, muitas vezes, pelo aumento da migração de mulheres jovens. As coortes que apresentam diferenças significativas no quantitativo entre homens e mulheres nas pirâmides etárias, estão relacionadas a processos emigratórios com

predominância do gênero de menor contingente em destaque. Muitas vezes justificado pela ocorrência de desastres naturais ou guerras que vitimam mais um gênero da coorte do que o outro.

Pirâmide etária expansiva

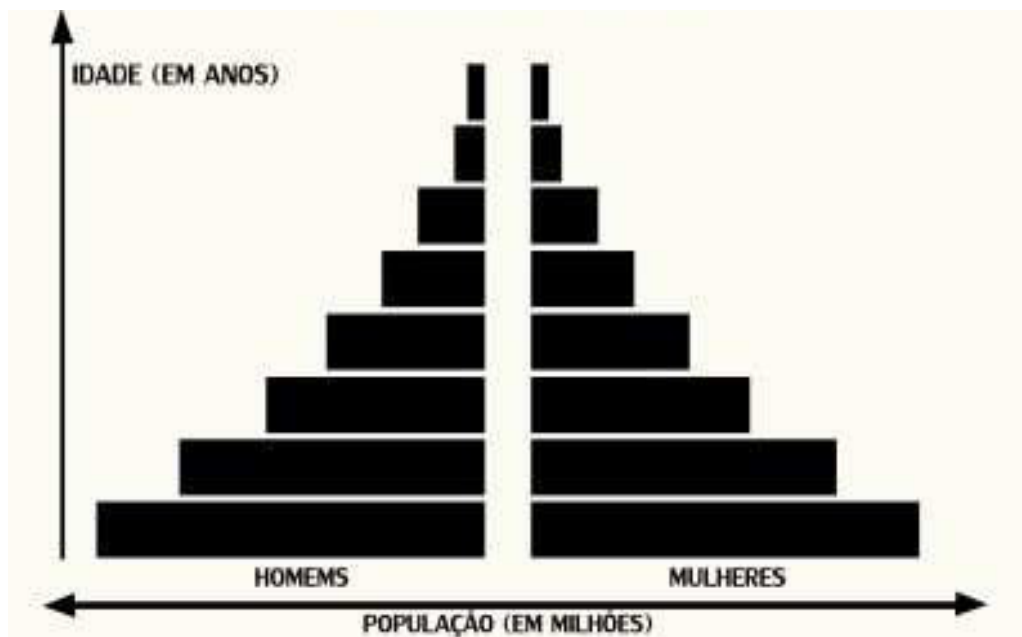


Figura 5 – Representação gráfica da estrutura etária de países do grupo B de acordo com a classificação de Thompson (1935).

Fonte: Rodolfo Alves Pena. Disponível em <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>. Acesso em 13/09/2020.

b.2) A ORGANIZAÇÃO POR ESTÁGIOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: MODELO DE NOTESTEIN

Do ponto de vista econômico, coube a Dobb (1977) mostrar que a necessidade de mão de obra para manter a evolução tecnológica, financeira e produtiva da revolução industrial, entre 1770 e 1870, determinou o maior investimento para melhorar as condições sanitárias, alimentação e de saúde do operariado urbano inglês em plena revolução industrial.

Segundo Notestein (1945), os benefícios sociais e econômicos, alcançados no período pós-Revolução Industrial, permitiram a constatação da evolução da dinâmica demográfica (Figura

6) nos países em quatro estágios. A estagnação demográfica teoricamente seria um quinto estágio¹²⁴.

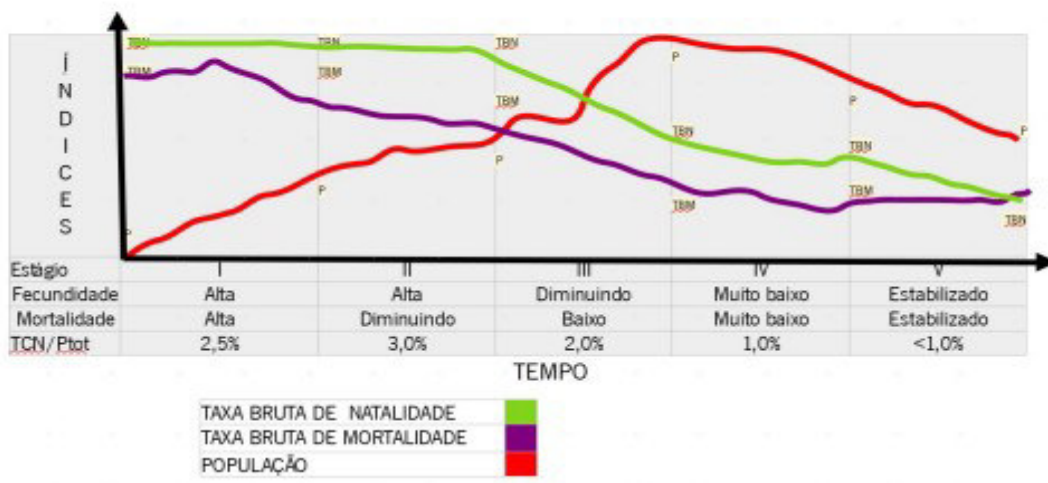


Figura 6 – Fases e indicadores da Transição demográfica

Fonte: Notestein (1945)

- 1º estágio – Pré transição – TBN = TBM em grande escala, população rural > urbana em países subdesenvolvidos – regime demográfico antigo;
- 2º estágio – início da transição - (1ª fase da TD), populações urbanas e industriais, TBN > TBM, crescimento populacional acelerado, países em desenvolvimento – início da TD;
- 3º estágio – transição demográfica - (2ª fase da TD), sociedades urbanas industrializadas TBN (decrece abruptamente) e = TBM (planejamento familiar), crescimento demográfico moderado – TD em pleno desenvolvimento;
- 4º estágio – fim da transição - baixa natalidade e mortalidade, baixas TBN e baixas TBM ($> 0 < 1$), países desenvolvidos com altos níveis de escolaridade – regime demográfico moderno.

¹²⁴ Morro Gutiérrez (2015:15) descreve o quinto estágio como o declínio do crescimento populacional caracterizado como o início do processo de envelhecimento da população. O quinto estágio é uma concepção atual da TD, não relatada por Thompson e Notestein. O quinto estágio, se caracteriza pela baixa natalidade e baixa mortalidade e consequente estagnação da população.

b.3) A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA AMÉRICA LATINA

No século XX observamos as profundas mudanças na dinâmica demográfica na região da América Latina e Caribe pela variação tanto da TBN e TBM (Tabela 5). Portanto é na década de 1950 com o crescente êxodo rural na região e a mudança da matriz produtiva, que inicia a transição demográfica, marcada com uma queda abrupta da TBN na maioria dos países da região. Nesse período as políticas públicas aprofundaram a dependência tecnológica dos países da região, quando deveriam se voltar para o investimento em capital humano e aprofundamento da ISI. O Chile começa fazer a transição da I.S.I., para a economia de transnacionais no Gov. Frei (Marini, 2019).

Tabela 5 – A transição demográfica em alguns países da América Latina - 1950-2000

ESTÁGIOS	PRIMEIRA 1950-1955		SEGUNDA 1985-1990		TERCEIRA 1985-1990		QUARTA 1995-2000	
PAÍSES – TBN	Haiti	1,6	Guatemala	3,0	Brasil	1,9	Cuba	0,6 (a)
	Bolívia	2,3	Paraguai	3,0	Colômbia	2,1	Uruguai	0,8 (a)
	Chile	2,3	Nicarágua	3,2	Panamá	2,2	Argentina	1,2
	Equador	2,6	Honduras	3,2	R. Dominicana	2,3	Chile	1,3
	Peru	2,6			Chile (b)	2,4	Costa Rica	1,8

Fonte: Chackiel (2004). *La dinámica demográfica en América Latina*¹²⁵.

(a) Países em TD muito avançada, sugerindo a ocorrência de um quinto estágio da TD – estagnação.

(b) O Chile entra nessa fase na década de 1960.

O envelhecimento populacional na América Latina cresce desde o ano 2000, ano em que a população das coortes (P 60+) representava 8% da população total; em 2050 a projeção populacional poderá chegar a 23% (dados CELADE/CEPAL, 2002). Esses dados são fundamentais para o planejamento previdenciário, permitindo aos governantes o investimento em capital humano e mudanças na matriz produtiva da região, buscando inclusive não apenas

¹²⁵ Chackiel (2004) nos ensina que a classificação de cada país na evolução da TD, é baseada nos valores das taxas de natalidade e mortalidade, primeiro estágio (transição incipiente): alta TBN (32-45 por mil) e alta TBM e (mais de 11 por mil); 2º estágio (transição moderada): alta TBN e TBM moderada (7-11 por mil). 3º estágio (transição completa) TBN moderada (24-32 por mil) e TBM moderada e baixa (4-7 por mil); 4º estágio, envelhecimento (transição avançada) baixa TBN (10-24 por mil) e TBM moderada e baixa. Adequamos os conceitos de Chackiel(2004) aos conceitos de Thompson(1935), Notestein(1945) e Morro Gutiérrez para realização deste estudo.

incrementar o trabalho formal industrial, mas também sedentarizar as populações para não transferir as vantagens demográficas comparativas, maior TBN, para os países centrais.

2.5.3.3 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Segundo Cambois e Robine (2001), no século XVIII, a expectativa de vida na França era de 30 anos e aumentou em 17,5 anos no início do século XX e, depois da revolução sanitária e social, chegando a 78 anos, no final do século XX, aumentando o envelhecimento da população francesa.

Fernandes (2008) analisa, no plano sociológico e no da segurança social, os aspectos previdenciários nas relações do mercado de trabalho e nas relações familiares. Retrata a questão da perda da solidariedade familiar¹²⁶, quando as gerações mais velhas deixaram de ser as *transmissoras patrimoniais*, perdendo a solidariedade das novas gerações pela ruptura dos vínculos afetivos e de transmissão da herança. Os efeitos do envelhecimento em Portugal além da solidão na velhice (Fernandes,2008), o empobrecimento gerado pela diminuição das *retribuições de aposentadoria*, causou o empobrecimento das gerações mais velhas. Fazendo a análise da situação das novas formas de organização familiar, especificamente em Portugal, a autora concluiu que a precariedade das relações conjugais está colaborando para a redução de nascimentos e para a colaborando para formação de famílias monoparentais.

Após 1994, por recomendação do Banco Mundial, muitos países desenvolvidos adotaram medidas para reduzir o desequilíbrio atuarial da previdência, gerados pelo final da *transição demográfica (quarta e quinta fases)*. O problema do aumento do envelhecimento e da baixa natalidade (*quarta fase da transição demográfica – avançada*) era apontado como o grande problema econômico para o futuro da previdência social¹²⁷, mas a privatização de serviços tipicamente públicos e estatais era seu objetivo principal. Murteira (2011) demonstra matematicamente o efeito do envelhecimento populacional sobre os regimes de repartição, com base na equação abaixo, em que a multiplicação do valor médio das contribuições sociais (c) pelo valor do salário médio (w) e pelo contingente de trabalhadores (L) deverá ser igual ao valor médio do benefício (p) pelo contingente de aposentados (R).

¹²⁶ Melinda Cooper, na obra *Family Values*, demonstra o papel social da família *patriarcal* em substituição às políticas públicas de segurança social, na *revolução neoliberal americana* (apud Brown, 2019).

¹²⁷ Fernandes (2008) atenta para os fatores causadores de desequilíbrio financeiro, ocasionados pelo envelhecimento da população.

Para tanto, usaremos a seguinte fórmula, proposta por Murteira (2011) (5)

Onde:

$$cWE = pR$$

Cerda (2006), na projeção sobre o sistema previdenciário chileno, comprova que caso a reforma de 1980 não houvesse ampliado a regra da idade mínima de aposentadoria e o fim das pensões perseguidoras, o sistema chileno alcançaria um deficit financeiro de 8% em 2025. Tal fato devia-se às pensões perseguidoras e às vantagens setoriais que cada grupo de trabalhadores conseguia de acordo com sua representatividade e pressão política.

2.5.3.4 AS MIGRAÇÕES

As migrações a partir da África distribuíram a população pelo mundo por meio das migrações humanas. Essa movimentação (emigrações e imigrações) foi o fator determinante para o desenvolvimento espiritual e material de muitas culturas. O sequestro de negros africanos para a escravização nas Américas e Europa foi uma das maiores diásporas humanas, e sua consequência foi a excepcional *acumulação primitiva de capital*, que movimentou o pêndulo da história, dando protagonismo ao continente europeu ocidental.

A escravidão somou uma elevada energia demográfica, a *techné* europeia, desenvolvida pelos mestres artífices das Guildas. Williams (2016), narrando as considerações do abolicionista inglês James Cropper sobre a “*eficiência e eficácia do trabalho escravo*”, constata que o trabalho escravo necessita de *solos férteis* em países com *baixa população* para haver vantagem comparativa em relação a países de trabalhadores e mercado livre. Outra grande vantagem do trabalho forçado, escravo ou precário, é o uso de um primeiro dividendo demográfico precário (baixa qualificação e com poucos postos de trabalho formais), que permite a acumulação da mais-valia do trabalho pelo explorador, fazendeiro ou capitalista, que, no caso narrado por Eric Williams, foram os fazendeiros da Grã-Bretanha. E acrescenta, que o sequestro de escravos africanos transferiu a *energia demográfica* da África para a América, e transferiu a riqueza produzida pelo primeiro dividendo africano que enriqueceu e manteve economicamente o Ocidente (Europa e América do norte anglo-saxã) do século XVI ao XX. Este modelo de produção é um dos responsáveis por financiar a Revolução Industrial e o capitalismo inglês, alimentado pela energia do açúcar, do café e pelo livre comércio pós 1833.

Furtado (2003) explica que a escravidão negra no Brasil, associada à exploração de ouro e aos efeitos negativos do tratado de Meulthen (1703) para o Brasil, financiaram a Revolução Industrial, que elevou a Inglaterra a condição do *império onde o sol não se põe* (Reynaert, 2018). Fausto (2015) acrescenta o ato de Dom João VI de abrir os portos às nações amigas (1808) privilegiando a Inglaterra.

Amunategui Solar narra o início da imigração de negros¹²⁸, alemães e espanhóis para o Chile¹²⁹. Em 1823 foi sancionada a abolição total da escravatura chilena. No Chile, as emigrações aconteceram em várias fases: a primeira com a chegada ao território dos incas, chefiados por *Tupac Inca Yupanqui*, em 1540. Em 1541 chegaram os europeus e os negros comandados por Diego de Almagro¹³⁰, no século XVIII, os bascos. Segundo Corbinos, citando Ferenczi e Willcox (1929), 52 milhões de imigrantes saíram da Europa em direção às Américas entre 1824 e 1924, interrompendo o fluxo apenas na conflagração da Segunda Guerra Mundial. Subercaseaux (in Corbinos, 2007) cita a investigação de Luis Thayer Ojeda (1919), que estabelece a proporção étnica na formação da população chilena após séculos de colonização, extermínio das populações originárias e processos de miscigenação. Ojeda mede a participação das etnias na formação da população chilena no século XX: 64,89% de brancos, 34,26% de indígenas, 0,98% de negros e 0,17% de amarelos.

Segundo Corbinos, após a independência, no século XIX, as imigrações no Chile apresentaram poucos resultados demográficos, mas elevado resultado cultural, social e econômico. Correa de Lacerda (2018) mostra que o Brasil, no período pós-abolição da escravidão, promoveu um grande programa de imigração para qualificar a mão de obra do país e branquear o país. Kerr et al. (2016) abordam a migração positivamente, sob a óptica das qualificações, devido à evolução da educação nos países de origem e à atração de mão de obra barata, qualificada e *altamente* qualificada para os países desenvolvidos.

Segundo os autores, além de contribuir para as inovações tecnológicas revolucionárias e descobertas científicas, coordenando e orientando a investigação, as migrações estimulam o

¹²⁸ O censo de 1778, realizado pelo bispado de Santiago, registrou a existência de uma população de 21.583 negros e pardos vivendo no país.

¹²⁹ Em 16 de setembro de 1501, o rei da Espanha permitiu a escravização de negros e a proibição de escravizar judeus e mouros. A chegada da expedição de Diego Almagro, acompanhado de 150 negros em 1536 no norte do Aconcagua foi sucedida pela de Pedro de Valdivia, em 1540 que trouxe o primeiro soldado alemão. Os negros continuaram chegando como escravos no Chile durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

¹³⁰ Segundo Corbinos, no primeiro século, apenas 5% dos imigrantes eram mulheres; no segundo século, em XVII, o número chegou a 35%. A falta de mulheres fez com que aumentasse o número de mestiços.

crescimento econômico nos países centrais e nos países de origem. No primeiro, pela participação em pesquisa de ponta ou redução dos salários da FT local e o segundo pelas transferências monetárias devido a suas altas remunerações.

Para os países da periferia (pobres e em desenvolvimento), a fuga de cérebros significa um atraso no desenvolvimento local, mas um aumento das transferências recebidas do exterior, que são aplicadas nos sistemas de proteção social, propiciando maior conexão com a esfera de decisão das grandes corporações (Pekkala Kerr, Kerr, Özden & Parsons, 2016). Embora a obra mencionada priorize as migrações dos trabalhadores talentosos (artistas e atletas), trabalhadores altamente qualificados (acadêmicos e trabalhadores de alta capacitação) e trabalhadores com baixa qualificação, também aborda a migração de mulheres altamente qualificadas e trabalhadores de média qualificação, de todas as regiões do mundo para os países da OCDE entre 1990 e 2010 (Figura 7).

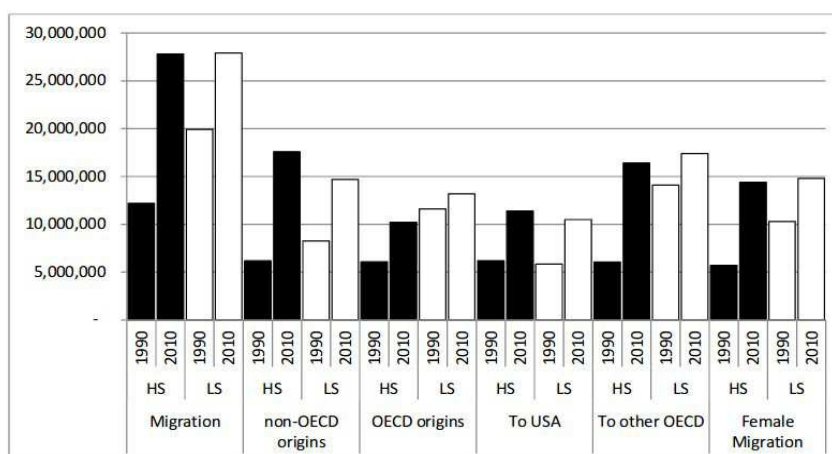


Figura 7 – Gráfico demonstrativo do fluxo migratório por gênero e qualificação profissional entre países da OCDE e fora da OCDE.

Fonte: Kerr et al. (2016). *Global talents flow*.

Sob a ótica demográfica, essa é uma forma moderna de transferência de energia demográfica para os países que entraram no “quinto estágio” da transição demográfica (estagnação), e uma forma de equilíbrio previdenciário, pela manutenção da capacidade produtiva dos países de destino e um reforço no PIB dos países de origem que recebem transferências monetárias dos emigrantes.

Wallerstein (2002) aponta os efeitos negativos das migrações sul-norte, estimuladas pelos problemas do *fim da transição demográfica (envelhecimento)* nos países centrais com liderança econômica – *Estados Unidos, Japão e União Europeia* – e no *aumento populacional dos cinco sextos mais pobres da população mundial (baixo desenvolvimento)*. Segundo o autor a pressão da emigração voluntária sul-norte poderá colapsar os sistemas de proteção social dos países desenvolvidos na Europa e América do Norte.

Para Wallerstein, a *brecha demográfica equipará ou poderá superar a brecha econômica norte-sul no século XXI*.

2.6 REFLEXÃO SOBRE O TEMA DO CAPÍTULO

Este capítulo permitiu, a partir da base doutrinária, filosófica, histórica e econômica, a formatação e a depuração das ideias que compõem o arcabouço teórico do novo sistema proposto. A análise das contradições entre as teses propostas nos vários campos epistêmicos permitiu a elevação conceitual da dissertação, para uma aplicação prática dentro de uma *eidética sociológica e econômica substantiva*, que preserva o *status quo* da ideia transcendente da cooperação, proteção e cuidado.

Do ponto de vista da ética, seguimos os ensinamentos de Kant, Levinas, Ricoeur, Hans Jonas e Dussel no que diz respeito à responsabilidade individual, ecológica e institucional, e a promoção da dignidade humana como princípio deontológico do dever fazer como tarefa intransferível de responsabilidade do Estado, mantendo as relações de proximidade comunitária, por meio da cooperação e do trabalho. Elegemos o Estado, numa perspectiva hegeliana – estágio evolutivo comunitário – como administrador do sistema dentro de uma perspectiva weberiana da tecnocracia pública, principalmente no caso da América Latina. O estudo histórico do sistema previdenciário do Chile nos permitiu a análise e a avaliação dos diversos regimes de financiamento empregados ao longo de mais de um século e meio de experiência institucional, aprendendo com seus pontos fortes e fracos (Quadros I, II e III). Fica evidente que a opção *mercadológica* no Chile é diametralmente oposta aos princípios humanistas, inseridos historicamente nos sistemas de proteção e segurança social desde Bismarck.

Na construção teórica da proposta é muito importante os ensinamentos a partir da obra de Rodríguez Weber (2018) que mostra a importante contribuição do economista argentino

Raúl Pebrisch, que defendia a *redistribuição dinâmica* para os mais pobres, de *parte dos tributos cobrados das classes de maior poder aquisitivo*. O estudo do projeto de Renda Universal Básica de Cidadania brasileiro, de autoria do economista e político Eduardo Matarazzo Suplicy (2013), permitiu inovar a forma da distribuição universal da RUB por meio de *dividendos sociais não resgatáveis depositados no FPP*. Amaral, Serra e Estevão (2016) explicam que o *crescimento econômico com distribuição* acaba por acelerar o *desenvolvimento econômico*, tese que aplicamos nos fundos previdenciários de transferência, após atingido o *ponto de estabilidade*, em que o *estoque (aqui riqueza comum)* será distribuído sob a forma de incentivo ao trabalho (preferencialmente cooperativo intensivo em mão de obra), incrementando o produto, gerando impostos e estabilidade social por meio da *expansão do produto* (Murteira, 2011). Para tanto, vinculam-se recursos tributários específicos para a previdência, ampliando as receitas tributárias com novas fontes, ligadas à regulação da utilização dos recursos naturais renováveis e não renováveis, garantindo o pagamento das aposentadorias e aplicando os excedentes na promoção do trabalho.

A partir dos conhecimentos auferidos na construção do referencial teórico baseado em obras que complementaram os autores acima citados, subdividimos o tempo desde a independência chilena em períodos caracterizados pela dominação política. E constatamos que o primeiro período, dominado pelos oligarcas, marcou a desigualdade social, reduzida na República mesocrática pela inclusão por meio do trabalho. O segundo período, a República mesocrática, marcou a ascensão de uma pequena burguesia não proprietária¹³¹ estabelecida a partir de servidores do Estado, ou da pequena e média burguesia que vivia em torno das vantagens econômicas nas relações políticas com o Estado.

O estudo dos autores referenciais nos permitiu concluir que a cobertura estagnada ou em declínio na arrecadação, decorrente do desemprego, informalidade e inflação, diminuiu os repasses para o sistema de pensões criado no início da República mesocrática. No final do governo Frei, com 35 Caixas de Seguros voltadas para a administração dos recursos previdenciários, responsáveis pelas cobranças de taxas e contribuições, o Sistema previdenciário se tornou caótico, mas não deficitário, devido às altas contribuições sociais. Os esforços implementados durante o governo Frei para unificar e padronizar os sistemas de seguridade social não foram referendados pelo Congresso conservador.

¹³¹ Para maiores conhecimentos, ver Ruy Mauro Marini (2019).

No campo político, as sucessivas crises econômicas promoveram o socialismo democrata reformista. A herança dos problemas sociais foi repassada ao governo socialista de Salvador Allende, vencedor das eleições de 1970, que foi deposto por um violento golpe militar, marcando o final da República mesocrática. O governo da Junta Militar realizou suas reformas neoliberais por fases. A primeira foi realizada ainda sob os auspícios da Junta Militar – 1973 a 1975 – com a progressiva liberalização da economia. Pinochet reconstituiu o patrimônio e o poder da oligarquia chilena. As reformas neoliberais propostas por José Piñera Echenique foram baseadas na *teoria do consumidor*¹³² e privilegiaram *as necessidades meritórias*¹³³ orientadas para o mercado, restringindo o orçamento das famílias que dependiam do fator trabalho,¹³⁴ privilegiando a acumulação via mercado de capitais, para o financiamento das empresas. O investimento em títulos públicos tornou o governo concorrente dos investimentos produtivos do setor privado, garantindo os ganhos dos intermediários do mercado financeiro (Fundos de Pensão privados), mas não garantindo futuramente a pensão dos contratantes (trabalhadores).

Os planos de estabilização econômica criados pelos economistas denominados *Chicago Boys* e os ajustes aplicados para enfrentar a crise, reduziram os recursos públicos disponíveis para as políticas sociais. As reformas mostraram que com uma simples troca de um regime de financiamento por outro se tentou solucionar o problema do *desvio moral ou das falhas de governo*, com o subterfúgio de diminuir a presença do Estado na economia. Porém, essa troca acabou centralizando e concentrando a poupança acumulada em poucos operadores do mercado da previdência privada e do mercado de capitais. As reformas impostas pelo governo ditatorial de Pinochet, particularmente a previdenciária, foram apresentadas para o mundo como uma mudança do paradigma dominante desde Bismarck e Beveridge, para se tornar o novo paradigma internacional a ser seguido, substituindo o tradicional modelo de repartição.

A economia de recursos gerada pela diminuição do gasto do governo Pinochet em previdência social e benefícios trabalhistas não foi repassada para os gastos sociais que

¹³² A teoria do consumidor aqui referida contrapõe-se à teoria marxista do valor e segue os pressupostos da teoria da utilidade, conforme ensina Pinho (2018).

¹³³ Veja Musgrave, vol. I (1980).

¹³⁴ A redução da massa salarial no Chile de Pinochet deveu-se a dois fatores, o primeiro a entrada no mercado de trabalho dos últimos contingentes da TD Chile, iniciada em 1950 e finalizada em 1999, e em segundo a redução dos direitos trabalhistas, da força de trabalho industrial e agrícola e o aumento do setor de serviços com menor remuneração e início da velhice social, geradas pelas restrições impostas pelo novo perfil do mercado de trabalho chileno.

diminuíram,¹³⁵ muito embora tenha havido aumento do PIB em todo o período, com exceção do final de 1973 e início de 1974. Constatamos que o sistema previdenciário chileno não necessitava de uma reforma paradigmática, mas apenas de ajustes normativos e da unificação de suas instituições para eliminar privilégios e universalizar benefícios. A fragilização do trabalho e as limitações naturais do país, exigiam reformas que incluíssem a população e criassem impostos progressivos. Todas as medidas tomadas foram de caráter político-ideológico, com a finalidade manter a hegemonia de uma classe sobre as demais e de neutralizar a pequena burguesia urbana e burocrática, ligada a setores da Democracia Cristã e a partidos de orientação socialista. A acumulação ricardiana dos excedentes foi o instrumento utilizado para criar uma elite econômica. A opção *mercadológica*, no Chile, não estimulou o produto, mas apenas o mercado financeiro, com o crescimento do PIB, o que não refletiu no mercado de trabalho, na balança comercial e nem mesmo nos serviços sociais voltados para a população mais carente. Não aumentou a taxa de industrialização, condição necessária para a criação de postos de trabalho de qualidade, que aumentassem a massa salarial e a busca do pleno emprego, mesmo com arranjos cooperativos que transferissem a taxa de lucro para a distribuição de renda e poupança previdenciária.

Seguimos a orientação de Antônio Sérgio (1960), no sentido de organizar a estrutura do capital e do trabalho em torno do sistema cooperativo, pela sua característica solidária, de eliminação do lucro e da valorização da participação na distribuição dos excedentes.

¹³⁵ O problema social gerado pelas medidas pró-mercado somente foi resolvido em 2008, quando o governo passou a garantir uma renda mínima pelos atingidos pela sazonalidade do mercado de trabalho ou pelo desemprego estrutural.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Neste estudo foram tomadas como base as orientações de Bell (2008), Rudio (2015), Pereira Coutinho (2018), Jonker et al. (2018), dentre outros autores, para delimitação do tema, formulação do problema, levantamento de hipóteses, elaboração dos objetivos, justificativa, metodologia de pesquisa e cronograma. O delineamento da pesquisa, segundo Jonker et al. (2018), *exige um diálogo constante entre os objetivos propostos e suas fontes, a fim de que, de forma lenta e gradual, possa manter a coerência entre os blocos em construção.* Segundo Edna e Ilka Reis (2002) durante a condensação de dados ocorre uma perda de informações pela falta de contato com a realidade que gerou os dados. No entanto, para as autoras a perda é compensada pela possibilidade gerada pela interpretação dos dados e pela confiabilidade da fonte.

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia, inicialmente delineando a forma pela qual a fase metodológica se desenvolverá. Demonstraremos a metodologia para os cálculos dos indicadores econômicos, demográficos e previdenciários específicos para o desenho institucional do novo modelo previdenciário. Em seguida, testaremos as variáveis de formação do capital para o fluxo financeiro de realimentação monetária e a formação do estoque para aforro monetário do FGP. Para justificar a proposta do novo sistema, aplicaremos as variáveis de fluxo e estoque para testar as pretensas fragilidades dos sistemas previdenciários no século XX a partir dos dados demográficos e PIB chilenos de 1952 até 2007. Hipoteticamente, para fins deste estudo, estabelecemos que sobre estes depósitos não incidirá nenhuma taxa de remuneração. Partimos da premissa de que nesta economia hipotética o setor do trabalho atingiu o pleno emprego, a inflação é zero, o crescimento econômico é zero, a tecnologia e o capital humano permanecem em estado estacionário e a taxa de reposição geracional é compatível com os indivíduos da FT habilitados para aposentadoria, não existindo mobilidade migratória. A massa salarial é igual ao somatório da taxa de reposição geracional mais a taxa de inflação, o PIB do período está estabelecido a preços constantes devido ao fato da economia e o sistema previdenciário estarem em perfeito equilíbrio financeiro do início ao fim do período.

3.2 MODELAGEM MATEMÁTICA PARA CÁLCULOS DOS INDICADORES E VARIÁVEIS UTILIZADOS NO FINANCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO DO SUPP

Apresentaremos, neste subitem, na primeira parte as fórmulas para os cálculos dos indicadores socioeconômicos e previdenciários necessários, não apenas para o custeio e aforro e planejamento previdenciário do SUPP. Na segunda parte apresentaremos os pressupostos para testar a aplicação do modelo por meio das variáveis de fluxo do capital, para realimentação tributária via trabalho do FPP e para testar a variável para formação monetária do FGP. O Sistema Único de Previdência Pública conta com a participação dos seguintes agentes (quadripartite) em seu regime de financiamento: *Estado (G)*, *trabalhador (T)*, *empregador (E)* e *aposentado (A)*. No que diz respeito às contribuições previdenciárias, empregaremos a seguinte simbologia: distribuição anual do benefício de participação do cidadão pelo Estado na riqueza comum, *dividendo social (Δ)*; trabalho, *contribuição previdenciária do trabalhador (CPT)*, *massa salarial (MS)*; empregador, *contribuição previdenciária do empregador por empregado registrado (CPE)*; e do aposentado, *contribuição complementar do aposentado (CPC)*.

3.2.1 MODELAGEM PARA CÁLCULO DAS VARIÁVEIS DE FINANCIAMENTO CORRENTE E ESTOQUE DO SUPP

Para a sustentabilidade do sistema, é importante que em longo prazo, a taxa de crescimento da massa salarial (**MS**) seja maior que a soma da *taxa de reposição demográfica (p)* mais a *taxa de inflação de preços (IP)*, onde $MS > p + IP$. Essa modelagem é importante para aferir a sustentabilidade do sistema ao longo do ciclo de vida do cidadão, mensurando os parâmetros financeiros necessários para constituir o Fundo de Garantia Previdenciário e Fundo de Assistência Social e Promoção do Trabalho.

A investigação tem por finalidade testar e identificar as mudanças paradigmáticas¹³⁶ necessárias para viabilizar economicamente o Sistema Único de Previdência Pública, sua sustentabilidade, ao longo da vida dos segurados, e a garantia das futuras gerações. Fizemos a estimativa de duas variáveis do novo sistema, o benefício do dividendo social que aporta recursos para a conta de transferência dos depósitos para o Fundo de Auxílio Social e Promoção do

¹³⁶ O desenvolvimento de um regime de repartição, garantido por um FPP, abastecido por DS, CCA, TPS e multas ambientais, que mantenha um fluxo contínuo de arrecadação de tributos via FASPT.

Trabalho(CTDF) e a contribuição complementar do aposentado (CPC) que aforra a conta de depósito de garantia previdenciária(CDGP) no FGP.

3.2.1.1 CÁLCULOS PARA A FORMAÇÃO DA MASSA SALARIAL¹³⁷ E DA MASSA SALARIAL EM RELAÇÃO AO PIB¹³⁸

A massa salarial, corresponde ao total das remunerações recebidas pelos trabalhadores por atividades laborais formais ou não, durante um ano. Este indicador determina a capacidade do Estado financiar os sistemas previdenciários públicos ou determinar a possibilidade de instalação e manutenção em longo prazo dos sistemas privados capitalizáveis. A massa salarial é dependente além da atividade econômica, da qualidade e quantidade dos postos de trabalho, valor bruto da média salarial e sua manutenção ou crescimento ao longo do ciclo de vida do trabalhador.

a) CÁLCULO DA FORMAÇÃO DA MASSA SALARIAL (MS)

A *massa salarial (MS)* é a multiplicação do quantitativo dos *salários pagos por toda atividade remunerada*, formal ou autônoma, durante o ano a preços correntes (TSP), multiplicada pelo *salário médio pago por toda atividade remunerada para os trabalhadores no período de um ano (MSA)*. Para fins de planejamento orçamentário previdenciário, pode ser utilizado o critério do **A – 1** ou **A – 2**, de acordo com o dispositivo constitucional ou lei ordinária que regule o sistema. Este limite temporal deve respeitar o tamanho do *gap* que o gestor público deseja manter entre preços e salários, respeitando os critérios de máximo e mínimo da taxa de reposição salarial (TRS).

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (6)

Onde:

$$MS = TSP * MSA$$

b) CÁLCULO DA FORMAÇÃO DA MASSA SALARIAL EM RELAÇÃO AO PIB – (SMY)

A *massa salarial, em relação ao PIB (SMY)*, é igual ao *salário médio recebido por todos os trabalhadores (MSA)* multiplicado pelo *total do contingente de trabalhadores que recebem*

¹³⁷ Conforme Amaral, Serra e Estevão (2016).

¹³⁸ Amaral, Serra e Estevão (2016).

salário (CTR), dividido pelo PIB a preços constantes (Y_{cons}). Fórmula da massa salarial em relação ao PIB a preços constantes do ano A-1.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula (Amaral, Serra e Estevão,2016): (7)

Onde:

$$SMY = \frac{MSA \cdot CTR}{Y_{cons}}$$

3.2.2 MODELAGEM PARA O CÁLCULO DO FLUXO (CUSTEIO) E ESTOQUE(POUPANÇA) DO SUPP

Para testar os indicadores econômicos necessários ao financiamento e *equilíbrio financeiro previdenciário (EF)*, bem como para a *taxa de reposição salarial (TRS)*, empregaremos as fórmulas relativas às variáveis endógenas ao sistema, como: *receita financeira da previdência (RFP)*, *despesa previdenciária orçamentaria(DP)*. E um indicador exógeno como a *massa salarial (MS)*, subitem 1.1.1. A economia previdenciária no SUPP é totalmente dependente do produto. Sua existência é baseada na distribuição do excedente do consumidor e do produtor, convertido em benefício previdenciário, que mantém o consumo do *aposentado (A)*. Por ser um modelo econômico baseado na solidariedade salarial. Particularmente na América Latina em face da baixa capacidade de poupança da grande massa trabalhadora, dependerá da formação de poupança, da *arrecadação de contribuições, tributos e distribuição de dividendos sociais (apresentado nesse estudo)*.

A poupança previdenciária será administrada pelo Estado (**ADM**) com a finalidade de complementar o baixo excedente do consumidor e a impossibilidade de estoque financeiro da maioria da população latino americana. A formação da poupança previdenciária dependerá da tributação sobre a *massa salarial (MS)*, complementada pela capacidade de tributação do *excedente dos empregadores (EE)*. A receita arrecadada diretamente do fator trabalho e sobre a atividade empresarial, será acrescido do total das *receitas da contribuição complementar do aposentado (RCPC)*. O Estado (**G**) aporta a Receita dos depósitos do Benefício Básico Universal(**BBU**), aqui denominado Dividendo social, *distribuído pelo Estado, e depositado nas contas de depósitos individuais dos dividendos sociais (RDΔ)* de todos os cidadãos.

a) CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS TRABALHADORES (CPT)

A *contribuição previdenciária dos trabalhadores (CPT)* é a fração recolhida pelo *trabalhador (T)* relativa a 10% do *salário mensal (SAL)* registrado em carteira. Essa contribuição recolhida pelo *empregador (E)* será depositada diretamente na *conta previdenciária individual do trabalhador (CPI)*, vinculada ao FPP.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (8)

Onde:

$$\text{CPT} = \text{SAL} \cdot 0,1$$

b) CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPRESÁRIOS POR TRABALHADOR REGISTRADO POR EMPRESA(CPE)

A *contribuição previdenciária dos empresários por trabalhador* registrado na empresa (CPE) é a fração recolhida pelo *trabalhador* relativa a 10% do *salário mensal* registrado em carteira (CPT) multiplicada pelo *número total de trabalhadores registrados por empresa (NL)*. Essa contribuição recolhida pelo empregador será depositada diretamente na *conta previdenciária individual do trabalhador (CPI)* no FPP.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (9)

Onde:

$$\text{CPE} = \text{CPT} \cdot \text{NL}$$

c) CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR DOS APOSENTADOS (CPC)

A *contribuição previdenciária complementar do aposentado (CPC)* é a fração descontada pelo *Administrador previdenciário público (ADM)* relativa a 5% do valor bruto dos benefícios, previstos no orçamento para pagamentos dos *Plano de Benefícios previdenciários (PB)*, *Retribuição Previdenciária (RP)* e *Auxílio Social Previdenciário (ASP)*. Essa contribuição será depositada diretamente na *conta de depósito de garantia previdenciária(CDGP)* no Fundo de Garantia Previdenciário, FGP.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (10)

$$\text{PB} = \text{RP} \wedge \text{ASP}$$

Onde:

$$\text{CPC} = \text{PB} * 0,05$$

d) **CÁLCULO PARA DETERMINAR A FRAÇÃO INDIVIDUAL DO BENEFÍCIO DISTRIBUTIVO DO DIVIDENDO SOCIAL ANUAL. (C Δ)**

O *dividendo social* (Δ) é a fração recebida por *todos os cidadãos nascidos no ano A – 1*, relativo a 1% do PIB do ano *A – 1 (Y – 1)*, dividido pelo *total da população nascida no ano A – 1 (NP – 1)* e depositado na conta individual do cidadão para recebimento do dividendo social no **FGP(C Δ)**, alocada na *Conta de Transferência de Depósito para o FASPT*. A fração distribuída (**C Δ**) é calculado pelo critério acima descrito e abaixo formulado.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (11)

Onde:

$$\text{C}\Delta = \frac{\text{Y} - 1 * 0,01}{\text{NP} - 1}$$

e) **CÁLCULO DA RECEITA DIVIDENDO SOCIAL ANUAL. (RD Δ)**

Para o cálculo da *receita com as cotas individuais do dividendo social (RD Δ)* depositadas nas contas de depósito individuais dos dividendos sociais (**CI Δ**), multiplica-se o *total da população dos nascidos no país no ano NP – 1* multiplicado pelo resultado da fórmula 11.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (12)

Onde:

$$\text{RD}\Delta = \text{C}\Delta * \text{NP} - 1$$

3.2.3 MODELAGEM PARA O CÁLCULO DAS VARIÁVEIS PARA CÁLCULO DO FINANCIAMENTO CORRENTE DO SUPP

Participam do fluxo financeiro de manutenção corrente do sistema, *solidariamente*, o Estado, o trabalhador, o empregador e os aposentados, com as contribuições e impostos determinados para o financiamento previdenciário. A *receita financeira previdenciária (RFP)*, será constituída pela soma das contribuições previdenciárias oriundas do Estado, *tributos previdenciários arrecadados de diversas fontes (RTP)*¹³⁹; do trabalho pela *média da contribuição*

¹³⁹ Tributos específicos criados para garantir a poupança previdenciária no longo prazo, sem vinculação com as receitas do Estado

previdenciária dos trabalhadores (CPT_M); do empregador pela *média das contribuições previdenciárias recolhidas e pagas pelo empregador* (CPEM); e do aposentado pela *receita da contribuição complementar do aposentado* (RCPC). Portanto, a receita previdenciária será o total arrecadado por cada um dos agentes do sistema, multiplicado pelo número de contribuintes.

a) CÁLCULO DA RECEITA MÉDIA DOS TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS RECOLHIDOS PELOS EMPRESÁRIOS (RTP)

A *receita dos tributos previdenciários* (RTP) será determinada pelo *número total de empresas formalmente registradas* (NE), multiplicado pela *média das contribuições e tributos previdenciários recolhidos e pagos pelo empregador*¹⁴⁰ sobre a *folha de salários e lucros líquidos*¹⁴¹ (RTP_M), recolhidas mensalmente pelos empresários para o Fundo de Previdência Pública. Contribuições exclusivas recolhidas pelo empregador para o sistema previdenciário

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (13)

Onde:

$$\text{CPEM} = \text{CPT}_M + \text{CLLM} + \text{CFIN}_M +$$

As Receitas médias das contribuições dos empregadores é igual a **CPEM** multiplicada pelo número de trabalhadores registrado pelos empregadores.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (14)

Onde:

$$\text{RTP}_M = \text{RCPEM} + \text{RCLLM} + \text{RCFIN}_M$$

O resultado da fórmula 16 multiplicado pelo número de empregadores que recolhem as contribuições de responsabilidade do empregador, fórmula 15 (**CPEM**), determinam a receita arrecadada pelo setor produtivo e sob responsabilidade de recolhimento dos empregadores a serem depositados no **FPP**.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (15)

Onde:

$$\text{RTP} = \text{NE} * \text{RTP}_M$$

¹⁴⁰ No Brasil os impostos exclusivos do empregador para a seguridade social, incluindo previdência, são a Contribuição sobre lucros líquidos e Contribuição para financiamento da seguridade social.

¹⁴¹ Impostos e contribuições, usados para financiar a seguridade social no Brasil.

b) CÁLCULO DA RECEITA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS TRABALHADORES (RCTP)

A *receita das contribuições previdenciárias dos trabalhadores (RCTP)* será determinado pelo *contingente total dos trabalhadores formais, autônomos ou pessoas jurídicas individuais (NL)*, multiplicado pela *média das contribuições dos trabalhadores descontadas pelas empresas diretamente dos salários (CPTM)*. Esta será recolhida pelos empresários, trabalhadores autônomos e pessoas jurídicas individuais para o Fundo de Garantia Previdenciário.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (16)

Onde:

$$RCTP = NL * CPTM$$

c) CÁLCULO DA RECEITA TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RECOLHIDAS PELOS EMPREGADORES POR TRABALHADOR REGISTRADO (RCPE)

A *receita das contribuições previdenciárias recolhidas pelos empregadores por empregado registrado (RCPE)* será determinada pelo *total de empregadores (NE)* multiplicado pela *média das contribuições previdenciárias dos trabalhadores (CPTM)* e pelo *contingente total dos trabalhadores remunerados ao longo de um ano (NL)*.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (17)

Onde:

$$RCPE = NE (CPTM * NL)$$

d) CÁLCULO PARA DETERMINAR A RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR DOS APOSENTADOS (RCPC)

A *receita das contribuições complementares dos aposentados (RCPC)* será determinada pelo total do Orçamento Previdenciário, exclusivo para pagamento de todos os planos de benefícios (**Oprev**) multiplicado pelo valor da (**CPC**) que corresponde a 5% da **RB** ou **ASP**. Essa receita é diretamente descontada pelo Estado (**G**) no ato do pagamento da *Retribuição Previdenciária (RP)* ou do *Auxílio Social Previdenciário (ASP)* e depositada diretamente na conta CTDF do FGP.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (18)

Onde:

$$\text{RCPC} = \text{OPrev} * 0,05^{142}$$

3.2.4 MODELAGEM PARA O CÁLCULO DAS VARIÁVEIS FINANCEIRAS DE AFORRO PARA O FUNDO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO – FLUXO E ESTOQUE

O Fundo de Previdência Pública (FPP) recebe toda a arrecadação de tributos, contribuições e multas para fins de execução do Orçamento da Seguridade Social, dentre eles, o *pagamento de benefícios e auxílios, contributivos ou não da previdência social*. Para a formação da poupança previdenciária (S), contribuem para o Fundo de Garantia Previdenciário (FGP), o trabalhador¹⁴³ e os beneficiários da LOAS(ASP), diretamente com a *receita dos depósitos nas contas individuais de depósito nos dividendos sociais (RDA)*¹⁴⁴.

O Fundo ainda será complementado pelos tributos e multas previstos na Constituição (Brasil) e nas leis já existentes, além dos que venham a ser criados¹⁴⁵, sobre a exploração de recursos minerais *renováveis e não renováveis*. O excedente do Fundo de Garantia Previdenciário (FGP), relativo ao *superavit*, após atingir o *ponto de estabilidade (PTE)*¹⁴⁶.

a) CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO E ARRECADAÇÃO DO CAPITAL DE ESTOQUE E FLUXO DO SUPP

Participam do fluxo financeiro de manutenção corrente do sistema, *solidariamente*, o Estado, o trabalhador, o empregador e os aposentados, com as contribuições e impostos determinados para o financiamento previdenciário. No que diz respeito à *receita financeira previdenciária (RFP)*, ela será constituída pela soma das contribuições previdenciárias oriundas do Estado, *tributos previdenciários recolhidos pelo empregador, (CPE, CLL, CFI)*¹⁴⁷; do trabalho, pela *média da contribuição previdenciária dos trabalhadores (CPTM)*; e do aposentado, pela *Receita das contribuições complementares dos aposentados (RCPC)*. Portanto, a receita previdenciária será o total arrecadado por cada um dos agentes do sistema, multiplicado pelo

¹⁴² No caso de empregados domésticos e autônomos o desconto será de 10% do benefício a receber.

¹⁴³ Trabalhador formal, autônomo, doméstico ou voluntário.

¹⁴⁴ O trabalhador, autônomo e domésticos (incluindo donas de casa que não trabalham fora) a partir do início do período laboral. Os incapazes, a partir da constatação pelo sistema de saúde da incapacidade; os idosos em situação de risco a partir dos 55 anos de idade.

¹⁴⁵ O Fundo Previdenciário ainda poderá receber parte das receitas dos impostos progressivos sobre renda, sobre o patrimônio e sobre aplicações financeiras.

¹⁴⁶ O reemprego social é uma forma de utilização da mão de obra ociosa (primeiro emprego e desempregado), cujo objetivo é evitar o subemprego de jovens qualificados e o desemprego de longa duração dos trabalhadores próximos da aposentadoria. São programas de incentivo para a formação de cooperativas de trabalhadores (mão de obra especializada, primeiro emprego técnico), de recicladores de materiais industriais ainda com alto valor agregado, *evitando a autoexclusão ativa ou profissional dos desempregados* (Fernandes, 2008).

¹⁴⁷ Tributos específicos criados para garantir a poupança previdenciária no longo prazo, sem vinculação com as receitas do Estado.

número de contribuintes registrados, nos planos contributivos ou não, e beneficiados pelo Dividendo Social.

b) CÁLCULO PARA O REPASSE DO FPP PARA O FGP (S) – (E)

A formação da poupança no SUPP, caracteriza-se pelo caráter permanente do **FPP**. O fundo previdenciário é o instrumento de garantia do *fluxo* para pagamento das aposentadorias e a promoção do trabalho, mantendo o emprego formal¹⁴⁸ e o fluxo constante de tributos e contribuições para o sistema. O *repasse do saldo > que 10%* depositado no **FPP (FPP_S)** para o **FGP (S)**, será efetuado no final do ano **(A – 1)** após a liquidação de todas as obrigações do **OSS** do ano **A**. Para fins de formar o *stock* até atingir o *ponto de estabilização* do **FGP (PtE)**.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (19)

Onde:

ε = FPP_S A-1 >10% do saldo depositado

c) CÁLCULO PARA FORMAÇÃO FINANCEIRA DA POUPANÇA PARA O FUNDO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIO (S)

O **FGP**, pelo seu caráter inter e trans geracional, recebe diretamente os depósitos das *taxas e multas ambientais recolhidas* pelos entes do Estado (**TXMAMB**) e mais o *total da receita da contribuição complementar dos aposentados (RCPC)*. Os depósitos de caráter de estoque e fluxo para o **FGP**, utilizam duas contas para acumulação, a primeira é uma conta com depósitos em ouro, fruto da conversão de *Contribuições Complementar dos Aposentados (CPC)* e das taxas e multas cobradas de exploradores e infratores em atividades econômicas que utilizem recursos ambientais comuns, renováveis e não renováveis **TXMAMB**.

A segunda conta recebe temporariamente a Conta de Depósito para Transferência para o **FASPT(CTDS)** (Receita de depósitos dos Dividendos sociais (**RDΔ**) e repasses dos *superavit* do **FPP(FPP_S)** até atingir o **(PtE)**.

¹⁴⁸ Em países em desenvolvimento ou desenvolvidos, a média da força de trabalho empregada pelo setor formal fica em torno de 30 a 70% da força de trabalho (Solimano, 2017).

d) CÁLCULO PARA FORMAÇÃO DA POUPANÇA COM OS FUNDOS DEPOSITADOS NAS CONTAS DO FGP (S)

O **FGP(S)** é constituído por duas contas, uma de depósito de garantia, a Conta de depósito de garantia previdenciário (**CDGP**) e a outra, pela conta de depósito para transferência para o **FASPT(CTDS)**, e tem por finalidade garantir o pagamento das aposentadorias no presente e no futuro e promover e estimular o trabalho cooperativo e formal intensivo em mão de obra, que garanta um fluxo financeiro constante via tributos e contribuições para o **FPP**.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (20)

Onde:

$$S = CTDS + CDGP$$

e) CÁLCULO PARA DETERMINAR A ARRECADAÇÃO FINANCEIRA PARA A CONTA DE DEPÓSITO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIO (CDGP) DO FUNDO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIO (S)

A *Conta de Depósito de Garantia Previdenciária (CDGP)* recebem as receitas recolhidas ao **FGP** das *contribuições complementares dos aposentados (RCPC)*, mais a receita das Taxas e Multas ambientais (**TXMAMB**), recolhidas pelos entes do Estado. E repassadas para esta conta específica alocada no **FGP**.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (21)

Onde:

$$CDGP = RCPC + TXMAMB$$

f) CÁLCULO PARA DETERMINAR A ARRECADAÇÃO FINANCEIRA PARA A CONTA DE DEPÓSITO PARA TRANSFERÊNCIA PARA O FASPT (CTDS) DO FUNDO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIO (S)

A *Conta de Depósito para Transferência para o FASPT (CTDS)*, recebe o saldo das receitas orçamentárias do ano **A-1** do **FPP**, maior que 10%, será repassado (**€**), para a **(CTDS)**. Além desse repasse, receberá anualmente nas *Contas individuais de depósito dos dividendos sociais (CIDS)* as frações aforradas anualmente pela *receita da distribuição governamental dos dividendos sociais (RDΔ)*.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (22)

Onde:

$$CTDS = \epsilon + RDA$$

g) CÁLCULO DO PONTO DE ESTABILIDADE DO FGP (PTE)

A constituição do fundo apresentada na fórmula (22) determina um *ponto de estabilidade* (PTE), arbitrariamente definido como o equivalente a dois anos do *orçamento da Seguridade Social (OSS)*¹⁴⁹ – Previdência, Saúde e Assistência Social. Após atingir o *ponto de estabilidade* (PTE), os valores arrecadados serão repassados para o FASPT, para aplicação nos programas de promoção do emprego e auxílio social aos desempregados.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (23)

Onde

$$PTE = 2 \cdot OSS$$

h) CÁLCULO PARA O REPASSE DO SALDO DO FGP PARA O FASPT – (δ)

Após atingir o *ponto de estabilidade* (PTE), o *saldo do FGP*. Será depositado no FASPT.

Para tal, utilizamos a seguinte fórmula: (24)

Onde:

$$\delta = FGP > PTE$$

3.2.5 MODELAGEM PARA O CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SUPP (BP)

As *contribuições mensais do trabalhador (CPT)* reverterão em favor das *retribuições previdenciárias (RP)* dos aposentados, determinadas pela combinação de dois fatores de cálculo sobre as contribuições depositadas diretamente no Fundo Previdenciário Público, FPP, ao longo de 35 anos de contribuição, para manter o gasto corrente da previdência pública. A concessão do auxílio pecuniário, *Auxílio Social Previdenciário (ASP)*, a fim de socorrer todos os indivíduos incapaz de prover seu sustento por meio do trabalho será financiada por tributos exclusivos para seguridade social. A concessão deverá levar em consideração a emergência do socorro individual e a eliminação da possibilidade de sofrimento humano do incapaz.

¹⁴⁹ O orçamento da Seguridade Social compreende a previsão das despesas públicas constitucionais com a previdência, saúde e assistência social de todos os entes federados (caso do Brasil).

A *conta de depósito individual dos dividendos sociais (CIA)*, recebe anualmente a fração do dividendo social distribuída para cada cidadão no **FGP**, no novo modelo, pode garantir o acesso à previdência social única e universal a todos os cidadãos. No caso do cidadão incapaz, a partir do momento em que, mediante junta médica e de assistência social do Estado, determinar a concessão extraordinária do benefício. Em relação aos idosos atingidos pela velhice social, risco social e civilizacional, que não tenham conseguido completar o período contributivo para recebimento da **RP**, a partir dos 60 anos.

a) CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS DE RETRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (RP)

O valor dos benefícios de *Retribuição Previdenciária (RP)* será determinado pela *média dos salários relativos aos primeiros 32 anos de contribuição (MSP32a)*, corrigidos pela *taxa de inflação anual do período*, somada à *média dos salários dos últimos 36 meses de contribuição (MUS36m)*, também corrigidos pela inflação anual do período, dividido por 2. O valor do benefício determinado pelo cálculo de contribuições vai remunerar a *taxa de reposição salarial (TRS)* máxima de 80% e ou mínima de 60%, no recebimento da *Retribuição Previdenciária (RP)*¹⁵⁰

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (25)

Onde:

$$RP = \frac{MSP32a + MUS36m}{2}$$

b) CÁLCULO DO AUXÍLIO SOCIAL PREVIDENCIÁRIO (ASP)

Os depósitos nas *Contas de depósitos individuais dos Dividendos Sociais (CIPDS)*, recolhidos ao Fundo Previdenciário Público (**FPP**), relativo aos cidadãos incapazes garantirão, agregado aos tributos específicos para a previdência depositados no Fundo, o pagamento do *Auxílio Social Previdenciário (ASP)*. O cálculo desse benefício corresponderá à primeira faixa do plano de benefícios do **SUPP**, definido pelo *valor da maior cesta básica aferida pelo DIEESE*¹⁵¹, no penúltimo trimestre do no ano **A – 1(Ω)**, para um indivíduo, multiplicado por 3.

Para tanto, utilizamos a seguinte fórmula: (26)

Onde:

¹⁵⁰ Limitada ao máximo de 80% do teto oficial do vencimento do funcionalismo público ativo e no mínimo em 60% da média dos salários de referência para a contribuição previdenciária recolhida ao longo da vida, corrigidos pela inflação.

¹⁵¹ Cesta básica medida pelo DIEESE em pesquisa nacional realizada no trimestre anterior, de acordo com a metodologia prevista no Decreto-lei n. 399, de 1938, no caso do Brasil. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1276705873785>: Acesso em 19/02/2020.

$$ASP = 3 \times \Omega$$

3.3 APLICAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE FORMAÇÃO DO CAPITAL DE FLUXO E ESTOQUE MONETÁRIO DO NOVO MODELO PREVIDENCIÁRIO

A análise descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados. Utilizamos os métodos de estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características coletadas de Instituições de Pesquisa como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, INE, CEPAL, KNOEMA e metadados coletados de obras citadas. Os dados utilizados serão empregados na confecção das ferramentas descritivas como gráficos, tabelas e figuras, com a finalidade de comparar e analisar o desempenho das variáveis contínuas utilizadas no SUPP.

Empregamos os dados estatísticos relativos aos indicadores sociais, econômicos e previdenciários chilenos no período de 1952 até 2007. Empregaremos na análise e aplicação do modelo os seguintes indicadores: PIB a preços constantes e Orçamento previdenciário arbitrado em 2,5% do PIB. Na primeira etapa analisaremos o comportamento econômico, demográfico, econômico, social e previdenciário do Chile no período de 1952 até 1990, em relação a sua previdência social. Em um segundo momento analisaremos os dados do período de 1952 até 2007, para testar de acordo com o modelo as variáveis de fluxo e estoque do novo SUPP.

3.3.1 CÁLCULO PARA A FORMAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL PARA O FLUXO DO FASPT PARA REALIMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA DO FPP

As características, forma de cobrança e distribuição do dividendo social e sua participação na formação do FGP do SUPP, estão explicadas em detalhes no item 1 do Capítulo IV, que apresenta o Sistema Único de Previdência Pública.

Para o cálculo do montante depositado na conta de transferência para o FASPT (CTDS), utilizaremos valor da Receita anual do dividendo social (RAD) no ano **A - 1** (fórmula 12) somado aritmeticamente ao saldo acumulado no ano **A - 1**, até atingir o ponto de estabilidade do sistema (fórmula 23). O Saldo acima do PtE menos a RAD do ano **A - 2** será transferido para o FASPT.

3.3.2 CÁLCULO PARA A FORMAÇÃO MONETÁRIA DO ESTOQUE PREVIDENCIÁRIO DO FGP BASEADO NA CPC

Para a constituição dos valores monetários depositados no metal ouro do **CDGP** serão utilizados os recursos recolhidos mensalmente dos proventos dos aposentados **RCPC** (fórmula 20). No final do ano estes recursos serão convertidos no metal ouro sem limite de depósito. Para fins de teste do estoque monetário depositado na **CDGP** do **FGP**, utilizaremos como parâmetro de comparação o **OPREV** chileno de 1952 até 2007 em intervalos de cinco em cinco anos e a massa monetária anual relativa ao **PIB** anual a preços constantes no início e final dos governos do ano de 1964 até 1990.

CAPÍTULO IV – O SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA – ANÁLISE DOS DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E PREVIDENCIÁRIOS CHILENOS – 1964 A 1990 – APLICAÇÃO DO MODELO DE FORMAÇÃO DO FLUXO DE CAPITAL PARA O FASPT E ESTOQUE MONETÁRIO DO FGP - RELATIVO AO PIB DO CHILE DE 1952 A 2007

Apresentamos, na primeira seção, o novo sistema de forma abrangente, por meio da exposição do seu desenho institucional, com suas características, objetivos, função e estrutura administrativa.

Na segunda seção apresentaremos a base de dados relativos ao Chile, mostrando os indicadores econômicos e sociais chilenos, demográficos, econômicos e financeiros que influenciam no funcionamento dos sistemas previdenciários no período de 1964 a 1990.

Para finalizar, faremos um ensaio utilizando os dados econômicos e sociais chilenos de 1940 até 1990 para testar as variáveis do SUPP *contribuição complementar do aposentado e dividendo social* e seu impacto no equilíbrio previdenciário do período.

4.1 O SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA¹⁵²

“Não se pode falar em isonomia, em tema de reforma previdenciária, sem que, na norma fundamental, estejam fincadas as bases para o futuro regime unificado de seguro social para todos os brasileiros.” Wagner Balera (2003)

O século XXI reserva grandes desafios para todos os sistemas de proteção social latino-americano, particularmente os sistemas previdenciários. A precarização do trabalho e a desindustrialização afetarão o mercado de trabalho, fragilizando ainda mais os sistemas previdenciários dos países da região. Diante desses desafios, é necessária a concepção de um novo sistema que tenha a manutenção do poder de compra e a irredutibilidade do recebimento da *retribuição de aposentadoria para os trabalhadores, Auxílio Social Previdenciário para os incapazes e em risco social* e criar uma poupança intergeracional como objetivo principal. No entanto, a falta de solidez no planejamento governamental ou de comprometimento política de governantes adventícios com a previdência social pública, produz duas situações. A primeira é o

¹⁵² O Sistema Único de Previdência Pública (SUPP) foi resumidamente apresentado no aspecto de seu financiamento tributário, no VI Simpósio Internacional de Derecho Consinter, acompanhado da Professora Doutora Cíntia Fernandes e da Professora Doutoranda Jozélia Nogueira, que colaboraram no artigo apresentado na parte concernente aos tributos.

excesso de *abstração, desenvolvida por técnicos do setor público ou privado que elaboram o planejamento com viés ideológico ou radicalmente tecnicista*. Centrando seus esforços muito mais *nos modelos teóricos* do que nas necessidades humanas e possibilidades políticas e econômicas baseados na vontade geral e proteção da velhice. O plano decorrente desse *planejamento abstrato não é real*, e sua execução não resolve os problemas sociais (Martinez, 1995). A segunda se dá pela submissão externa, quando os agentes políticos sofrem pressões e decidem contra os interesses de seus próprios países (Zaneti, 2017).

A orientação de instituições de financiamento internacional, baseadas no terrorismo demográfico, sugere a redução do Estado para evitar um hipotético futuro catastrófico. Sem embargo, a previdência social é uma das garantias da promoção dos direitos sociais¹⁵³, permite a manutenção do padrão civilizatório, a distribuição de renda e confere dignidade aos cidadãos das classes sociais mais baixas¹⁵⁴.

4.1.1 INTRODUÇÃO

Os sistemas previdenciários têm natureza social e fazem parte da tríade da seguridade social, mas também não podem negligenciar o aspecto financeiro, na distribuição de benefícios. Quanto à promoção do desenvolvimento e da equidade social, o primeiro não subsiste sem o segundo. Barr (2001) ensina que entre as duas funções das instituições de seguridade social, *particularmente a previdência social*, está a função de garantir a redistribuição da riqueza ao longo da vida do segurado (*peggy-bank*).

O propósito deste estudo é apresentar um novo modelo único de previdência pública, com o objetivo de garantir a continuidade do pagamento das aposentadorias com a manutenção do poder de compra, que promova o trabalho formal e o uso racional das reservas intergeracionais (financeiras e ambientais), sob a guarda do Estado¹⁵⁵. Cabendo ao Estado, como administrador previdenciário público (ADM), planejar, organizar e executar os orçamentos previdenciários, de forma a garantir a sobrevivência e satisfação das necessidades do indivíduo ao longo da vida e poupar recursos para as gerações futuras. Ao Estado caberá estabelecer parâmetros financeiros que possibilitem o equilíbrio econômico do sistema. Os defensores dos regimes capitalização argumentam que as fragilidades do regimes de financiamento por

¹⁵³ Direitos de segunda geração, Bobbio (2004).

¹⁵⁴ Entre os anos de 2003 a 2010, no Brasil, os programas de segurança social colaboraram decisivamente para a distribuição de renda, diminuição da desigualdade social e economia dos pequenos municípios brasileiros.

¹⁵⁵ De acordo com o art. 10 do Convênio 35 de 1933 da OIT.

repartição são: a dívida previdenciária implícita, a participação atuarial injusta e a alocação de recursos fiscais do governo que poderiam ser investidos no crescimento econômico. No entanto, a crítica não procede, pois nos países pobres da periferia, em especial nos latino-americanos, o sistema de repartição compensa a apropriação da mais-valia e a injustiça tributária em uma região caracterizada por um sistema de impostos regressivos. A justificativa para a aplicação do regime de repartição é que, em Estados não plutocráticos, o sistema distributivo via previdência colabora significativamente para a harmonia social, pela liberação da família da responsabilidade do cuidado e pela autonomia do aposentado. Um Estado fundado sobre o alicerce da prestação social como função harmoniza a sociedade, modulando a luta entre as classes e evitando a supressão violenta de direitos universais. Fundamentado nesses princípios, o Sistema Único de Previdência Pública (SUPP) deverá, sobretudo, atender a alguns pressupostos básicos para sua institucionalização, como: ser Estatal, universal, distributivo, poupador, financeiramente sustentável e promotor do trabalho cooperativo no âmbito nacional e intensivo em mão de obra.

4.1.1.1 OBJETIVOS

A proposta do novo sistema previdenciário objetiva realizar uma mudança no modelo atual proposto pelo GBM e FMI. Buscando no princípio fundante dos sistemas originados nos modelos altruístas baseados na PSI ao longo da história humana, aperfeiçoados desde a idade média até a revolução social do século XX. Assenta seus princípios protetivos humanista na busca dos seguintes objetivos:

- Garantir o cumprimento da norma constitucional (preferencialmente como cláusula pétrea), no que concerne à previdência social e acrescentar ações inovadoras que diminuam os riscos e incertezas dos planos previdenciários público e privado;
- Segurar e dar dignidade à pessoa na velhice;
- Garantir a participação em qualidade e quantidade do aposentado no mercado de consumo;
- Evitar os critérios de seletividade e desigualdade sociais presentes pelos atuais sistemas propostos por instituições internacionais (FMI, BM e OCDE);

- Manter o mercado de trabalho por meio da manutenção da demanda agregada com a participação do aposentado;
- Gerar riqueza com a manutenção do consumo, aumentar a arrecadação e promover o equilíbrio da despesa pública previdenciária;
- Diminuir o impacto do empobrecimento da terceira idade, no gasto público com a seguridade, e bem-estar social, no sentido multidimensional e não apenas no econômico; e
- Aumentar a arrecadação com a promoção do pleno emprego via aumento da participação da massa salarial em relação ao PIB, via trabalho e distribuição e não acumulação, promovendo os arranjos produtivos macroeconômicos locais por meio do trabalho cooperativo, fundamentado nos pressupostos da economia social e solidária.

4.1.1.2 CARACTERÍSTICAS

O SUPP define seus objetivos com base em vários pressupostos teóricos, dentre eles a teoria desenvolvida em Barr (2004), segundo a qual os sistemas previdenciários devem buscar *a eficiência, a equidade social e a viabilidade administrativa* para manter o equilíbrio, a funcionalidade é a finalidade dos sistemas, funcionando como um *piggy bank* para garantir o futuro dos mais pobres. As orientações demográficas de Fernandes (2008) sugerem a necessidade de novos arranjos na *organização tridimensional da sociedade*, devido ao envelhecimento populacional, a fim de diminuir a despesa previdenciária. E as constatações de Murteira (2011) e Kalechi (1978) mostram que o cidadão de baixa renda não consegue formar poupança durante o ciclo de vida para consumo futuro, e depende do amparo da família ou do Estado para garantir uma sobrevivência digna na velhice.

Os programas de reformas previdenciárias paramétricas propostas pelos organismos de financiamento internacional, como FMI e Banco Mundial, orientam para um alongamento do período laboral, combinado a novos pilares de financiamento, como forma de manter a longevidade dos sistemas. Essas reformas evidenciaram a subdivisão do ciclo de vida do cidadão em períodos. Obviamente, não há possibilidade de estabelecer uma periodização universal,

devido às diferenças no grau de desenvolvimento econômico entre os países e as questões culturais de cada nação.

O Sistema se caracteriza por ser Estatal, único, compulsório e individual¹⁵⁶, com contribuição definida em duas fases (solidária e complementar), benefício *definido* para trabalhadores, proventos previdenciários da faixa mínima para a LOAS e limitado por faixas mínima e máxima nos planos de benefícios contributivos. Mescla características dos sistemas previdenciários *bismarckiano e beveridgeano* e inova ao aplicar um sistema de distribuição de *dividendos sociais não resgatáveis*, baseado no sistema distributivo do Estado de Bem-Estar Social, idealizado por Paine. O Estado participa como administrador do Plano previdenciário do SUPP, administrando os valores recebidos a título de tributos, multas, taxas e contribuições sociais e executará a despesa previdenciária.

A estatização do sistema faz-se necessária, pois somente o Estado¹⁵⁷ tem as condições operacionais e a obrigação constitucional de garantir a dignidade do cidadão e buscar a equidade e redução da desigualdade social. A Poupança Intergeracional é uma das finalidades do novo modelo proposto, garantindo para as gerações futuras a preservação e a exploração racional do meio ambiente¹⁵⁸, aumentando os impostos, taxas e multas para a exploração dos recursos não renováveis e estratégicos ou no mínimo o ressarcimento em forma de serviços e obras públicas e poupança financeira pela exploração dos recursos comuns.

O novo sistema deverá contemplar as seguintes características organizacionais para atingir seus objetivos operacionais:

- Ser *estatal*, pois somente o Estado tem as condições operacionais e a obrigação de garantir a dignidade para toda a população contra os riscos econômicos da velhice.
- Ser *universal*, pois a Universalização da Previdência Social é uma necessidade, por contemplar a ação protetiva e a participação com igualdade de acesso para todos os cidadãos.
- Ser *compulsório*, pois a previdência social é uma poupança forçada, cuja participação do empregador é uma forma de participação nos lucros da empresa,

¹⁵⁶ O Estado, como interventor na segurança social, dá-se não apenas pelos interesses de natureza política e pela segurança econômica, mas, sobretudo, como amálgama do Estado-Nação.

¹⁵⁷ O Estado, no exercício de sua soberania, é a única instituição pertencente ao Estado-nação em condições de garantir o pagamento das aposentadorias, mesmo em períodos de crises econômicas.

¹⁵⁸ Para Nogueira, Fernandes & Leão (2020), é necessária a criação uma taxa pigouviana, de natureza tributária, como compensação pelas externalidades ambientais (exaustão ou degradação dos recursos naturais).

permitindo ao trabalhador ter uma poupança para a velhice, sem limitar sua capacidade de consumo ou influir na sua qualidade de vida.

- Ser *uniforme*, com regras claras que evitem a solidariedade negativa¹⁵⁹ e garantam o acesso de todos em iguais condições.
- Ser uma *Poupança Intergeracional*, que garanta o recebimento da Retribuição Previdenciária pelas gerações inativas atuais e futuras, evitando ao máximo a transmissão de dívidas ou desequilíbrios previdenciários intergeracionais.
- Ser *sustentável* em longo prazo, pois a garantia de impostos, taxas e multas sobre externalidades, como a exploração dos recursos ambientais renováveis e não renováveis, pode reforçar o fundo previdenciário público, distribuir dividendos sociais e garantir o uso racional de recursos estratégicos para o país.
- Ter regras claras para que não haja informações assimétricas¹⁶⁰ e complexas que dificultem para o cidadão de baixa escolaridade o entendimento das regras que orientarão seu plano de previdência pública.

O economista inglês Arthur Cecil Pigou (1932) defendeu a tese de que o setor capitalista da sociedade deveria ser tributado, pelo uso dos recursos naturais e pelas *externalidades econômicas, decorrentes da transformação, pela poluição gerada, pelos recursos naturais exauridos e pelos lucros auferidos*. No plano das contribuições, é constituído por recolhimentos do empregador, do trabalhador e do aposentado, de forma equânime. Não tem as características de um pecúlio, mas sim de um seguro social estatal individual e exclusivo.

A inovação proposta neste estudo aposta na distribuição universal de *dividendos sociais*¹⁶¹, depositados diretamente no Fundo Previdenciário Público. Para tanto, vincula recursos tributários específicos¹⁶² para a previdência, ampliando as receitas tributárias com novas fontes de financiamento. Garantindo a todo cidadão uma renda que lhe confira dignidade,

¹⁵⁹ Segundo Durkheim (2019), a *solidariedade negativa* está ligada às ações particulares voltadas para os indivíduos em grupos de interesse. Já a solidariedade positiva está ligada às ações coletivas que visam manter ou restituir a solidariedade social por meio do Estado ou por meio do direito, respaldado pela lei e pela justiça.

¹⁶⁰ A presença do Estado como administrador, regulador e fiscalizador da SUPP tem por finalidade eliminar a assimetria das relações intersubjetivas ou a possibilidade de diacronia intertemporal subtendida no contrato privado.

¹⁶¹ Distribuição para todos os habitantes de fração anual da arrecadação tributária, em conta única, identificada, não resgatável, depositada diretamente na conta individual do cidadão no Fundo de Previdência Pública.

¹⁶² Inclusive com impostos progressivos sobre rendas e salários, patrimônio, heranças e externalidades sobre exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

independentemente de sua contribuição laboral e mediante as *contribuições sociais definidas*, acrescida do *período complementar de contribuição*.

Não ampara dependentes e pensionistas, pois está vinculado a uma conta única de recebimento de *dividendos sociais* desde o nascimento do beneficiário extensível a toda população nativa. Busca atender a todos indivíduos participantes dos sistemas contributivos ou não, afastando a *questão da renda mínima*, pela universalidade da distribuição do *dividendo social*, não importando a classe social.

A justificativa para o caráter não pecuniário do benefício distributivo (dividendo social) é o de evitar as dificuldades geracionais e intergeracionais das transferências sociais com desenho institucional, como uma renda mínima universal. Em casos extremos, o desincentivo ao trabalho ou, na pior das hipóteses, no uso político da pobreza, como ainda ocorre no interior do Brasil, acabando por explorar a miséria induzida ou histórica, como instrumento da manutenção do poder.

No plano das contribuições, é constituído por recolhimentos do empregador, do trabalhador e do aposentado, de forma equânime sem distinção de classe ou categoria funcional. Garante o pagamento e a irredutibilidade do *recebimento da* Retribuição Previdenciária, protegendo a velhice do trabalhador, independentemente de crises econômicas adventícias, pois seus fundos deverão ser controlados e fiscalizados pela sociedade e protegidos pela Constituição contra o uso extraorçamentário de seus fundos sem fim específico, por parte de governos.

4.1.2 O CICLO DE VIDA NO SUPP

Na construção metodológica do ciclo de vida no SUPP, definimos um conjunto de elementos para fins do estudo da população no aspecto previdenciário. Inter-relacionamos os aspectos sociais, econômicos e biológicos e elegemos os períodos que compõem o conjunto de transformações biossociais, como o trabalho, a formação educacional e a inatividade laboral, como objetos de construção do ciclo de vida do SUPP.

Neste trabalho, pela sua natureza previdenciária e a forma como essa é entendida, as relações interpessoais marcam a existência do indivíduo dentro da família como membro e, no Estado, como cidadão detentor de direitos e participe na construção e no recebimento da sua

parcela da riqueza comum extraída do território do Estado-Nação. Em Modigliani (1947) e em Mason (2017), o ciclo de vida está vinculado à capacidade de estocar capital para estimular o produto. Fernandes (2008) refina o conceito e o subdivide em períodos relacionados aos períodos de atividade do indivíduo. Cerda (2006), comentando sobre a reforma previdenciária chilena, dilucida como funciona o ciclo de vida no regime de capitalização, e explica: *o trabalhador ao longo do seu ciclo de vida, oferece seus serviços no mercado de trabalho e economizam ativos que são aplicados no mercado de capitais.*

No caso do Chile, constatamos que a taxa de reposição salarial (TRS) compatível com os recolhimentos dos trabalhadores (>60% - <80%), somente é atingida no primeiro decil pelo caráter distributivo e baixa contribuição de trabalhadores nos níveis salariais mais baixos. Entre o sétimo e o nono decil a TRS máxima é alcançada pela segurança no emprego e frequência no aporte das contribuições. No entanto o décimo decil sofre perdas pela diferença entre a média das contribuições e a taxa de reposição salarial recebida ao se aposentar ser inferior ao último salário dos trabalhadores que compõe este decil.

Vinculamos todos os períodos sob a proteção do trabalho, como o verdadeiro suporte do sistema previdenciário mantido pela solidariedade salarial. A formação de *stock*, mantido no fundo previdenciário, constituirá a poupança coletiva que a grande massa trabalhadora ou os cidadãos que possuem incapacidade laboral não conseguem poupar. Entendemos que a formação desse *estoque* não deve estar submetida às sazonalidades do capitalismo ou às variações de perda e ganho do fator trabalho. Mas, condicionada a distribuição anual dos Dividendos Social e aos tributos, taxas e multas que podem propiciar uma garantia intergeracional. No caso de um sistema previdenciário baseado em um tempo de contribuição definido e, em um benefício definido, podemos dividir o ciclo de vida do trabalhador em três períodos: formação, laboral¹⁶³ e inativo, lembrando que esses períodos estão organizados tendo como marco inicial a entrada do indivíduo no mercado de trabalho.

O modelo do ciclo de vida teorizado por Modigliani estabelece que o consumo futuro depende da renda auferida no presente transformada em poupança ao longo da vida. No

¹⁶³ Desenvolvemos esses períodos que compõem o ciclo de vida do cidadão, a partir de uma reflexão orientada pela tese apresentada por Ana Alexandre Fernandes (2008) *Questões demográficas: demografia e sociologia da população*. E subdividimos de forma empírica o período laboral em quatro fases: primeira fase, do consumo fútil; segunda fase, do consumo conspícuo; terceira fase, do consumo de lazer, e, para finalizar, quarta fase, do consumo adventício. Essas fases dependem da cultura, do país e da classe social e renda do trabalhador em questão.

sistema previdenciário por capitalização privado, o indivíduo pode planejar seu futuro a partir de um fundo de investimento capitalizável submetido às sazonalidades do mercado financeiro.

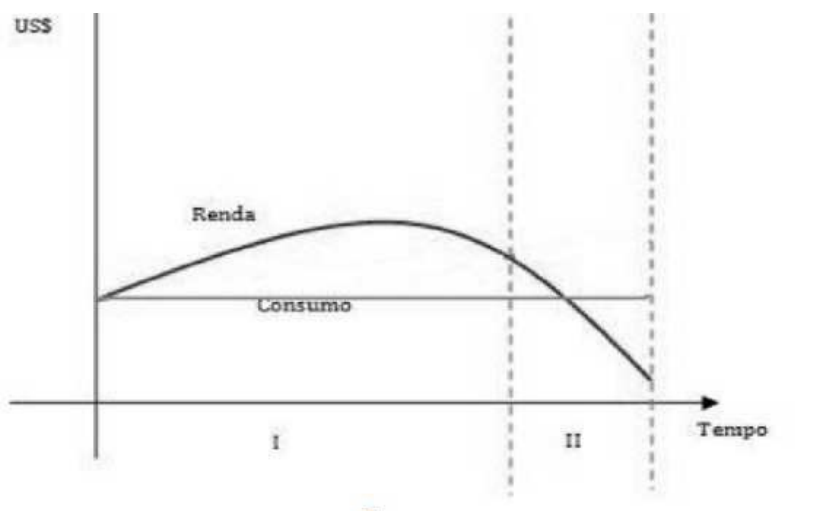


Figura 8 – Modelo de ciclo de vida.
Fonte: D'Avila-Fernández (2013).

O ciclo de vida do indivíduo neste período (Figura 8) apresenta apenas dois períodos ao longo do ciclo de vida, ativo (I) e inativo (II). Durante o tempo (t) no primeiro período (I), o trabalhador ganha uma renda (Y), onde $(Y > C)$, gerando excedentes, poupança (P)¹⁶⁴. A aposentadoria determina a entrada no segundo período, a inatividade, em que a renda é menor ou igual ao consumo, determinando a redução da poupança. O objetivo deste sistema é manter o consumo futuro no mesmo ou num patamar melhor que o atual. Nesse modelo de ciclo de vida, o consumo (C) é estável e o progresso tecnológico que estabelece novos padrões de consumo não é considerado.

O modelo de ciclo de vida que desenvolvemos (Figura 9) parte da realidade social da América Latina, onde o nível de formalidade no trabalho é baixo e o capital humano recebe pouco investimento, o que não permite o desenvolvimento da independência econômica e tecnológica dos países da região nem a autonomia de seus trabalhadores. Seguindo a divisão do ciclo de vida proposto por Fernandes (2008), optamos pela administração estatal, em função das fragilidades do mercado de trabalho latino-americano, uma vez que os modelos desenvolvidos no continente são cópias dos modelos euros estadunidenses (Uthoff, 2011).

¹⁶⁴ Maiores informações a respeito do assunto Modelos de ciclo de vida e Teoria da renda permanente, ver Dávila-Fernández (2013).

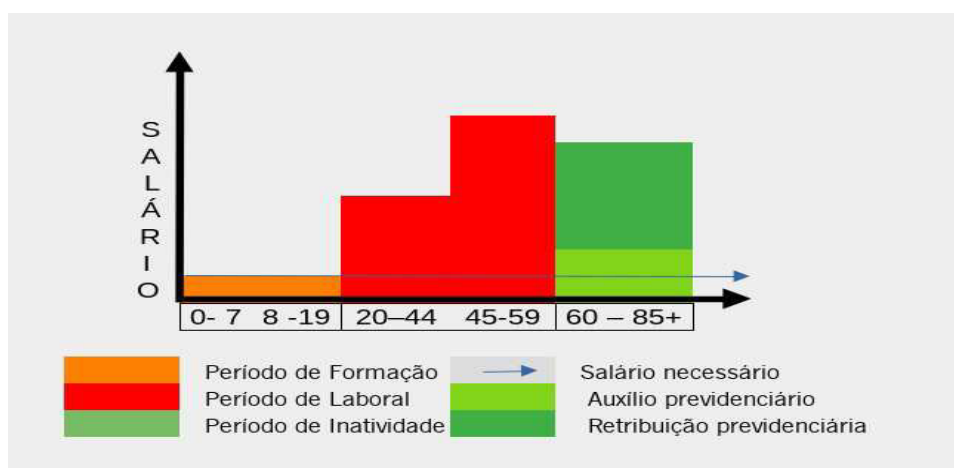


Figura 9 – Ciclo de vida conforme a distribuição dos períodos de vida do SUPP.

O ciclo de vida do indivíduo no SUPP apresenta três períodos, sendo duas participações ativas no financiamento previdenciário (período inativo e laboral), uma ativa no financiamento da formação e inatividade (período laboral) e uma voltada totalmente para o investimento no capital humano (período de formação).

No SUPP a renda gerada pelo trabalho (Y) e pela Retribuição Previdenciária (RP) e Auxílios previdenciários (ASP)¹⁶⁵ estimularão o produto pela manutenção do consumo dos aposentados e darão continuidade à formação do capital dos fundos previdenciários públicos, pela retroalimentação mantida pelos tributos e contribuições, acrescidos dos impostos previdenciários, taxas e multas ambientais, mais os dividendos sociais.

Seguindo a orientação de Wagner (1990), estabelecemos a idade de vinte anos como a idade média do início da vida laboral no SUPP, conforme o autor observou no Chile. A divisão desse período em dois períodos, de acordo com a relação consumo – poupança, está baseada nos estudos de Corbo (*apud* Wagner, 1990) que afirma: no período entre 1974 e 1990, os trabalhadores chilenos recebiam em torno de 2,6% de aumento salarial por ano de experiência. De posse dessa informação, configuramos teoricamente, o período de 40 até 59 como o período da acumulação pessoal (poupança) pelo aumento do salário e estabilidade no consumo. Esse capital, quando acumulado em um fundo previdenciário público, pode ser empregado em programas para a promoção do trabalho e incentivo aos acadêmicos de pós-graduação a terem

¹⁶⁵ As pessoas amparadas pelo auxílio previdenciário deverão ter renda superior à média mundial de US\$ 5,50, disponível para consumo de sobrevivência diário de 46% da população mundial. Maiores informações, ver World Bank (2018), Poverty and Shared Prosperity.

um auxílio financeiro, com participação no tempo e renda previdenciária. O recolhimento compulsório dos programas para os fundos, e depositado diretamente na CIPS, permitirá a continuidade da contagem do tempo de serviço, diminuindo a incidência na população entre 40 e 59 anos do fenômeno denominado como *velhice social* (Fernandes, 2008). O modelo permite a promoção do trabalho por meio de seus fundos previdenciários, que garante a formação de poupança em um continente onde a classe trabalhadora não produz excedente para poupança pessoal e garantia futura de despoupança, nem mesmo pela venda de patrimônio próprio ou de herança.

4.1.2.1 PERÍODO DE FORMAÇÃO

Segundo Paulo Freire (2000), seguindo aos princípios de Rousseau (Emílio, 1762), a proteção e a educação na primeira fase da infância, coortes (P 0-7), são fases fundamentais para o saudável desenvolvimento do homem. Na impossibilidade da proteção familiar pela pobreza da grande massa da população, faz-se necessário o amparo do Estado promovendo o ensino público universal e igualitário.

O desenvolvimento continuará com a educação primária, preferencialmente pública das coortes (P 7-14), aliada a uma boa educação profissional, coortes (P 15-19), pelo critério do SUPP. Este tipo de política pública voltada para a formação da mão de obra, poderá determinar um aumento na produtividade e crescimento econômico, desde que ocorra o investimento público e privado endógeno em postos de trabalho, sem o endividamento externo.

Esse período começa com o nascimento do indivíduo e se estende até o final do período de formação do nível educacional médio, tendo por limite 19 anos de idade, idade na qual o cidadão está habilitado a entrar no mercado de trabalho por esse modelo. No caso dos jovens que se habilitarem ao curso superior, e aos cursos de pós-graduação, qualquer auxílio pecuniário recebido dos cofres públicos durante este período, já deverá ter subtraído, o montante à título de contribuição previdenciária de 10% sobre o auxílio pecuniário recebido do Estado e repasso para o FPP e depositado na CIPS do cidadão, já contando para o tempo de serviço que habilita à aposentadoria. A conta previdenciária pessoal dos estudantes contemplados com bolsas concedidas pelo Estado será aberta no ato da concessão do primeiro auxílio financeiro para fins educacionais.

4.1.2.2 PERÍODO DE LABORAL

Começa a critério do trabalhador, no entanto para fins de distribuição dos períodos neste estudo, determinamos o início do período aos 20 anos e, se estende até os 59 anos de idade, tempo limite para a aposentadoria do trabalhador no plano previdenciário contributivo.

4.1.2.3 PERÍODO INATIVO

Começa a critério do trabalhador, após o final do pagamento do período de contribuição laboral (35 anos), independentemente da idade. No SUPP, todo inativo continuará recolhendo a contribuição complementar do aposentado.

4.1.3 DOS DIVIDENDOS DEMOGRÁFICOS NO SUPP

O bônus populacional ou *dividendo demográfico* é o contingente de indivíduos cujas coortes no período do nascimento nasceram durante o fenômeno de explosão demográfica (TBN>TBM), onde a TCN superior a 3% e coortes (P 0 – 15) igual a maior que 35% da população. O bônus demográfico é o período de oportunidade de crescimento econômico do Estado, se utilizado seu contingente na margem do pleno emprego, independente dos ganhos individuais em salário. Em países desenvolvidos é a fase de formação da poupança nacional e pessoal para despoupança no período inativo.

A taxa de reposição geracional, compreende as coortes (P 15-24) habilitados a substituir o contingente de trabalhadores habilitados à aposentadoria, aqui determinados pelo contingente das coortes (P 55–59). A relação de igualdade entre o total do contingente de inativos somados aos jovens até a idade de 14 anos, em relação às coortes compreendidas entre (P 15-64), pertencentes a PIA em condições de gerar um crescimento econômico que gere renda e poupança para garantir a despoupança na inatividade (segundo dividendo demográfico). O planejado público, a partir do seu planejamento atuarial, demográfico ou planejamento familiar, deve prever os efeitos deletérios do envelhecimento, queda da reprodução, criando projetos de prevenção da mortalidade infantil, creches, educação formal e profissionalizante.

Do ponto de vista macroeconômico, a dinâmica populacional, no caso da ocorrência do primeiro dividendo demográfico, pode influir positivamente no ciclo econômico do país e no ciclo de vida do trabalhador, aumentando sua capacidade de poupança durante o período laboral para

despoupança no período de inatividade, condicionada a sua especialização profissional e a demanda do mercado de trabalho. No primeiro dividendo aumentando a produção *per capita*, no segundo garantindo a expansão monetária pela manutenção do consumo garantido pela despoupança individual ou pública. No caso da impossibilidade da formação de um segundo dividendo demográfico (poupança privada) pelo trabalhador individualmente, cabe ao Estado, garantindo o aumento da poupança interna e equilíbrio previdenciário via Fundo de Previdência Público garantir o consumo do cidadão pela distribuição equitativa da riqueza vida dividendo social e auxílio previdenciário.

Mesmo com o envelhecimento da população, o SUPP, com seu mecanismo de poupança compulsório, garantido pelo benefício distributivo do dividendo social, permitirá a formação da poupança necessária para financiar o segundo dividendo demográfico, mesmo em países de transição demográfica avançada (envelhecimento), ou pobres com populações com baixa formação educacional e baixos salários. O aforro depositado no Fundo de Garantia Previdenciário, permitirá uma poupança nacional compulsória acumulativa oriunda dos *superavit* do FPP e das arrecadações de contribuições, benefícios distributivos e taxas e multas ambientais.

Do ponto de vista demográfico, a presença desse fenômeno permite a reposição endógena da força de trabalho e o custeio próprio do bem-estar na inatividade em países com boa distribuição de renda, baixa desigualdade social e grande massa salarial. Em sentido contrário, na ocorrência do bônus (primeiro dividendo) sem o investimento em educação, na produção e distribuição de renda, teremos a precarização do trabalho, a velhice social, a acumulação, a desigualdade, a pobreza na velhice e a necessidade de socorros públicos. O depósito em ouro no FGP, garante a transmissão da poupança intergeracional e manutenção dos pagamentos dos proventos em caso de crise econômica.

4.1.4 O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO SUPP

As particularidades do SUPP e sua diferenciação, em relação a outros sistemas previdenciários, são aqui apresentadas demonstrando seu sistema de financiamento e plano de benefícios. O modelo se diferencia dos modelos tradicionais e dos alternativos estudados, tanto no objetivo do financiamento do sistema, quanto na dinâmica de refinanciamento constante de seus fundos, pela promoção do trabalho formal e garantido pelo trabalhador. O novo sistema é

compulsório, público, único, universal e tem gestão centralizada na União, eliminando todos os sistemas operados por todos os entes federados, empresas públicas e autarquias.

4.1.4.1 TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA HABILITAÇÃO À APOSENTADORIA

Ao iniciar a vida laboral, o trabalhador receberá uma *conta individual da previdenciária social (CIPS)*, vinculada a sua *conta de depósito individual dos dividendos sociais*. O contribuinte do SUPP deverá recolher 35 anos de contribuição (homens e mulheres¹⁶⁶) de qualquer natureza (pessoal ou oriunda de programas de proteção e promoção do trabalho), independentemente de interrupção ou não depositada em Contas Individuais da Previdência Social¹⁶⁷. O novo sistema não transfere a pensão para dependentes¹⁶⁸, pois, tecnicamente não tem o caráter de seguro, os valores recolhidos a partir do início da vida laboral são garantidos pelos dividendos sociais depositados no Fundo Previdenciário, a partir da criação de sua conta de renda sobre os dividendos sociais.

Um dos motivos pelos quais optamos pelo tempo de contribuição sem idade mínima e fomentando o trabalho social¹⁶⁹ é que se deixa a critério do cidadão a opção pelo envelhecimento ativo ou pelo descanso na terceira fase.

4.1.4.2 O PLANO DE BENEFÍCIOS NO SUPP

O plano de benefícios contributivo é composto pelo *Plano de contribuição definida* – PCB – que dá acesso a um *Plano de benefício definido* – PBD – é compulsório e inicia concomitantemente com a vida laboral do trabalhador. O plano de benefícios não contributivo é definido pelas normas do LOAS, e recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), independente de contribuição e de idade para recebimento, ficando apenas sujeito a determinação de junta médica e comissão constituída por funcionários da instituição pública gestora do sistema. O trabalhador, em solidariedade com o empregador, recolherá mensalmente

¹⁶⁶ De acordo com Joana Mostafá, pesquisadora do IPEA, Brasil, nesse período de aproximadamente 30 anos, as mulheres somam, em média, 22,4 anos de contribuição para a Previdência Social. Um total de 44,4% das mulheres às quais foram concedidas aposentadorias em 2014 atingiu até 20 anos de contribuição e 5,4 anos de trabalho a mais, devido à dedicação aos serviços domésticos.

¹⁶⁷ Os debates relativos ao tempo de serviço ou contribuição não levam em conta três fatores fundamentais para a habilitação ao acesso ao benefício: faixa de renda do trabalhador, classe social e grau de exigência física das funções. Quanto à classe e faixa de remuneração, existem estudos realizados no Canadá (Robine, 1997) que atentam para as diferenças na *expectativa de vida sem incapacidade física* entre os trabalhadores das menores faixas de renda (50 anos) e os de rendas mais altas (64 anos). Enquanto a esperança de vida do primeiro ficaria em 67 anos, a do segundo chega a 73 (Fernandes, 2008).

¹⁶⁸ Os valores recolhidos pelo trabalhador não gerarão pensão *post mortem* para nenhum de seus descendentes.

¹⁶⁹ O envelhecimento laboral ativo (empreendedorismo na terceira idade) é a vertente de pensamento que vincula longevidade com disponibilidade laboral, sem levar em consideração os fatores incapacitantes vinculados a fatores genéticos, ambientais e a austeridade e risco profissional, bem como o grau de proteção social recebida ao longo da vida.

sua contribuição social previdenciária durante 35 anos¹⁷⁰. O Plano de Benefício Contributivo baseia-se no *tempo de contribuição e contribuição social definida* (10% do salário do trabalhador em qualquer época). Para fins de recebimento do benefício mínimo (Retribuição Previdenciária), serão respeitadas as normas definidas pela Organização Internacional do Trabalho. O benefício máximo do plano contributivo será de 80% do teto de remunerações do funcionalismo público federal, caso do Brasil. Tem como característica ser um seguro social estatal individual e intransferível, não gerando pensão.

O plano de benefícios não contributivo (LOAS) é universal, único e estatal (Auxílio Social Previdenciário). Esse plano tem por objetivo gerir financeiramente a Lei Orgânica da Assistência Social (Constituição de 1988, art. 203), caso do Brasil, que distribui aos indivíduos incapazes o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O benefício garantirá uma renda para idosos e pessoas com deficiência, uma vez que, nesse sistema, contribuem desde o nascimento para o Fundo de Previdência Pública, por meio da *Conta de depósito individual de depósito dos dividendos sociais*¹⁷¹.

O Regime de repartição, apresenta uma falsa expectativa do ressarcimento das perdas inflacionárias. Todavia, como estudamos a forma de reajuste dos salários ao longo do tempo da vida do trabalhador, vemos que mesmo nos cenários de maior representação sindical, os trabalhadores sempre acabam por receber benefícios compensatórios, diminuindo o valor absoluto dos salários em relação a inflação. Portanto a falsa indexação das contribuições aos salários de referência, cria um *crédito previdenciário implícito em favor do trabalhador*, pela perda inflacionária acumulada nos dissídios salariais, que acaba por se transmitir aos benefícios, mesmo que definidos e com taxa de reposição salarial de 100%. Por isso a SUPP, estabelece uma atualização de todas as remunerações aos índices inflacionários ocorridos ao longo da vida do trabalhador, para recuperar as perdas históricas do trabalhador no momento de reajuste salarial anual, ou pelos efeitos redutores do poder de compra dos salários nos ciclos de desemprego.

¹⁷⁰ A opção pelos 35 anos de contribuição é baseada em estudo francês (Cambois & Robine, 2001) que investigou a incidência de doenças, mortalidade e incapacidade para o trabalho. O estudo mostra que apenas uma análise ao longo da vida laboral do trabalhador pode constatar a incidência de fatores incapacitantes na população de “trabalhadores precários”. Demonstra que os trabalhadores que estão sujeitos ao desemprego ou a *cursos laborais instáveis* sofrem maior “estado de degradação da saúde” do que as categorias profissionais mais qualificadas.

¹⁷¹ Os dividendos sociais são depositados anualmente no montante de 1% do PIB, dividido pelo número de habitantes em contas individuais, não resgatáveis, depositadas no Fundo Previdenciário.

a) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Fernandes (2008) atenta para a necessidade de *correção dos desequilíbrios* nos níveis financeiros entre os recolhimentos durante a vida laboral e o *recebimento da Retribuição Previdenciária* dentro de um sistema de pensões. Isso porque os princípios de justiça e equidade legitimam a correção das distorções dentro dos sistemas previdenciários públicos, como constatamos na América Latina. O SUPP contempla uma relação de distributividade mais justa e equânime, uma vez que limita uma faixa mínima de concessão, que mantenha ganhos dignos ao aposentado contributivo, limitada pelas regras estabelecidas pela OIT.

Nas aposentadorias de natureza assistenciais, não contributivas, aplicamos parâmetros com indicadores que garantam uma sobrevivência digna (indicadores do DIEESE, no caso do Brasil), e uma faixa máxima em relação ao valor máximo constitucional estabelecido para o servidor público, para evitar o fenômeno da antisseletividade, observado nas pensões perseguidoras chilenas e nos mais altos estamentos do funcionalismo público no Brasil.

O método busca um ajuste ótimo na correlação entre os proventos a serem pagos e as contribuições recolhidas, eliminando as discrepâncias estatísticas provocadas por salários muito acima da mediana, determinadas em seu método de cálculo das faixas salariais pela união de dois fatores¹⁷²

a.1) BENEFÍCIOS CONTRIBUTIVOS

Por tratar-se de um regime de adesão compulsória, com caráter de seguro não transmissível a todos os trabalhadores formais ou autônomos, bem como empregados domésticos sem vínculo empregatício, atletas profissionais e artistas todos os cidadãos poderão aderir ao plano contributivo. Ocorre mediante contribuição definida mensal, depositada *em Conta individual de contribuição para a previdência social* (CPIC), com tempo determinado e benefício vinculado à média dos salários referenciais para contribuição, não podendo a primeira faixa ficar inferior ao valor do salário-mínimo¹⁷³.

¹⁷² Média de contribuições ao longo da vida e relação de pagamento e retribuição de aposentadoria, proporcionais aos ganhos recebidos em relação aos últimos três anos de contribuição laboral, evitando erros de elegibilidade, proporcionado por indicações políticas ou distorções, mesmo que legais.

¹⁷³ De acordo com o art. 6º do Decreto-lei n. 399, de 1938, o salário-mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que *a*, *b*, *c*, *d* e *e* representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12/09/2016.

No Sistema de Previdência Pública Universal, serão garantidos ao cidadão os proventos previdenciários que lhe confirmam dignidade conforme seu recolhimento, mediante a contribuição correspondente ao benefício escolhido por este durante o período solidário de contribuição. As faixas de proventos previdenciários a serem recebidas após 35 anos de contribuição deverão, na faixa mínima ser no mínimo a três vezes o valor da maior cesta básica medida pelo DIEESE¹⁷⁴.

A utilização do termo Retribuição Previdenciária, empregada nesse estudo, deve-se ao entendimento que temos a respeito da previdência como um sistema baseado em um estatuto social de mutualidade, no qual a solidariedade salarial projeta-se intra, inter e trans geracionalmente com o fundo previdenciário, dado seu vínculo estatal.

A Retribuição Previdenciária enquanto remuneração recebida no período de inatividade é a devolução *a posteriori* dessa participação social, que garanta e mantenha a independência econômica e a autonomia política do trabalhador. Não se busca a manutenção do *status quo*, mas de garantir a dignidade do cidadão. Os valores recebidos como Retribuição Previdenciária, por terem um caráter substitutivo do salário, deverão garantir a taxa de reposição salarial (TRS), compatível com o *ratio* entre salário de contribuição e contribuição social corrigida pela inflação, nunca inferior a 60% da média de contribuição.

O *recebimento da* Retribuição Previdenciária da faixa mínima corresponderá a 3 vezes o valor da maior *cesta básica* medida pelo Dieese, em pesquisa nacional realizada no ano anterior, de acordo com a metodologia prevista no Decreto-lei n. 399, de 1938, no caso do Brasil. O *recebimento da* Retribuição Previdenciária da *maior faixa de proventos* não pode ser superior a 80% do teto da remuneração do serviço público federal do ano anterior ao recebimento da primeira parcela.

a.2) BENEFÍCIOS NÃO CONTRIBUTIVOS

Refere-se ao regime com caráter redistributivo, no qual são contemplados os beneficiários da LOAS ou programas de assistência à velhice, cujos benefícios compreendem a primeira faixa de concessão relativa a um salário-mínimo dos regimes contributivos. Tem por objetivo suprir as necessidades de subsistência do indivíduo incapaz ou em risco social. Esse benefício é vinculado à *Conta de depósito individual dos dividendos sociais*. A concessão deste

¹⁷⁴ Departamento Intersindical de Estatísticos e Estudos Socioeconômicos, baseado em pesquisa nacional realizada no ano anterior, de acordo com o Decreto-lei n. 399, de 1938. Disponível em <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1276705873785>: Acesso em 19/02/2020.

benefício é determinada pelo Sistema de Saúde ou Assistência Social, mediante comprovação da incapacidade ou do risco social. No Sistema de Previdência Pública Universal, será garantido a todo cidadão Auxílio Social Previdenciário que lhe confira dignidade, com função substitutiva do salário do período laboral, contributivo ou não contributivo. Os valores recebidos como ASP têm por objetivo garantir a manutenção da dignidade e sobrevivência do cidadão incapaz, provendo seu autossustento sem a necessidade de contribuição social.

b) O SISTEMA CONTRIBUTIVO

A SUPP elege o modelo de *tempo de contribuição definida – 35 anos de contribuição* – como forma de contagem para habilitação à aposentadoria, pela equanimidade e justiça como critérios de acesso ao benefício; *quem começa a trabalhar cedo se aposenta cedo*. A contribuição previdenciária¹⁷⁵ no SUPP deverá ser recolhida mensalmente em conta individual do trabalhador (CPIC) e intransferível (conta individual não capitalizada), depositada no Fundo Previdenciário.

Esse modelo permite aos contribuintes retomar os pagamentos após o período de desemprego sem perda de direitos¹⁷⁶, uma vez que a Conta é vinculada a conta de depósito dos dividendos sociais (CPIC) devesse permitir o acesso online do titular, para fins de controle. Portanto, o sistema permite a continuação da contribuição a partir do período de interrupção, até o final do período de contribuições. O sistema está ancorado em dois pilares: o financiamento corrente via contribuições sociais, taxas e multas previdenciárias específicas e o outro para a formação da poupança intergeracional.

Ao Estado caberá a criação de um Fundo Previdenciário Público onde serão depositadas as arrecadações para o custeio e as taxas e multas por infrações previdenciárias. Este Fundo é composto por um fundo responsável pela garantia do sistema, FGP do sistema funcionando como a reserva do SUPP (poupança), onde duas contas institucionais receberão os fundos de fluxo e estoque do Sistema. Essa poupança feita pelo Estado, por meio do dividendo social não resgatável, taxas e multas ambientais e impostos sobre externalidades, deverá garantir a dignidade do aposentado e incapaz, promover o emprego e estimular o mercado produtivo,

¹⁷⁵ De acordo com os n. 1 e 4 do art. 9º do Convênio 35/55 da OIT.

¹⁷⁶ A Conta de Contribuição Previdenciária continuará ativa, pois receberá, anualmente, a parcela individual dos dividendos sociais depositados pelo governo federal, bem como as parcelas previdenciárias do seguro-desemprego e dos programas de reemprego, gerenciados pelo governo federal ou provincial.

evitando a formação de uma poupança intertemporal¹⁷⁷, sujeita às incertezas do mercado de trabalho e da sazonalidade dos preços e taxa de juros. Os sistemas de fluxo (receita corrente) e *stock* (poupança) do SUPP são totalmente garantidos pelo governo federal (políticas fiscais, monetárias e distribuição dos dividendos sociais) e sustentados em tributos e contribuições sociais, multas e taxas específicas sem possibilidade de transferência ou desvinculação¹⁷⁸.

b.1) CONTRIBUIÇÃO QUADRIpartite

O trabalhador recolherá por toda a sua vida laboral (35 anos de contribuição) o valor correspondente a 10% do seu salário (contribuição definida), que determinará, no futuro, sua remuneração previdenciária (*período solidário de contribuição*). Os benefícios recebidos pelo trabalhador, no caso de desemprego ou programas governamentais de reemprego, obrigatoriamente, serão descontados em 10% do valor recebido e serão registrados na sua *conta previdenciária individual de contribuição para a previdência social* (CPIC). Os trabalhadores autônomos ou domésticos poderão recolher individualmente, em sua conta previdenciária individual (CPIC), o valor de 15% do *valor da* Retribuição Previdenciária.

O empregador recolherá o mesmo valor¹⁷⁹ do trabalhador durante seu período laboral (*período solidário de contribuição*), depositando mensalmente o valor correspondente a sua quota e à quota descontada do salário do trabalhador. O aposentado terá descontados 5% de seus proventos de aposentadoria (*período complementar de contribuição*). O Estado, além dos recursos recolhidos mediante tributos e contribuições, repassados para o custeio do plano previdenciário, cabendo ainda um (*período universal*) que corresponde à transferência social de distribuição dos ganhos sobre os recursos comuns da nação, o *dividendo social*. Contará com os recursos das contas de distribuição de dividendos sociais e contribuição complementar do aposentado agregado aos *superavit previdenciários* depositados no Fundo Previdenciário será utilizado amparar trabalhador, financiando os programas do seguro-desemprego e os programas de reemprego¹⁸⁰. Os benefícios da LOAS também serão pagos pelo FPP. Os aposentados,

¹⁷⁷ Murteira (2011) mostra a dificuldade que o trabalhador teria para estabelecer um plano racional de formação de poupança ao longo da vida e as variáveis que teria de dominar (taxa de crescimento do produto e renda na economia, regime de preços, remuneração de investimentos no mercado de capitais e esperança de vida).

¹⁷⁸ Segundo Pinto Martins (2013), não sendo a contribuição para previdência uma exigência do Estado, as contribuições teriam natureza *parafiscal*. No caso do SUPP, dada sua compulsoriedade, ela adquire um caráter de voluntariedade do trabalhador contribuinte e estabelece uma relação de confiança no Estado como gestor dos montantes arrecadados, não podendo ser desvinculados dos fins a que se destinam.

¹⁷⁹ Valor de 10% do salário registrado em carteira de trabalho. Essa medida visa minimizar os efeitos da velhice social, promovida pelo mercado, para fins de acumulação de mais-valia.

¹⁸⁰ O objetivo dos programas de reemprego é empregar o contingente de desempregados na prestação de serviços complementares prestados pelo Estado e no incentivo à formação de cooperativas nas áreas de formação do desempregado.

contribuirão com um percentual da aposentadoria diretamente descontado da Retribuição Previdenciária (plano contributivo) ou do Auxílio Social Previdenciário (plano não contributivo). O período de contribuição para a aposentadoria do trabalhador do plano previdenciário será constituído por dois períodos: o primeiro, *período solidário de contribuição*, e o segundo, *período complementar de contribuição*. De acordo com Giner (Sanchez et al., 2013), o gasto público tem tripla dimensão: *necessidades públicas a satisfazer, obrigações públicas a cumprir e a realização efetiva do gasto público* para esse fim¹⁸¹. O princípio da equidade da despesa ou da justiça material do gasto decorre de um conceito indeterminado, mas que se materializa na *redistribuição de riqueza* (Nogueira, 2020).

c) FONTES DE CUSTEIO E AFORRO DO SUPP

As fontes de financiamento previstas para o SUPP terão por base a contribuição solidária entre trabalhadores, empregadores, distribuição de dividendos sociais pelo Estado, impostos, taxas e multas aplicadas a indivíduos e empresas, mais a participação do aposentado; tudo em favor dos beneficiários do sistema, sejam eles contribuidores ou não.

c.1) PLANO CONTRIBUTIVO – DIVISÃO DOS PERÍODOS DE CONTRIBUIÇÃO

Os períodos de contribuição nos sistemas previdenciários compreendem, no caso do SUPP, o espaço temporal em que o cidadão (trabalhador e aposentado), as empresas e o governo depositam as frações de contribuições correspondentes para o *fluxo* (manutenção) e *stock* (poupança previdenciária) do sistema, no Fundo Previdenciário Público. Compreendem três períodos de recolhimento, assim divididos: período universal de contribuição (governo), período solidário de contribuição (trabalhador e empregador) e período complementar de contribuição (aposentado).

c.1.1) PERÍODO UNIVERSAL DE CONTRIBUIÇÃO

Esse período tem por característica a universalização da contribuição – sem o caráter de seguro social – para o sistema, pelo acesso de todos os cidadãos ao *Dividendo Social*, como participação financeira na exploração capitalista de toda a riqueza pública, com o depósito pelo governo em conta única e individual da fração correspondente a 1% do PIB dividido pela população nascida até 31 de dezembro do ano A-1. Esse recurso será depositado diretamente no

¹⁸¹ Ver Giner (*apud* Sánchez & Zamora, 2013).

fundo previdenciário. Tais recursos serão utilizados no financiamento corrente do Sistema de Seguridade Social, acessível a todos os cidadãos independentemente de classe social. Esse período de contribuição torna efetivamente todo cidadão *nativo* contribuinte do sistema previdenciário, não cabendo nenhuma discricionariedade na concessão de no mínimo um auxílio previdenciário público, compatível com as necessidades do cidadão caso seja acometido de incapacidade para o trabalho ou pela velhice.

O objetivo desse recolhimento é dotar o governo de recursos intransferíveis ou usados para outro fim que não seja a previdência social, fiscalizado pelos entes de Estado e pela sociedade civil, aforrando os recursos necessários para evitar a miséria e a pobreza da população em condições normais ou excepcionais.

c.1.2) PERÍODO SOLIDÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

O recolhimento das contribuições sociais será efetuado igualmente pelo empregador e pelo empregado. O salário do trabalhador, sobre o qual o empregador recolherá a sua cota e a do trabalhador, servirá como fator de cálculo do futuro provento de aposentadoria a ser recebido pelo trabalhador, quando entrar no período de aposentadoria. A contribuição previdenciária corresponderá no mínimo a 10% e no máximo 15% do salário necessário¹⁸² registrado de acordo com a legislação trabalhista protetiva, independentemente da natureza do contrato de trabalho. Os trabalhadores autônomos ou profissionais liberais recolherão, mensalmente, 10% da renda sobre o trabalho, declarada no imposto de renda, e o contratante do profissional autônomo recolherá 10% para a previdência social sobre o valor de nota fiscal do serviço prestado.

O aposentado terá descontado de sua Retribuição ou Auxílio Social Previdenciário, o valor correspondente à contribuição do complementar do aposentado, de acordo com um percentual da remuneração previdenciária. Cabe ao empregador depositar mensalmente a contribuição correspondente à faixa de benefícios na conta previdenciária do trabalhador, administrada pelo Estado, durante o período laboral.

¹⁸² Consideramos, para fins de referência do SUPP, o salário-mínimo necessário calculado no Brasil pelo DIEESE, a partir do decreto que instituiu o salário-mínimo pelo Governo de Getúlio Vargas na década de 1930 – Decreto-lei n. 399, de 1938.

c.1.3) PERÍODO COMPLEMENTAR DE CONTRIBUIÇÃO

O período *complementar de contribuição do aposentado*, descontado dos benefícios dos aposentados, pertencente aos planos contributivos ou não, tem por objetivo garantir a manutenção do sistema, descontado diretamente do benefício do aposentado no máximo em 5%. Os *superavit* nas receitas de contribuições para o gasto corrente serão depositados no Fundo de Previdência Pública para formação da poupança intergeracional e garantia do sistema.

c.1.4) OS IMPOSTOS COM DESTINAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Segundo Lopes & Pontes (2010), a assertiva de que o mercado exerce função reguladora em uma economia de recursos escassos mostrou-se ineficiente na economia urbana, pelos defeitos apresentados e pelas externalidades observadas, que por si justificam a intervenção estatal¹⁸³, sob a forma de multas e impostos. Para Atkinson (2015), países como Finlândia, Noruega e Suécia superaram a desigualdade social em curto espaço de tempo, baseados em impostos progressivos, alto nível de desenvolvimento humano, seguridade social (incluindo previdenciária) e regulação estatal.

A previdência social pública brasileira é garantida pela vinculação de tributos específicos e contribuições sociais. A proposta do novo sistema prevê a criação de fontes de receita específicas (tributos e multas) para o financiamento da previdência pública¹⁸⁴. A experiência chilena de renúncia à tributação de empregadores e autônomos para fins previdenciários nos mostra que a mudança para o modelo de capitalização não garante a manutenção do padrão de consumo dos aposentados, dadas as incertezas do mercado financeiro, nos quais estão depositados os fundos previdenciários.

Vaz & Martins (2008) demonstram a importância de impostos exclusivos para a seguridade social no Brasil, como a Contribuição Social sobre lucro líquido das empresas¹⁸⁵, conforme foi constatado, no período de 1999 a 2006, quando essa fonte correspondeu a 81,4% da arrecadação para a seguridade social no Brasil (Fagnani et al., 2008).

¹⁸³ Os autores explicam tais defeitos a partir da constatação do uso privilegiado do espaço urbano por uma elite econômica, bem como pela poluição do ar, das águas e sonora, produzidas por fábricas instaladas no espaço urbano (Lopes & Pontes, 2010:20;54).

¹⁸⁴ Particularmente, impostos, multas e taxas incidentes sobre concessões, liberalizações e exploração de recursos ambientais comuns, renováveis e não renováveis.

¹⁸⁵ Lei n. 7.689, de 15/12/1988 Brasil.

Esses tributos garantiram o equilíbrio do sistema durante o período de crise econômica, entre 1999 e 2002, mesmo num cenário de baixa arrecadação de contribuições de empregados e empregadores. Todavia, conforme propomos, a combinação de diversas fontes financeiras, como contribuições dos empregadores, empregados, aposentados e Estado, garantirá a longevidade do sistema.

c.2) O REGIME DE FINANCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO NO SUPP

A previdência social utiliza como regime de financiamento os regimes financeiros de capitalização, repartição e misto. O regime financeiro de repartição é um seguro de contribuição mútua que se fundamenta constitucionalmente na solidariedade salarial entre gerações pela sua segurança e minimização das perdas ao longo da vida do trabalhador/aposentado e pela garantia do Estado diante das incertezas econômicas.

O SUPP elegeu o regime de repartição garantido pela solidariedade comunitária, com caráter de seguro individual, como custeador e aforrador do sistema por sua antonímia com o regime por capitalização. O regime de repartição depende consequentemente de dois fatores importantes: uma elevada taxa de crescimento populacional e a taxa de cotização (contribuição) dos trabalhadores ativos abaixo do limite crítico, definimos como limite crítico a contribuição máxima de 15% do salário de referência para o trabalhador autônomo e doméstico com contribuição individual única.

c.2.1) RECEITA CORRENTE

As receitas oriundas das contribuições, tributos e taxas, são depositadas no Fundo de Previdência Pública para fins de manutenção corrente e pagamento dos planos previdenciários contributivos e não contributivos de acordo com o orçamento previdenciário anual.

c.2.2) A FORMAÇÃO DA POUPANÇA PREVIDENCIÁRIA

A poupança do SUPP tem como objetivo principal a garantia do pagamento dos planos previdenciários contributivos ou não contributivos. É formada pelos *superavit* na receita corrente mais os tributos específicos para a formação da poupança intergeracional, como impostos e taxas sobre exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Também é acrescida das multas por acidentes ou externalidades ambientais, por exploração e uso contínuos de

materiais poluentes, mais os recursos depositados anualmente pelo governo na *conta de depósito individual dos dividendos sociais*, como distribuição social e participação no PIB.

Atkinson (2015), citando o Fundo Soberano da Noruega, afirma que o patrimônio líquido do Estado é a medida que demonstra a equidade entre gerações, quando legamos às gerações futuras uma poupança intergeracional, no caso da Noruega, o Fundo Soberano.

4.1.5 O FUNDO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA (FPP)

Parte da receita previdenciária vem sendo usada no Brasil, desde 1998, para pagamento do *superavit* de 3%, destinado à manutenção da rolagem da dívida pública, por meio da Desvinculação das Receitas da União. O Estado administrará os valores recebidos de tributos, multas, taxas e contribuições sociais, executará a despesa previdenciária usando os recursos correntes do FPP e, na ocorrência de *superavit*, transferirá a receita excedente a 10% do ano A – 1 para o FGP.

Ao Fundo Previdenciário Público estão vinculados dois fundos com funções específicas, o Fundo de Garantia Previdenciário – FGP- e o Fundo de assistência social e Promoção do Trabalho – FASPT. O primeiro com a finalidade de garantir o pagamento das pensões, o segundo para promover o trabalho cooperativo e intensivo em mão de obra. O Fundo Previdenciário Público, não é um fundo de acumulação pois sua função precípua é o pagamento da despesa corrente com os pagamentos do orçamento previdenciário e da seguridade social. O caso chileno é exemplar, o fundo previdenciário chileno já acumula 81% do PIB chileno¹⁸⁶, enquanto aumenta a miséria na velhice no Chile.

O SUPP, ao unificar todos os sistemas previdenciários públicos e privados, deverá garantir o estoque financeiros necessários para superar todos os eventos adversos durante a vida dos trabalhadores: morte do trabalhador ativo; ocorrência de invalidez permanente; desemprego e promoção do pleno emprego.

¹⁸⁶ Para mais informações ver matéria jornalística de Javier Ochoa (2020) *Fondos de pensión que administran las AFP equivalen al 81% del PIB de Chile*, Disponível em 29/02/2020. <https://www.diarioconcepcion.cl/economia/2020/04/29/fondos-de-pension-que-administran-las-afp-equivalen-al-81-del-pib-de-chile.html>: Acesso em 17/09/2020.

4.1.5.1 O FUNDO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIO (FGP)

“O sistema de seguridade social quer eliminar ou reduzir a limites toleráveis, o risco. Dentre os riscos que, de algum modo, podem causar insegurança está o decorrente da erosão monetária.” Wagner Balera (2003)

O Fundo de Garantia Previdenciário (FGP) é formado por duas contas, a mais importante, Conta de Depósito de Garantia Previdenciária (CDGP) e a Conta de Depósito para Transferência para o FASPT (CDTF).

a) CONTA DE DEPÓSITO DE GARANTIA PREVIDENCIÁRIA (CDGP)

Schacht (1950) discorrendo sobre os processos de políticas monetárias *arbitrária e fictícias*, reconhece nos metais ouro e prata um meio reconhecido e confiável por todos os povos e em todos os tempos, como forma de troca e indexação cambial, *superando os mecanismos jurídicos que criam os regimes monetários* garantidos pelo Estado-Nação.

A conta do CDGP é a responsável pela formação do *estoque monetário* do FPP, ficando sob custódia no FGP, sendo o verdadeiro *peggy bank* do SUPP, pois ela recebe anualmente os valores arrecadados pelo Governo com a RCPC e as multas ambientais, convertendo tais valores no equivalente ao metal ouro, no final do ano fiscal.¹⁸⁷ A finalidade deste depósito é primeiramente a garantia do pagamento das aposentadorias dos planos contributivos e não contributivos. E também, garantir a transmissão intra, inter e transgeracional dos depósitos em ouro relativos a participação das futuras gerações na riqueza explorada por gerações passadas sobre recursos não renováveis como nos ensina Thomas Paine(2019), John Locke (1690) e Cecil Pigou (1932).

b) CONTA DE DEPÓSITO PARA TRANSFERÊNCIA PARA O FASPT(CDTF).

A conta de depósito para transferência para o FASPT (CDTF) se caracteriza por guardar os recursos que serão utilizados em primeira instância, no caso de crises econômica, financeira ou ambiental, para manter os pagamentos, a capacidade de consumo. Ou, em caso extremo, a garantir a dignidade dos trabalhadores idosos, incapazes e de todo cidadão incapaz de prover

¹⁸⁷ No caso do Brasil adquirindo diretamente das cooperativas de garimpeiros devidamente registrados e regulados pelo Ministério das Minas e Energia.

seu sustento, por incapacidade laboral ou velhice. Esta conta é responsável por manter o *capital para realimentação do fluxo financeiro do SUPP via promoção do trabalho*. Tem por característica apresentar um ponto de estabilidade de duas vezes o Orçamento da Seguridade Social em depósito. Os saldos excedentes, na relação entre o arrecadado no ano A menos o ano A – 2, será transferido para o FASPT, com a finalidade de capitalizar os programas de reemprego social, primeiro emprego ou pagamento de bolsas estudantis. É constituída pelos depósitos do BBU (dividendo social)¹⁸⁸, mais *superavit* do FPP superior a 10% no ano A – 1, nas contas individuais e repassados diretamente para o CDTF, mais as multas previdenciárias e *superavit* do FPP superior a 10% no ano A-1. Do ponto de vista macroeconômico, o modelo de determinação do ponto de estabilidade da CDTF (PtE) foi inspirado no modelo de Solow e Swan, sem a necessidade de um motor de crescimento dinâmico como previa Harrold, mas melhorando o sistema distributivo do PIB (DS), como anteviram Kalecki e Joan Robinson, pelo fluxo constante de capital para investimento após o ponto de estabilidade.

No entanto, a maximização da *função utilidade esperada*, no novo modelo, é garantida pelo retorno tributário do estímulo ao fator trabalho (FASPT), expansão do produto, manutenção do consumo do aposentado, diminuição do *deficit* previdenciário, aumento da poupança interna e arrecadação tributária. O dividendo social, como variável de garantia do SUPP, tem como *função utilidade futura*, minimizar o risco do investimento social¹⁸⁹ (quadripartite) aplicando este benefício distributivo no fundo previdenciário, como forma de garantir o pagamento dos benefícios em caso de crises econômicas.

4.1.5.2 O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DO TRABALHO (FASPT)

A partir do ponto de estabilidade do FGP (2xOSS), na CDTF, todos os recursos excedentes serão transferidos para os programas de promoção do emprego (FASPT). O capital repassado para o FASPT tem por objetivo investir em cooperativas administradas de acordo com os princípios preconizados por Gide e Antônio Sérgio, eliminando a acumulação privada do capital. No entanto, é importante combater a exploração de trabalhadores, como no caso do

¹⁸⁸ O Fundo receberá os recursos da Conta de depósito Individual do Dividendo Social como forma de transmissão da poupança intergeracional.

¹⁸⁹ Essa ideia é inspirada no modelo de distribuição social, presente na primeira lei da distribuição da economia do bem-estar de Cecil Pigou (1932), segundo a qual a utilidade resultante dum certo montante de todo rendimento nacional comum, seria maximizada se os recursos fossem distribuídos de forma a igualar o *produto líquido marginal social* (dividendo social) *de recursos em todos os usos* (em relação ao PIB).

Brasil onde algumas cooperativas exploram o trabalho de celetista, como se empresas capitalistas de capital aberto fosse, com a finalidade de aumentar a acumulação de lucros e distribuição de dividendo cooperativo exclusivamente para os associados mais antigos. O modelo econômico-social preconizado no FASPT, baseado no modelo de Kaldor, pretende colaborar para a promoção do modelo de crescimento contínuo do produto, dando estabilidade para o trabalho formal (Dobb, 1977) e utilizando a poupança comum (dividendo social) como motor e estabilizador macroeconômico.

Parijs (2003) faz uma comparação entre o alcance social da ideia de Milton Freedman, o imposto negativo (NIT) e sua renda básica universal (UBI), provando a eficiência social da segunda em relação à primeira, pelo fato de trazer um socorro imediato contra a fome e o abandono e evitar a armadilha do desemprego, *unemployment trap* (Van Parijs, 2003), o caso do dividendo social distribuído pelo SUPP, pela sua natureza não resgatável é definido como benefício básico universal(BBU), pois sua distribuição e acesso respeitam o critério da equidade.

Schacht (1950), definindo *dinheiro e capital*, explica que a formação do *capital* se estabelece através de uma grande distribuição de *dinheiro*. No FASPT elegemos a promoção do trabalho e redução do desemprego como meio de distribuição, pela promoção do aumento do consumo por necessidade, e por conseguinte a arrecadação tributária, estimulando-os pelo crescimento do produto.

Van Parijs (2003), apontando uma alternativa ao desemprego constante na Europa ocidental, condena o uso intensivo da tecnologia como forma de redução de custo e postos de trabalho, dando como alternativa a reversão do uso intensivo em tecnologia em alguns casos para privilegiar a criação de postos de trabalho. Para Hachette (1998), a riqueza é gerada pela renda estimada, oriunda das atividades laborais e do investimento em capital produtivo.

Dessa constatação deriva a opção pelo meio mais efetivo na manutenção dos sistemas previdenciários, os ganhos oriundos por meio do incentivo ao produto, fruto do trabalho, preferencialmente intensivo, em mão de obra formal, gerador de contribuições previdenciárias pelos ganhos do trabalho sobre o produto. O objetivo desses programas é estimular a demanda na economia, educar o trabalhador (Antônio Sergio, 1960), sobre a importância das contribuições previdenciárias, estimular o emprego formal e manter a arrecadação de impostos e o fortalecimento do Fundo Previdenciário Público.

Nos países da América Latina, onde a renda média é baixa, a correlação entre renda transitória (subemprego) e renda corrente (funcionários públicos e rentistas) é inversamente proporcional à capacidade de poupança em favor do trabalhador que tem uma *renda permanente*. Outro fator importante é a questão do acesso a concessão de crédito para as empresas sociais cooperativas, geralmente dificultadas por bancos e fundos de investimento privados. Nessa situação existe o FASPT, destinado a fornecer crédito para as cooperativas de trabalhadores e produtores, que não possuem patrimônio para dar como garantia aos financiadores privados dos projetos, financiando salários e capital de giro até que a cooperativa tenha fundos cooperativos que possibilitem o equilíbrio econômico da empresa social.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E PREVIDENCIÁRIOS CHILENOS – 1964 A 1990

Foi feita a análise descritiva e dedutiva dos dados demográficos e socioeconômicos (1940 até 2008) em relação aos dados previdenciários do Chile no período delimitado neste estudo (1964 a 1990). Baseado nos dados demográficos, analisaremos sob a ótica previdenciária os indicadores demográficos como: contingente de reposição geracional da força de trabalho, contingente apto à aposentadoria, estimativa dos contingentes de inativos e a razão de dependência entre trabalhadores ativos e inativos. Em relação aos dados econômicos e sociais analisaremos os indicadores socioeconômicos como: PIB, mercado de trabalho, massa salarial e distribuição de renda, arrecadação e despesa previdenciária, analisados sob a ótica de sua influência na previdência social chilena durante o período delimitado.

E para finalizar, faremos uma estimativa do emprego dos dois novos instrumentos de financiamento previdenciário, o primeiro de caráter distributivo benefício básico universal (**BBU**) a partir da distribuição de parte dos recursos comuns, o *dividendo social*, e o outro uma nova contribuição tributária de caráter social, a *Contribuição previdenciária complementar do aposentado*, com o objetivo de garantir o pagamento das pensões nos casos de crise, por meio da formação de uma poupança intergeracional com liquidez garantida por ativos tangíveis.

4.2.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS E CONTINGENTES POPULACIONAIS ESTUDADOS

O fenômeno demográfico anterior a transição demográfica (TD), a explosão demográfica não será estudada, tendo em vista ter ocorrido antes dos períodos temporais de interesse do estudo 1940 a 2008. A transição demográfica chilena, teve comportamento diferente do restante da América Latina no seu início, na década de 1950. Enquanto a América Latina apresentava uma TF em torno de 6 filhos por mulher (Checkiel, 2004) o Chile apresentava uma TF de 2,3 filhos por mulher em idade fértil. Essa diferença de comportamento na dinâmica demográfica deveu-se a qualidade da educação pública das mulheres que iniciou na década de 1830 (Tabela 2 e 3). O comportamento demográfico foi determinado por um planejamento familiar baseado na opção consciente da maternidade.

Na década de 1950 o Chile apresentava uma TCP de 1,97%, (Tabela 7) índice que já corresponde a uma fase avançada da TD. Essa TCN permaneceu equilibrada até 1973, quando há declínio, abaixo de 1,6 filho por mulher, com uma TCN de 1,58%. De acordo com a Tabela 7, o Chile entrou na fase de estagnação populacional, envelhecimento demográfico, quando a TCP chegou a 1,2% (Knoema, 2020) de nascimentos em relação à população total no ano de 1999.

4.2.1.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS - CONCEITOS

Analisaremos os fenômenos demográficos, já incorporados nas pirâmides etárias e nos contingentes populacionais mais importantes que influenciaram a dinâmica populacional chilena, no período delimitado pelo estudo. Os indicadores demográficos que estão presentes na formação dos efetivos que formam o contingentes estudados, estão abaixo relacionados:

- Taxa de crescimento da população (TCP).
- Taxa bruta de nascimentos (TBN)¹⁹⁰.
- Taxa bruta de mortalidade (TBM)¹⁹¹.
- Taxa de crescimento natural (TCN)¹⁹².

¹⁹⁰ TBN: número de nascidos vivos ocorrido durante um determinado período, normalmente um ano civil, referente à população média desse período (habitualmente expresso em número de nascidos vivos por 1.000 habitantes) (INE/PT-2020). Disponível em <https://www.pordata.pt/Glossario>.

¹⁹¹ TBM: número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referente à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1.000 (10³) habitantes). Número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expresso em número de óbitos por 1.000 (10³) habitantes) (INE/PT-2020). Disponível em <https://www.pordata.pt/Glossario>.

¹⁹² TCN: Taxa de crescimento natural – TBN – TBM em percentual da diferença em relação a mil habitantes.

- Taxa de fecundidade (TF).
- Taxa Bruta de reprodução (TBR)¹⁹³.
- Taxa de mortalidade por grupos quinquenais.
- Coortes populacionais por gênero.
- Tempo de expectativa de vida ao nascer (TeEVN).¹⁹⁴
- Taxa de masculinidade ao nascer (TMN)¹⁹⁵.
- Taxa de fertilidade (TF)¹⁹⁶.
- Taxa bruta de fertilidade TBF¹⁹⁷.
- Taxa de crescimento populacional (TCP)¹⁹⁸.

Os dados demográficos chilenos são tabulados e calculados nas tabelas apresentadas dos dados sobre o período estudado e para garantir a precisão nos dados, já tabulados e conferidos, no período de 1940 até 1990 com fonte conhecidas e indicadas em cada tabela desenvolvida. Os indicadores demográficos de interesse econômico sobre os dados demográficos chilenos de 1964 até 1990, serão vistos na segunda parte, quando cruzaremos os dados demográficos com os dados socioeconômicos e previdenciários. O conhecimento préterito por meio das variáveis demográficas endógenas (TBN e TBM) mais o saldo das migrações – neste estudo consideramos o saldo das migrações zero – pelas faixas etárias são fenômenos importantes na determinação do início e final dos fenômenos demográficos que impactam positiva ou negativamente a previdência social, como: a explosão demográfica, a transição demográfica, o envelhecimento populacional e a estagnação demográfica. O tamanho da população do país, conhecido (censos demográficos decenais) ou projetado (aferidos por métodos estatísticos e modelos matemáticos), é fundamental para o planejamento da economia previdenciária, sendo devidamente combinado com os dados disponíveis sobre outras áreas sociais – educação, saúde e previdência.

¹⁹³ TBR: a taxa bruta de reprodução é o número médio de filhas nascidas por mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média uma filha, e 2,1 filhos contando ambos os sexos. Disponível em <https://www.pordata.pt/Glossario>.

¹⁹⁴ TeEVN – Tempo de expectativa de vida ao nascer é uma projeção baseado nos dados conhecidos de coortes com idade próxima submetida aos parâmetros de melhoria no IDH, da amostra populacional de onde estas coortes foram extraídas.

¹⁹⁵ TMN – Taxa de masculinidade ao nascer por 1.000 habitantes

¹⁹⁶ TF – Taxa de fertilidade – Conceito: número médio de filhas de mulheres submetidas às taxas de fertilidades observadas no momento de referência, supondo que a mortalidade entre o nascimento e a idade reprodutiva é igual a zero. É equivalente ao índice sintético de fecundidade multiplicado pela proporção de nados vivos do sexo feminino (cerca de 48%).

¹⁹⁷ TBF – Taxa bruta de fertilidade - Número de nados vivos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^{^3}) mulheres em idade fértil). (metainformação – INE)

¹⁹⁸ TCP- Taxa de crescimento populacional é a variação quantitativa de uma amostra populacional em um determinado, de acordo com a fórmula $P_x - P_1 / p_1 * 100$, e a Taxa de crescimento absoluto é igual a $(N_f - N_i) / t$.

a) ESTUDO DOS DADOS DEMOGRÁFICOS CHILENO RELATIVOS AO PERÍODO DE 1940 A 1990

Para o planejamento atuarial da economia previdenciária, os dados demográficos são cruciais. Nesse sentido, utilizamos neste estudo, os dados tabulados sobre o Chile da dinâmica das populações do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Dinâmica da População para 2019 da ONU-UNDSA Demographics prospects 2019, CELADE-CEPAL, Knoema Demographics e Diaz, Lüders & Wagner (2016)¹⁹⁹ como parâmetro condutor da análise, sob o ponto de vista previdenciário. Apresentamos a evolução dos dados demográficos do Chile entre 1940 e 1990, tendo em vista que a delimitação do estudo ao período de 1964 até 1990 exige retroceder vinte anos (aproximadamente uma geração) a partir da data inicial. Para podermos acompanhar o comportamento da população que estará disponível no início do período laboral do primeiro governo estudado, correspondente ao período de formação, coortes (P 0-19), para fins de análise do primeiro dividendo demográfico (bônus demográfico)²⁰⁰. No entanto, no apêndice A, apresentamos duas tabelas, mostrando indicadores demográficos (Tabela 48), dados demográficos quantitativos por coorte de 1940 até 1990 e população total (Tabela 49), organizada de acordo com os períodos do CV-SUPP, para facilitar o estudo.

b) ESTUDO COMPARATIVO DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BASEADO NO CVC E NO CV-SUPP (1964-1970)

Com a finalidade de efetuar a comparação entre os dois ciclos de vida estudados e propostos, demonstramos os períodos que compõem os dois ciclos de vida do trabalhador (Tabela 5). Maiores informações sobre os ciclos de vida foram fornecidas neste estudo na revisão teórica e na apresentação do SUPP.

¹⁹⁹ Ver Diaz, Lüders & Wagner (2016), *Chile: 1810-2010*.

²⁰⁰ Neste estudo diferencio bônus de dividendo demográfico, entendendo ser o primeiro apenas um fenômeno demográfico e o segundo um fenômeno econômico, pois o excedente populacional é acompanhado do investimento anterior em educação (PF) e na criação de postos de trabalho no PL, gerando a poupança previdenciária, individual ou coletiva que caracteriza o segundo dividendo demográfico dos países centrais.

Tabela 6– Os períodos do ciclo de vida, no ciclo de vida clássico e no SUPP

CICLO DE VIDA	PERÍODOS		
CLÁSSICO ²⁰¹	–	Poupança Coortes (P15-64)	Despoupança Coortes (P 65 - +)
NO SUPP	Formação Coortes (P 0-19)	Laboral Coortes (P 20-59)	Inatividade coortes (P 60 - +)

Tabela desenvolvida pelo autor.

c) ESTUDO DOS CONTINGENTES POPULACIONAIS DE ACORDO COM O CV-SUPP

Empregaremos o critério dos períodos dos ciclos de vida do SUPP para analisarmos o comportamento dos contingentes populacionais importantes no planejamento previdenciário, bem como as pirâmides previdenciárias relativas as populações do início e final dos governos chilenos de 1964 até 1990. No entanto, para fins demográficos, retroagiremos ao ano de 1940 para ampliarmos a base de dados populacionais para facilitar a análise dos contingentes que se habilitam ao ingresso no período laboral e para a aposentadoria.

c.1) PERÍODO FORMAÇÃO

O modelo de ciclo de vida apresentado por este estudos, diferente dos dos clássicos com dois períodos ativo e inativo, neste estudo orientados pelos estudos de Fernandes(2008), criamos o período de formação (P 0 – 19) para fins de preparação educacionais do bônus demográfico, para transformá-lo em um primeiro dividendo demográfico que gere um segundo dividendo demográfico.

c.1.1) CONTINGENTE DE REPOSIÇÃO GERACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

A partir dos dados demográficos do período delimitado, para fins de planejamento atuarial, calculamos a taxa de reposição geracional da força de trabalho. Para tanto, somamos o quantitativo populacional das coortes de (P15-24) em cada governo a ser estudado, comparando-o com as coortes (P 55-59). O resultado determinará a relação de débito ou bônus demográfico (primeiro dividendo demográfico) no ano estudado e quantitativamente determinará um dos pontos de equilíbrio, ou desequilíbrio demográfico, no que diz respeito aos contingentes de trabalhadores e inativos. Os cálculos projetados por esse estudo utilizaram o critério da média

²⁰¹ Para fins deste estudo elegemos o ciclo de vida teorizado por Modigliani (1986) e Duesenberry e Modigliani (1949).

aritmética, dado que a TBM já foi deduzida do contingente populacional total por coortes e por ano estudado nas populações totais utilizadas como parâmetro, tanto nos dados coletados nas fontes ONU como Knoema.

c.2) PERÍODO LABORAL

O período Laboral é determinante no planejamento previdenciário nos dois modelos de ciclo de vida, por determinarem o período de poupança e despoupança. Diferente dos CV clássico no SUPP o PL se inicia (P 20 -59) após o período de formação e termina para fins de limite geral com a coorte (P 59) de terminando o limite para a inatividade laboral, voluntária.

c.2.1) A RELAÇÃO ENTRE A PIA E A PEA E A FORÇA DE TRABALHO RESERVA

A análise dos dados demográficos como população em idade ativa (PIA) e a população economicamente ativa (PEA) permite a predição do comportamento futuro da força de trabalho, *ceteris paribus*, no aspecto exclusivamente demográfico. O conhecimento do comportamento da energia demográfica que forma a força de trabalho endógena (PIA) disponível é fundamental para impulsionar o crescimento econômico e o equilíbrio dos sistemas previdenciários públicos solidários (regime de repartição) com contribuição definida e benefício definido. A PEA para ser eficiente do ponto de vista previdenciário, depende dos investimentos públicos em formação do trabalhador e dos incentivos à criação de empregos formais estáveis.

c.2.2) CONTINGENTE FORMADOR DE POUPANÇA

As teorias do ciclo de vida para fins de previdência social, geralmente tratam da capacidade da formação da poupança durante o período laboral para a despoupança no período de inatividade. Para fins de equilíbrio do financiamento previdenciário, é fundamental o emprego pleno da FT com reflexo direto na expansão da massa salarial. Idealizamos para fins de análise do modelo, baseado nos dados chilenos, a situação de um cidadão com pleno emprego sem intervalos de desemprego ao longo do período laboral, compreendendo as cortes (P 45-59), período correspondente ao consumo consciente, formação de patrimônio pessoal e poupança para a velhice. O regime de escolha de acordo com o novo modelo é o de repartição, público, obrigatório e livre do fenômeno laboral da “*velhice social*”, obviamente considerando o ambiente

econômico da América Latina, dependente da poupança previdenciária estatal. Na América Latina a formação da poupança oriunda do trabalho dificilmente se realiza nos primeiros decis de trabalhadores da iniciativa privada, ficando circunscrita a fatores como herança, vínculo empregatício (público), capacitação humana (profissionais liberais) ou poupança compulsória via sistemas previdenciários públicos por repartição. No SUPP, dado o consumo conspícuo ou o fenômeno da *miopia previdenciária* que caracterizam as coortes (P 20-44) no início do período laboral, estabelecemos, o período de formação da poupança como a segunda etapa do período de formação laboral nas coortes (P 45-59)²⁰².

Conforme constatado no estudo do Ciclo de Vida clássico (CVC) sobre o Chile, aprendemos que a formação da poupança do trabalhador ocorre nas coortes (P 45-59) e, se observa sua ocorrência principalmente nas categorias profissionais públicos e profissionais liberais com alta especialização. Quanto maior o período de pleno emprego nessas coortes, menor a ocorrência do fenômeno da *velhice social*, e maior será a poupança pessoal acumulada ou transferida para o setor produtivo para fins de arrecadação tributária e transferências sociais. Para a estimativa e comparação entre os contingentes populacionais, ou coortes neste estudo, consideramos apenas o aspecto quantitativo da população e não os excedentes da massa salarial que poderão ser entesourados pelas coortes (P 45-59), para despoupança na inatividade (segundo dividendo demográfico).

c.2.3) CONTINGENTE APTO A APOSENTADORIA

Nos regimes previdenciários por repartição, o controle dos contingentes aptos para a aposentadoria é essencial para o planejamento previdenciário. No planejamento atuarial, na relação entre o contingente de reposição geracional e as coortes (P 45-59), o ciclo de vida do Sistema único de previdência pública (CV-SUPP) permite a antecipação de medidas corretivas pelo setor público. O período de formação é uma das garantias de perenidade do sistema previdenciário, mesmo num ambiente de *deficit* demográfico, mas garantido pelo investimento público em educação profissional. O grau de dependência previdenciária entre os períodos do ciclo de vida do SUPP é negativo demograficamente, particularmente quando a relação entre as coortes ativas for inferior a 1, levando em consideração apenas aspectos quantitativos demográficos, sem ocorrência de migração ou ocorrência do *efeito de Bentzel*.

²⁰² Representado graficamente nas pirâmides etárias apresentadas neste trabalho, por exemplo, nas Figuras 12 e 13.

Neste estudo consideramos aptos para aposentadoria o total dos contingentes trabalhadores contribuintes das coortes (P 55-59)²⁰³, desde que tenham recolhido ao FPP as contribuições necessárias para a habilitação para aposentadoria.

c.3) PERÍODO DE INATIVIDADE

No caso do CV-SUPP, termina após último pagamento da contribuição previdenciária nos planos contributivos (RP) e após o 60 anos para os programas de Assistência social previdenciária (ASP) ou a qualquer tempo para os incapazes natos ou inatos de acordo com legislação específica.

c.3.1) DETERMINAÇÃO DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS CONTINGENTES ATIVOS E INATIVOS DE ACORDO COM O CV-SUPP

No estudo dos ciclos de vida analisados sobre o ponto de vista demográfico, recorremos à tese defendida por Palladino (2010) para realizar os cálculos da razão de dependência. Somando os períodos não produtivos, no caso dos CV-SUPP coortes (P 0-19) e das coortes (P 60+) divididas pelo efetivo total das coortes (P 20- 59), de acordo com o CV-SUPP.

d) ESTUDO DA ESTRUTURA ETÁRIA – PIRÂMIDES ETÁRIAS

No estudo da estrutura etária, utilizando a inspeção gráfica das pirâmides etárias, permite verificar visualmente os fenômenos demográficos que estão em andamento, tanto aqueles relativos às migrações como às crises sanitárias ou guerras, pois impactam imediatamente na configuração das coortes, combinados com os dados estatísticos das Tabelas 48 e 49, como as variações naturais da dinâmica demográfica. Para fins de possibilidades sobre o comportamento futuro das coortes, podemos interpretá-las de acordo com os períodos dos CVC (poupança e despoupança) e CV-SUPP (PF, PL e PI). As pirâmides baseadas no ciclo de vida clássico ou as desenvolvidas neste estudo, segundo os períodos do ciclo de vida de acordo com o SUPP, permitem visualmente verificar a ocorrência de fenômenos demográficos endógenos e exógenos que concorrem para o equilíbrio ou desequilíbrio atuarial dos sistemas previdenciários. Avaliaremos quantitativamente as pirâmides estudando as coortes que as compõem. Abrindo a

²⁰³ O espaço temporal definido pelas coortes de 55 anos e 59 anos, se deve a diferença entre o período laboral sugerido pelos demógrafos e para o período laboral coorte (P 15) e pelo SUPP (P 20). O espaço temporal de 5 anos entre uma coorte e outra corresponde a média tolerável de cinco anos de desemprego em um período laboral de 40 anos.

possibilidade, de acordo com os dados demográficos coletados, analisar os impactos futuros nos indicadores como: taxa de reposição geracional da força de trabalho, contingente formador de poupança (ponto de vista demográfico), contingentes aptos para aposentadoria e contingentes por coortes e gêneros dos períodos do CV-SUPP . O estudo também é importante para comparação dos contingentes dos períodos de formação, laboral e inativo, bem como sua constituição por gênero e o estudo comparativo da dinâmica demográfica projetada nos modelos de ciclo de vida em estudo.

4.2.2 ANÁLISE DA DINÂMICA POPULACIONAL EM RELAÇÃO A PREVIDÊNCIA SOCIAL NOS GOVERNOS ESTUDADOS DE 1964 – 1990

Neste subitem, analisaremos a dinâmica populacional, e a influência dos indicadores demográficos que conformaram as características populacionais durante a TD chilena que permeou os três governos de 1964 até 1990.

4.2.2.1 ESTUDO DA DINÂMICA POPULACIONAL EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO DE EDUARDO FREI MONTALVA (1964-1970)

Durante o governo Frei vigorou o regime de financiamento previdenciário por repartição, garantido pela predominância de uma população jovem, com uma média de TCP, entre 1950 e 1964, de 2,02 % ao ano. No ano de 1970, tem início uma queda acentuada na taxa de crescimento natural para 1,62% (Tabela 7).

A taxa de natalidade entre os anos de 1960 e 1964 caiu 2,23% (Tabela 7). Mesmo assim, com a média no período de 35,17 nascidos vivos por mil habitantes (TBN), a taxa de reprodução no período caiu (Tabela 7). O lado positivo foi o nascimento de meninas $>1(TF)$, e uma taxa de masculinidade positiva (TMN), que indica uma perspectiva de manutenção da dinâmica populacional interna positiva ($TCN > 2,1$), sem a necessidade de abertura para migrações. No período do governo Frei, a fim de inferirmos as projeções relativas as dinâmicas populacionais entre 1964 e 1970, precisamos estudar os três setores (trabalho rural, mineiro e urbano). A reforma previdenciária de 1952²⁰⁴ estabeleceu o tempo de aposentadoria para o trabalhador em 35 anos de trabalho. A esperança de vida para o chileno nascido em 1950 era

²⁰⁴ Na seção de quadros, serão apresentados os quadros que resumem os planos previdenciários chilenos de 1952 até 1990.

de 53,35 anos (Knoema, 2021), no início do governo Frei (1964) chegava a 60,25 anos e para os nascidos em 1970, final do governo, aumentou para 63,89 anos (Tabela 7).

Tabela 7– Indicadores demográficos do governo Frei

ANO	TBN	TBM	TCN	TF	TR	TCP	TMN	TeEVN		
								HOMENS	MULHERES	AMBOS
1950	37,8	13,57	24,23	1,88	4,7	1,97%	2,82	52,65	56,69	54,58
1960	35,56	11,5	24,06	1,89	4,7	2,08%	2,81	55,49	61,24	58,25
1963	33,99	10,78	23,21	1,8	4,5	1,99%	2,7	56,88	62,84	59,75
1964	33,33	10,53	22,08	1,76	4,5	1,92%	2,74	57,34	63,37	60,25
1970	28,82	8,82	20,00	1,54	3,8	1,62%	2,26	60,78	67,15	63,89

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 48, do apêndice A.

a) ESTUDO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE ACORDO COM OS PERÍODOS DO CICLO DE VIDA DA SUPP NO GOVERNO FREI (1964-1970)

O início do governo Frei, apesar dos problemas econômicos, com o aumento da inflação, herdou um bônus demográfico que possibilitaria o aumento do capital humano e a manutenção da relação de equilíbrio entre o somatório de PF e PI igual ao PL.

a.1) PERÍODO DE FORMAÇÃO

No ciclo de vida do SUPP, consideramos o período de formação de zero até os 19 anos. Mostramos na tabela de população por sexo (TeVN) a dinâmica entre as coortes durante esse período entre os anos de 1964 e 1970. Logo no início do governo Frei as coortes de (P 0-19) que faziam parte do contingente populacional no Período de Formação, contavam com o total de 4.437.000 habitantes e no final do governo este efetivo populacional chegou a 4.753.895 (Tabela 8).

Tabela 8– População das coortes que compõem o período de formação (SUPP) no Governo Frei

COORTE	POPULAÇÃO TOTAL	
	1964	1970
(P 0-19)	4.437.000	4.753.895

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

a.1.1) CONTINGENTE DE REPOSIÇÃO GERACIONAL DA FT

O contingente tecnicamente habilitado para constituir a força de arranque do período laboral pertence às coortes (P 15-19), que fazem parte das coortes iniciais da população em Idade Ativa (15-64) e pelas coortes (P 20-24) da População Economicamente Ativa, conforme a Tabela 9.

A eficiência de reposição dessa coorte, quantitativamente, em termos demográficos, será positiva quando igual ou superior à coorte composta pelos indivíduos habilitados à inatividade (55 a 59 anos) na tabela de populações relativas ao ano de 1964.

Tabela 9 – Relação entre força de reposição geracional da FT e contingente apto para a aposentadoria

DISCRIMINAÇÃO		1964	1970	LL
		POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	
		A	B	
(P 15 -19)	(1)	962.914	955.314	1
(P 20 - 24)	(1)	800.912	806.263	2
(P 55 - 59)	(1)	290.279	290.761	3
FRG DA FT – A1 + A2 e B1 + B2		1.763.826	1.761.577	4
TRAB. APTOS À APOSENTADORIA A3 e B3		290.279	290.761	5
Relação FA/Apos. – A4/A5 e B4/B5		6,08/1	6,06/1	6

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética. Tabela desenvolvida pelo autor.

a.2) PERÍODO LABORAL

Na SUPP, o início da vida laboral se dá aos vinte anos, logo após final do período de formação. No entanto, o início do período laboral na América Latina, tanto no meio rural como no urbano, é definido nos extratos mais baixos da pirâmide social, pela necessidade de sobrevivência, muitas vezes incentivando o trabalho infantil, dificultando a formação de mão de obra especializada na região (Tabela 10. Apresentamos os contingentes das coortes de (P 20 - 59) anos no final de (1964) e no final (1970).

Tabela 10– População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no Governo Frei

COORTE	POPULAÇÃO TOTAL	
	1964	1970
(P 20-59)	3.937.000	4.358.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

A.2.1) A RELAÇÃO ENTRE A PIA E A PEA E A FORÇA DE TRABALHO RESERVA

A PEA para ser eficiente do ponto de vista previdenciário, depende dos investimentos públicos em formação do trabalhador e dos incentivos à criação de empregos formais estáveis. Na Tabela 11 apresentamos os dados da PIA e da PEA do início e no final do governo Frei, constatando uma grande diferença entre PIA e PEA da ordem de 30,81%, que corresponde ao exército de trabalhadores de reserva, composto por desempregados, estudantes e aqueles que ainda não entraram no mercado de trabalho. No final do governo esse percentual aumentou para 32,58%, já demonstrando o início da redução da TBM e das diferenças da TBN em relação a 1950 e 1963, sendo de menor percentual na segunda. Constatamos que durante o governo Frei, que todos os indicadores demográficos eram favoráveis ao planejamento do mercado de trabalho e arrecadação previdenciária, usando apenas as condições demográficas endógenas, conforme dados da Tabela 9.

Tabela 11 – Participação da PIA e da PEA na Ft em relação à população

	GOVERNO FREI			
	1964	PP	1970	PP
PIA CVC	5.508.368	62,44%	6.169.244	63,06%
PEA	2.790.354	31,63%	2.981.899	30,48%
POPULAÇÃO	8.821.858		9.783.134	

Tabela desenvolvida pelo autor.

PP: percentual da população total dos anos referidos Tabela 49.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética.

a.2.2) COORTE DE FORMAÇÃO DA POUPANÇA DO PERÍODO LABORAL

No caso do governo Frei, fizemos uma comparação quantitativa dos contingentes de trabalhadores em condições de poupar no início e no final de seu governo (Tabela 12). Dividindo

a população por coortes (P 45-59). Constatamos que no início (1964) esse contingente contava 1.020.234 indivíduos (A1+A2+A3) e no final (1970) do governo 1.022.502 indivíduos (B1+B2+B3), um aumento de 0,22% do contingente no período.

Tabela 12 – Contingente do PL que forma a poupança interna

DISCRIMINAÇÃO	1964	1970	LL
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	
	A	B	
(P 45-49)	394.165	390.167	1
(P 50-54)	335.790	341.574	2
(P 55-59)	290.279	290.761	3

Tabela desenvolvida pelo autor.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019.

O período de inatividade, no caso de satisfeita todas as pré-condições normativas para tal, se inicia com o final do período de contribuição previdenciária de 35 anos, geralmente compreendido entre 55 e 59 anos, de acordo com os critérios estabelecidos no SUPP .

a.2.3) CONTINGENTE DE TRABALHADORES PRÓXIMOS DO PERÍODO DE INATIVIDADE

O efetivo de trabalhadores saindo do período laboral que tecnicamente se aposentaria no início do governo da Junta Militar, em 1964 (P 55 - 59), contava com um contingente de 290.279 indivíduos (Tabela 11) pertencentes às coortes de (P 55-59). Em 1970 a FT (Tabela 12) no período laboral contava 290.761 indivíduos (CV-SUPP).

a.3) PERÍODO DE INATIVIDADE

Durante o governo Frei os trabalhadores que se beneficiaram com as aposentadorias (Tabela 12), levando em consideração as condições estabelecidas, estavam compreendidos entre as coortes de cidadãos nascidos entre 1898 e 1904, com um total de 537.000 indivíduos em 1964. No final do governo as coortes (P 60-85+) contavam 633.000 (Tabela 13), já sinalizando o início do envelhecimento da população pela queda da TBM (Tabela 7).

A população que compõe o período de inatividade deve mostrar uma relação quantitativa negativa quando somada aos indivíduos que compõem o período de formação

menos o contingente que forma o período laboral. Essa relação, para fins de planejamento previdenciário a partir dos dados demográficos, é meramente quantitativa.

Tabela 13 – Contingente do PI que forma a população aposentada

COORTE	1964	1970
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
(P 60-85+)	537.000	633.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

b) ESTUDO DAS PIRÂMIDES ETÁRIAS CHILENAS BASEADO NO CICLO DE VIDA CLÁSSICO E PROPOSTO NO SUPP (1964 -1970)

Combinando a observação gráfica da pirâmide etária e correlacionando com as tabelas populacionais (Tabelas 48 e 49), teoricamente, na legislação previdenciária chilena da época, alguém nascido em 1950 e que começou a trabalhar em 1970, precisando contribuir por 35 anos ininterruptos, mesmo na melhor das hipóteses nunca tenha ficado desempregado, não conseguiria atingir a aposentadoria, dada a expectativa de vida projetada na data de seu nascimento, TeEVN (Tabela 48). No entanto, a inspeção da pirâmide etária, nos revela a existência de coortes superiores a TeVN prevista para ambos os sexos (Tabela 48) no período, recenseadas por contagem empíricas realizadas pelos centros estatísticos oficiais do Chile.

b.1) ESTRUTURAS ETÁRIAS CLÁSSICAS E DO SUPP MENSURADAS DURANTE O GOVERNO FREI

Constatamos tanto na tabela populacional quanto nos gráficos da estrutura etária (Figuras 10 e 12) a primeira evidência empírica da necessidade do planejamento público multissetorial a fim de evitar o colapso do sistema previdenciário. No CVC as coortes em formação (P 0-14) são grandes e evidenciam a ocorrência de uma transição demográfica em desenvolvimento. A redução da TBM (Tabela 6) reflete as evoluções sociais ao longo dos anos, que estenderam o ciclo de vida inativo (P 65+) dos trabalhadores pertencentes às coortes nascidas no ano de 1950.

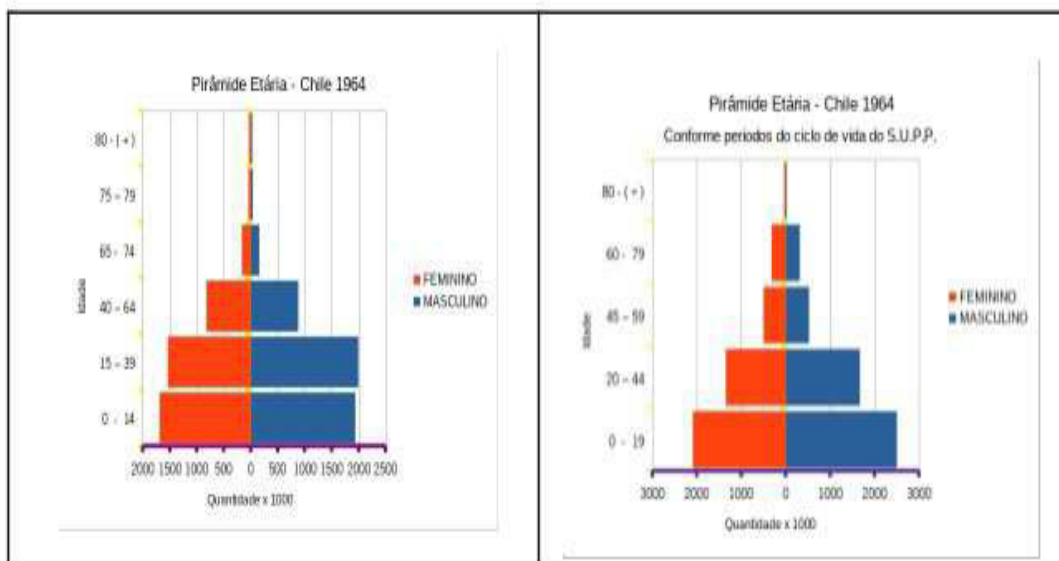


Figura 10 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1964

Figura 11 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1964
Cfe SUPP

A análise gráfica das pirâmides etárias chilenas, submetidas aos períodos do ciclo de vida clássico, o classifica, na concepção de Thompson (1935) como um país jovem pertencente ao grupo C, com TBN e TBM semelhante e predominância da primeira, já apresentando um envelhecimento incipiente, fruto da industrialização promovida nas décadas de 1930 até 1950, particularmente no vale central. Na Figura 10 se destaca um efetivo maior de homens na coorte (P 15-39) no ano de 1964, fenômeno que desaparece na mesma coorte no ano de 1970 (Figura 13), projetando uma menor taxa bruta de fecundidade para o futuro, sem especificarmos a coorte de maior incidência por falta de informações adicionais. Do ponto de vista do ciclo de vida modelado para o SUPP (Figura 11) – com ênfase no planejamento –, o período de formação (P 0-19) no início do governo, 1964, contava com um contingente total de 4.348.000 indivíduos

(Tabela 49), chegando ao final com 4.792.000 indivíduos (1970), o que favorecia a criação de programas de formação estatal de mão de obra, para entrarem no mercado de trabalho já qualificados (Figura 13).

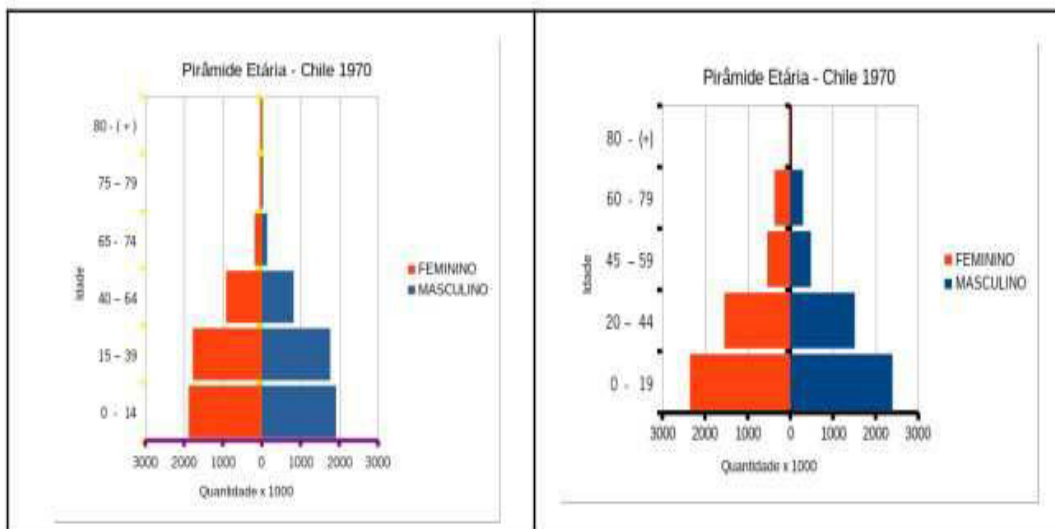


Figura 12- Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1970 -

Figura 13-Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1970 - Cfe SUPP

O governo Frei fez uma reforma educacional que aumentou em 7% o número de jovens em cursos profissionalizantes em todo país. No período laboral verificamos, tanto nas coortes (P 20-44) como nas coortes (P 45-59), um contingente amplo com proporção favorável ao equilíbrio do sistema, tendo em vista a relação entre ativos e inativos (Figura 13). O período inativo, de acordo com o SUPP, mostra as coortes (P 60-80+) - Figuras 11 e 13-, que representavam no início com 6,08% da população total e tendo aumentado para 6,47% no ano de 1970.

A inspeção visual permite prever a ocorrência de um bônus em 1964 e o aumento da população masculina em relação à feminina, além de um sutil equilíbrio entre gêneros (Figura 12). Com a finalidade de efetuar a comparação entre os dois ciclos de vida, demonstramos os períodos que compõem os dois ciclos de vida do trabalhador (Tabela 5). O período histórico que compreende o governo Frei no plano demográfico estava sob a influência positiva do primeiro dividendo demográfico, que caracteriza uma estrutura populacional expansiva típica de países do Grupo C na categorização de Thompsom (1929), caracterizando o Chile como um país de estrutura jovem na categorização de Sundbärg (Tabela 4), com mais de 39,41% da população no PF em relação à população total (Tabela 48).

b.2) ESTUDO COMPARATIVO DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS CONTINGENTES NO CVC E NO CV-SUPP (1964-1970)

Traçando um quadro comparativo entre os dois modelos de CV estudados (Tabela 5), constatamos que o governo Frei, com um primeiro dividendo demográfico do CVC ainda ativo, contava com uma relação entre FT (PL) e a população inativa (PF + PI) na razão de 12,56/1 em 1963 (Tabela 14). Em 1973 diminuiu a relação de dependência para 10,96/1. No sistema proposto, dada a redução das coortes (P 15-19) incorporadas ao PF e as coortes de (P 60-64) incorporadas ao PI, estabeleceu-se uma redução significativa na relação entre os períodos não formadores de poupança (PF e PI) e o período formador da poupança e excedentes tributáveis (RR), importante para o financiamento dos sistemas previdenciários (PL).

No início do governo, de acordo com os parâmetros dentro no CV da SUPP em 1963, essa razão era de 0,76/1 trabalhadores para cada inativo, e no final do governo, em 1970, chegava a 0,85/1 (Tabela 14). Do ponto de vista demográfico, quantitativamente o modelo clássico apresenta uma vantagem comparativa com o novo modelo tanto no início como no final, justificado pelos motivos já mencionados. No entanto, o novo modelo apresenta uma margem de trabalho e planejamento previdenciário a partir da possibilidade de melhorar o capital humano das coortes no período de formação, aumentando a capacidade de poupança no período laboral e a tributação das empresas pela elevação da taxa de lucro. Do ponto de vista da análise demográfica, a partir do critério do CVC, em 31 de dezembro de 1963 a relação entre PF mais PI dividido pelo PL era > 1 (12,56), cumprindo os critérios de reposição geracional.

Tabela 14– Quadro comparativo da razão de dependência nos CV clássicos e da SUPP (governo Frei)

	1963		1970	
	CVC	CV-SUPP	CVC	CV-SUPP
PF		4.281.649		4.753.895
PL	4.769.827	3.685.297	5.288.607	4.080.606
PI	379.778	589.966	482.443	735.130
PL/PF + PI	12,56/1	0,76/1	10,96/1	0,85/1

Tabela desenvolvida pelo autor.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética.

No ciclo de vida do SUPP, dadas suas especificidades, a relação entre o período laboral e os de inatividade laboral (PF + PI) era de 0,76, portanto < 1 em 1964, e no final do governo a relação diminuiu para 0,85/1 em 1970, mostrando que o CV-SUPP no período de formação do SUPP não cumpre a necessidade demográfica endógena quantitativa de reposição geracional da FT.

4.2.2.2 ESTUDO DA DINÂMICA POPULACIONAL EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1971-1973)

No breve governo Allende, a legislação previdenciária ainda mantinha o sistema de PCD e PBD das reformas de 1952, com alterações circunstanciais. O Chile contava com uma base demográfica ampla, caracterizando um país de população jovem, com uma taxa média de crescimento populacional entre 1955 e 1970, da ordem de 1,86% ao ano (Tabela 15). O tempo de aposentadoria para o trabalhador exigia 35 anos de contribuição. A esperança de vida do chileno nascido em 1955 era de 56,31 anos (Knoema, 2021), e no início do governo Allende (1971) chegava a 64,57 anos. Ao final da curta gestão, a TeEVN subiu para 65,95 anos, *ultrapassando* teoricamente, pela primeira vez desde sua instituição, em 1952, a última coorte da PIA, no entanto conforme a tabela 49, na coorte (P 60-85+) contava com 709.000 indivíduos.

Tabela 15– Indicadores demográficos de 1971 a 1973

ANO	TBN	TBM	TCN	TF	TR	TCP	TMN	TeEVN		
								HOMENS	MULHERES	AMBOS
1950	37,8	13,57	24,23	1,88	4,7	1,97%	2,82	52,65	56,69	54,58
1955	37,04	12,58	24,46	1,9	4,8	2,13%	2,9	53,89	58,94	56,31
1960	35,56	11,5	24,06	1,89	4,7	2,08%	2,81	55,49	61,24	58,25
1963	33,99	10,78	23,21	1,8	4,5	1,99%	2,7	56,88	62,84	59,75
1964	33,33	10,53	22,8	1,76	4,5	1,92%	2,74	57,34	63,37	60,25
1965	32,61	10,26	22,35	1,75	4,4	1,84%	2,65	57,81	63,91	60,76
1969	29,54	9,11	20,43	1,58	3,9	1,63%	2,32	60,18	66,5	63,26
1970	28,82	8,82	20	1,54	3,8	1,62%	2,26	60,78	67,15	63,89
1971	28,14	8,54	19,6	1,5	3,7	1,61%	2,2	61,44	67,85	64,57
1973	26,88	7,99	18,89	1,42	3,4	1,58%	1,98	62,76	69,27	65,95

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 48, do apêndice A.

Em 1971, no primeiro ano do governo Allende, iniciou a queda da taxa média de crescimento populacional para 1,61%. A taxa bruta de natalidade (TBN) entre os anos de 1955 e 1970 ficou na média no período de 31,77 nascidos vivos por mil habitantes, o que representa uma TBN de aproximadamente 3,17% em relação à população total sem desconto da TBM (Tabela 15).

a) ESTUDO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE ACORDO COM OS PERÍODOS DO CICLO DE VIDA DA SUPP NO GOVERNO ALLENDE (1971-1973)

O governo Allende, marca o início do Chile na fase final de sua curta Transição demográfica, pois este país combinou dois fatores importantes no período, a educação e o processo de industrialização que acompanhou o TD.

a.1) PERÍODO DE FORMAÇÃO

O governo Allende herdou do governo anterior uma reforma da educação que melhorou a educação pública formal e profissional no Chile. Sendo um dos países latino-americanos que mais investiram na educação pública desde o século XIX, conforme exposto anteriormente. Esse reflexo foi sentido inclusive na TBN, pela alta taxa de frequência escolar chilena. A população em formação em 1971 das Coortes (P 0-19), critério do SUPP, contava com um contingente de 4.822.000 indivíduos, ou seja, 48,50% da população total do país (Tabela 49), reduzindo-se para 48,30% da população do país em 1973 com 4.933.000, uma redução de 1,2% da população em formação, justificada pela aproximação do fim da transição demográfica e possivelmente emigração (Tabela 16).

Tabela 16 – População das coortes que compõem o período de formação no Governo Allende

COORTE	POPULAÇÃO POR COORTE	
	1971	1973
(P 0-19)	4.822.000	4.933.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

Durante o governo Allende estavam aptos para entrar no mercado de trabalho os chilenos nascidos entre 1950 e 1956, que em 1971 compunham a coorte (P 15-24), num efetivo

total de 2.202.481 e contando com uma PIA (P 15-64) numerosa, formada pelo contingente de 7.115.082 indivíduos no ano de 1971²⁰⁵ .

a.1.1) CONTINGENTE DE REPOSIÇÃO GERACIONAL DA FT

O contingente de reposição geracional da força de trabalho no governo Allende era da ordem de 1.761.577 indivíduos, de acordo com a soma das coortes de (P 15-19) e (P 20 - 24) no início do governo em 1970 (BD-Celade,1990). No final aumentou em 440.904 indivíduos em condições de substituir uma população de 382.737 trabalhadores pertencentes às coortes de (P 55 - 59), conforme (Tabela 17). No final do governo o contingente de reposição da FT, chegou aos efetivo de 2.202.481 indivíduos .

Tabela 17 – Relação entre força de reposição geracional da FT e contingente apto para a aposentadoria

DISCRIMINAÇÃO		1970	1973	N. II
		POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	
		A	B	
(P 15 - 19)	(1)	955.314	1.135.264	1
(P 20 - 24)	(1)	806.263	1.067.217	2
(P 55 - 59)	(1)	290.761	382.737	3
FRG DA FT – A1 + A2 e B1 + B2		1.761.577	2.202.481	4
TRAB. APTOS À APOSENTADORIA A3 e B3		290.761	382.737	5
RELAÇÃO FA/Apos. – A4/A5 e B4/B5		6,06/1	5,75/1	6

Tabela desenvolvida pelo autor.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética

Quando comparamos a força de arranque da FT com o contingente a se aproximar da aposentadoria, notamos uma razão de 6,06/1 na relação entre os que estão aptos a entrar no mercado de trabalho e aqueles que estão em via de se aposentar. No final essa razão diminuiu para 5,75/1. Com isso constatamos que, mesmo com a redução da TBN e TBM, nesse período o dividendo demográfico ainda estava possibilitando uma reposição geracional dos trabalhadores aptos a se aposentarem.

²⁰⁵ Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética. Tabela desenvolvida pelo autor

a.2) PERÍODO LABORAL

Relacionando à coorte (P 15-19) dos nascidos entre os anos de 1956-1959, constatamos que seu contingente total representava 54,18% da população no primeiro ano do governo Allende quando o Chile totalizava uma população de 9.943.000 de habitantes (Tabela 49). Seguindo os critérios da SUPP, em 1971 as coortes (P 20-59) que formavam o período laboral contavam com o contingente de 4.451.000 indivíduos, e em 1973 com 4.483.838 (Tabela 18).

Tabela 18 – População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no Governo Allende

IDADE	POPULAÇÃO TOTAL DAS COORTES	
	1971	1973
(P 20-59)	4.451.000	4.483.838

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

A diminuição quantitativa observada foi da ordem de 11,08% em relação à população do país em 31 de dezembro de 1973. Essa redução pode ser imputada às emigrações, à diminuição da TCN nos anos anteriores já que a TBM, vem apresentava queda desde 1964.

a.2.1) A RELAÇÃO ENTRE A PIA E A PEA E A FORÇA DE TRABALHO RESERVA

O controle e o acompanhamento desses indicadores são fundamentais para impulsionar o crescimento econômico e o equilíbrio dos sistemas previdenciários públicos solidários (regime de repartição puro) com contribuição definida e benefício definido. O pleno emprego da PIA depende dos investimentos públicos em formação do trabalhador e dos incentivos à criação de empregos formais estáveis com regulação, fiscalização e punição efetiva do Estado para manter o equilíbrio econômico e previdenciário sem comprometimento das gerações futuras. Nos dados da PIA e da PEA do início e final do governo Allende (Tabela 19) constatamos uma grande diferença entre ambas na ordem de 27,34% em relação à população total. Essa diferença corresponde ao exército de trabalhadores de reserva, composto por desempregados, estudantes e aqueles que ainda não procuraram entrar no mercado de trabalho.

Tabela 19 – A PIA e a PEA em relação à população no Governo Allende

	GOVERNO ALLENDE			
	1971	PP	1973	PP
PIA	5.508.368	55,40%	6.169.244	59,15%
PEA	2.790.354	28,06%	2.981.899	28,59%
POPULAÇÃO	9.943.000		10.429.000	

Tabela desenvolvida pelo autor. PP: percentual da população total dos anos baseados na Tabela 49.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019 – Cálculo obtido pela média aritmética.

No final do governo essa diferença aumentou para 30,56%, já demonstrando o início da redução dos postos de trabalho, muito embora os esforços que o governo Allende fez para aumentar a PEA. Constatamos que o governo Frei teve todos os indicadores demográficos favoráveis ao planejamento do mercado de trabalho e arrecadação previdenciária usando apenas as condições demográficas endógenas.

a.2.2) COORTE DE FORMAÇÃO DA POUPANÇA DO PERÍODO LABORAL

O período de formação da poupança, a segunda etapa do período laboral, coortes (P 45-59), no início do governo Allende, 1971, contava aproximadamente 1.945.788 indivíduos, e no final do último ano do governo, já sob o governo ditatorial da Junta Militar, contava aproximadamente 1.605.947, uma redução de -17,47% nas coortes no período (Tabela 20). ‘

Tabela 20 – Contingente do PL que forma a poupança interna o Governo Allende

COORTES	1971	1973
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
(P 40-44)	620.184	493.905
(P 45-49)	509.700	436.278
(P 50-54)	433.167	363.971
(P 55-59)	382.737	311.793

Tabela desenvolvida pelo autor.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019.

a.2.3) CONTINGENTE DE TRABALHADORES PRÓXIMOS DO PERÍODO DE INATIVIDADE

O efetivo de trabalhadores saindo do período laboral que tecnicamente se aposentaria no início do governo da Junta Militar, em 1971 (P 55 - 59), contava com um contingente de 382.737 indivíduos (Tabela 20) pertencentes às coortes de (P 55-59). Em 1973 a FT (Tabela 20) no período laboral contava 311.793 indivíduos (CV-SUPP).

a.3) PERÍODO DE INATIVIDADE

No governo Allende constatamos um aumento do contingente de inativos de 39.000 indivíduos (Tabela 21), já iniciando o processo de envelhecimento e diminuição da taxa de dependência (PI + PF – PL), ainda positiva, de 6/1.

Tabela 21 – Contingente de da população no período inativos - Governo Allende

COORTE	1971	1973
(P 60-85+)	670.000	709.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

Porém, na relação direta entre contingente do período laboral e no período inativo, no final de 1973 a relação diminuiu para 5,75/1 entre ativos e inativos, já mostrando o início do envelhecimento da população. De acordo com a legislação previdenciária chilena da época do governo Allende, alguém nascido em 1955 e que começou a trabalhar em 1970, precisando contribuir por 35 anos ininterruptos, mesmo na melhor das hipóteses nunca tendo ficado desempregado, conseguiria, teoricamente gozar a aposentadoria por 1,31 ano, devido à expectativa de vida de 56,31 anos para alguém nascido em 1955 (Tabela 14).

b) ESTUDO DAS PIRÂMIDES ETÁRIAS CHILENAS BASEADO NO CICLO DE VIDA CLÁSSICO E NO CV-SUPP (1971-1973)

O fim da transição demográfica começa ficar evidenciada nas coortes (P 15-39), na (Figuras 14). notamos graficamente um aumento quantitativo dessa população em relação às coortes (P 0-14) (Figuras 16).

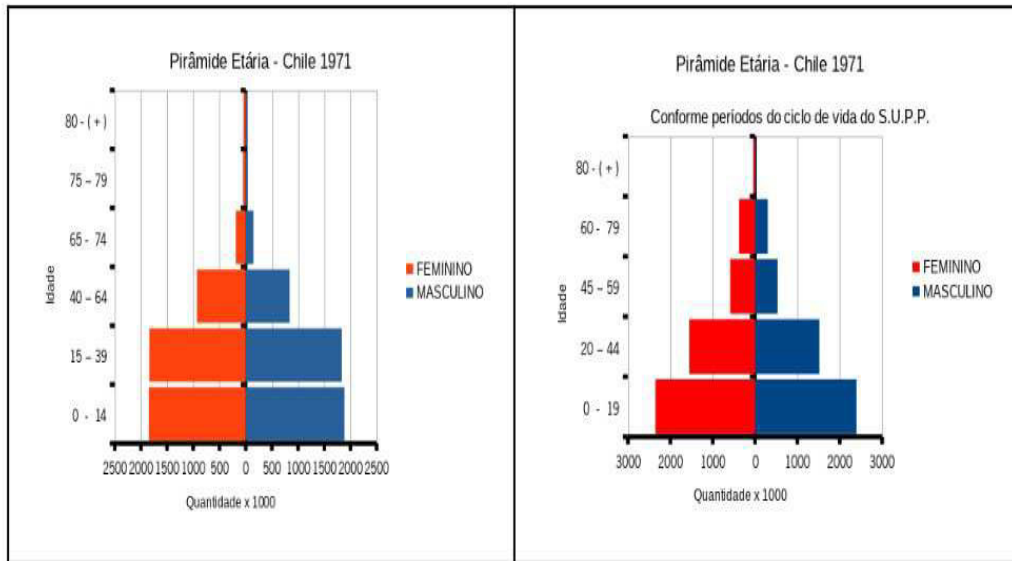


Figura 14 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1971

Figura 15– Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1971 - Cfe SUPP

A análise da estrutura etária do ponto de vista do ciclo de vida da SUPP (Figuras 15 e 17), pelo acréscimo do período de formação (PF), oferece a possibilidade de aumento de capital humano pela extensão obrigatória do período educacional, e dando aos governantes mais tempo para estabelecerem programas mais eficientes e eficazes para empregar os jovens que entraram no mercado de trabalho.

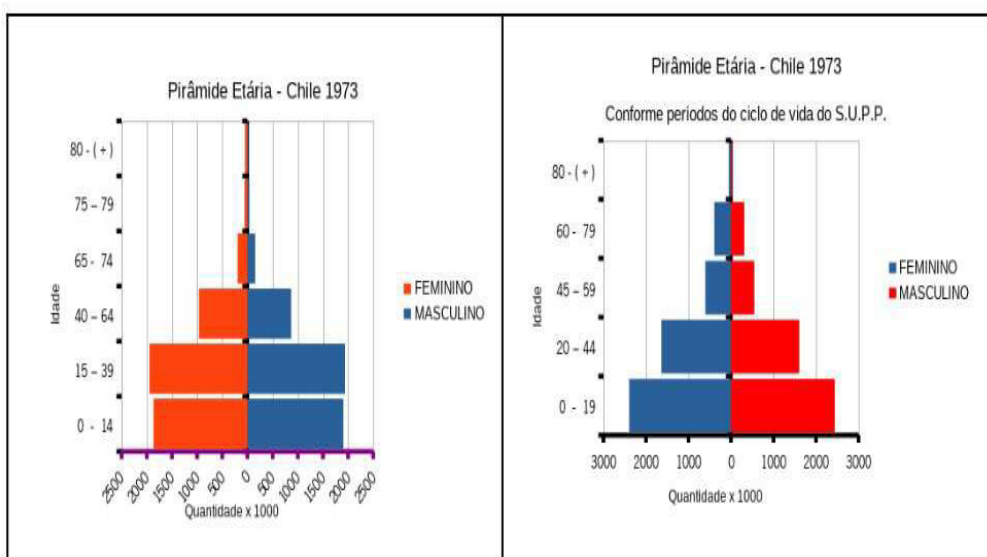


Figura 16 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1973

Figura 17–Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1973 Cfe SUPP

A simples a comparação das Figuras 14 e 16 com as figuras projetadas, já justifica o incentivo a educação das coortes de (P 16-19) conforme o CV proposto na SUPP (Figuras 15 e 17). O débito demográfico é compensado pela poupança que caracteriza a transformação do primeiro dividendo demográfico. Apresentados na figura 16 nas coortes (P 0 - 14), como fizeram países como Finlândia e Japão. Este era o momento ideal para o incentivo a educação especializada e a substituição de importações e incentivo a industrialização, do ponto de vista demográfico.

b.1) ESTUDO COMPARATIVO DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS CONTINGENTES NO CVC E NO CV-SUPP (1970-1973)

No governo Allende, no plano demográfico, começou a transição do Chile de um país jovem para estacionário de grupo B na categorização de Thompsom (1929), tipificando-se como um país de estrutura jovem na categorização de Sundbärg (Tabela 4), com mais de 38,83% das populações pertencentes às coortes (P 0-14), 1970, em relação à população total (Tabelas 49). Traçando um quadro comparativo entre os dois modelos de CV estudados (Tabela 22), constatamos que o governo Allende, com um primeiro dividendo demográfico do CV clássico ainda ativo, contava com uma relação de dependência entre FT e população inativa (PF + PI) na razão de 12,57/1 em 1970 e com 10,90/1 em 1973(Tabela 2).

Tabela 22 – Quadro comparativo da razão de dependência nos CV, clássicos e da SUPP (governo Allende)

	1970		1973	
	CVC	CV SUPP	CVC	CV SUPP
PF		3.707.856		3.694.095
PL	7.115.082	5.639.026	5.866.018	4.483.838
PI	566.092	906.884	538.214	798.367
PL/PF + PI	12,57/1	0,82/1	10,90/1	1/1

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

Quando submetida aos parâmetros do CV-SUPP, a razão de dependência das coortes não produtoras (PF + PI), no início do governo, com dados de 31 dezembro de 1970, é de

0,82/1 e no final de 1/1, demonstrando que o modelo diminui o contingente habilitado à PIA e aumenta o contingente habilitado ao PI. No estudo foi constatado que a redução progressiva do efetivo dos trabalhadores nos dois modelos, nos dois períodos, este fenômeno não pode ser creditado apenas a imigração devido à diferença percentual apontar para dois fenômenos, o primeiro de natureza demográfica a emigração o segundo de natureza econômica, ou aumento do desemprego, trabalho precário, popular sem registro, no Brasil chamado informal.

4.2.2.3 ESTUDO DA DINÂMICA POPULACIONAL EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO DITATORIAL DO GENERAL AUGUSTO PINOCHET (1973-1990)

No início da ditadura Pinochet (1973), a TBN 26,88 ao ano e a TBM de 7,99 no primeiro ano do governo iniciaram uma queda acentuada da TCP para 1,58% (Tabela 23) no ano de 1973. No período observamos a taxa de fertilidade - TF, entre 1954 e 1973 uma média de 1,68 nascimento de meninas por mulher em idade fértil (15 a 49 anos). O nascimento de 1 menina por mulher em idade fértil garantiu a taxa de reprodução, no entanto a TCP de 1,58% ficou abaixo da TRG (TCP > 2,1) da força de trabalho, um problema demográfico que a longo prazo prejudicará o financiamento previdenciário, olhando apenas para a perspectiva demográfica.

Tabela 23 – Indicadores demográficos de governo do General Pinochet

ANO	TBN	TBM	TCN	TF	TR	TCP	TMN	TeEVN		
								HOMENS	MULHERES	AMBOS
1955	37,04	12,58	24,46	1,9	4,8	2,13%	2,9	53,89	58,94	56,31
1973	26,88	7,99	18,89	1,42	3,4	1,58%	1,98	62,76	69,27	65,95
1975	25,78	7,48	18,30	1,35	3,2	1,55%	1,85	64,09	70,69	67,33
1980	23,56	6,43	17,13	1,23	2,7	1,43%	1,47	67,2	73,9	70,53
1985	22,71	5,8	16,91	1,23	2,6	1,50%	1,37	69,51	77,21	72,68
1990	22,29	5,54	16,75	1,20	2,6	1,64%	1,4	71,12	78,66	74,22

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 48, do apêndice A.

A esperança de vida ao nascer para ambos os sexos em 1973 era de 65,95 anos (Tabela 23), portanto teoricamente ultrapassava a última coorte da PIA (64 anos) em 1,95/ano.

Logo, no governo Pinochet começaram a aparecer os problemas demográficos que prejudicariam a próxima geração de aposentados, que ainda se encontravam no período laboral, exigindo medidas exógenas de reposição geracional da FT no curto prazo ou de qualificação da estrutura produtiva e tributária, para promover uma distribuição de renda que aumentasse a massa salarial no longo prazo. O investimento em educação e na melhoria das condições da população realizados até o final da república mesocrática (1973) estavam disponíveis para o mercado de trabalho na PIA do governo pinochetista, para compensar os gastos com o contingente populacional de maiores de 64 anos, que totalizava 709.000 indivíduos.

a) ESTUDO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE ACORDO COM OS PERÍODOS DO CICLO DE VIDA DA SUPP NO GOVERNO PINOCHET – 1973 -1990

a.1) PERÍODO DE FORMAÇÃO

A população em formação em 1974 (Tabela 24) das coortes (P 0-14), critério do CVC e CV-SUPP, coortes (P 0-19), contava com um contingente que representava 37,37% (CVC) e 48,56% (CV-SUPP) da população total do país (Tabelas 49).

Tabela 24 – População das coortes que compõem o período de formação no Governo Pinochet

COORTE	POPULAÇÃO POR COORTE	
	1974	1990
	CV-SUPP	CV-SUPP
(P 0-19)	4.951.000*	5.241.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

* Calculado pelo autor baseado na média entre as populações dos anos 1973 -1975.

No final da ditadura (1990), a participação das coortes do período de formação contava 37,75% (CVC), redução de 7,80%, e um aumento de 49,48% (CV-SUPP), confirmando a assertiva que apresentamos no estudo dos governos anteriores como um acréscimo no primeiro dividendo populacional.

a.1.1) O CONTINGENTE DE REPOSIÇÃO GERACIONAL FT

Na tabela de populações relativas a 1974, o contingente tecnicamente habilitado para constituir a força de reposição geracional (força de arranque: coortes (P15-24), no governo da Junta Militar, contava aproximadamente 2.338.974 indivíduos (Tabela 25), que pertenciam às coortes (P 15-24). A relação entre essas duas coortes no início do governo da Junta Militar (1974) contava com a razão de 5,32/1 indivíduos (TRG), e no final do governo ditatorial de Pinochet, 1990, a razão de 5,21/1, com uma leve redução na taxa de reposição geracional, sinalizando um envelhecimento da população, causado pela redução dos nascimentos e da TBM. As coortes (P 55-59), habilitadas tecnicamente para a aposentadoria em 1974, contavam com um contingente de 439.792 indivíduos (Tabela 25).

Tabela 25 – Relação entre força de reposição geracional da FT e o contingente apto para a aposentadoria - Governo Pinochet

DISCRIMINAÇÃO	1974	1990	N. II
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	
	A	B	
(P 15-19)	1.187.361	1.248.305	1
(P 20-24)	1.151.613	1.240.926	2
(P 55-59)	439.792	478.204	3
FRG da FT – A1 + A2 e B1 + B2	2.338.974	2.489.231	4
TRAB. APTOS P/ APOSENTADORIA A3 e B3	439.792	478.204	5
RELAÇÃO FA/Apos. – A4/A5 e B4/B5	5,32/1	5,21/1	6

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

a.2) PERÍODO LABORAL

No início da ditadura Pinochet, 1974, o período laboral contava com um efetivo total de 4.841.000 indivíduos, formado pelas coortes (P 20-59) pelo critério CV-SUPP. No final do governo, em 1990, esse contingente contava 6.812.000 indivíduos, um aumento de 40,71% (Tabela 26). Contabilizando o contingente das coortes (P 15-64), constatamos que seu contingente total representava 52,22% da população no início da ditadura da Junta Militar chilena, para uma população total de 10.542.000 de habitantes para o ano de 1974²⁰⁶. No final

²⁰⁶ Disponível em <https://datos.bancomundial.org/pais/chile>: Acesso em 10/07/2018

da ditadura militar esse contingente aumentou, em 1990, para 65,61% da população total, graças ainda à ação do primeiro dividendo demográfico.

Tabela 26 – População das coortes que compõem o período laboral (SUPP) no Governo Pinochet

IDADE	POPULAÇÃO TOTAL DAS COORTES	
	1974	1990
(P 20-59)	4.841.000	6.812.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

a.2.1) A RELAÇÃO ENTRE A PIA A PEA E A FORÇA DE TRABALHO RESERVA

A diferença entre a PEA no início e no final do governo Pinochet, sofre uma redução drástica, motivada pela precarização do trabalho e pelo aumento do desemprego, devido a concentração do capital no mercado de capitais e não nas atividades produtivas (Tabela 27).

Tabela 27 – A PIA e a PEA em relação à população no Governo Pinochet

	GOVERNO PINOCHET			
	1974	PP	1990	PP
PIA	7.276.172	69,77	8.489.121	54,81
PEA	3.258.999	31,25	4.798.776	24,55
POPULAÇÃO (1)	10.542.000		13.274.623	

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A: percentual da população total dos anos referidos.

Fonte: Banco de dados do Banco Mundial em 10/07/2018.

A participação da PIA no contingente populacional total é alta, como alta é a diferença entre a PIA e a PEA na relação à população total de 38,52%, mostra a capacidade ociosa da mão de obra em 1974 (Tabela 27). Em 1990 a diferença entre a PIA e a PEA, diminuiu o que refletiu no crescimento do PIB, conforme será estudado no próximo item.

a.2.2) COORTE DE FORMAÇÃO DA POUPANÇA DO PERÍODO LABORAL

Para o período de formação da poupança (Tabela 28), a segunda etapa do período laboral, coortes (P 40-59), no governo Pinochet, utilizamos os mesmos critérios utilizados no governo anterior. Constatamos que no início (1974) esse contingente contava aproximadamente

2.190.325 indivíduos (A1+A2+A3+A4), e, no final do último ano do governo ditatorial de Pinochet, aproximadamente 2.371.348 (B1+B2+B3+B4), um aumento de 0,83%, o que representa uma redução da PEA, um aumento no desemprego e o início da *velhice social* no Chile, devido à nova orientação econômica do governo de manter um exército de reserva para reduzir o valor e o poder de compra dos salários.

Tabela 28 – Contingente do PL que forma a poupança interna - Governo Pinochet

COORTES	1974	1990	II
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	
	A	B	
(P 40-44)	690.410	748.176	1
(P 45-49)	571.071	617.783	2
(P 50-54)	489.052	527.185	3
(P 55-59)	439.792	478.204	4

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

a.2.3) CONTINGENTE DE TRABALHADORES PRÓXIMOS DO PERÍODO DE INATIVIDADE

O efetivo de trabalhadores saindo do período laboral que tecnicamente se aposentaria no início do governo da Junta Militar, em 1974, contava com um contingente de 837.703 indivíduos (Tabela 29) pertencentes às coortes de (P 55-64)²⁰⁷. Em 1990 a FT (Tabela 26) no período laboral contava 6.812.000 indivíduos (CV-SUPP). No final da ditadura militar esse contingente subiu para 913.477(Tabela 29), o que representava 6,88% da população total para o ano de 1990.

Tabela 29 – Contingente do PL próximo da aposentadoria

COORTE		1974	1990
		POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
(P 55-64)	(1)	837.703	913.477

Tabela desenvolvida pelo autor.

Fonte: (1) UNDSA – Demographics prospects 2019.

²⁰⁷ Na análise do Chile, no Governo Pinochet, não utilizamos o critério do SUPP, devido ao fato de um dos itens da reforma previdenciária de 1980 ter sido o aumento da idade mínima para aposentadoria, conforme informação demonstrada no Quadro 2 do apêndice E.

a.3) PERÍODO DE INATIVIDADE

Durante o governo Pinochet, as regras para a concessão de aposentadorias mudaram radicalmente. Até o ano de 1980 as formas de concessão se mantiveram conforme a reforma de 1952, com poucas modificações. Porém, com a instituição da capitalização (DL 3500-1980), as regras foram alteradas, e os critérios de concessão *contribuição definida, mesmo que setorial, e benefício definido*, passaram para tempo definido, 60 anos mulheres e 65 anos homens. Todavia, os indivíduos que contribuíam para o antigo regime podiam optar pelo velho ou o novo sistema, o que dificulta efetivamente o contingente de novos aposentados a partir de 1981.

Tabela 30– Contingente do PI que forma a população aposentada

COORTE	1974	1990
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
(P 65-85+)	718.000	1.222.000

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

No início do governo da Junta Militar, as coortes de (P 60-85+) contava 718.000 aposentados (Tabela 30); já no final, de acordo com as tábuas populacionais, contavam 1.222.000, um aumento de 70,19%, demonstrando um aumento contínuo do envelhecimento populacional até o final da TD em 1999.

b) ESTUDO DAS PIRÂMIDES ETÁRIAS CHILENAS BASEADO NO CICLO DE VIDA CLÁSSICO E PROPOSTO NO CV-SUPP (1973-1990)

No início do governo da Junta Militar, o Chile de acordo com a (Figura 18), já apresenta uma estrutura se transformando rumo a estagnação demográfica (TBN + TBM), devido à diferença entre o tamanho das coortes (P 0-14), (CVC) e coortes (P 15-39) no ano de 1974. O modelo CV-SUPP relativo ao ano de 1974, não reflete a realidade comparando com a forma real (Figura18) baseada nos dados da tabela demográfica (Tabela 49 e BD-Celade-1990), tornando o desenho da estrutura etária, semelhante a pirâmide etária expansiva (Figura 5), devido a inclusão das coortes (P 15-19) no período de formação, quando na realidade já começa se desenhar uma pirâmide etária estacionária (Figura 4).

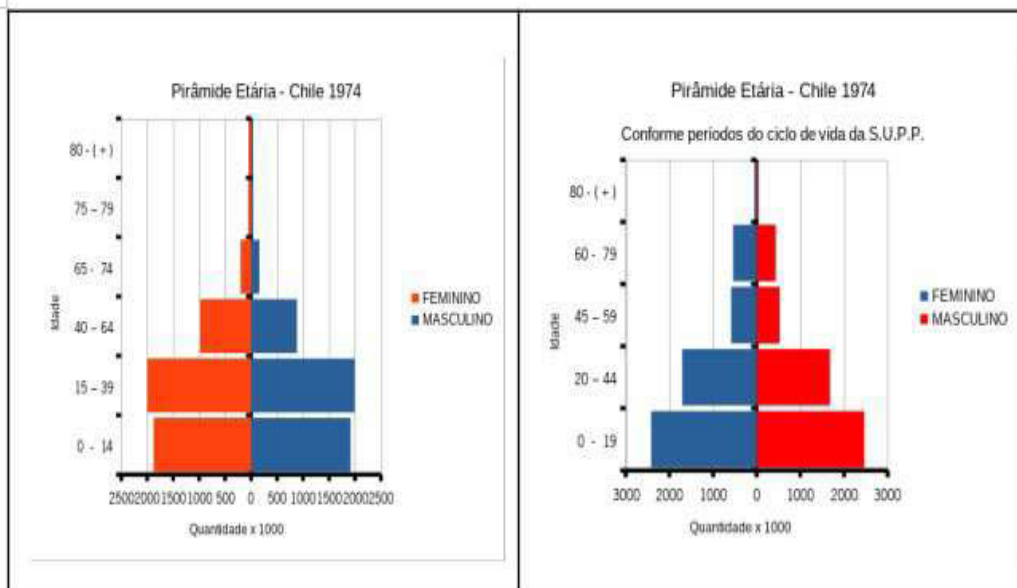


Figura 18 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1974

Figura 19 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1974 Cfe SUPP

O ato de agregar essas coortes (P 15-19) ao período de formação estabelece um equilíbrio visual na pirâmide, não refletindo a realidade do CVC. Muito embora o CV-SUPP reduza o contingente da FT (modelo CVC), a formação da poupança garantida por uma FT qualificada no período laboral, formado pelas coortes (P 20-59), exige planejamento e reestruturação macroeconômica da estrutura produtiva do país para manter o regime por repartição previdenciário.

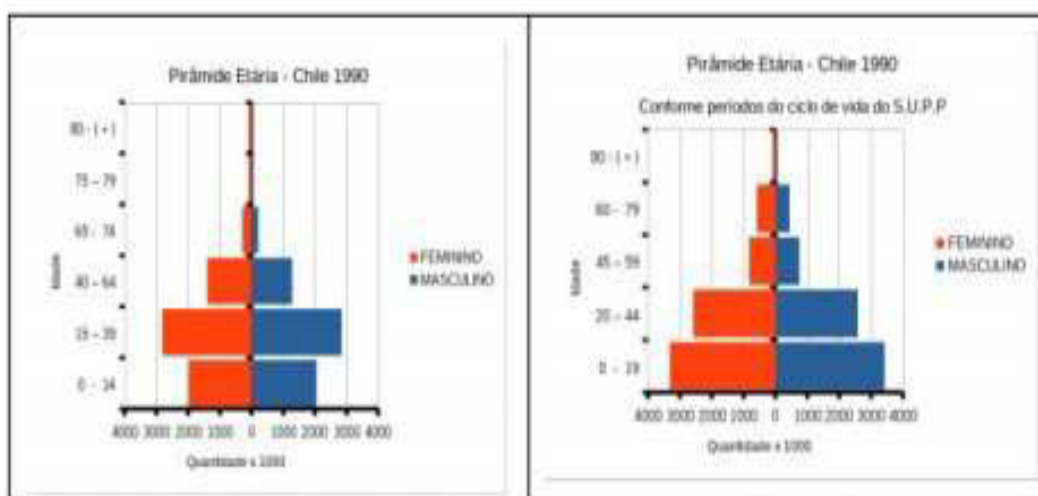


Figura 20 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1990

Figura 21 – Gráfico da Estrutura etária do Chile em 1990 - Cfe SUPP

Na pirâmide etária do final do governo Pinochet 1990, no CVC já mostrando um desenho caminhando para a estagnação (Figura 3), mas com as coortes (P 15-39), figura 20, ainda demonstrando o final da transição demográfica. Na figura 21, o desenho harmônico apresentado pela representação gráfica e o resultado entre as coortes dos PF, PL e PI, são semelhantes as verificadas na figura 10, no início do governo Frei, todavia a redução da PIA das coortes (P 15-64) para coortes (P 20-59), significam uma perda quantitativa das coortes (P 15-19 e P 60-64).

b.1) ESTUDO COMPARATIVO DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS CONTINGENTES NO CVC E NO CV-SUPP (1973-1990)

No governo Pinochet a população nascida na década de 1950 a 1960, com TBN superior a TBM, fez crescer o primeiro dividendo demográfico herdado pela Junta Militar em 1974. No plano demográfico começava a transição do Chile de um país jovem de grupo C para o modelo estacionário de grupo B, na categorização de Thompsom (1929), tipificando-se como um país de estrutura jovem na categorização de Sundbärg (Tabela 4), com mais de 38,01% das populações pertencentes às coortes (P 0-14), 1974, em relação à população total (Knoema, 2021).

Tabela 31 – Quadro comparativo da razão de dependência nos CV, clássicos e da SUPP Governo Pinochet

	1974		1990		N. II
	CVC	CV-SUPP	CVC	CV-SUPP	
	A	B	C	D	
PF	3.964.916	5.152.277	4.015.628	5.263.933	1
PL	7.862.210	6.276.938	8.526.154	6.842.576	2
PI	727.426	1.125.337	733.257	1.168.530	3
PF + PI	4.692.342	6.277.614	4.748.885	6.432.463	4
PL /PF + PI	1,68/1	1,00/1	1,80/1	1,06/1	5

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 49, do apêndice A.

Traçando um quadro comparativo (Tabela 31) entre os dois modelos de CV estudados (Tabela 5), constatamos que, em ambos os modelos de CV, demograficamente o governo Pinochet apresentava a melhor relação entre os períodos laboral e os períodos não produtivos (PF + PI). Comparando com as Tabelas 13 (governo Frei) e 21 (governo Allende), o que não justifica a assertiva do débito demográfico para justificar a radicalização da reforma previdenciária chilena. Mas o fenômeno do envelhecimento da população chilena, já começava a se materializar (Tabela 31).

4.2.3 REFLEXÃO SOBRE O TEMA DA SUBSEÇÃO

A análise dos dados no governo Frei contou com uma dinâmica demográfica favorável ao crescimento econômico e à manutenção do regime previdenciário por repartição. Quantitativamente o país contava com todos os meios para superar as dificuldades econômicas historicamente herdadas, aplicando apenas a população endógena na especialização da FT e expansão do produto, tanto para o mercado externo como para o interno. Contou com um grande contingente populacional no período de formação (critério da SUPP), abrindo uma janela de oportunidade para o investimento em capital humano.

O governo Frei realizou uma reforma educacional e incentivou a educação especializada. No decorrer do governo Allende, ainda sob os efeitos demográficos do primeiro dividendo demográfico, mas com o início da redução populacional devido à diminuição da natalidade iniciada na década de 1960. A transição demográfica estava terminando sua terceira fase e se aproximando a década que se encerraria, iniciado o período de envelhecimento populacional, na década de 1990, atingindo o final da TD em 1999. A razão da dependência, considerada um dos grandes problemas para a previdência, e tida pela economia dominante como um dos problemas insuperáveis no século XXI, dentro dos parâmetros do CVC, não constituiu um problema para o governo Allende, pois era superior à razão de 10/1. O governo Pinochet utilizou o bônus demográfico recebido e direcionou sua energia para a acumulação de capital e exploração primitiva da mão de obra, mantendo um exército de reserva com a finalidade de reduzir e controlar o valor do salário dos trabalhadores.

Observando os ciclos de vida de acordo com a formação dos períodos do SUPP, os contingentes por coorte, apresentavam um formato piramidal que reproduzia o formato de países

com comportamento expansivo nos CVC, devido ao aumento da PIA das coortes (P 0 - 15) para as coortes (P 0 - 19) anos e reduzindo seu espaço temporal das coortes entre (P 15-64) anos para as coortes entre (P 20-59) anos.

A relação de dependência neste período caiu abaixo da relação 1/1 no CV-SUPP, longe do ideal, mas compensada pela melhoria nas condições de especialização do trabalho. Constatamos que um dos problemas fulcrais da previdência social para o século XXI, o envelhecimento demográfico, não ocorreu em nenhum dos governos, pois teve seu início em 1990 quando se consolida o final da TD chilena. Evidencia-se que o acréscimo do período de formação estendido pelo modelo do SUPP, mesmo em países com primeiro dividendo demográfico expansivo, exige do administrador público uma série de políticas públicas que privilegie a formação de trabalhadores e o investimento em postos de trabalho qualificados que aumente o valor agregado do produto, aumentando a massa salarial, o PIB, o índice de industrialização e a distribuição de renda. A análise realizada neste item enfatiza apenas o aspecto demográfico quantitativo, os aspectos financeiros serão analisados no próximo subitem. Nenhum dos três governos estudados enfrentou problemas demográficos que comprometessem a economia previdenciária.

4.2.3 DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PERÍODO 1964-1990

A moderna macroeconomia salvou o capitalismo pós grande depressão de 1929. A partir deste movimento teórico econômico, surgiu uma grande variedade de indicadores econômicos e sociais que permitiram um amplo estudo dos fenômenos econômicos, sociais e no caso desse estudo os previdenciários. O estudo dos indicadores econômicos que mensuram o crescimento econômico permite, associados aos dados demográficos, históricos e sociológicos, analisar o desempenho dos indicadores previdenciários e a correlação necessária para promover o equilíbrio entre contribuições e benefícios. Essa análise permite a aproximação do diagnóstico preditivo que orientará as políticas de correção de possíveis distorções atuariais no sistema de arrecadação de contribuições, pagamento de benefícios e gestão pública. Larrañaga (2010), em seu estudo sobre o Estado de Bem-Estar Social chileno, estabelece como as variáveis mais importantes para o *estudo da viabilidade e equilíbrio financeiro* da previdência social: o

crescimento do PIB *per capita*, a taxa de inflação, o crescimento populacional e o gasto social público.

Segundo Fitoussi, Stiglitz e Sen (2011), o PIB não é um bom indicador de desenvolvimento social. Neste estudo, focado na formação de um sistema público estatal compulsório, agregamos outros indicadores econômicos e sociais que julgamos importantes para a *manutenção da despesa corrente* e a *formação de um estoque* que garanta a perenidade de um sistema de aposentadoria solidário, público e universal, como crescimento do PIB, mercado de trabalho e dados previdenciários.

4.3.1 ANÁLISE DOS INDICADORES E VARIÁVEIS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE APLICAÇÃO NOS ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS DURANTE O PERÍODO DE 1964 ATÉ 1990

a) PRODUTO INTERNO BRUTO

Os sistemas de medidas da atividade econômica, como o PIB e o PIB *per capita*, superestimam a utilidade da especulação em relação ao trabalho, e acabam por inverter o valor e a importância da *inteligência criativa e da iniciativa* (Fitoussi, Sen e Stiglitz, 2011). Para fins de análise dos dados econômico, utilizaremos os dados tabulados ao longo do estudo. Os dados já tabulados e processados por agências intergovernamentais e privadas permitem, por meio da análise dos agregados econômicos, no caso, verificar a evolução do PIB (bruto, sem amortizações), aspectos financeiros e demográficos do mercado de trabalho, massa salarial e distribuição de renda.

a.1) CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO CHILENO DE 1964 A 1990

O crescimento do PIB chileno entre 1964 e 1990 foi da ordem de 453,56% em dólares. O PIB *per capita* teve um aumento de 287,85% no mesmo período (Tabela 32). O governo Frei, apoiado internamente pela pequena burguesia urbana e burocrática, com amplo apoio financeiro do governo americano, preocupou-se com a questão social e conseguiu, apesar das dificuldades na balança de pagamentos, fazer crescer o PIB na ordem de 52,56% ao longo dos seus seis anos de gestão. O maior crescimento médio do PIB no período estudado foi verificado no governo Allende entre 1971 e 1973, crescimento de 54,69% em dólares

americanos, chegando a US\$ 16.85 bilhões (Tabela 32), mesmo com as restrições impostas pelo GBM e pelo FMI.

Tabela 32 – Crescimento do PIB chileno de 1964 a 1990

	GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE		GOVERNO PINOCHET	
	1964	1970	1971	1973	1974	1990
PIBx1000.000	US\$ 5.982	US\$9.126	US\$ 10.884	US\$ 16.854	US\$ 16.210	US\$ 33.114
TX DE VARIACÃO	52,56%		54,69%		104,28%	

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes fontes:

Fonte: Banco Mundial a preços atuais, relativo à cotação do dólar em 10/06/2020 – bilhões de dólares americanos

A média do crescimento econômico é de 18,23% ao ano a melhor dos três governos, baseado na emissão monetária aumento da presença do Estado na economia e pleno emprego, o índice de desemprego em relação a PEA, foi na ordem de 4,8% (Tabela 35). Allende promoveu uma expansão monetária desordenada que levou à hiperinflação. O objetivo do governo era a formação de uma massa salarial que internamente financiasse o Estado Social e pavimentasse a via socialista chilena.

O governo Pinochet teve o maior crescimento nominal do PIB durante os dezesseis anos de duração da ditadura, mesmo com a queda no PIB em 1974 em -3,10% em relação a 1973; em 1990 o Chile teve um PIB de US\$ 33.11 bilhões (1990), e a menor média de crescimento relativa aos dezesseis anos de duração da ditadura, média de 6,52% ao ano. O aumento significativo do PIB e do PIB *per capita* foi alcançado devido ao aumento da taxa de lucro, aumento da força de trabalho explorada por empregos precários ou programas que reduziram a massa salarial como o PEM²⁰⁸, pela atração da poupança externa e pela poupança previdenciária compulsória garantida pelo novo modelo de capitalização. O governo Pinochet se caracterizou, no campo econômico, pelo endividamento público, concentração de renda e redução da carga tributária sobre a produção e investimento, tornando o sistema tributário chileno ainda mais regressivo.

²⁰⁸ Programa de emprego mínimo criado no Governo Pinochet.

b) PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CHILENA (1964-1990)

O estudo da participação dos setores da economia na formação do PIB (Tabela 33) mostra, ao longo do período analisado, a influência da orientação ideológica nas políticas econômicas dos respectivos governos e seu reflexo na previdência social chilena.

No governo Frei ocorreu o maior aumento do setor primário, 1,71% em relação ao PIB, um setor com baixa cobertura e participação previdenciária. No governo Allende, por força das nacionalizações e do incentivo à industrialização e ao pleno emprego acordado pelo presidente Allende com a CGT chilena, acabou aumentando significativamente a participação do setor secundário na economia, que no governo anterior estava em torno de 24,09%, aumentando para 25,39% em pouco mais de dois anos (Tabela 33).

Tabela 33 – Participação dos setores da economia em relação ao PIB de 1964 a 1990 (a)

	GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE		GOVERNO PINOCHET	
	1964	1970	1971	1973	1974	1990
POPULAÇÃO (a)	8.822.000	9.783.000	9.943.000	10.429.000	10.542.000*	13.275.000
FORÇA DE TRABALHO (b)	2.790.399	2.981.859	3.048.524	3.237.162	3.294.375	4.798.912
MS/PIB (c)	39%	42,10%	42%	41,6%	41%	34,5%
PIB X1.000.000 (d)	US\$ 5.982.	US\$ 9.126.	US\$ 10.884.	US\$ 16.854.	US\$ 6.210.	US\$ 33.114.
SETOR PRIMÁRIO (e)	8,55%	10,26%	9,75%	9,39%	11,50%	12,81%
SETOR SECUNDÁRIO (e)	23,37%	24,09%	25,11%	25,39%	24,50%	20,31%
SETOR TERCIÁRIO (e)	67,43%	69,43%	53,28%	53,59%	72,43%	69,52%

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes fontes:

Fonte:

(a) UNDSA – Demographics Prospects 2019 (*) calculado pelo autor pela média aritmética entre A-1 e A+1

(b) Diaz, Lüders & Wagner (2016) – *Chile 1810-2010* – La República en cifras

(c) Tosoni(2014) Revista Cepal, n. 113 -Ago 2014- 43;61

(d) Banco Mundial a preços atuais, relativo à cotação do dólar em 10/06/2020 – bilhões de dólares americanos;

(e) Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras.

O pleno emprego e o aumento na qualidade dos postos de trabalhos industriais incrementaram o aumento da massa salarial chilena no período e mantiveram o problemático

sistema previdenciário chileno funcionando. No final do governo Allende, o setor terciário tinha uma participação de 53,59% no PIB, a menor dos três governos foi de 53,28% também no governo Allende, chegando ao pico de 72,43% em 1974 no governo Pinochet, e reduzindo para 69,52% do PIB no final em 1990 (Tabela 33).

O governo Pinochet, com o objetivo de promover a acumulação de capital endógena, criou a poupança previdenciária compulsória e reduziu a carga tributária, acumulando o capital dos empregadores e reduzindo o salário pela criação de um mercado de trabalho precarizado e competitivo devido ao grande contingente do exército de trabalhadores de reserva e um alto desemprego em relação ao PEA (Tabela 35).

b.1) O SETOR SECUNDÁRIO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE CHILENA: SEUS EFEITOS SOBRE A PREVIDÊNCIA

A participação da indústria no PIB reflete o grau de desenvolvimento do país e a qualidade de sua força de trabalho (Figura 22). Na república oligárquica a iniciativa privada criou a SOFOFA (Sociedad de Fomento Fabril), em 1883, e o governo mesocrático a CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), em 1939, buscando a independência tecnológica e diminuição das importações de bens de consumo, essenciais para o equilíbrio da balança comercial chilena.

Palma (2019) compara dois ciclos econômicos distintos em relação à região: o ciclo de 1930 a 1950 (dominado pela ISI), com uma produtividade média de 2,8% ao ano, e a taxa de produtividade da década de 1980 até 2018 (ciclo neoliberal de financeirização e serviços), que fez crescer a produtividade em 8%, algo em torno de 0,2% de crescimento anual da produtividade industrial. No entanto, o autor, depois de demonstrar a evolução do emprego industrial em países como o Chile, demarca a revolução neoliberal iniciada sob Pinochet como o processo que acelerou a prematura desindustrialização como o marco do empobrecimento e crescimento da desigualdade na região. Sem a descoberta de riquezas minerais excepcionais, com exceção dos depósitos de petróleo do “pré-sal” no Brasil, que justificassem a dependência de alguma *commoditie* específica, a exemplo do cobre no Chile, a região corre sérios riscos de mergulhar em crises sucessivas.

A desindustrialização exerce um efeito imediato sobre os salários, a massa salarial e a capacidade de geração de tributos e poupança interna para financiar o Estado de Bem-Estar Social.

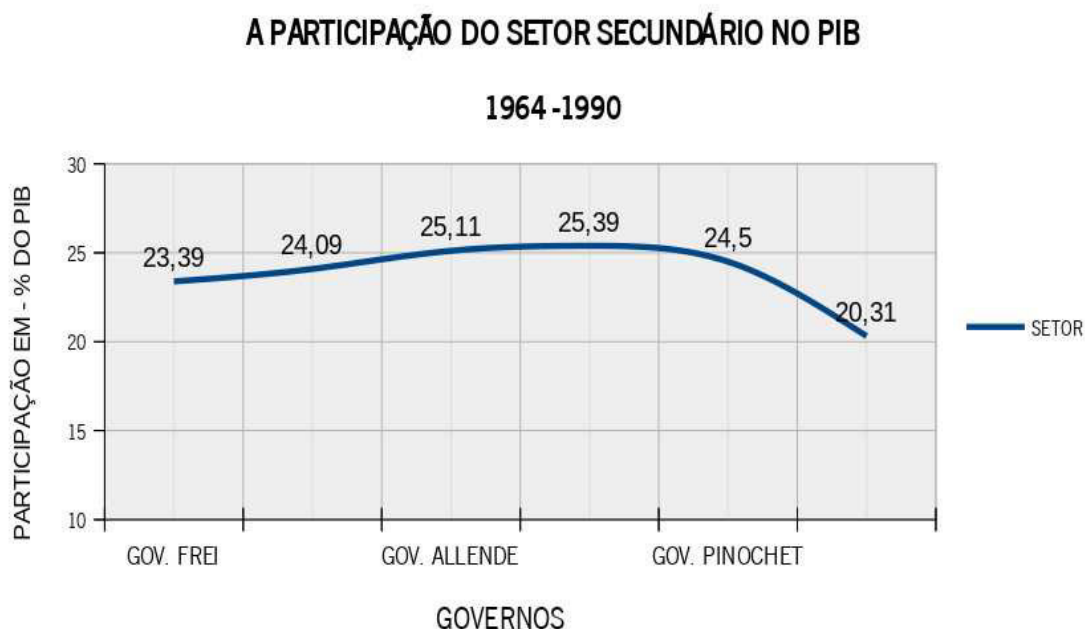


Figura 22 – Evolução do segundo setor em relação ao PIB.

A partir de 1980 observa-se uma queda abrupta da renda *per capita* em relação ao PIB e no nível de emprego no setor manufatureiro, e um aumento no número de trabalhadores no setor de serviços²⁰⁹. A revolução neoliberal rebaixou o Chile de nação industrial manufatureira, para um país em condições pré-ricardianas ou ricardianas em relação à divisão internacional do trabalho, após a ditadura militar de Pinochet levando em consideração a redução dos salários da massa salarial em relação ao PIB, 30,88% em 1988 (Tabela 36).

Nessas condições de profunda acumulação e precarização do trabalho, serviços públicos como a previdência social por repartição ficam de difícil operacionalização, e a PSI orientada pelos gestores neoliberais é a única alternativa ao desamparo na velhice. De acordo com Valente et al. (2020), a participação do setor industrial chileno na economia tem sofrido ligeiras quedas, o que historicamente demonstra falta de interesse dos detentores do capital no país em desenvolver sua indústria e tecnologia local. O setor industrial chileno nos três governos

²⁰⁹ Ver Palma (2019).

sofreu uma queda de acordo com a Tabela 34, basicamente ligada ao setor primário (mineração e agricultura), além de uma pequena participação no segundo setor, ligado à exploração de minérios (cobre, carbono e salitre), processamento agroalimentar, produtos químicos e exploração da indústria madeireira. Porém depois de 1974 o Chile se transformou num país de serviços (Tabela 34).

c) DÍVIDA PÚBLICA E BALANÇA DE COMERCIAL

As contas nacionais, como ensina Krugman e Wells (2007), são indicadores confiáveis que indicam o grau de desenvolvimento de uma nação e suas relações com o resto do mundo. São importantes para determinarmos os excedentes do produtor e do consumidor, que indicam as possibilidades de tributação que podem ser aplicadas na formação da poupança nacional e particular ou de forma solidária, na formação da massa salarial necessária para a consolidação de um Estado Social. Os governos Frei e Pinochet foram os únicos que conseguiram realizar superávit na balança comercial, sendo que o melhor resultado nominal ocorreu no governo Pinochet com um saldo positivo de US\$ 433 Mil a preços atuais (Tabela 33). A dívida pública aumentou apenas 10,02% do PIB no seu governo, chegando em 1970 a 31,41% do PIB em dólares (Tabela 34).

Allende, por força das nacionalizações, da nova política de repasse de *royalties* para empresas estrangeiras, da constatação da existência de subfaturamento de lucros do sistema bancário e da inflação do período, conseguiu diminuir a dívida pública, chegando ao menor nível nos três governos. Recebeu uma dívida de 31,41% do PIB em 1970, diminuindo para 23,03% em 1971 mesmo com todos os embargos feitos pelos países centrais motivados pela guerra fria. No ano da violenta derrubada de seu governo, apesar de todas as dificuldades e da falta de acesso ao financiamento externo e alta inflação, conseguiu reduzir a dívida pública para 11,97% do PIB, uma redução de aproximadamente 11,06% em relação ao início do governo e apenas 1,95% a mais do que no Governo Frei. Porém, o governo Allende foi minado pela dificuldade de manter as exportações e importações; a inflação e o câmbio foram os principais empecilhos.

Historicamente, o Chile é um país importador, com uma elite de comerciantes e exploradores da mineração, dependendo da importação de manufaturados para o equilíbrio de preços de um país que possui apenas 3% de seu território agriculturável e com fortes variações

climáticas. O território é comprimido entre o Pacífico e a Cordilheira dos Andes, e apresenta temperaturas extremas, quentes no deserto ao norte e glacial na Terra do Fogo ao sul. As exportações cresceram 31,30% no período do governo, porém as importações cresceram 42,67% o que significou um débito na balança na ordem US\$ 119 milhões de dólares em 1973 a preços atuais(Tabela 34).

O general Pinochet optou pelo endividamento público, dado ao excesso de liquidez no sistema financeiro internacional e o investimento ideológico do GBM e FMI num ambiente dominado pela guerra fria e o forte antagonismo a Cuba e URSS. A política de empréstimos promovida pelo BIRD²¹⁰, Banco Mundial e FMI endividou os países latino-americanos, particularmente o Chile, um dos países que receberam a maior quantidade de recursos internacionais nos governos Frei e Pinochet.

Tabela 34 – Dívida pública e balança comercial chilena (1964-1970)

REFERÊNCIA	GOVERNO FREI			GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
	1964	1970	TX VAR	1971	1973	TX VAR	1974	1990	TX VAR
DÍVIDA PÚBLICA TOTAL / PIB (a)	21,39%	31,41%	10,02%	23,03%	11,97%	-11,06%	20,43%	59,67%	39,24%
EXPORTAÇÕES (b)	US\$ 592	US\$ 1,254	111,82%	US\$ 997	US\$ 1,231	23,47%	US\$ 2.481	US\$ 8.373	237,48%
IMPORTAÇÕES (c)	US\$ 723	US\$ 1,063	47,03%	US\$ 1,109	US\$ 1,29	0,02%	US\$ 2,184	US\$ 7,94	263,55%
BALANÇA COMERCIAL b-c	US\$ -131	US\$ 191		US\$ -112	US\$ -59		US\$ 297	US\$ 433	
CORRENTE DE COMÉRCIO b+ c	US\$1,315	US\$ 2,317		US\$ 2,106	US\$ 2,52		US\$ 4,66	US\$ 16,67	

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes fontes:

Fonte:

(a) (b) Diaz, Lüders & Wagner (2016)– *Chile 1810-2010* – La República en cifras. Média calculada pelo somatório das dívidas contraídas do primeiro ao último ano de mandato dívida pela duração em anos.

(b) BM Dados. Em milhões de dólares a preços atuais.

(c) BM Dados. Em milhões de dólares a preços atuais.

²¹⁰ O objetivo primigênio da criação da instituição era prover garantias e empréstimos para a reconstrução dos países-membros no pós-guerra.

No total da dívida de Pinochet não estão incluídos apenas os gastos do endividamento, que subiu de 11,97% para 59,67% do PIB em dólares no final do governo (Tabela 34). Houve também a incorporação da dívida privada, usada no financiamento das privatizações, e a dívida previdenciária implícita e intergeracional de 126% do PIB, originada na privatização do sistema de previdência social. Pinochet promoveu a abertura da economia chilena e causou uma grande desindustrialização do país. As conquistas desenvolvimentistas da república mesocrática foram substituídas por um Estado com orientação econômica neoliberal, abrindo a economia com uma redução de 103% para 10% do imposto de importação e desregulamentando a maioria dos preços anteriormente controlados – de 3 mil *commodities* com preços controlados, apenas trinta sobraram em 1975 (Lima & Paredes, 2007).

Os postos de trabalho do setor industrial, criados de 1930 até 1967, foram substituídos por postos no setor de serviço, trabalho precarizado ou o exército de desempregados vinculados ao PEM. Porém o resultado do governo Pinochet no comércio internacional representou um aumento substancial nas exportações entre 1974 e 1990 na ordem de 237,48% nas exportações e um aumento de 263,55 nas importações de acordo com a tabela 34, aumentando a corrente de comércio internacional para a ordem de 16,67 bilhões de dólares americanos a preços atuais em 1990.

d) MERCADO DE TRABALHO

Para compreender a situação do mercado de trabalho em países latino-americanos, não basta a mensuração da massa de trabalhadores empregados, desempregados ou subempregados, o que demonstraria um quadro incompleto. Nesses países a economia se comporta de forma diferente devido como a divisão internacional do trabalho²¹¹, foi imposta na região desde o período colonial pelos países centrais. O setor rural é dependente de safras, reemprego anual ou semestral, e o urbano, determinado por sazonalidades ligadas ao aquecimento do comércio (datas festivas ou regiões turísticas), que influenciam no setor de serviços, economia popular e empregos sazonais, os que mais empregam.

Os empregos formais de longa duração, em sua maioria, são ligados aos setores públicos e industriais (dependentes da especialização do trabalho e do ciclo econômico), que

²¹¹ Ao longo deste estudo temos mencionado a DIT com parâmetros ricardianos, mas de acordo com Guilluy (2020), a globalização financeira e a negação da sociedade proposta por Margareth Thatcher, importou a DIT ricardiana para dentro dos países centrais, criando uma periferia precarizada nos EUA (cinturão da ferrugem), RU (aposentados), França (agricultores) Alemanha (burocracia da classe média) e Itália (operários industriais), todos submetidos a precarização, exploração e pobreza, promovidos pelo fenômeno da desnacionalização tranquila.

garantem maior equilíbrio de longo prazo para os sistemas previdenciários públicos solidários. O mercado de trabalho formal é fundamental para a economia previdenciária pública por repartição. O pleno emprego pode significar para o setor contratante um aumento do custo do fator trabalho, e para o trabalhador uma redução do salário médio no pleno emprego. A promoção do pleno emprego e da qualificação da mão de obra significam não somente o aumento da massa salarial em favor dos trabalhadores, mas também o aumento da arrecadação do governo e do retorno dos lucros via produto para os empresários. O mercado de trabalho exige a criação de políticas públicas que diminuam o impacto social causado pelo desemprego e pela *velhice social*, lançando mão dos contingentes da PIA.

d.1) FORÇA DE TRABALHO

As reformas estruturais do governo Pinochet, com a reversão das estatizações, nacionalizações e reforma agrária dos governos anteriores, causaram uma imediata queda na média de crescimento do PIB em relação aos governos anteriores, com uma média de 6,52% por ano de governo, mas com um crescimento absoluto bem acima devido ao longo tempo da administração da ditadura militar (Tabela 32). Todavia, o crescimento não refletiu no aumento dos postos de trabalho; ao contrário: houve um aumento de 25% nos índices de desemprego, que chegaram a 30% na década de 1980, e uma queda acentuada nos empregos no setor industrial.

No Chile, desde 1950 a força de trabalho cresceu à medida que os indivíduos que compunham o primeiro dividendo demográfico migravam do período de formação para o período laboral nos três governos estudados, ainda impulsionados pelos postos de trabalho industriais criados durante a política de substituição de importações. A relação entre a população total e a PIA (Tabela 35), apresentou evolução constante nos inícios dos governos chilenos, em 1964 (62,44%), 1971 (64,89%) e em 1974, início do governo da Junta Militar (69,77%). Isso comprova os dados demográficos apresentados na seção anterior, que analisou a transição demográfica chilena que transcorreu nos três governos.

Na Tabela 35, a PIA, em 1971, disponível era mais de 100% maior que a PEA, evidenciando as dificuldades de gerar postos de trabalho nos governos mesocráticos (Frei e Allende). A criação de postos de trabalho entre 1964 e 1974 cresceu apenas 6,32% em dez anos, apesar dos esforços empreendidos pelos governos Frei e Allende. No final dos governos, a

evolução dos índices relativos à FT cresceu, com destaque para o governo Allende, com uma PIA de 68,14%, uma PEA 31,04% e a FT ocupando 35,43% da população total. No final do governo Pinochet a FT atingiu 53,96% da população, com uma PEA de 36,15% e uma PIA de 69,77, ápice do primeiro dividendo demográfico nos três governos estudados. As diferenças entre PIA, PEA e FT mostram um contingente de reserva de 10,27% de trabalhadores (PIA-PEA). O grande contingente de trabalhadores à disposição da ditadura militar chilena não significou um aumento em igual proporção da participação da massa salarial e a participação desta no PIB. A diferença entre a FT reconhecida pelos órgãos de regulação e fiscalização do trabalho e a PEA, medida ou projetada pelos institutos responsáveis pelos censos e estatística, é o efetivo que trabalha na economia popular²¹².

d.2) DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO POR SETORES DA ECONOMIA: PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO SETORIAL EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO TOTAL

A comparação entre o contingente da FT e o contingente da força de trabalho setorial (Tabelas 35) demonstra a grande diferença entre o contingente empregado na FT em todos os setores da economia e a força de trabalho setorial da economia chilena²¹³. O Chile no início do governo Frei contava com 8,55% da FT no setor primário (agricultura e mineração), reduzida ainda no governo Frei. Ao final do governo da Ditadura Militar, em 1990, havia apenas 12,81% do contingente do setor primário em relação à FT (Tabela 35). O setor secundário também retraiu 4,19%, apesar da grande poupança gerada com a capitalização da previdência social chilena e com a redução tributária.

O setor que absorveu a maior parte do grande dividendo demográfico chileno iniciado na década de 1950 até o começo da estagnação demográfica, em 1999, foi o setor terciário, que absorveu a mão de obra fragilizada e precarizada a partir do início da Ditadura Militar, chegando ao seu maior contingente em 1990, com 2.942.713 indivíduos, o que correspondia a 69,52% da força de trabalho total para o ano²¹⁴ (Tabela 34). A distribuição setorial da força de trabalho do

²¹² Neste trabalho o setor produtivo é desempenhado por profissionais sem registro ou formação profissional técnica, de acordo com a definição do ex-primeiro-ministro francês Michel Rocard, apresentada no encontro de Mont Blanc de economia social.

²¹³ Para fins de cálculo, este estudo reuniu os contingentes do setor terciário e o contingente do setor denominado pelos autores como resto, sem especificar a estrutura produtiva desse setor.

²¹⁴ Os autores que serviram de fonte para confecção da tabela citam um quarto setor, denominado resto dos setores, que não ficou muito bem definido, e sua participação na formação da riqueza do Chile, tendo em vista que engloba todos os outros setores. Para fins de cálculo, esse pequeno setor foi incorporado ao setor de serviços, por falta de dados.

Chile já predizia os problemas da desindustrialização precoce da economia chilena. A opção pela troca da matriz produtiva independente garantida pela ISI, pelo modelo neoliberal baseado em serviços, operações no mercado aberto e distribuição regressiva de renda, aumentou o PIB e a concentração de renda no decis mais altos da renda nacional.

Tabela 35 – Distribuição da FT pelos setores produtivos da economia chilena (1964-1990)

REFERÊNCIA	GOVERNO FREI			GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
	1964	1970	TX VAR	1971	1973	TX VAR	1974	1990	TX VAR
CONTINGENTE DA FORÇA DE TRABALHO - (a)	2.670.141	2.914.780	9,16%	9.942.727	10.265.829	3,24%	10.428.798	13.274.623	27,28%
SETOR PRIMÁRIO (b)	8,55%	10,26%	1,71%	9,75%	9,39%	0,36%	11,50%	12,81%	1,31
SETOR SECUNDÁRIO (b)	23,37%	24,09%	0,72%	25,11%	25,39%	0,28	24,50%	20,31%	-4,19
SETOR TERCIÁRIO (b) (1)	67,43%	69,43%	2%	53,28%	53,59%	0,31	72,43%	69,52%	-2,91%

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na tabela 31 e nas seguintes fontes:

Fonte: Diaz, Lüders & Wagner (2016.) *Chile 1810-2010* – La República en cifras.

(1) Nesta tabela, somamos os percentuais relativos ao setor terciário com o restante dos setores.

A produção de produtos essenciais melhorava o desempenho da balança de pagamentos, o perfil da força de trabalho, aumentava a massa salarial e diminuía a produção de produtos suntuários, característicos do modelo capitalista, dependente de acumulação. O neoliberalismo no longo prazo, liquidaria o sistema de proteção social chileno, que desde 1925, protegia a população chilena nos sistemas previdenciários, de saúde e de assistência social. A transformação de postos de trabalho industriais em serviços ou em desempregados precarizados permitiu a acumulação e a privatização de bens públicos, prejudicando o trabalhador.

d.3) A SITUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO CHILE (1964-1990)

Os números relativos ao desemprego apresentados em relação à FT, tomando como parâmetro a PEA, ficam muito próximos do pleno emprego no Chile, particularmente nos

governos Frei e Allende. Tais indicadores não retratam a relação fundamental entre a PIA e a FT, que conforme retratamos na Tabela 35, evidencia dois problemas históricos em relação ao mercado de trabalho: a baixa geração de empregos no setor secundário e a histórica exploração do trabalho no Chile. Para fins de financiamento público da previdência social, quanto maior a FT empregada em trabalho formal e de preferência industrial, melhores os níveis de arrecadação pública e de colaboração solidária dos empregadores para a previdência social.

A força de trabalho no Chile, desde o início do governo Frei até o final do governo Allende foi tratada com atenção necessária dentro das possibilidades econômicas do país. Ambos governos procuraram atingir a meta do pleno emprego da FT, com salários dignos e amparados na lei. No início do governo Frei a taxa de emprego era de 6,47% da FT (170.817 trabalhadores) e no final do governo Allende chegou a 4,58% (291.024).

Tabela 36 – Situação da FT em relação ao mercado de trabalho e capacidade endógena de expansão do emprego (1964-1990)

		GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE		GOVERNO PINOCHET	
		1964	1970	1971	1973	1974	1990
PIA 15-64 (a)		5.508.368	6.169.244	6.451.836	6.995.136	7.276.172	8.489.121
PEA (b)		2.790.399	2.981.859	3.048.524	3.237.162	3.294.375	4.798.912
FORÇA DE TRABALHO RESERVA (a) – (b)		2.717.969	3.187.385	3.403.312	3.757.974	3.981.797	3690.209
POPULAÇÃO GERAL (a)		8.822.000	9.783.000	9.943.000	10.429.000	10.542.000*	13.275.000
PEA	DESEMPREGADOS	6,47%	5,90%	5,20%	4,80%	9,10%	7,80%
	EMPREGADOS	93,53%	94,10%	94,80%	95,20%	90,90	92,20

Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com os dados coletados nas fontes abaixo:

(a) Koema – Chile. Atlas Populações. Disponível em <http://pt.knoema.com/atlas/população;>].

(b) Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras.

Nesse período a PIA contava 3.294.375 indivíduos na reserva da FT, prontos para entrar no mercado de trabalho. O governo Allende, mesmo com uma inflação média de 120,6%

(Larranãga, 2010) e com políticas de estímulo ao trabalho e distribuição de renda, reduziu a taxa de desemprego para 4,80% da FT empregada no país em 1973 (155.384 trabalhadores desempregados), a menor taxa de desemprego no tempo histórico estudado e com um grande contingente disponível para entrar no mercado de trabalho, da ordem de 3.757.974 indivíduos. O governo do General Pinochet fez a opção pela formação de uma nova elite empresarial e a formação de um mercado de capitais transnacional, duplicando o número de desempregados de 180.539 em 1964 até chegar a 374.315 em 1990 (Tabela 36), destruiu a distribuição de renda via previdência social e nunca buscou o pleno emprego da força de trabalho; ao contrário, criou o Programa de Emprego Mínimo que colaborou para baixar ainda mais a massa salarial.

A relação entre a PIA e a PEA nos três governos demonstra que nos dois primeiros havia uma preocupação com a questão social e o crescimento econômico com o fomento ao produto. No governo Pinochet o trabalho formal, não foi privilegiado nem incentivado, como verificamos nos contingentes de indivíduos da PIA, sem serem empregados na FT, e na alta taxa de desemprego em relação à PEA, 9,1 e 7,8% (Tabela 36). A quantidade de desempregados na PIA, coortes (P15–64), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela CVC (Tabela 36), mostra as possibilidades que os sucessivos governos estudados, tinham de promover o pleno emprego com base nos números da PIA. Era possível aumentar a massa salarial, mesmo sabendo que o pleno emprego reduz o valor real dos salários, aumenta a base tributária, a taxa de lucro e a formação de poupança, permitindo o financiamento previdenciário e a criação de uma base de garantia, mediante a formação de um fundo previdenciário, o que Pinochet permitiu para os fundos das AFP, utilizados para criar o mercado de capitais chileno.

e) A MASSA SALARIAL CHILENA DE 1964 A 1990

O acompanhamento da massa salarial produzida pelo FT permite avaliar a capacidade de custeio do financiamento das aposentadorias baseadas nas contribuições individuais dos trabalhadores e na solidariedade dos trabalhadores ativos. A FT pode ser utilizada para calcular o salário médio, dividindo o total da participação da massa salarial no PIB pelo seu contingente, multiplicado pelo percentual da contribuição previdenciária em relação ao salário médio. O resultado do salário médio calculado a partir da massa salarial e PEA poderá determinar a

capacidade do país implementar um sistema de capitalização²¹⁵ baseado no princípio neoliberal da PSI ou a necessidade de tributação solidária dos setores mais capitalizados da sociedade, para a instituição de um regime de repartição público. A participação da massa salarial no PIB sempre foi baixa no Chile²¹⁶, demonstrando que o sistema no longo prazo apresentaria *défice* por falta de tributação progressiva e pela alta tributação da classe trabalhadora e dos empregadores para financiamento da previdência e assistência social pública (Tabela 37). Mas, quando comparamos o salário médio baseado na participação da média salarial em dólares em relação ao PIB, vemos uma grande superação do salário médio da massa salarial em relação à renda *per capita* de acordo com o PIB.

Tabela 37 – Dados sobre a população, força de trabalho e média de salários da massa salarial (1964-1990)

		GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
		1964	1970	1971	1972	1973	1974	1988	1990
POPULAÇÃO TOTAL x 1.000	(a)	8.822	9.783	9.943	10.103	10.429	10.592	12.847	13.275
PIB/REAL x 1.000.000	(b)	US\$ 5.982	US\$ 9.126	US\$ 10.884	US\$ 11.884	US\$ 16.854	US\$ 16.210	US\$ 26.004	US\$ 33.114
PIB PER CAPITA	(c)	US\$ 678,13	US\$ 938,86	US\$ 1.094,68	US\$ 1.173,00	US\$ 1.640,03	US\$ 1.554,39	US\$ 2.027,00	US\$ 2.494, 52
FORÇA DE TRABALHO	(d)	2.790.399	2.981.859	3.048.524	3.142.843	3.237.162	3.294.375	4.610.837	4.798.912
MASSA SALARIAL	(e)	39%	42,10%	42%	50,22% (1)	41,50%	41,50%	30,88% (2)	34,50%
SALÁRIO MÉDIO (b)/(d)	(f)	US\$ 873,73	US\$ 1.318,13	US\$ 1.542,17	US\$ 2.002,48	US\$ 2.264,46	US\$ 2.128,85	US\$ 2.393,19	US\$ 2.921,62

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na tabela 31 e nas seguintes fontes:

Fonte: (a) Dados baseados na Tabela 49;

(b) e (c) Dados baseados no Banco Mundial Data a preços atuais, 2020;

(d) Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras.

(e) Massa salarial em relação ao PIB. ;(e) PIB a preços constantes em milhões de Pesos CLP, relativos ao ano de 2003; Tosoni, G. A., Marquetti, A., ... & Sánchez-Mangas, R. (2014). 44-59;

(f) Calculado pelo autor,

²¹⁵ Nesse caso, a massa salarial e o salário médio alto, mantido por um setor industrial desenvolvido, permitem a formação de poupança pelo trabalhador, por exemplo, países com participação na massa salarial superior a 60% do PIB.

²¹⁶ A massa salarial mais alta em relação ao PIB foi de 50,22% no Governo Allende.

(1) Ano de maior participação da massa salarial no PI, (2) Ano de menor participação da massa salarial no PIB.

No caso do Chile que ainda estava sob os benefícios da transição demográfica em andamento, iniciada em 1950. Para o aumento da massa salarial, bastaria os governos posteriores ao de Eduardo Frei investir na criação de postos de trabalho e no emprego da mão de obra formada pela reforma educacional chilena, implementada pelo presidente Frei. O Chile, com grandes reservas minerais, pouco território agriculturável e sendo banhado pelo Pacífico, com acesso a mercados de grande concentração de população e tecnologia, teve de 1950 até 1990 para industrializar seu parque industrial e transformar-se num polo de tecnologia para a América Latina e evitar as cíclicas crises ocasionadas pela doença holandesa, que acomete o Chile a cada crise mundial. Porém, não era vocação da sua elite local o empreendimento em grandes investimentos de capital, para desenvolver a indústria nacional. O país apresentou o índice mais baixo de participação da massa salarial no PIB em 1988, com 30,88% de um PIB de mais de 26 bilhões de dólares estadunidenses durante o governo Pinochet.

Como ensinam Fitoussi, Stiglitz e Sen (2011), o simples aumento da mediana e da média em relação ao crescimento do PIB *per capita* não significam uma redução significativa da desigualdade social²¹⁷. A afirmação de Stiglitz, foi confirmada no Chile com a ditadura de Pinochet, onde combinado com o aumento da renda per capita (tabela 37), notamos o aumento da desigualdade no governo Pinochet (Tabela 40). A desigualdade social diminuiu apenas no período histórico da república mesocrática com a melhoria na distribuição de renda. O salário médio calculado a partir da massa salarial dividida pela força de trabalho, muito embora maior que o PIB *per capita* não dá a dimensão real da distribuição da riqueza devido à grande diferença entre o PIA e a PEA (Tabela 36).

e.1) TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA MASSA SALARIAL NO PIB

A taxa de participação do trabalho no PIB reflete o tamanho da massa salarial em relação ao PIB. Para uma relação considerada *ótima*, para o financiamento da poupança previdenciária, particularmente nos regimes de repartição, exige-se uma grande participação do

²¹⁷ Comparando o PIB *per capita* dos EUA e França, Fitoussi, Stiglitz e Sen (2011) mostram que, mesmo a renda do francês representando apenas 66% da renda do cidadão americano, quando computadas as transferências do governo francês, via previdência, saúde e educação, a diferença entre os dois cai para 21% da renda relativa, pois o cidadão americano não goza dos mesmos benefícios sociais garantidos pelo Estado francês.

trabalho, particularmente o formal, na massa salarial. Quanto maior a participação dos salários dos trabalhadores dos três setores da economia, especialmente no setor secundário, maiores os excedentes do consumidor para poupar; a restrição do consumo presente para financiar o consumo futuro. Esse é um dos segredos dos países frugais para seu desenvolvimento econômico e social. Quanto maior a renda distribuída pelo fator trabalho, maior a taxa de lucratividade das empresas, maiores as possibilidades das empresas transferirem, via contribuições sociais para o Estado, sua participação no bem-estar social, e maior o crescimento da poupança nacional à disposição do Estado para o investimento produtivo e social.

Tabela 38 – A massa salarial chilena em relação ao PIB deduzida (1964-1990)

REFERÊNCIA	GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
	1964	1970	1971	1972 (2)	1973	1974	1988 (3)	1990
PIB (1)	5.982	9.126	10.884	11.884	16.854	16.210	26.004	33.114
MASSA SALARIAL/PIB	39%	42,10%	42%	50,22%	41,60%	41,0%	30,88%	34,50%

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 31.

(1) PIB em dólares americanos, multiplicados por 1 milhão.

(2) Maior participação da massa salarial no PIB.

(3) Menor participação da massa salarial no PIB.

A partir do trabalho de Tosoni et al. (2014), inferimos a participação da massa salarial chilena no PIB dos três governos estudados e constatamos que os governos mesocráticos tiveram uma participação maior na distribuição de renda via trabalho do que o governo da Junta Militar e da ditadura Pinochet. No governo Frei, com uma participação de 39% da massa salarial no PIB, houve uma evolução, devido as políticas de nacionalização dos meios de produção, formalização do trabalho do setor agrícola e da isonomia normativa trabalhista entre os trabalhadores de todos os setores da economia (Tabela 38).

No governo Allende, a política de nacionalizações e estatizações ampliou o mercado de trabalho, formalizando e distribuindo melhor a renda nacional para a classe trabalhadora (massa salarial), chegando a 50,22% do PIB em 1972, segundo ano de seu breve mandato. No entanto,

durante a recuperação da hegemonia da classe dominante detentora do poder político, militar e econômico chileno, a massa salarial voltou a se retrair apesar do aumento da FT.

Durante o regime militar, a massa salarial atingiu o menor percentual dos três governos 30,88% do PIB, para um PIB de mais de 26 bilhões de dólares americanos, evidenciando a maior transferência da riqueza, da base para o topo da pirâmide econômica chilena (Tabela 38). A distribuição do PIB pelos agentes econômicos mostra o grau de participação do Estado na economia de 1930 até 1972. A massa salarial permaneceu em expansão durante o governo Allende, via promoção do trabalho e maior distribuição da riqueza, até entrar em declínio com as leis de redução dos direitos salariais nas reformas neoliberais.

e.2) A RELAÇÃO ENTRE O PIB, O SALÁRIO MÉDIO DA MASSA SALARIAL, A RENDA PER CAPITA E O FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

O percentual da participação da massa salarial no PIB dividida pelo contingente da FT resulta no salário médio da FT. Quanto maior o salário médio da massa salarial, maior a capacidade desta financiar o sistema público de aposentadorias independente do regime. O PIB *per capita* não nos dá uma ideia consistente da capacidade individual de cada cidadão recolher e colaborar para o financiamento da aposentadoria, pois representa uma amostra muito ampla e sujeita a distorções, ocasionadas pela acumulação ou desigualdade de renda. Nos dois primeiros governos chilenos que estudamos ainda vigorava o regime de repartição, que contava com a participação solidária dos empregadores e trabalhadores no financiamento previdenciário e da saúde pública. Com base nos estudos realizados por Cerda (2006), o Estado de Bem-Estar Social chileno ainda era superavitário, em que pese a alta tributação previdenciária sobre os salários e empregadores, e necessitava de ajustes normativos pontuais para evitar os problemas demográficos que se iniciariam na primeira década do século XX.

e.3) A MASSA SALARIAL CHILENA COM EMPREGO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO DE RESERVA DE 1964 A 1990 DE ACORDO COM A APLICAÇÃO DO MODELO

O Chile, com o melhor ensino público do continente, não aproveitou seus 49 anos de primeiro dividendo demográfico para formar a poupança para o segundo dividendo, porém, aproveitou para realizar uma acumulação de capital na elite econômica em detrimento da

distribuição. Projetamos os dados com a finalidade de aferirmos o acréscimo no PIB, da massa salarial que seria acrescida pelo trabalho da FT Res, considerando que mesmo no pleno emprego a massa salarial corresponderia a 39% do PIB (Tabela 39). O somatório da força de trabalho ativa mais a força de trabalho reserva elevaria o PIB.

Considerando os dados do Gov. Frei em 1964 a multiplicação da FT Reserva (PIA-PEA) pelo salário médio em relação a participação da massa salarial no PIB, projetaria uma massa salarial de 4,74 bilhões de dólares, ou seja, 79,39% do PIB (Tabela 39), abrindo maior possibilidade de contribuições para o financiamento por repartição da previdência pública chilena.

Tabela 39 – Estimativa do do PIB com o pleno emprego da FT e valor da massa salarial calculada de acordo com a massa salarial estimada (1964-1990)

	GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE		GOVERNO PINOCHET		
	1964	1970	1971	1973	1974	1990	
PIB* (a)	5.982	9.126	10.884	16.854	16.210	33.114	1
PIB ESTIMADO PE* (3) + (4)	4.706	8.131	9.949	15.839	15.284	24.775	2
MSFT * (c)	2.332	3.930	4.701	7.330	6.808	13.994	3
MS PROJETADA* (6) · (7)	2.374	4.201	5.248	8.509	8.476	10.781	4
F. TRABALHO (b)	2.790.399	2.981.859	3.048.524	3.237.162	3.294.375	4.798.912	5
F. TRABALHO RES (c)	2.717.969	3.187.385	3.403.312	3.757.974	3.981.797	3.690.209	6
SALÁRIO MÉDIO DA MS/PIB (d)	873,73	1.318,13	1.542,17	2.264,46	2.128,85	2.921,62	7

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes Fontes

(a) Banco Mundial Dados cotação em dólares acesso Jun 2020;

(b) Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras;

(c) Baseado na Tabela 35 por meio do cálculo PIA-PEA, e

(*) x 1.000.000

(d) Massa salarial em relação ao PIB* , calculado a partir de dados da Tab. 37.

Em 1990, no final do governo Pinochet, a estimativa do PIB na ocorrência do pleno emprego dentro dos parâmetros determinados nesse estudo, era de 24,77 bilhões de dólares na ocorrência do pleno emprego da PIA, representando 75% do PIB de referência para o ano de 1990 (Tabela 39). A opção pelo desemprego e pelo emprego precário, diminuía a capacidade de financiamento do sistema previdenciário e criava um cenário artificial de *défice* do sistema

antigo, o que justificou a implantação novo sistema de capitalização, que estabeleceu um sistema compulsório de adesão para um sistema privado com amparo constitucional, uma inovação que fere os princípios de eleição do liberalismo pregado pela própria Escola de Chicago.

f) DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Segundo Paul Krugman, *uma extrema concentração de renda não é compatível com uma verdadeira democracia* (Krugman, 2012, apud Stiglitz, 2016). O estudo da estrutura de distribuição de renda do Chile, de forma geral, pode determinar em grande parte o padrão de consumo das famílias, conforme demonstramos no referencial teórico no capítulo II. Constatamos que na América Latina o padrão de consumo da elite mimetiza o consumo de alguns países centrais, mas afasta-se da frugalidade dos países que melhor distribuem a renda no mundo e afetam o bem-estar da sociedade, produzindo desigualdade social, que se reflete no coeficiente de Gini.

Para Furtado (1999), a indústria cultural transnacional, acabou por capturar o comportamento mimético de uma classe média latino-americana criando uma modernidade cultural dependente, consumir cultura barata exógena tornou-se um sinal de status. Na impossibilidade de reproduzir o consumo conspícuo da elite urbana e agrícola, a modernidade cultural dependente, afastou a elite, do povo trabalhador necessitado, sem a solidariedade da classe média, as populações mais pobres não têm protagonismo político e a desigualdade só aumentará empobrecendo a classe média que perderá status político. Esse indicador mostra o custo social da mudança de política previdenciária no Chile, que diminuiu a distribuição da riqueza e acumulou renda nos últimos decis.

f.1) A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA MEDIDA PELO ÍNDICE DE GINI NO PERÍODO DE 1964 A 1990

O coeficiente de Gini mensurado no Chile de 1958 até 1995 mostra que esse país sempre apresentou grande desigualdade entre suas classes sociais. Conforme Cerda (2006), dada a profunda desigualdade, muitas vezes as melhores taxas de reposição salarial das aposentadorias são alcançadas nos decis e quintis mais baixos da distribuição de renda no Chile, não pelas contribuições, mas pelo fato da classe trabalhadora dos decis mais baixos, não terem

uma renda mínima e constante ao longo do ciclo de vida, que permita a restrição do consumo de sobrevivência e, nos mais altos ou a partir do sexto ao oitavo decil, por compreender os trabalhadores com melhor capacitação profissional ou funcionários públicos.

No Chile, os decis mais altos não alcançavam a taxa de reposição compatível com sua contribuição, o que justifica o caráter redistributivo do modelo por repartição, ficando abaixo dos 100% de taxa de reposição salarial - TRS- (Cerde, 2006). Antes da reforma de 1980, algumas pensões perseguidoras alcançavam índices mais altos devido a seu poder de pressão política e a sua vinculação com as frações de classe dominante, que representavam as relações com o serviço público e com o poder. Um país com vocação para a exploração mineral e com um grande setor de serviços, o Chile apresentou historicamente, desde o descobrimento, uma concentração da renda na classe oligárquica aristocrática ou na burguesia urbana, para as quais convergiam os benefícios gerados pelo Estado.

Tabela 40 – Índice Gini do Chile (1958-1995)

	GOV. ANTERIOR (1)	GOV. FREI (1)	GOV. ALLENDE (1)	GOV. PINOCHET (1)	GOV. POSTERIOR (2)
	1958-1963	1964-1970	1971-1973	1974-1990	1991-1995
COEFICIENTE DE GINI	0,476	0,498	0,467	0,570	0,561

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes Fontes:

(1) Larrañaga (2010)

(2) Banco Mundial em 10/07/2018.

O governo de Jorge Alessandri colheu os benefícios das políticas iniciadas no governo de Pedro Aguirre Cerda, e diminuíram o coeficiente de Gini para 0,476 (Tabela 40) em seu governo, devido à distribuição de renda e pela industrialização que a ISI produziu no país. A substituição das importações produzindo bens essenciais para a população no país aumentou o PIB *per capita* e os direitos sociais. O governo Frei, ajudado pela presença de um presidente católico nos EUA e com amplo apoio da igreja católica, promoveu uma melhoria no índice de Gini, chegando a 0,498 no início do governo Frei (Tabela 40). O governo que melhor promoveu a distribuição da riqueza e diminuiu a desigualdade foi o governo Allende, que atingiu o índice de 0,467. Os governos militares, preocupados em formar uma nova hegemonia baseada na ideologia neoliberal, promoveram uma distribuição negativa, coeficiente de Gini 0,57 no início e

0,561 no final do governo (Tabela 40). Os governos militares diminuíram a carga tributária dos ricos, aumentando as despesas com previdência dos trabalhadores e reduzindo a renda com a finalidade de promover uma acumulação primitiva tardia. O objetivo era formar um mercado de capitais e serviços explorados pelos criadores da revolução burocrático militar neoliberal chilena de 1974 até 1990. Neste trabalho não decomporomos²¹⁸ o coeficiente de Gini para identificar a participação efetiva dos diferentes decís ou quintis na formação do coeficiente.

f.2) COEFICIENTE DE GINI DA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTIAGO DO CHILE (1964-1990)

A população chilena, desde o descobrimento, concentra-se majoritariamente no vale central do país, onde se localiza a Grande Santiago. Trata-se da depressão fértil situada entre os rios Aconcágua e Bío-Bío, onde o país concentra sua atividade agrícola, principalmente a vinícola. Aqui fizemos uma diferenciação entre a mensuração do coeficiente de Gini, com base na renda das famílias da Grande Santiago do Chile e da renda *per capita* aferida (Venero, 1999) e corrigida pela *técnica de bootstrapping a fim de estimar a variância a partir do índice aferido, construindo intervalos de confiança para obter indicadores de desigualdade confiáveis*.

No gráfico da (Tabela 41), para fins de comparação entre a renda familiar e a renda *per capita*, utilizaremos o coeficiente de Gini *per capita* corrigido, baseado no trabalho citado. No início do governo Frei o coeficiente de Gini sobre a renda das famílias era da ordem de 0,492 e o CG *per capita* corrigido, da ordem de 0,452. Já no final do governo, o aumento da inflação, do desemprego e das tensões sociais elevou o coeficiente familiar para 0,518 e no IG *per capita* para 0,482. Os princípios filosóficos e políticos da democracia cristã, fração de classe da burguesa urbana que servia de suporte à elite dominante, não conseguiram convencer os países centrais e nem mesmo as elites locais a investirem na diminuição da desigualdade. Com a chegada ao poder do socialismo democrático parlamentar proposto por Allende, esperava-se uma forte resistência das elites capitalistas nacionais e internacionais o que tragicamente se confirmou. A reforma agrária e as estatizações reverteram a absorção das perdas do setor empresarial local, geralmente assumidas pelos sucessivos governos, e distribuíram a renda (Tabela 41). Allende conseguiu os dois melhores coeficientes de Gini no período histórico

²¹⁸ Para melhores conhecimentos metodológicos sobre como realizar a decomposição do coeficiente de Gini, ver Rangel (2013), e, para identificação da desigualdade de renda pelo método dos decís que compõem as coortes, ver Cerda (2006).

estudado, chegando o CG sobre a renda familiar a 0,448 e a renda *per capita* regional a 0,442, a menor desigualdade medida no país.

Tabela 41 – Coeficiente Gini sobre a renda familiar e a renda *per capita* da Grande Santiago do Chile

		GOVERNO FREI		GOVERNO ALLENDE		GOVERNO PINOCHET	
		1964	1970	1971	1973	1974	1990
RENDA PER CAPITA (a)		0,488	0,516	0,504	0,476	0,466	0,564
RENDA PER CAPITA CORRIGIDA (a)	(1)	0,452	0,482	0,458	0,442	0,450	0,572
RENDA FAMILIAR (a)		0,492	0,518	0,512	0,448	0,462	0,560

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados da Fonte:

(a) Ruiz-Tagle Venero (1999).

(1) Do mesmo autor, ajustado pelo método *bootstrapping*.

Durante a ditadura militar, o Chile tornou-se um dos países mais desiguais e com maior concentração de renda, alcançando o maior coeficiente de Gini sobre a renda familiar no início do governo, com o CG no final de 1990, alcançando a ordem de 0,572 (Tabela 41).

4.2.4 DADOS SOBRE A ARRECADAÇÃO E DESPESA PREVIDENCIÁRIA NO PERÍODO 1964-1990

Com o fim do sistema público no Chile, diminuiu a distribuição de renda via previdência social. A grande virtude do RR se deve à distributividade do sistema que estimula o consumo, o produto e o emprego. As reformas do plano de benefícios previdenciários para o sistema PCD e PCB em 1952 diminuíram a pobreza nos governos dos presidentes Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, garantidas pelas intervenções do Estado. As Caixas de Seguro Previdenciário, no Chile, representavam o fatiamento de um mercado previdenciário pobre, porém com perspectivas de rentabilidade, a ser privatizado dentro de regras excepcionais que apenas um regime de exceção e violento poderia garantir. As mudanças promovidas por Pinochet no sistema público de previdência, foram as responsáveis pela agudização da desigualdade naquele país e pelo maior coeficiente de Gini (1990) durante o período de seu governo (Tabelas 40 e 41). A obrigatoriedade da adesão, uma das fragilidades de qualquer

modelo privado, deu lugar ao lucro certo explorado por empresas nacionais e estrangeiras, transferindo os poucos recursos do trabalhador chileno, 10% de seu salário, para um fundo resgatável depois de 60 ou 65 anos de idade com o mínimo de 20 anos de contribuição, num mercado de trabalho que não garantia o pleno emprego, nem uma taxa de reposição salarial (TRS) que garantisse o consumo futuro do segurado nos padrões de consumo de seu ciclo de vida laboral.

4.2.4.1 ANÁLISE DOS INDICADORES E VARIÁVEIS PREVIDENCIÁRIAS DURANTE O PERÍODO DE 1964 ATÉ 1990

A arrecadação previdenciária em relação ao PIB, conforme demonstramos na Tabela 42, era muito baixa em relação ao PIB, mas muito alta em relação a massa salarial. Para um país que importava muitos bens de consumo sujeitos às variações cambiais, a massa salarial de 39% do PIB em 1964 não permitia uma carga tributária (Tabela 42) compatível para financiar a previdência com uma boa retribuição da taxa de reposição salarial (TRS).

Tabela 42 – Dados da arrecadação tributária e gasto público chileno em relação ao PIB (1964-1990)

		GOVERNO FREI			GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
		1964	1970	TX VAR	1971	1973	TX VAR	1974	1990	TX VAR
ARRECADAÇÃO FISCAL	(a)	14,16%	18,46%	4,30%	16,52%	7,77%	-8,75%	14,90%	19,62%	4,72%
DESPESA PÚBLICA	(b)	18,15%	19,9%	1,75%	25,2%	26,4%	1,2%	17,6%	23,7%	6,10%
GASTO PÚBLICO	(c)	16,19%	19,59%	-3,40%	23,36%	10,19%	13,17%	18,15%	17,75%	0,40%
ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(1)	6,62%	9,65%	3,03%	11,05%	5,35%	-5,70%	8%	-	-
CONTR. PREVIDENCIÁRIAS	(2)	45,9%	50,03%	4,13%	50%	50%	0	56,49%	(3) ²¹⁹	46,49%
BALANÇO FISCAL (a) – (c)		-2%	-1,13%		-6,84%	-2,42%		-3,25%	1,87%	

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas seguintes fontes:

(a) e (c) Arellano (1985). *Políticas Sociales y Desarrollo*. Chile 1924-1984. Percentual do PIB de 1981;

(b) Larrañaga (2010). *El Estado Bienestar en Chile: 1910-2010* sobre os dados relativos ao PIB de acordo com a Tabela 31. Percentual do PIB; e

²¹⁹ Moreno Durán e Vergara D'Ávila (2013) mostram que, em 1977, o Decreto-lei n. 2.062, art. 30, alíneas a, promulgado pelo presidente Pinochet, estabeleceu a percentagem de 10% de contribuição sobre o salário, que começou a ser cobrada em janeiro de 1980. O Decreto-Lei n. 3.500 de 1980, referendou a lei anterior, cobrando apenas dos trabalhadores (Cerde, 2006).

(d) Em relação ao PIB a preços constantes em milhões de pesos CLP, relativos ao ano de 2003. Diaz, Lüders & Wagner. (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras, p. 550-555.

(1) Porcentual do Gasto Público;

(2) Sobre o salário de referência com a participação do trabalhador e empregador; e

(3) A partir do novo modelo previdenciário o país conviveu com dois sistemas de contribuição, os contribuintes do modelo CD-BD e o novo sistema compulsório com contribuição de 10% do salário de referência, todavia o antigo sistema transferiu para o governo o custo estimado de 126% do PIB, a serem liquidados em quarenta anos.

a) ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO PERÍODO DE 1964-1990

Quanto à arrecadação tributária chilena, dados os princípios liberais sedimentados na elite política e econômica chilena, sempre foi imposta a responsabilização individual dos mais pobres, evitando os auxílios governamentais e a tributação dos setores dominantes. A caridade era tarefa da igreja, que dava suporte aos interesses das classes dominantes. Esse *modus operandi* se refletiu na arrecadação tributária, e a interferência da república mesocrática gerou resistências nos níveis midiático, parlamentar e corporativo. A baixíssima arrecadação tributária (Tabela 42) reflete a disposição dos setores produtivos a não pagar impostos.

O governo contava efetivamente com as receitas das exportações, quase sempre deficitárias em relação às importações (Tabela 34), recorrendo ao endividamento público para eliminar os deficit fiscais (Tabela 34). Os governos que produziram os maiores *deficit* públicos foram os mesocráticos, o que se justifica pelo investimento nas políticas públicas voltadas para o compromisso com o Estado social. O gasto público em todos os governos foi maior que a arrecadação tributária e que a despesa pública orçamentária nem sempre refletiu a realidade do gasto público, cuja gestão política é geradora de deficit devido as falhas de governo.

O governo Allende foi o que teve as maiores taxas de gasto público em relação ao PIB, 23,36% e a menor arrecadação fiscal do período, 7,77% em 1973 foi causada pelo estrangulamento econômico, promovido por motivações ideológicas, interna e externa. A despesa pública diminuiu bruscamente no início do gov. Pinochet 17,6% do PIB devido a redução abrupta da proteção social pública, no final chegou ao maior índice dos três governos 23,7%, levando em consideração a relação despesa/oferta de serviços públicos, devido ao pagamento da transição do modelo de repartição para o de capitalização, e não fruto da boa gestão dos recursos públicos. A maior dívida pública coube ao governo Pinochet, que contraiu a maior dívida externa

em relação ao PIB, 59,67% (Tabela 34). A criação de um Estado social com grande desigualdade, baixa massa salarial e pouca arrecadação tributária no Chile é uma construção difícil, o que justifica as baixas taxas de reposição salarial e a descaracterização do Estado social particularmente sob uma constituição de orientação neoliberal. Se o *ordoliberalismo* se estrutura entorno da construção de uma constituição com compromisso social, perfeitamente garantido por uma proteção econômica baseada numa economia social de mercado, que garanta o trabalho e a liberdade econômica. No Chile, as orientações neoliberais da Escola de Chicago nortearam a ação social do Estado para uma relação de mera subsidiariedade.

b) DESPESA PREVIDENCIÁRIA EM RELAÇÃO AO PIB (1964-1990)

O gasto público chileno em 1974 era de aproximadamente 18,15% do PIB (Tabela 41), enquanto na Finlândia, em 1975, com população e desenvolvimento em educações semelhantes no período, era de 38,50% do PIB. A Finlândia é conhecida pelo investimento na educação e pela grande despesa social, motivada pelas transformações ocorridas no século XIX (grande fome e revolução). Portanto, o gasto público em relação ao PIB chileno (Tabela 42) evidencia o compromisso dos sucessivos governos com uma baixa carga tributária, mesmo em um país carente de investimentos sociais, justificados pelos sucessivos *deficit*. Foi constatado que apenas nos governos Allende e Pinochet (1990) aumentaram a despesa pública (orçamentária) acima dos 20%, mas sempre com a arrecadação abaixo dos 20% do PIB (Tabela 43).

Tabela 43 – Dados da despesa pública e previdenciária em relação ao PIB (1964-1990)

		GOVERNO FREI			GOVERNO ALLENDE			GOVERNO PINOCHET		
		1964	1970	TAX VAR	1971	1973	TAX VAR	1974	1990	TAX VAR
DESPESA PÚBLICA	(a)	18,15%*	19,9%	1,75%	25,2%	26,4%	1,2%	17,6%	23,7% ²²⁰	6,10%
DESPESA PREVIDENCIÁRIA	(b)	9%*	8,99%	-0,01%	11,57%	10,69%	-0,88%	6,44%	7,22% ²²¹	0,78%

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados nas Fontes:

(a) Arellano (1985). *Políticas Sociales y Desarrollo*. Chile 1924-1984. Percentual do PIB a preços de 1981;

(b) Larrañaga (2010). *El Estado Bienestar en Chile: 1910-2010* sobre os dados relativos ao PIB de acordo com a Tabela 41. Percentual do PIB. * Valor calculado pelo autor a partir da média aritmética.

²²⁰ Aumento devido à dívida previdenciária decorrente da reforma do sistema e do aumento substancial dos gastos com defesa.

²²¹ Aumento devido à dívida previdenciária decorrente da reforma do sistema

Durante a pesquisa, não conseguimos os dados relativos à carga tributária total, renúncia fiscal e grau de sonegação²²². É possível deduzir que, dadas as altas taxas de tributação sobre os salários para a previdência social e saúde em torno de 50% do salário-base, e a baixa renda *per capita* em 1964, os níveis de sonegação deviam ser altos e a economia popular deveria ter uma participação importante (> de 5%) no PIB. Partindo da premissa de que o governo finlandês gastava aproximadamente 5,95% em defesa²²³ em 1975, concluímos que os gastos correntes, gastos com saúde, com educação e com a previdência pública consumiam os restantes 32,55% da despesa pública, quase o dobro do chileno não gerando déficit, dado a boa confecção do planejamento orçamentário público na Finlândia.

4.2.5 REFLEXÃO SOBRE O TEMA DA SUBSEÇÃO

Devido à grande capacidade endógena de crescimento econômico, com base no bônus demográfico, capacitação da mão de obra, baixíssimo analfabetismo e grande educação política do povo chileno, a elite, apoiada em frações de classe detentoras da força, promoveu um assalto ao Estado, apropriando-se das empresas e instituições construídas desde Arturo de Alessandri e Pedro Aguirre Cerda. A opção pela via neoliberal impediu que a demanda por ajustes normativos e tributários que promovessem a distribuição justa e equânime, necessária para o financiamento do Estado de Bem-Estar Social fossem implementadas devido ao controle político, econômico e militar da elite em detrimento do povo. Altas taxas de contribuição previdenciária em relação à renda do trabalhador e das empresas deprimem o crescimento econômico, uma contribuição de 10% em relação ao PIB ficava é o ideal para não deprimir o consumo.

A arrecadação não era suficiente para a constituição de um Estado de Bem-Estar Social. Quando avaliamos a despesa previdenciária, apesar dos altos percentuais em relação à despesa pública, a arrecadação é baixa por incidir sobre a arrecadação tributária, que também é baixa, o que fazia o Estado recorrer ao endividamento público. Analisando o balanço fiscal, foi constatado sucessivos *deficit*, que se acumulavam devido à baixa participação da massa salarial no PIB, aos *deficit* fiscais constantes na balança de pagamentos e à baixa carga tributária e impostos regressivos. A despesa pública orçamentária chilena era pequena em relação ao PIB até 1971 e pós 1974, e nos anos 1971 e 1973 durante o gov. Allende (Tabela 43) houve aumento

²²² Esses dados seriam coletados em viagem que foi interrompida em virtude da pandemia e da instabilidade política que enfrenta o Chile.

²²³ Dados estatísticos sobre a Finlândia disponíveis em <https://datosmacro.expansion.com/estado/gasto/finlandia> coletados. Acesso em 12/10/2019.

dos gastos do governo com a população e os investimentos em educação e saúde e manutenção do salário-mínimo na previdência. O sistema de contribuições previdenciárias mostrou uma tributação exagerada. Segundo as fontes consultadas, chegava a 50% do salário-base, uma demasia que prejudicava tanto o empregador quanto o empregado²²⁴, porém baixa em relação ao PIB devido aos baixos salários e baixa massa salarial. Todavia, é preciso uma pequena taxa de contribuições sociais, da ordem de 3 a 4% sobre a folha de pagamentos ou lucros das empresas, representando uma distribuição da mais-valia ou participação social das empresas, garantindo os sistemas de proteção social e a harmonia na sociedade. A reforma previdenciária do regime de repartição para o regime de capitalização teve motivações ideológicas arquitetadas por elites locais e transnacionais, interessadas no controle das reservas minerais chilenas e na apropriação das empresas públicas criadas durante o período mesocrático orientado economicamente pela ISI. A ditadura militar chilena produziu efeitos inversos em relação as obrigações distributivas do Estado e promoveu o acúmulo de capitais nos estamentos sociais superiores, extraídos da classe trabalhadora pela força coercitiva e normativa do Estado. O efeito deletério das ações do governo ditatorial, aumentaram as desigualdades sociais e reduziram os salários e os direitos trabalhistas.

4.3 APLICAÇÃO DO MODELO DE FORMAÇÃO DO FLUXO DE CAPITAL PARA O FASPT E ESTOQUE MONETÁRIO DO FGP, DE ACORDO COM O PIB DO CHILE DE 1952 A 2007

Neste subitem aplicaremos as variáveis de fluxo e estoque do novo modelo, calculadas sobre o PIB chileno, a preços correntes de 1952 até 2007, a fim de verificarmos se estas duas variáveis produziram os efeitos de realimentação tributária via FASPT e de estoque monetário via FGP, para as quais foram criadas. Para tal foi estabelecido como espaço temporal para a aplicação do modelo o período do ciclo de vida da coorte de indivíduos nascidos em 1952, ano da reforma previdenciária, com início do período laboral em 1972 e passagem para inatividade em 2007. A reserva monetária da conta (CDGP) tem como unidade monetária de referência o ouro físico. A unidade monetária de eleição foi calculada em onças de ouro a partir de 1952 até o ano de 2007, com dados coletados na fonte citada abaixo da tabela 47, sem limites de depósito estabelecido neste estudo. O cálculo tem como referência o PIB anual e para fins de comparação

²²⁴ Segundo a literatura de referência qualquer tributação acima de 15% do PIB impacta no crescimento econômico.

do estoque é usado o Orçamento da Previdência Social, arbitrado para fins de estudo a 2,5% do PIB, referência para o saque de 5% da CPC. A formação do fluxo da (CTDS) exige ativos com grande liquidez, uma vez que após atingir o ponto de estabilidade o saldo excedente deve ser repassado para o FASPT. A fim de aplicação do modelo usaremos apenas o repasse anual dos dividendos sociais. A metodologia para o cálculo do depósito está demonstrada no capítulo III. Na tabela 43 estão relacionados todos os PIB chileno de 1952 até 2007 em dólares americanos multiplicado por um bilhão.

4.3.1. DADOS SOBRE O PIB CORRENTE DO CHILE DE 1952 ATÉ 2007

Para estimarmos os depósitos a serem realizados nas contas de garantia e transferência da FGP, apresentamos abaixo os percentuais da despesa pública (orçamentária) e arrecadação previdenciária sobre o PIB em dólares de acordo com a Tabela 44.

Tabela 44– PIB corrente do Chile de 1952 a 2007

ANO	PIB (a)	ANO	PIB (a)	ANO	PIB (a)	ANO	PIB (a)
1952	3,810 (b)	1965	6,027	1975	7,622	1995	73,447
1955	4,220 (b)	1970	9,126	1980	29,037	2000	77,861
1960	4,110	1971	10,884	1985	17,703	2005	122,965
1964	5,982	1973	16,836	1990	33,114	2007	173,606

Fonte:

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados da Fonte:

(a) Banco Mundial Open Data – PIB a preços correntes, PIB a preços atuais bilhões de US\$

(b) Knoema.org a preços constantes em 1970, US\$ em bilhões de US\$

A metodologia empregada para o cálculo foi apresentada no item 2 do capítulo III. O resultado dos cálculos estarão condensados na tabela 45.

4.3.2. APLICAÇÃO DO MODELO EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DO CAPITAL PARA FLUXO VIA FASPT E REALIMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O FPP - 1952 -2007

O cálculo desenvolvido a fim de testar a eficiência desta variável, para fins de repasse dos excedentes da CTDS para o FASPT, permitiu constatar a evolução dos depósitos da conta a partir de 1952 até 2007. O resultado dos cálculos das variáveis aplicadas para verificar os montantes dos depósitos e sua relação percentual em relação ao PtE estão apresentados na tabela 44.

Tabela 45 – Estimativa do depósito do Dividendo Social, Ponto de estabilidade do FGP e transferência para o FASPT de acordo com a aplicação do modelo em relação ao PIB

ANO		PIB	DS	DEP CTDS	SALDO CTDS/PIB*100
1952	(A)	3.810.000,00	38.100,00	38.100,00	1
1955	(A)	4.220.000,00	42.200,00	162.160,00	3,84
1960	(B)	4.110.000,00	41.100,00	384.190,00	9,35
1964	(B)	5.982.000,00	59.820,00	600.950,00	10,05
1965	(B)	6.027.000,00	60.270,00	661.220,00	10,97
1970	(B)	9.126.000,00	91.260,00	1.048.780,00	11,49
1971	(B)	10.884.000,00	108.840,00	1.157.620,00	10,64
1973	(B)	16.836.000,00	168.360,00	1.444.520,00	8,58
1974	(B)	16.210.000,00	162.100,00	1.606.620,00	9,91
1975	(B)	7.622.000,00	76.220,00	1.682.840,00	22,08
Transferência para o FASPT				238.320,00	
Saldo Anterior				1.444.520,00	
1980	(B)	29.037.000,00	290.370,00	2.355.880,00	8,11
1982	(B)	25.326.000,00	253.260,00	2.954.240,00	11,66
1983	(B)	20.356.000,00	203.560,00	3.157.800,00	15,51
1984	(B)	19.623.000,00	196.230,00	3.354.030,00	17,09
Transferência para o FASPT				399.790,00	
Saldo Anterior				2.954.240,00	
1985	(B)	17.703.000,00	177.030,00	3.131.270,00	17,69
1986	(B)	18.891.000,00	188.910,00	3.320.180,00	17,58
1987	(B)	22.255.000,00	222.550,00	3.542.730,00	15,92
Transferência para o FASPT				411.460,00	
Saldo Anterior				3.131.270,00	
1990	(B)	33.114.000,00	331.140,00	4.021.670,00	12,14
1995	(B)	73.447.000,00	734.470,00	6.657.910,00	9,06
1999	(B)	75.174.000,00	751.740,00	9.855.340,00	13,11
2000	(B)	77.861.000,00	778.610,00	10.633.950,00	13,66
2001	(B)	70.980.000,00	709.800,00	11.343.750,00	15,98
Transferência para o FASPT				1.488.410,00	
Saldo Anterior				9.855.340,00	
2005	(B)	122.965.000,00	1.229.650,00	13.530.890,00	11,00
2007	(B)	173.606.000,00	1.736.060,00	16.814.830,00	9,69

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados da seguinte fonte:

(a) Knoema world data atlas- economy- 2021 – de 1952 a 1959 – PIB em bilhões de US\$ x 1000. (b) Banco Mundial Open date – 2021 – de 1960 a 2007 - PIB em bilhões de US\$

4.3.3 CÁLCULO DOS REPASSES DAS RECEITAS DA CTDF PARA O FASPT DE ACORDO COM O PIB CHILENO DE 1952 ATÉ 2007

Os valores calculados na tabela 45 do início ao fim do período, foram sintetizados na tabela 46 onde está registrado o resultado dos cálculos da quantidade e do montante que seriam repassado no período estudado. Os repasses para o FASPT, nos anos de 1975, 1984, 1987 e 2001, totalizariam 2.582.980,00 dólares, e contariam com um saldo acumulado na conta de transferência dos depósitos dos dividendos sociais de 16,81 bilhões de , dólares relativo a 9,69% do PIB de 2007. De acordo com a aplicação do modelo nos governos estudados, (Tabela 45) foi constatado que no início do gov. Frei a CTDS, contaria com US\$ 600,95 milhões, o que representava 10,05 % do PIB e no final em 1970, US\$ 1.048 milhões equivalente a 11,49% do PIB do ano. No breve gov. Allende a CTDS chegou ao montante de US\$ 1.444.52 milhões relativo a 8,58% do ano. O governo Pinochet, protagonizaria caso o modelo fosse adotado na época, a maior quantidade de repasses e os maiores repasses de acordo com o método projetado, equivalente a 2,229 bilhões de dólares que deveriam ser aplicados de acordo com o modelo no trabalho cooperativo.

Tabela 46– Montantes calculados e projetados para transferências da CTDS do FGP para o FASPT

ANO	PIB	DEPÓSITO ACUMULADOS NA CTDS	SALDO TRANS FASPT
1975	7.622.000,00	1.682.840,00	283.320,00
1984	19.623.000,00	3.354.030,00	399.790,00
1987	22.255.000,00	3.542.730,00	411.460,00
2001	70.980.000,00	11.343.750,00	1.488.410,00
2007	173.606.000,00	16.814.830,00	0,00
TOTAL DO REPASSE			2.582.980,00

Tabela desenvolvida pelo autor a partir de dados baseados na Tabela 44

4.3.4 APLICAÇÃO DA VARIÁVEL DO MODELO, PARA FORMAÇÃO DO ESTOQUE MONETÁRIO NA CDGP DO FGP, NO PERÍODO DE 1952 ATÉ 2007

Chang (2013) mostra que os 35% de poupança interna garantida pela restrição de consumo das famílias japonesas garante 6% de crescimento econômico. Para testar a fórmula desenvolvida para o cálculo da formação da poupança para garantia do FGP, foi feita somando os saldos subsequentes sem correção receita, 5% (BC e BNC) da contribuição complementar do aposentado (CPC) ao longo do ciclo projetado de 1952 a 2007. A tabela 47 apresenta o resultado da aplicação do modelo de formação monetária do estoque em ouro da CDGP. As cotizações da onça de ouro e os estoque em ouro nos períodos e governos estudados, no início do período projetado e dentro dos parâmetros estabelecidos na metodologia, em 1952.

Tabela 47 – Mensuração física e monetária do estoque de ouro da CDGP-FGP e o valor financeiro percentual em relação ao PIB e o orçamento da previdência social arbitrado para fins de aplicação do modelo

ANO	PIB	ORÇAMENTO PREVIDENCIÁRIO	DEPÓSITO CTDS	CONVERSÃO EM OURO	ACUMULADO EM ONÇAS	VALOR EM DÓLARES	RELAÇÃO ACUM/O PREV
	A	B	C	D	E	F	G
1952	\$3.810.000,00(a)	\$95.250,00	\$4.762,50	137.645oz	137.645 oz	\$4.762,50	5 %
1955	\$4.220.000,00(a)	\$105.500,00	\$5.275,00	150.585oz	568.148 oz	\$19.902,21	19 %
1960	\$4.110.000,00(b)	\$102.750,00	\$5.137,50	145.662oz	1.364.214 oz	\$48.115,84	47 %
1964	\$5.982.000,00(b)	\$149.550,00	\$7.477,50	213.034oz	2.067.427 oz	\$72.566,68	49 %
1965	\$6.027.000,00(b)	\$150.675,00	\$7.533,75	214.515 oz	2.280.461 oz	\$80.089,79	53 %
1970	\$9.126.000,00(b)	\$228.150,00	\$11.407,50	304.688oz	3.483.859 oz	\$130.435,70	57 %
1971	\$10.884.000,00(b)	\$272.100,00	\$13.605,00	312.902oz	3.788.547 oz	\$164.726,02	61 %
1973	\$16.836.000,00(b)	\$420.900,00	\$21.045,00	197.198 oz	4.333.299 oz	\$462.449,66	110 %
1975	\$7.622.000,00(b)	\$190.550,00	\$9.527,50	68.396 oz	4.640.709 oz	\$646.450,80	339 %
1980	\$29.037.000,00(b)	\$725.925,00	\$36.296,25	61.010 oz	5.070.508 oz	\$3.016.546,68	416 %
1985	\$17.703.000,00(b)	\$442.575,00	\$22.128,75	68.978 oz	5.449.931 oz	\$1.748.392,34	395 %
1990	\$33.114.000,00(b)	\$827.850,00	\$41.392,50	109.458oz	5.805.501 oz	\$2.195.408,40	265 %
1995	\$73.447.000,00(b)	\$1.836.175,00	\$91.808,75	236.962oz	6.566.417 oz	\$2.544.092,51	139 %
2000	\$77.861.000,00(b)	\$1.946.525,00	\$97.326,25	354.752oz	8.117.966 oz	\$2.227.163,93	114 %
2005	\$122.965.000,00(b)	\$3.074.125,00	\$153.706,25	299.622oz	9.556.523 oz	\$4.902.496,30	159 %
2007	\$173.606.000,00(b)	\$4.340.150,00	\$217.007,50	260.279oz	10.162.292 oz	\$8.472.811,35	195 %

Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com as fontes abaixo.

Fonte:

A - (a) Banco Mundial Open Data – PIB a preços correntes, PIB a preços atuais bilhões de US\$; (b) Knoema.org a preços constantes em 1970, US\$ em bilhões de US\$ A, B,C,D,E e (X 1.000)

O Orçamento Previdenciário(b) foi arbitrado como 2,5% do PIB(a) de terminando o período com um acumulado em ouro avaliado \$8.472. bilhões de acordo com a cotação da onça de ouro de 31 dezembro de 2007, o que representava cerca de 195% do orçamento previdenciário arbitrado para o ano. O governo Frei recebeu um saldo de US\$ 48,1 milhões, na CDGP , no final do governo o total acumulado em depósito físico atingiu o equivalente na conversão da onça para dólares a US\$ 130.435.000,70 equivalente a 57% do Orçamento Previdenciário arbitrado em 2,5% do PIB anual. Em 1974 no início da ditadura militar de Pinochet, o Orçamento Previdenciário arbitrado somaria US\$ 405,2 milhões o estoque em ouro pela cotação de dezembro de 1974, chegou a US\$ 832,93 milhões , atingindo 205% do Orçamento previdenciário arbitrado para o ano. O fim da paridade dólar /ouro em 1972, causou um aumento no valor da onça de ouro, chegando a US\$ 183,85 a onça de ouro no final do gov. Pinochet. Em 2007, final do período arbitrado, a Conta de Depósito de Garantia Previdenciário contaria com o depósito físico em ouro de 10.162.292 oz, o equivalente US\$ 8,47 bilhões cerca de 195% do orçamento da previdência, arbitrado para o ano de 2007.

4.4 REFLEXÃO SOBRE O TEMA DA SEÇÃO

O ensaio realizado nesse subitem com os dados da economia chilena, indica que o país tinha totais condições de implementar uma contribuição distributiva nos moldes do dividendo social. Devido a suas grandes reservas minerais não renováveis e sua histórica dependência da exportação de commodities, a criação de uma contribuição complementar sobre as aposentadorias no valor de 5%(10%), poderia garantir o pagamento das aposentadorias e a manutenção do consumo dos aposentados. Tal iniciativa poderia aumentar a taxa de reposição salarial (TRS) e a redução da tributação sobre a folha de pagamentos das empresas devido ao crescimento via estímulo ao emprego. Os mecanismos de formação do fluxo de capital e estoque monetário do FGP acrescentariam, após o ponto de estabilização a totalidade dos repasse apresentados na Tabela 45, possibilitando um fluxo de caixa para as empresas cooperativas distribuídas pelo FASPT.

Tais recursos, investindo no mercado interno e garantidos pelo governo em fundos previdenciários públicos, além de estimular o produto possibilitariam o retorno de fundos para a previdência social pública, via impostos e contribuições. As contribuições e taxas normais que formam os fundos, acrescidos das Taxa e multas sobre externalidades e exploração do meio ambiente e da aplicação dos recursos, poderão ser empregados de acordo com os indicadores e variáveis demonstrados na Tabela 46, adquirindo ouro para garantir e dar liquidez ao sistema, diminuindo o impacto das crises econômico-financeira que podem colocar em risco a vida do aposentado hoje e no futuro. A tabela 47 mostra que a estimativa da conversão dos depósitos da CDGP em ouro transformaria este ativo em uma garantia para o sistema previdenciário e um incremento à poupança interna.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

Para concluir a presente investigação fizemos uma síntese respondendo às hipóteses da investigação. Expusemos as dificuldades técnicas e financeiras que encontramos na sua realização. Apontamos as perceptivas para continuação desse trabalho a partir de alguns parâmetros novos que indicam a possibilidade de fomento do fator trabalho e da modalidade de contribuição materializada no tributo.

O objetivo é apresentar uma alternativa que deve ser submetida à crítica e aperfeiçoamento pela sociedade. As limitações na investigação são afetas à necessidade de correlação entre os sistemas existentes e as modelagens aqui apresentadas, a partir dos novos mecanismos de receita corrente e estoque propostos, e as perspectivas do comportamento e evolução conjunta de fatores sociais e econômicos projetados em um futuro incerto.

Conforme ensina Fernandes et al. (2014), o resultado desse estudo *é um tema para discussão, não se trata de verdades liofilizadas.*

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Europa disseminou as novas modalidades de assistência na Idade Média, por meio da *rede caritativa-assistencial, criada por clérigos e leigos*, baseados na caridade cristã. *Pari passu* com estas instituições, surge a caridade mutualista presente nas Guildas inglesas, de inspiração corporativa, o embrião dos futuros sistemas previdenciários. Mas, a essência da cooperação e compartilhamento do trabalho, com valorização individual e social, encontramos ressurgida por meio do trabalho cooperativo, vinculado à *economia social*. O empreendimento cooperativo mantém a lucratividade privada, porém socializada, e não ignora a dependência do homem em relação ao mundo natural, mantendo um estilo de vida que permita economizar recursos para as gerações futuras e gerar renda e desenvolvimento econômico e social.

Historicamente os sistemas previdenciários públicos são apontados como ineficientes. Isso se deve aos problemas demográficos (envelhecimento e baixa natalidade) e à precarização do mercado de trabalho (terceirização, precarização e automação), que tornam seu financiamento deficitário. O anacronismo e a previsão de falência dos modelos previdenciários bismarckiano (corporativista), beveridgeano (universalista tributário) e assistencialista (manejo de risco e *workfare*), num ambiente de desindustrialização, desemprego, precarização do trabalho e

com o surgimento da quarta revolução industrial, são o alerta catastrofista da economia financeira. Acrescentando a este cenário, apontamos a apropriação da economia previdenciária pelo poder político e econômico de grupos financeiros. Este estudo não se preocupou apenas com a questão corrente do financiamento previdenciário, equilíbrio atuarial, demográfico, mas sobretudo com a transcendência epistemológica de seu referencial teórico, com os aspectos históricos do cuidado, filosóficos da dignidade humana e responsabilidade ambiental e com o bem-estar individual e coletivo das gerações futuras.

A proposta aqui apresentada não é fruto de uma arrogância deontológica, mas um convite à reflexão de como poderia ser, particularmente, nas dificuldades do tempo presente e nas perspectivas que se mostram para o futuro. O Estado de Bem-estar social universal não depende apenas da vontade política de uma comunidade em criá-lo, mas sobretudo do desenvolvimento social garantido pelos recursos financeiros advindos do desenvolvimento do capital humano e do sistema de saúde pública universal, que permitam o crescimento e o desenvolvimento econômico necessário do país para mantê-lo.

Nos propusemos a mostrar a viabilidade do sistema previdenciário público, único, universal, por repartição, compulsório e com limite mínimo e máximo das aposentadorias, pelas possibilidades de correção desses problemas via formação de estoque, reforço da contribuição complementar do aposentado, promoção do conhecimento e, nos casos mais graves, o incentivo à imigração. O trabalho desenvolvido neste estudo enfatiza a necessidade de redesenhar os sistemas previdenciários em face dos desafios do século XXI.

O resultado da investigação, a partir da coleta de dados e informações sobre a história da previdência chilena, e sua análise utilizando várias ferramentas epistêmicas, considerando a complexidade do assunto, é de que a previdência social chilena por repartição sofreu crises motivadas pelas políticas econômicas cambiais e fiscais equivocadas. Tais políticas, financiaram o consumo da elite baseado nas exportações de *commodities*, com uma baixa carga tributária de caráter regressivo, além de contribuições previdenciárias de trabalhadores e empregadores com altas taxas que oneraram a produção e incentivavam a contratação informal. O bônus demográfico chileno (1950-1999) não recebeu investimentos em qualificações e a criação de postos de trabalhos industriais suficientes, para transformar uma economia exportadora de *commodities* e um mercado de consumo pequeno em exportador de manufaturados. As

possibilidades regionais de comércio exterior não foram devidamente exploradas por meio da participação mais efetiva em um mercado comum latino-americano. A dependência da exportação de *commodities* e as relações bilaterais com os EUA não permitiu o aumento da arrecadação tributária, apenas o endividamento externo e o risco constante da *doença holandesa*. O aumento em escala da produção industrial ficou restrito à especialização no mercado agroindustrial, insuficiente para aumentar os salários. A regressividade dos tributos restringiu a distribuição de renda e a expansão da massa salarial, para financiar a previdência social.

As reformas neoliberais de Pinochet e sua opção pela privatização de uma instituição historicamente criada com a finalidade de promover o cuidado e a proteção da sociedade. Causou o empobrecimento dos chilenos que atingiram o período de inatividade laboral, biológica ou social. A sociedade chilena hoje exige uma mudança radical do sistema na região, voltando ao velho, eficiente e eficaz sistema de repartição.

Constatamos que a simples troca de regime previdenciário, como ocorreu no Chile e em outros países da periferia, não universaliza os benefícios previdenciários. Os modelos previdenciários orientados para a responsabilização individual, estão sujeitos a orientação política do governo. Geralmente apresentam como característica básica a seletividade negativa, em favor dos grupos de pressão mais bem posicionados politicamente, em relação às frações de classe dominantes e equilibram as perdas econômicas do sistema com a venda de recursos naturais irrecuperáveis.

Conforme visto nos capítulos II e IV o cerne desta investigação é dar à instituição previdência social um sentido de permanência, baseado no planejamento previdenciário de longo prazo, com atualização atuarial, quebrando o paradigma da responsabilização individual, orientado pelos modelos oriundos do neoliberalismo. A mudança de paradigma como propomos no estudo, neste momento para a América Latina, surge como uma resposta à eterna crise social da região, alimentada pela divisão social do trabalho em nível local e pela divisão internacional do trabalho contemporânea que empobrece também a periferia das grandes cidades europeias e da América do norte.

O regime de repartição historicamente não permite a acumulação de excedentes econômicos, e a distribuição da enorme riqueza natural evita a perda dos bônus demográficos para as emigrações forçadas.

A hipótese nula afirma que *segundo a orientação econômica atual, os sistemas previdenciários públicos por repartição operam com deficit fiscal, geram dívida previdenciária implícita e são economicamente ineficazes*. Mas, estes sistemas são realmente ineficazes?

A assertiva apresentada na hipótese nula está presente em obras referenciais da economia *mainstream* que motivaram, desde 1980, as reformas propostas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Diante das dificuldades laborais e do envelhecimento da população no século XXI, sugerem que apenas os modelos de capitalização ou multipilar poderiam manter uma previdência social que garanta a aposentadoria do trabalhador sem onerar o Estado, o que na prática não se provou verdadeiro na Argentina, no Peru ou no Chile. Em 2008 o governo do Chile instituiu um auxílio emergencial para socorrer os idosos miseráveis que passaram a receber baixas aposentadorias das AFP, ou não conseguiram recolher contribuições para a previdência social, durante o período laboral, e muitos, em condições de profunda miséria, cometeram suicídio.

A hipótese alternativa apresentada neste estudo *quer provar que é possível garantir o pagamento das pensões no século XXI, com a participação solidária dos aposentados e a distribuição de dividendos sociais não resgatáveis para formação do estoque de garantia previdenciário*.

Teoricamente, demonstramos a possibilidade da transformação paradigmática, mantendo a dignidade e a capacidade de consumo do aposentado no período de inatividade. Para tanto, desenvolvemos uma série de inferências teóricas e matemáticas que usamos para aplicar o modelo em um cenário hipotético, baseado em dados estatísticos reais do Chile, que apresentamos nos capítulos III e IV. E acrescentamos que a combinação de estímulo à educação, ao trabalho, às organizações cooperativas ligadas aos negócios sociais e o aperfeiçoamento das ferramentas tributárias, manteriam as receitas correntes necessárias para o sistema e preparariam os contingentes de reposição geracional em condições de aumentar a produtividade em escala e valor. Demonstramos no item 4 do capítulo IV, ao testar as variáveis de estoque (contribuição complementar do aposentado) e transferência (conta de depósito

coletivo dos dividendos sociais do FGP), presentes no novo modelo, que é possível a formação da poupança nacional e intergeracional utilizando a contribuição complementar do aposentado. Bem como é possível transferir recursos para a promoção do trabalho e formação do capital, social, cooperativo e educacional das cooperativas solidárias, a expressão mais antiga do *social business*. Somadas aos princípios de universalização aqui apresentados, estas ferramentas poderão resolver o problema do equilíbrio financeiro da previdência pública no longo prazo, conforme exemplo modelado com dados socioeconômicos chilenos relativos a 55 anos (1952-2007). É imperativa uma maior participação da população na distribuição da riqueza, para que um fundo de segurança previdenciário permanente seja mantido, sem a necessidade de recorrer aos mercados de capitais ou a impostos previdenciários extorsivos.

O estímulo à criação de postos de trabalho formais industriais privados ou cooperativos é de fundamental importância para aumentar o contingente e o tempo de ocupação da força de trabalho. Tal estímulo deverá ser feito via investimento estatal, com políticas de longo prazo. O trabalho precário, *just-in-time* e *online* deverão ser altamente tributados, e a economia popular, estimulada a se formalizar. Lembrando que toda a inovação gerada na revolução inglesa a partir do século XVIII só foi operacionalizada e disseminada no primeiro quartil do século XIX, logo a tão sonhada revolução industrial 4.0, quando chegar a América Latina, será consumida por apenas 1% de sua população. Portanto, o alarmismo pregado pela chegada da quarta revolução industrial deve ser acompanhado de tributação compensatória, para estimular as regiões dos países pouco desenvolvidas e sedentarizar populações que não foram inseridas no progresso social do século XX.

A economia social, por meio dos negócios sociais, poderá fazer a interface entre as novas tecnologias, as intermediárias e as antigas, na busca do pleno emprego, ponto fundamental de equilíbrio financeiro e operacional dos sistemas previdenciários, únicos e públicos. O modelo previdenciário público baseado na solidariedade, inter, intra e transgeracional é a única forma de manter a harmonia social e uma ordem social justa em países profundamente desiguais como os da América Latina.

O sistema unificado não está circunscrito ao acesso, mas se caracteriza pela abrangência, para superar a hegemonia do corporativismo dos politicamente mais fortes e evitar o que notamos no Chile, a apropriação do público pelo privado em detrimento dos mais

vulneráveis. A formação do estoque, particularmente em ouro, é possível, uma vez que na América Latina existem grandes produtores e grandes reservas minerais do metal, o que não é o caso do Chile. Países que não tenham reservas podem recorrer ao comércio regional, facilitando as transações e o fluxo de mercadorias dentro de um mercado latinoamericano. Essa é uma das formas de capacitar o Fundo Previdenciário e dar uma resposta imediata a crises econômicas e financeiras futuras. Utilizando da economia como ciência em mutação, e superando os axiomas do equilíbrio e custo, para colocar o homem e sua fragilidade como centralidade que necessita de proteção e cuidado, elencamos ao longo deste estudo alternativas de mudanças de paradigma sem o compromisso com doutrinas políticas. Compreendemos que a solução de todos os problemas apresentados depende da decisão política dos governantes, seja pelo incentivo à imigração, nos casos de envelhecimento da classe trabalhadora, na geração de postos de trabalho formal e investimento no capital humano para fomentar o crescimento econômico, durante o período laboral.

A investigação aponta para a promoção do pleno emprego como forma de aumentar a relação massa salarial/PIB e expandir e especializar o produto, como fizeram as Guildas e Associações de Artífices na Europa da Idade Média e Contemporânea, que nos legaram a previdência e o capitalismo.

Keynes queria salvar o capitalismo, mas parece que a melhor maneira de o fazer, nos foi legada por Charles Gide e António Sergio, por meio do trabalho cooperativo, solidário e socialmente justo, única forma de manter a dignidade do homem ao longo da vida, mantendo sua autonomia e autarcia, garantida pelo emprego formal e contínuo, durante todo o período laboral.

2 DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE A INVESTIGAÇÃO

As fontes e dados da investigação já vinham sendo fichados e arquivados havia algumas décadas. Porém, para garantir a atualização dos dados e verificar as informações atualizadas ou sensíveis, se mostrou necessário estender a investigação presencial a instituições do Chile e Espanha, devido à diversidade de fontes e às contradições encontradas nos textos analisados. As maiores dificuldades foram o autofinanciamento da investigação, devido à ausência de auxílio externo, por meio de bolsa pesquisa pública ou privada, e os efeitos da pandemia da Covid-19 com as restrições de deslocamentos e acesso a instituições de ensino e

pesquisa. A impossibilidade de investigar na Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid, a legislação espanhola de transição de empresas capitalistas em estado de falência para empresas cooperativas, com a autogestão de funcionários e o financiamento governamental. Dificultaram uma parte importante na relação de retroalimentação tributária via cooperativas e exigirá no futuro, a continuidade deste estudo agora voltado para o setor cooperativo como promotor do trabalho formal e contínuo, base dos sistemas previdenciários.

3 PERSPECTIVAS PARA ESTUDOS FUTUROS

A continuidade da investigação tem por objetivo superar a fase teórica fundacionista e estruturalista do SUPP e, investigar as possibilidades funcionalistas do Fundo de Previdência Previdenciária (FPP), particularmente o Fundo de Garantia Previdenciária, para testar as possibilidades das contas de *stock* e a conta de transferência do depósito para o Fundo de Auxílio Social e Promoção do Trabalho (FASPT). A possibilidade de fontes de financiamento endógenas e constantes – FGP e FASPT-, segundo o economista brasileiro Ignácio Rangel e a economista luso-brasileira Maria da Conceição Tavares, são o grande obstáculo para o crescimento perene das economias latino-americanas. O SUPP, surge como alternativa ao desemprego estrutural imposto aos trabalhadores latino-americanos, diante do cenário de medo e terror do desemprego e das precarizações moldadas pela escassez de capital para investimento produtivo.

Estudar os meios possíveis para reestruturar o sistema cooperativo segundo as idealizações de Charles Gide e António Sérgio visa buscar alternativas cooperativas para promover o trabalho formal e o aumento da massa salarial como vetor de garantia de equilíbrio financeiro para a previdência via realimentação tributária. A escolha da península Ibérica se justifica, pelo gargalo demográfico (baixa mortalidade e baixa natalidade) da região e pelo alto grau de industrialização e capital humano, e a presença nesta região dos casos exemplares como a cooperativa Mondragon espanhola. Portugal e Espanha configuram-se como o ambiente ideal para a segunda fase da investigação, seguindo a orientação doutrinária de António Sérgio, Rui Namorado, Charles Gide, Marcel Mauss e Alberto Pasqualine, explorando as possibilidades do setor do *social business*

REFERÊNCIAS

ARTIGOS

- Agar Corbinos, L. (2015). *Migraciones externas en Chile: bases históricas de un fenómeno complejo* (External migrations in Chile: historical bases of a complex phenomenon). Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2722086 Acesso em 10/05/2020.
- Arriaga, E. E. (1984). *Measuring and explaining the change in life expectancy – demographyc –* Center for International Research, U. S. Bureau of the Census, Washington, DC. 2023 – Vol. 21, N. 1, February 1984. Disponível em <https://u.demog.berkeley.edu/~jrw/Biblio/Eprints/%20A-C/arriaga.1984.pdf>. Acesso em 10/03/2020.
- Banco Mundial – *Relatório de pesquisa – Averting the Old Age Crisis, police to protect the old and promote growth*. Disponível em <http://documentos.bancomundial.-org/curated/es/973571468174557899/pdf/multi-page.pdf>.
- Barroso Leite, C. (1996). *Dicionário enciclopédico de previdência social*. São Paulo; Ed. Ltr.b
- Biblioteca Nacional de Chile (2020). *A revolução copiana de 1859, Memoria Chilena*. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95553.html>: Acesso em 12/06/2020
- Blanqui, A. (1839). *Historia de la economía política en Europa desde los tiempos antiguos hasta nuestros días*. (Carasa, J., Trad.), Madrid: Imprenta de Don Nicola Arias. Disponível em <https://ia800206.us.archive.org/18/items/historiadelaecon00blan/historiadelaecon00blan.pdf>. Acesso em 10/01/2020.
- Bueno, E. et al. (2002). *Pau-Brasil*. São Paulo: Axis Mundi editora.
- Cambois, E., & Robine, J. M. (2001). *Apport des indicateurs d'espérance de vie sans incapacité à l'étude des inégalités sociales de santé contribution of disability-free life expectancy to the study of social inequalities in health*. Artigo científico publicado na *Revista Santé*, vol. 13, n. 2, p. 137-149, Jan. 2001. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/250299425.pdf>. Acesso em 20/03/2020.
- Cerqueira, C., & Givisiez, G. (2004). *Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira*. Artigo científico publicado em https://www.researchgate.net/publication/319914114_CONCEITOS_BASICOS_EM_DEMOGRAFIA_E_DINAMICA_DEMOGRAFICA_BRASILEIRA/citation/download. Acesso em 20/03/2020.
- Correa, S. (1985). *Algunos antecedentes históricos del proyecto neoliberal en Chile (1955-1958)*. Disponível em <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/146089>.
- Figliuoli, L., et al. (2018). *Growing pains: is Latin America prepared for population aging?* Washington, DC: Fundo Monetário Internacional. Disponível em www.elibrary.imf.org. Acesso em 25/03/2020.
- Flisfisch, A. (1982). *El neoliberalismo en Chile, las funciones del dogmatismo*. Santiago del Chile: Programa Flasco.

- Hujo, K. (1999). *Novos paradigmas na previdência social: Lições do Chile e da Argentina*. Revista PPP, 19. Recuperado de <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/16>.
- Izerrougene, B. (2009). *A macroeconomia da previdência social*. Artigo científico publicado na *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 31-46, jan./abr. Disponível em www.scielo.br/pdf/rec/v13n1/02.pdf. Acesso em 20/03/2018.
- Kane, H., & Palacios, R. (1996). *A dívida implícita previdenciária*. *Finanças & Desenvolvimento*, 16(2), 34-37. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fdesenvolvimento/article/view/64257>. Acesso em 17/05/2020.
- Kerr, S. P., Kerr, W., Özden, Ç., & Parsons, C. (2016). *Global talent flows*. *Journal of Economic Perspectives*, 30(4), 83-106. Disponível em <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.30.4.83>. Acesso em 20/11/2019.
- Larrañaga, O. (2010). *El Estado Bienestar en Chile: 1910-2010. Documento de Trabajo, 2*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-ChileÁrea de Reducción de la Pobreza y la Desigualdad-PNUD -1 - 82
- La Salle D, & Cartoceti, G. (2019). *La seguridad social en la era digital: Cómo pueden los sistemas de seguridad social aprovechar las nuevas oportunidades y afrontar los nuevos desafíos*. Asociación Internacional de la Seguridad Social: Ginebra. Disponível em <https://www.issa.int/sites/default/files/documents/events/3-Digital%20economy-rev-264054.pdf>. Acesso em 13/03/2020.
- Lüders, R. (2012), *La Misión Klein-Saks, los Chicago Boys y la Política Económica*. Disponível em <https://ideas.repec.org/p/ioe/doctra/411.html>. Acesso em 15/05/2020.
- Mason, A. (2005). *Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries*. In: *United Nations expert group meeting on social and economic implications of changing population age structures* (Vol. 31, p. 5). Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?oi=10.1.1.365.2298&rep=rep1&type=pdf#page=95>.
- Manzano Arrondo, V. (2016). *Un psicópata llamado Homo Economicus*. *Análisis Económico*, 31 (7), 7-26. Disponível em <https://idus.us.es/handle/11441/60891>. Acesso em 26/04/2020.
- Meller, P. (2007). *110 años de desarrollo económico chileno, 1880-1990*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/280053635>. Acesso em 23/12/2019. P. 19-80.
- Modigliani, F. (1986). *Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth of Nations*. *The American Economic Review*, vol. 76, n. 3. (Jun. 1986), p. 297-313. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0002-8282%28198606%2976%3A3%3C297%3ALCITAT%3E2.0.CO%3B2-I>. Acesso em 15/02/2020.
- Mostafa, J., Valadares, A. A., Souza, M. G. P. D., Rezende, M. T., & Fontoura, N. D. O. (2017). *Previdência e gênero: porque as idades de aposentadoria de homens e mulheres devem ser diferentes?*. Repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7993/1/NT_Previdência_2017.pdf. Acesso em 15/06/2018.

- Oxford Committee for Famine Relief – Oxfam (Jan 2017). *Relatório da Oxfam Brasil, uma economia para os 99%*. Recuperado de <https://oxfam.org.br/publicacoes/>.
- Palacios, R., & Whitehouse, E. (2006). *Civil-service pension schemes around the world*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/20205/903400NWP0P1320Box0385283B00PUBLIC0.pdf;sequence=1>: Acesso 16/06/2019.
- Palma, J. G. (2019). *Desindustrialización, desindustrialización “prematura” y “síndrome holandés”*. *El Trimestre Económico*, 86(344), 901-966. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-718X2019000400901. Acesso em 12/02/2020.
- Ruiz-Tagle Venero, J. (1999). *Chile: 40 años de desigualdad de ingresos*. Disponível em <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/146040/Chile-40-anos.pdf?sequence=1>. Acesso em 10/04/2020.
- Wagner, G. (1990). *La seguridad social y el programa de pensión mínima garantizada*. Disponível em <https://repositorio.uc.cl/xmlui/bitstream/handle/11534/4727/000081302.pdf>. Acesso em 12/11/2018. p. 33-91.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

- XXV.1, resolução 217 A(III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 10/12/1948. Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 08/11/2017.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- Constituição de Atenas – Aristóteles (Trad, 2014). *A constituição dos atenienses de Aristóteles* (Costa A. S., Trad.). Editora Casa Mandarino. Disponível em abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-constituicao-de-Atenas.pdf. Acesso em 12/02/2020.
- Cooperativismo de Crédito na Espanha – O caso de Mondragón, na Espanha. Portal do Cooperativismo Financeiro. Disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br>. Acesso em 10/06/2017.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU. Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 06/11/2018.
- Government Offices of Sweden. *Ministry of Health and Social Affairs*. Recuperado de <https://www.government.se/government-of-sweden/ministry-of-health-and-social-affairs/>.
- OIT (2017). *Estimaciones mundiales sobre la esclavitud moderna: Trabajo forzoso y matrimonio forzoso*. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2017. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/publication/wcms_651915.pdf.
- ONU (1955). *Demographic Yearbook – Annuaire Demographique – Statistical Office of the United Nations Department of Economic and Social Affairs*. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/products/dyb/dybsets/1955%20DYB.pdf>. Acesso em 10/04/2020.
- Organização Internacional do Trabalho – *Informe Mundial sobre la Protección Social (2017-2019)*. La protección social universal para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2017. Disponível em https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_605075/lang-es/index.htm. Acesso em 12/11/2018.

LIVROS

- Amaral J. F., Serra, A. A., & Estevão, J. (2016). *Economia do crescimento*. 2. ed. Lisboa: Almedina.
- Antunes, R. (2013). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão, o novo proletário dos serviços digitais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Araujo et all (2021) *A Economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*, São Paulo: Ed. Hucitec
- Aristóteles (2018). *Aristóteles: Ética a Nicômaco* (Castro Caeiro, A. Trad.) Lisboa: Ed. Quetzal.
- Aristóteles (2019). *Política*. 3. Ed. (Amaral, A. C., & Gomes, C. C. Trad.). Lisboa: Ed. Vega.
- Aron, R., & Cavalcanti, M. (1991). *Estudos sociológicos*. Bertrand Brasil.
- Ashton, T. S. (1997). *A revolução industrial 1760-1830*. Lisboa: Ed. Europa-América.
- Atkinson, A. B. (2015). *Desigualdade: o que pode ser feito?* (Câmara, E., Trad.). São Paulo: Leya.
- Balera, W. (2003) *Reforma da previdência, parecer*. São Paulo: Associação Paulista do Ministério Público.
- Bairoch, P. (2001) *Mitos e paradoxos da história económica*, Lisboa: Editora Terramar
- Bell J. (2008). Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais, 4 Ed, Trad. Magda França Lopes, Porto Alegre: Ed. Artmed.
- Bourdieu, P. (2016) *A miséria do mundo* (Soares Azevedo, Matheus S., Trad) São Paulo: Vozes
- Bourdieu, P. (2014) *Sobre o Estado* (Freire de Aguiar. R, Trad) São Paulo: Companhia das Letras
- Bambirra, V. (2019). *O capitalismo dependente latino-americano* (Correa Prado, F., & Machado Gouveia, M.) Florianópolis: Ed Insular.
- Barr, N. (2001). *The welfare state as piggy bank, information, risk, uncertainty, and the role of the state*. New York: Oxford University press inc.
- Barr, N. (2004). *Economics of the welfare state*. 4. ed. New York: Oxford University.
- Black, A. (2017). *Guild & State: European political thought from the twelfth century to the present*. New York: Routledge.
- Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos* (C. N. Coutinho, Trad). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bobbio, N., Matteuci, & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*, Vol. 1, Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini, Brasília: Ed. UnB.
- Bonavides, P. (2001). *Do Estado liberal ao Estado social*. 7. ed. São Paulo: Malheiros.
- Brasseul, J. (2014). *História económica do mundo; das origens aos subprimes*. 2. ed. Lisboa: Edições Textos & Grafia.

- Braudel, F. (1998). *Memórias do mediterrâneo. Pré-história e antiguidade*. Trad Teresa Antunes Cardoso et al. Lisboa: Terramar.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (Antunes Marino, M., & Altheman C. Santos, E. Trad.). São Paulo: Ed. Politéia.
- Cassese, S. (2010). *A crise do Estado* (Paschoal Moreira, I., & Landucci Ortale, F., Trad.). Campinas: Ed. Saberes.
- Castells, M. Himanen, P. (2007). *A sociedade da informação e o Estado providência: o modelo finlandês*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, E. A., Martins, J. M. & Silva, J. C. (2015). *A demografia e o país; previsões cristalinas sem bola de cristal*. Lisboa: Editora Gadiva.
- Champ, B., & Freeman, S. (2010) *Modelização de economias monetárias* (Lopes, J. M., Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chang, H. J. (2004). *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (L. A. O. Araujo, Trad.). São Paulo: UNESP.
- Chang, H. J. (2015). *Economia: Modo de usar. Um guia básico para os principais conceitos econômicos* (I. M. Lando, & R. Galindo, Trad.). São Paulo: Portfolio Penguin.
- Chomsky, N. (2017). *Quem manda no mundo?* Trad. Renato Marques, São Paulo: Crítica.
- Correa de Lacerda, A., et al. (2018). *Economia Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação.
- Deaton, A. (2017). *A grande saída: Saúde, riqueza, e as origens da desigualdade* (Levy, M., Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Dobb, M. (1973). *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith* (Trad. port.). Lisboa: Presença.
- Dobb, M. (1977). *A evolução do capitalismo* (Blacheyre, A., Trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dowbor, L. (2018). *A era do capital improdutivo: A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária.
- Drucker, P. (1993). *Sociedade pós-capitalista* (Jesuino M. F., Trad.). Lisboa: Actual.
- Duménil, G., Löwy, M. & Renault, E. (2014). *Las 100 palabras del Marxismo* (Madariaga, J., Trad.). Madrid: Ediciones Akai.
- Durkheim, E. (2019). *Da divisão do trabalho social* (Brandão, E., Trad). São Paulo: Martins Fontes.
- Eichengreen, B. (2012). *A globalização do capital; uma história do sistema monetário internacional*. 2. ed. (Blum, S., Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Engels, F. (2017). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: Segundo observações do autor e fontes autênticas* (Schumann, B. A., Trad). São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. (2018). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Konder, L., Trad). 3. ed. Rio de Janeiro: Viva Livros.
- Fagnani, E. (2008). *Previdência social: como incluir os excluídos? Uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda*. Campinas: LTr.
- Fagnani, E. (2019). *Previdência o debate desonesto: Subsídios para a ação social e parlamentar, pontos inaceitáveis na reforma de Bolsonaro*. São Paulo: Contracorrente.

- Faulkner, N. (2020). *Uma história radical do mundo* (Duarte, P. E., Trad). Lisboa: Edições 70.
- Fausto, B. (2012). *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp.
- Felber, C. (2017). *A economia do bem comum* (Cardoso, J., Trad.). Lisboa: Presença.
- Fernandes, A. A. (2008). *Questões demográficas, demografia e sociologia das populações*. Lisboa: Colibri.
- Fernandes Breia, A., Nuno Mata, M., & Morais Pereira, V. (2014). *Análise económica e financeira: Aspetos teóricos e casos práticos*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Gunder Frank, A. (1976). *Capitalismo y genocidio económico: Carta abierta a la Escuela de Economía de Chicago a propósito de su intervención en Chile*. Madrid: Zero.
- Furtado, C. (1976). *A economia latino-americana*. São Paulo: São Paulo: Editora Nacional.
- Furtado, C. (1999). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, C. (2003). *Formação econômica do Brasil* (32. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Galbraith, J. K. (1989). *Pensamento econômico em perspectiva: Uma história crítica* (Malferrari, C. A., Trad). São Paulo: Pioneira.
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e Solidariedade: Uma história da Economia Social*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Gastaldi, J. P. (2003). *Elementos de economia política*. São Paulo: Saraiva.
- Gide, C. & Rist, C. (1941). *História das doutrinas econômicas; desde os fisiocratas até aos nossos dias* (Salgueiro, Trad.). Rio de Janeiro: Alba.
- Gisbert, B. A. (2003). *Lecciones de Hacienda Pública I: el papel del sector público*. 3. ed. Madrid: Ed. Colex.
- Graeber, D. (2016). *Dívida: os primeiros 5.000 anos* (Bettoni, R., Trad.). São Paulo: Três Estrelas.
- Gray, J. (1999). *Falso amanhecer: Os equívocos do capitalismo global* (Altman M., Trad.). São Paulo: Record.
- Guilluy, C. (2020). *O fim da classe média, a fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constroi sociedades*, 1 ed, (Bonrruquer, A. Trad), Rio de Janeiro: Record
- Han, B. C. (2015). *Psicopolítica* (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.
- Harvey, D. (2015). *Breve história del neoliberalismo*. Madrid: Ed Akal.
- Hauser, A. (1989). *História Social da Arte e da Cultura* (Mendes, B., Souza, A., & Candeias, A. Trad.). Vol. III. Lisboa: Ed. Vega Estante.
- Hayek, F. V. (2018). *O caminho para a servidão* (Amaral, M., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Hegel, G. W. F. (Trad. 2018). *O sistema de vida ética* (Morão, A., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Huberman, L. (2012). *História da Riqueza do Homem* (Dutra, W., Trad.). 22. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Jackson, T. (2013). *Prosperidade sem crescimento: Economia para um planeta finito* (Cortesão, F., Trad.). Lisboa: Ed. Tinta da China.

- Jellinek, G. (2000). *Teoria general del Estado* (De Los Rios, F., Trad.). Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Jonas, H. (1979). *O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Jones, C. I., & Vollrath, D. (2015). *Introdução à teoria do crescimento econômico* (Assim Serra, C., Trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Jonker J., Pennik B., e Morgado., P., M. (2018) *Metodologia de investigação em ciências económicas: um guia conciso para estudantes de mesgrado e doutoramento*,Coimbra: Ed Actual.
- Kalecki, M. (1977). *Crescimento e ciclos das economias capitalista* (Miglioli, J., Trad.). São Paulo: Hucitec.
- Kant, I. (2011). *Fundamentação da metafísica dos costumes* (Quintela, P., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Keynes, J. M. (2009). *A grande crise e outros textos*. Lisboa: Ed. Relógio D'Água.
- Keynes, J. M. (2010). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (Resende, M., Trad.). Lisboa: Ed. Relógio D'Água.
- Keynes, J. M. & Kalechi, M. (1978). *Inflação e deflação/Teoria dinâmica econômica* (Kuntz, R., Trad.). São Paulo: Abril Cultural.
- Kitchen, M. (2013). *História alemã moderna de 1800 aos dias de hoje* (Duarte C. G., Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Krugman, P. (2010). *A consciência de um liberal* (Kappaun, A. O., Trad.). Rio de Janeiro: Record.
- Krugman, P., Obstfeld, M., & Melitz M. J. (2015). *Economia Internacional* (Perrotti Garcia, A. J., Trad.). São Paulo: Pearson Education Brasil.
- Krugman P., & Wells, R. (2007). *Introdução à economia* (Hoffmann, H., Trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kuczynski, J. (1974). *Pequena História da Economia: A economia, das origens até hoje* (Silva, P, Trad.). Havana: Editorial de Ciências Sociais.
- Laércio, D. (Trad., 2008). *Vida de filósofos ilustres* (Sainz Ortiz, J., Trad del griego). Barcelona: Ediciones Omega.
- Lagoarde-Segot, T. (2014). *As finanças solidárias: Um humanismo econômico* (Rego, J. G., Trad.). Lisboa: Piaget.
- Levinas, E. (2018). *Ética e infinito* (Gama, J., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Lima, V., & Paredes, R. D. (2007). *The dynamics of the labor markets in Chile: Estudios de Economía*, 34(2), 163-183.
- Limonic, F. (2009). *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à grande depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Limonic, F., Palomanes Martinho, F. C. et al. (2009). *A grande depressão: Política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- List, F. (Trad. 2006). *Sistema nacional da economia política* (Sousa Ferreira, E., & Ferreira, K. P., Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Lopes da Silva, M., L. (2012) *Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Massa de Campos, S. (2021) *A desconstrução da Petrobras, um crime de lesa-pátria*. Petrópolis: Ed Vozes.
- Máiz, R. (2018). *Nacionalismo y federalismo: Una aproximación desde lá teoría política*. Madrid: Siglo XXI.
- Martin, F. (2016). *Dinheiro: Uma biografia não autorizada, da cunhagem à criptomoeda* (Fontenelle, A., Trad.). São Paulo: Portfolio Pinguin Editora.
- Mantoux, P. (1957). *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec.
- Martinez, P. S. (1995). *Economia política*. 6. ed. Coimbra: Almedina.
- Martins, S. P. (2013). *Fundamentos de direito da seguridade social*. São Paulo: Atlas.
- Marini, M. R. (Trad 2019). *O reformismo e a contrarrevolução: Estudos sobre o Chile* (Breda Moura, D., Trad.). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (Trad. 2008). *Crítica à economia política*. 2. ed. (Florestan, F., Trad.). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx K. & Engels, F. (Trad. 1997). *Manifesto do partido comunista*. 5. ed. (Barata Moura, J., Trad.). Lisboa: Avante.
- Marx, K. & Engels, F. (Trad 2007). *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas – 1845-1846* (Enderle, R., Schneider, N., & Cavini Martorano, L., Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2018) *O Capital - edição popular*, Coimbra: Ed 70.
- Martinez, P. S. (1995). Manual de Economia Política, 2.ª Edição (Reimpressão). Coimbra Almedina.
- Mason, P. (2017). *Pós-capitalismo: Um guia para o nosso futuro* (Couto, J. G., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mauss, M. (2017). *Ensaio sobre a dádiva* (Marques, A. F., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Meadows, H. D. et al. (1978). *Limites do crescimento um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade* (2. ed., I. M. F. Litto, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Minsky, H. (2013). *Estabilizando uma economia estável* (Alves da Silva, J. M., Trad.). São Paulo: Novo Século.
- Minsky, H. (2013-2). *Ending poverty: Jobs, not welfare*. New York: Levy Economics Institute.
- Moniz Bandeira, L. A. (2009). *Fórmula para o caos: A CIA e o outro 11 de setembro – a queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Lisboa: Tribuna da História.
- Morujão, C. A. V., & Oliveira, C. (2010). *A ideia de Europa de Kant a Hegel*. Lisboa: Universidade Católica.
- Monteys, M. (2005). *Geografia universal: Grande atlas do século XX* (Carneiro, I., Trad.). Lisboa: De Agostini.

- Morin, E., Motta, R., & Roger Ciurana, E. (2003). *Educar par a era planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem e incerteza humana*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Murteira, M. C. (2011). *O essencial à economia das pensões*. Coimbra: Angelus.
- Musgrave, R. A., & Musgrave, P. B. (1980). *Finanças Públicas: Teoria e Prática* (Primo Braga, C, A., Trad.). São Paulo: Campus.
- Nabais C., & Ferreira V. R. (2012). *Macroeconomia: Lições e exercícios*. Lisboa: Lidel Ed. Técnicas.
- Namorado, R. (2013). *O mistério do cooperativismo: Da cooperação ao movimento cooperativo*. Coimbra: Almedina
- Neves, L. (1996). *Direito da Segurança Social: Princípios fundamentais numa análise prospectiva*. Coimbra: Coimbra Ed.
- Nisbet, R. (1980). *História da ideia de progresso* (Collor Jobim, L. J., Trad.). Brasília: UnB.
- Norbert, E. (2006). *O processo civilizacional, investigações sociogenéticas e psicogenéticas* (Rodrigues, L. C., Trad.). Lisboa: Dom Quixote.
- Nozick, R. (2019). *Anarquia, Estado e Utopia* (Guerreiro, V. Smith, A., & das Nações, A. R. – 2001, Fundação Calouste Gulbenkian, Trad.). Lisboa: Almedina.
- Ortiz Mena, A. (1998). *El desarrollo estabilizador: Reflexiones sobre una época*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Pasqualini, A. (1958). *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Pegoraro, O. (1995). *Ética é justiça*. 5. ed. Petrópolis: Ed Vozes.
- Patrão Neves, M. C., & Bagão Félix, A., org. (2017). *Ética aplicada: Proteção social*. Lisboa: Edições 70.
- Pereira Coutinho, C. (2018). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. 2. ed. Coimbra: Almedina.
- Pinho M. (2019). *Macroeconomia: Teoria e prática simplificada*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinho M. (2018b). *Microeconomia: Teoria e prática simplificada*. 4. ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI* (M. B. Bolle, Trad.). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Piketty, T. (2019). *Capital e ideologia* (Fuentes, D., Trad.). Barcelona: Deusto.
- Pinto Martins, S. (2009). *Direito da seguridade social*. 27. ed. São Paulo: Atlas.
- Pinto Martins, S. (2013). *Fundamentos de Direito da seguridade social*. 14. ed. São Paulo: Atlas.
- Pirenne, H. (1963). *História econômica e social da idade média* (Gomes da Costa, L., Trad.). 4. ed. São Paulo: Mestre Jou.
- Polanyi, K. (2012). *A Grande Transformação: História e Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Popper, R. K. (1980). *A miséria do historicismo* (Da Mota, Octani S, e Hegenberg, L., Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Popper, K. (2018). *Conjunturas e refutações* (Bettencourt, B., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Reynaert, F. (2018). *A grande história do mundo* (Barata Feyo, J. M., Trad.). 2. ed. Lisboa: Clube do Autor.

- Ricardo, D. (2015). *Princípios da economia política e de tributação* (Ferreira, M. A., Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ricoeur, P. (2020). *Filosofia, ética e política e de tributação* (Ferreira, M. A., Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodríguez Weber, J. E. (2018). *Desarrollo y desigualdad en Chile (1850-2009)*. Santiago do Chile: LOM Ediciones.
- Rosanvallon, P. (2002). *O liberalismo econômico: História da idéia de mercado* (Penalves Rocha, A.). Bauru: Ed. EDUSC.
- Rosenzweig, F. (2008). *Hegel e o Estado* (Timm de Souza, R., Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Roubini, N., & Mihm, S. (2010). *A economia das crises: Um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional* (Araújo, C., Trad.). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Rousseau, J.-J. (2011). *Discurso sobre la economía política* (Vélez, F., Trad.). Madrid: Maia Ediciones.
- Rudio, V. F. (2015) *Introdução ao projeto de pesquisa científica, Petrópolis*: Ed Vozes.
- Santa Cruz, A. P. (1959). *Chile: Un caso de desarrollo frustrado*. Santiago de Chile: Ed. Universitaria S.A.
- Santos, A. R. (2004). *Ética: Caminhos da realização humana*. 4. ed. São Paulo: Ave Maria.
- Santos, M. (2012). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.
- Scheidel, W. (2017). *A violência e a história da desigualdade, da idade da pedra ao século XXI* (Araújo, J., Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Schumacher, F. (1979). *O negócio é ser pequeno: Um estudo econômico que leva em conta as pessoas* (Alves Velho, O., Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Searle, J. R. (2019). *Da realidade física à realidade humana* (Moura Soares, D., Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Sedláček T. (2018). *A economia do bem e do mal: Em busca do sentido da economia de Gilgamesh a Wall Street* (Silva, L. F., Trad.). Coimbra: Actual.
- Sérgio, A. (1960). *O cooperativismo: objectivos e modalidades*. Porto: Distribuído por Centrocoope.
- Simmel, G. (2013). *Psicologia do dinheiro* (Morão, A., Trad.). Lisboa: Texto e Grafia.
- Simões Lopes, A., & Pontes, J. P. (2010). *Introdução à economia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Singer P. (2001). *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto.
- Smith, A. (1950). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 6. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Stiglitz, J. (2013). *O preço da desigualdade* (D. Pires, Trad.). Lisboa: Bertrand.
- Steger M., & Roy, R. (2010). *Introdução ao neoliberalismo* (P. E. Duarte, Trad.). Lisboa: Conjuntura.
- Suplicy E. M. (2013). *Renda de cidadania: A saída é pela porta* (7. ed.). São Paulo: Cortez.
- Sweezy, P. M. (1985). *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 6. ed. (Dutra, W., Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

- Taylor, C. (2014). *Hegel: Sistema, método e estrutura*. São Paulo: Realizações.
- Todd, E. (2018). *Onde estamos, uma outra visão da história humana* (Lopes Cardoso, A., Trad.). Lisboa: Temas e Debates.
- Uran Azaña, M. Y. S. et al. (2017). *Derecho de la seguridad social*. Lisboa: Juruá.
- Vaistman, M. (1968). *Quanto custou Brasília*. Rio de Janeiro: Editora PS.
- Parijs, V. P., & Arnsperger, C. (2002). *Ética econômica e social* (Esteves, A. J., Trad.). Porto: Afrontamento.
- Veblen, T. (2018). *A teoria da classe do lazer: Um estudo econômico das instituições* (Xavier, P., Trad.). Coimbra: Actual.
- Vico, G. (Trad. 2005). *Ciência Nova* (Vaz de Carvalho, A., Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zaneti, H. (2017) *O complô, como o sistema financeiro e seus agentes políticos sequestraram a economia brasileira*, Brasília: ed Verbena,
- Wallerstein, I. (2002). *Após o liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo* (Rosenbusch, R. A., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Wedy, G. (2018). *Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: Um direito fundamental*. São Paulo: Saraiva Educação.
- Wilkinson, R., & Pickett, K. (2015). *O nível, porque uma sociedade igualitária é melhor para todos* (Tombini, M. Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Williams, E. (2016). *Capitalismo & escravidão* (Bottmann, D., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Zapatta, F. (1997). *Mitos y realidades del sistema privado de Fondos de Pensiones en Chile (AFP)*. Santiago de Chile: Lom Ediciones.

LIVROS ELETRÔNICOS

- Arellano, J. P. (1985). *Políticas sociales y desarrollo: Chile, 1924-1984*. Santiago de Chile Cieplan. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-73389.html>. Acesso em 13/03/2019.
- Cardoso, F. G. (2019). *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*. Paco Editorial. Ebook.
- Cruz, M. (2014). *Thorstein Veblen: o Teórico da Economia Moderna, Teoria Econômica, Psique e Estética da Ordem Patriarcal*. Disponível em <https://sites.google.com/site/murillocruzfilho/home/thorstein-veblen—o-teorico-da-economia-moderna>. Acesso em 10 dez. 2015.
- Díaz, R., Lüders, R., & Wagner, G. (2016). *Chile 1810-2010, La República em cifras – Historical statistics*. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em www.priberam.pt/dlpo/. Acesso em 28/01/2020.
- Dussel, E. (2011). *Filosofía de la liberación*.1 de elet. Fondo de cultura económica. Ebook
- Egaña, L. (2000). *La educación primaria popular en Chile en el siglo XIX: Una práctica de política estatal*. Santiago, DIBAM, PIIE, LOM Ediciones, Centro de Investigaciones Diego Barros

- Arana. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8871.html>. Acesso em 17/11/2018.
- Etzioni, A. (1993). *The spirit of community: Rights, responsibilities, and the communitarian agenda*. Crown. Ebook.
- Fitoussi, J. P., Sen, A. K., & Stiglitz, J. E. (2011). *Mismeasuring Our Lives: Why GDP Doesn't Add Up*. The report by the commission on the measurement of economic performance and social progress. New York/London: The New Press.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp. Disponível <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/11.-Pedagogia-da-Indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 10/09/2020.
- French-Davis, R. (2018). *Reformas económicas en Chile 1973-2017*. Santiago de Chile: Taurus. Ebook
- Friedman, M. (2014). *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: LTC. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/MILTON%20FRIEDMAN/Capitalismo%20e%20Liberdade%20-%20Milton%20Friedman.pdf>. Acesso em 12/02/2014.
- Galbraith, J. K. (2008). *The predator state: How conservatives abandoned the free market and why liberals should too*. Simon and Schuster.
- Gide, C. (1907). *Economie sociale*. Larose & Tenin. Ebook. Disponível em <https://www.kobo.com/pt/pt/ebook/economie-sociale-3>. Acesso em 28/09/2020.
- Gazmuri, C. (2012). *História de Chile 1891-1994: Política, economia, sociedade, cultura, vida privada, episódios*. Santiago de Chile: Ril Editores.
- Hesíodo (2012). *Os trabalhos e os dias* (Rolim de Moura, A., Trad.). Curitiba: Segesta.
- Hinkelammert, F. J. (2013). *Crítica da razão utópica* (Salej Higgins, Trad.). Chapecó: Argos-Unichapecó.
- Hormazábal Sánchez, L. (2012). *El Gran Engaño: 30 años del sistema de AFP*. Instituto de Asuntos Públicos, Universidad de Chile. Disponível em http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/123554/gran_engano.pdf?sequence=1. Acesso em 15/06/2020.
- Jeanet, T., & Wioland-Sahabana, AM., (2013) *La economía social y solidaria, una respuesta a los desafíos internacionales* – Mont Blanc: La manuscrit recherche
- Japiassu, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf. Acesso em 12/11/2019.
- Mendes Pereira, J. M. (2010). *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ebook.
- Pigou, A. C. (1932). *Economics of welfare*. London: Macmillan and Co. Recuperado de http://files.libertyfund.org/files/1410/Pigou_0316.pdf. Acesso em 08/09/2013.
- Plamondon, P., Drouin, A., Binet, G., Cichon, M., McGillivray, W., Bédard, M., & Perez-Montas, H. (2011). *Prática atuarial na previdência social*. Edição e distribuição: Ministério da

- Previdência Social, 88. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/2011/11/colecao-previdencia-social-tecnicas-atuariais-sao-apresentadas-em-publicacao/>. Acesso em 08/09/2013.
- Portal, L. L. (2011). El derecho del trabajo chileno durante el siglo XX. *Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social*, vol. 2. n. 4, p. 109-142. Disponível em <https://revistatrabajo.uchile.cl/index.php/RDTSS/index>. Acesso em 12/10/2020.
- Sepúlveda, A. (2018). *Breve Historia de Chile: de la última glaciación a la última revolución*. Penguin Random House. Ebook.
- Slobodian, Q. (2021). *Globalistas, el fin de los imperios y el nacimiento del neoliberalismo* (Zumalacárregui Martínez, P., Trad), Madrid: Capitan Swing Libros Ebook.
- Solimano, A. (2017). *Pensiones a la chilena*. Santiago de Chile: Catalonia. Ebook Amazon.
- Parijs, V. P. (2003). *What's wrong with a free lunch?* Boston: Beacon Press. Ebook.
- Volpiceli Alves, W. (2015). *Uma breve história das crises econômicas*. Ebook: Amazon.
- Thompson, L. (2000). *Mais velha e mais sábia: a economia do sistema previdenciário*. Brasília: MPAS – série Previdência Social coleções.

REVISTAS ELETRÔNICAS

- Baer, W., & Maloney, W. (1997). *Neoliberalism and income distribution in Latin America*. *World Development*, 25(3), 311-327. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X96001167>. Acesso em 15/06/2019.
- Reis, E. A., & Reis, I. A. (2002). Análise descritiva de dados. *Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG*, 1. Disponível em <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em 12/10/2018.
- Bercovici, G. (2004). *Constituição e política: Uma relação difícil*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 61, 5-24. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/250984071_Constituicao_e_politica_uma_relacao_dificil. Acesso em 12/03/2019.
- Campos, R. C., López, A., Niembro, A., Ramos, D., Tosoni, G. A., Marquetti, A., ... & Sánchez-Mangas, R. (2014). *Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011*. *Revista CEPAL*, 113, Chile: Publicaciones CEPAL-ONU. p. 43-61.
- Cecile-Robert, A. (2021) *O desaparecimento do debate: não há democracia sem verdade, não há verdade sem diálogo*. Le Monde Diplomatique. Brasil – 11.
- Cerda, R. (2006). *Pensiones en Chile: ¿Qué hubiese ocurrido sin la reforma de 1981?* (n. 310). Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Economía. Disponível em http://www.economia.uc.cl/docs/dt_310.pdf. Acesso em 30/06/2020.
- Chackiel, J. (2004). *La dinámica demográfica en América Latina*. Santiago do Chile: Cepal. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7190/s045328_es.pdf?sequence=1. Acesso em 12/06/2020.
- Corbo, V., & Schmidt-Hebbel, K. (2003). *Efectos macroeconómicos de la reforma de pensiones en Chile. Resultados y desafíos de las reformas a las pensiones, 259-351*. Disponível em

- em https://www.researchgate.net/profile/Klaus_Schmidt-Hebbel/publication/242412622_Efectos_Macroeconomicos_de_La_Reforma_de_Pensiones_en_Chile/links/54a0bec50cf257a636021aef/Efectos-Macroeconomicos-de-La-Reforma-de-Pensiones-en-Chile.pdf. Acesso em 12/9/2020.
- Corrêa, M. (1981). *Repensando a família patriarcal brasileira*. Cadernos de pesquisa, (37), 5-16.
- de Oliveira Gonçalves, F., de Almeida, A. T. C., & dos Santos Barbosa, G. *Efetividade dos incentivos fiscais à indústria sobre o volume de empregos e a massa salarial: um estudo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba*. Disponível em <http://www.anpec.org.br/novosite/br/xxiii-encontro-regional-de-economia-artigos-selecionados>. Acesso em 15/06/2020.
- Costa, E. R. (2007). *Sistemas Previdenciários Estrangeiros: análise das reformas estruturais de previdência complementar*. Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, 34(3), 405-422.
- Diamond, P. (1993). *Privatization of social security: Lessons from Chile* (No. w4510). National Bureau of Economic Research. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w4510/w4510.pdf. Acesso em 25/06/2019.
- Foxley, A., & Raczynski, D. (1984). *Grupos Vulneráveis em Situações de Recessão. Estudos Econômicos (São Paulo), 14(Especial), 469-503*. Disponível em https://scholar.google.de/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Alejandro+Foxley+e+Dagmar+Raczynski&btnG=Acessoem 25/11/2016
- Gaudichaud, F. (2021). O desaparecimento do debate: não há democracia sem verdade, não há verdade sem diálogo. *Le Monde Diplomatique*. Brasil – 11.
- Grinberg, K. (2011). *A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)*. Revista de Índias, 71(251), 137-158. Disponível em https://scholar.google.de/scholar?start=10&q=Keila+Grinberg&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 12/01/2020.
- Hachette, D. (1998). *Ahorro privado en Chile. Latin American Journal of Economics – formerly Cuadernos de Economía, 35(104), 3-48*. Disponível em <https://ideas.repec.org/a/ioe/cuadec/v35y1998i104p3-48.html>. Acesso em 15/10/2020.
- Martínez Pizarro, J. (1998). *La transición demográfica y las diferencias sociales de la fecundidad y la mortalidad infantil en Chile* (No. 304.632 M385t). Ministerio de Planificación y Cooperación, Santiago (Chile). Proyecto Población y Pobreza para el Desarrollo de Políticas Públicas en Chile. Fondo de Población de las Naciones Unidas, Santiago (Chile).
- Mesa-Lago, C. (1990). *La seguridad social y el sector informal, Serie Investigaciones sobre empleo.32mPREALC, OIT, 1990*.
- Mesa-Lago, C. (1998). *Comparative features and performance of structural pension reforms in Latin America*. Brook. Ver. 64 ;771.

- Mesa-Lago, C. (2000). *Estudio comparativo de los costos fiscales en la transición de ocho reformas de pensiones en América Latina*. Serie Financiamento del Desarrollo, 93. Chile: Publicaciones CEPAL-ONU.
- Nogueira, J., Fernandes, C., & Leão, A. C. C. (2020). *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, ano 6 (2020), n. 1, Lisboa: Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP).
- Notestein, F. W. (1983). *Frank Notestein on population growth and economic development*. *Population and Development Review*, v. 9, n. 2, p. 345-360, 1983. Disponível em <https://www.jstor.org/stage/1973057>. Acesso em 15/12/2020.
- Öjerman, M. H. (2009). *De Bismarck a Beveridge: seguridad social para todos*. Revista Trabajo n. 67 diciembre 2009, la revista de la Organización Internacional del Trabajo, Ginebra. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/publication/wcms_122248.pdf. Acesso em 20/12/2018.
- Orair R., Hamilton C., Petrelli V., Acioly L., & Calixtre A. (2011). *Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais (2001-2011)*. Comunicador IPEA, n. 122, 01/12/2011. Brasília, Revista do IPEA.
- Ortiz, I., Durán-Valverde, F., Urban, Wodsak, V., & Yu, Z. (2019). *La reversión de la privatización de las pensiones: reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones en los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018) – ESS*. Documento de trabajo núm. 63, Departamento de Protección Social, Oficina Internacional del Trabajo. Disponível em <https://www.social-protection.org/gimi/RessourcePDF.action?id=55496>. Acesso em 20/03/2020.
- Palladino, A. C. (2010). *Introducción en la demografía*. Disponível em <https://www.med.unne.edu.ar/sitio/multimedia/imagenes/ckfinder/files/files/aps/INTRODUCCION%20A%20LA%20DEMOGRAFIA%20APS.pdf>. Acesso em 13/02/2020.
- Sojo A. (2014). *El sistema contributivo de pensiones como locus de rivalidad y de un nuevo pacto social en Chile* (Serie Políticas Sociales, Vol. 211). Chile: Publicaciones CEPAL-ONU.
- The World Bank (2018). *Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle*. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>. Acesso em 20/03/2020.
- Thompson, W. S. (1935). *Population*. *American Journal of Sociology*, May 1929, vol. 34, n. 6 (May 1929), p. 959-975. Disponível em <http://www.jstor.com/stable/2765883>. Acesso em 10/11/2020.
- Uthoff, A. (1997). *Reformas a los sistemas de pensiones, mercado de capitales y ahorro*. Revista de la Cepal, dez 1997. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12070>. Acesso em 12/12/2014.
- Uthoff, A. (2001). *La reforma del sistema de pensiones en Chile: desafíos pendientes*. Disponível em CEPAL. https://scholar.google.de/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=uthoff+2001&btnG=#d=gs_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3A8sr_JVvOzB0J%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR. Acesso em 23/05/2020.

Vargas Faulbaum, L. H. (2018). *Reformas del sistema de pensiones en Chile (1952-2008)* (Serie Políticas Sociales, vol. 229). Santiago de Chile: Publicaciones CEPAL-ONU.

TESES ACADÊMICAS

- Dávila-Fernández, M. J. (2013). *Reformando os sistemas de pensões: estudo de caso das experiencias chilenas e peruanas*. Jan. 2013. Laboratório de Economia, monografias 2012. Editors: Geovana Bertussi, Nicolas Powidayko, Regina Couto, Thais Teixeira. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Marwil_Davila-Fernandez/publication/281443853-Experiencias-Chile-e-Peruana.pdf. Acesso em 23/06/2020.
- Gentil, D. L. (2006). *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira: Análise financeira do período 1990-2005*. Tese de doutoramento – UFRJ 2006. Disponível em <http://fundacaoanfi.org.br/site/2016/08/tese-de-doutorado-a-politica-fiscal-e-a-falsa-crise-da-seguridade-social-brasileira-analise-analise-financiera-do-periodo-1990-2005/>. Acesso em 20/06/2020.
- Lambrech Plaza, K. (2011). *La distribución del ingreso en Chile: 1960-2000. Análisis del entorno*. Tese de pregrado em ingeniero comercial con mención en Economía. Disponível em <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/108054>. Acesso em 10/02/2014.
- Moreno Durán, E., & Vergara D'Avila, D. (2013). *La seguridad social en Chile: período 1924-1980*. Tesis de Licenciatura em Ciencias Sociales y Jurídicas. Disponível en <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/116234>. Acesso em 25/06/2020.
- Rangel, L. A. (2013). *A criação da previdência complementar dos servidores públicos e a instituição de um teto para os valores dos benefícios: implicações na distribuição de renda e na taxa de reposição das aposentadorias* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

APÊNDICE A – INDICADORES DEMOGRÁFICOS 1940 – 1990

Tabela 48– Indicadores demográficos de 1940 até 1990

ANO	TBN (5) *	TBM (5) *	TCN A – B	TF (4)	TR (1)	TCP	TMN (6)	TeEVN		
								Homens	Mulheres	Ambos
								H		
A	B	C	D	E	F	G	H			
1940 (2)	–	–	–	–	4,9	–	–	–	–	–
1945 (2)	–	–	–	–	4,8	–	–	–	–	–
1950 (1)	37,80	13,57	24,23	1,88	4,7	1,97%	2,82	52,65	56,69	54,58
1955 (1)	37,04	12,58	24,46	1,90	4,8	2,13%	2,9	53,89	58,94	56,31
1960 (1)	35,56	11,50	24,06	1,89	4,7	2,08%	2,81	55,49	61,24	58,25
1963 (3)	33,99	10,78	23,21	1,80	4,5	1,99%	2,70	56,88	62,84	59,75
1964 (3)	33,33	10,53	22,8	1,76	4,5	1,92%	2,74	57,34	63,37	60,25
1965 (1)	32,61	10,26	22,35	1,75	4,4	1,84%	2,65	57,81	63,91	60,76
1969 (3)	29,54	9,11	20,43	1,58	3,9	1,63%	2,32	60,18	66,50	63,26
1970 (1)	28,82	8,82	20	1,54	3,8	1,62%	2,26	60,78	67,15	63,89
1971 (3)	28,14	8,54	19,6	1,50	3,7	1,61%	2,20	61,44	67,85	64,57
1973 (3)	26,88	7,99	18,89	1,42	3,4	1,58%	1,98	62,76	69,27	65,95
1975 (1)	25,78	7,48	18,3	1,35	3,2	1,55%	1,85	64,09	70,69	67,33
1980 (1)	23,56	6,43	17,13	1,23	2,7	1,43%	1,47	67,20	73,90	70,53
1985 (1)	22,71	5,80	16,91	1,23	2,6	1,50%	1,37	69,51	77,21	72,68
1990 (1)	22,29	5,54	16,75	1,20	2,6	1,64%	1,4	71,12	78,66	74,22

Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com os dados das fontes a seguir: (1) UNDSA – Demographic Prospects 2019 – cálculo obtido pela média aritmética. (2) Diaz, Lüders & Wagner (2016). *Chile 1810-2010* – La República en cifras. (3) Média calculada pelo autor a partir de dados da UNDSA – DP 2019. (4) CELADE – Boletim Demográfico. (5) Knoema – Demographics – Fertility.

Tabela 49– Dados demográficos: População total e população por períodos do CV-SUPP – 1940-1990

ANO	0-19 (1)	20-44 (1)	45-59 (1)	60-85+ (1)	POPULAÇÃO TOTAL
	A	C	D	F	H
1940 (2)	–	–	–	–	5.063.000
1945 (2)	–	–	–	–	5.541.000
1950 (1)	3.222.000	2.362.000	657.000	357.000	6.598.000
1955 (1)	3.561.000	2.613.000	739.000	410.000	7.323.000
1960 (1)	3.989.000	2.837.000	826.000	479.000	8.131.000
1963 (3)	4.258.000	2.983.000	882.000	522.000	8.645.000
1964 (3)	4.348.000	3.034.000	903.000	537.000	8.822.000
1965 (1)	4.437.000	3.082.000	920.000	551.000	8.990.000
1969 (3)	4.721.000	3.276.000	1.012.000	616.000	9.625.000
1970 (1)	4.792.000	3.323.000	1.035.000	633.000	9.783.000
1971 (3)	4.822.000	3.342.000	1.109.000	670.000	9.943.000
1973 (3)	4.933.000	3.600.000	1.187.000	709.000	10.429.000
1975 (1)	4.969.000	3.669.000	1.227.000	727.000	10.592.000
1980 (1)	5.060.000	4.130.000	1.392.000	837.000	11.419.000
1985 (1)	5.094.000	4.662.000	1.510.000	991.000	12.257.000
1990 (1)	5.241.000	5.196.000	1.616.000	1.222.000	13.275.000

Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com os dados das fontes a seguir:

Fontes: (1) UNDSA – Demographics Prospects 2019 – cálculo obtido pela média aritmética.

(2) CELADE – Boletim Demográfico.

(3) Média calculada pelo autor a partir de dados da UNDSA – DP 2019.

QUADROS- SÍNTESE DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS CHILENAS

Quadro 1 – Aliquotas de contribuição previdenciária por grupos ocupacionais no Chile em 1968*

GRUPO OCUPACIONAL	TRABALHADOR	EMPREGADOR	ESTADO	TOTAL
A	B	C	D	E
Operários em geral (SUSES0)	6,5%	12,5%	2%	19%
Profissionais (EMPART)	8,5%	16,8%	5% (1)	25,3%
Funcionários Públicos (CANAEMPU)	10,5%	4,5 a 18,8%	4 a 14% (2)	15 a 29,3%
Forças Armadas	8,5%	0,5%	(3)	9%
Marinha Mercante	0 a 11,5%	10,5 a 13,8%	1 a 2% (4)	10,5 a 25%
Ferrovários do Estado	6%	6%	1,5% (5)	12 a 13,5%
Funcionários municipais	8,5% a 11,5%	12 a 30,5%	(6)	-
Bancários	10,5 a 11,5%	17,5 a 23,8%	0,25% (7)	-
Hipódromo	5,5 a 10,5%	13,8 a 18,8%	9,95(8)	19,3 a 29,3%

Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com os dados coletados nas fontes a seguir: Mesa-Lago 1978, apud Vargas Faulbaum, 2018.

* Percentagem dos rendimentos recebidos (salários + rendas extras).

(1) Fundo dos artistas.

(2) Contribuição variável, incidente sobre várias categorias, empregadores e rubricas.

(3) O Estado absorve todo o *deficit* gerado pelo pagamento das pensões.

(4) 25% dos impostos aduaneiros (importações e exportações) eram revertidos para a previdência dos agentes alfandegários.

(5) Sobre os lucros das companhias ferroviárias incidia 1,5% que revertia para a Caixa de Seguro dos Ferrovários Públicos.

(6) Dados variáveis e de difícil acesso. Segundo o autor, o município de Valparaíso paga as maiores taxas previdenciárias para seus funcionários.

(7) Contribuição de 0,25% dos bancos comerciais semestralmente é revertido para o fundo previdenciário dos bancários.

(8) Sobre todas as apostas era revertido para o fundo previdenciário dos funcionários de hipódromos.

Fonte: (1995) Arenas de Mesa, *apud* Hujó, 1999.

QUADRO 2- REFORMA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – CHILE 1981
 DECRETO LEI N.3.500- 1980

CARACTERÍSTICAS		CHILE (1981)	
A	B	C	
Caráter do seguro	Trabalhadores com vínculo – obrigatório	Obrigatório	
	Autônomos	voluntário	
Financiamento	Capitalização	Conforme contrato com as A.F.P. – capitalização com pagamento de 13,20% do rendimento	
	Repartição	Participantes do antigo sistema que não aderiram a reforma de 1981.	
	Empregador	Não contribui para o sistema	
Condições para a reforma	Tempo de contribuição	20 anos aposentadoria mínima	
	Idade mínima	Homens	65 anos
		Mulheres	60 anos
Teto do salário de contribuição		60 UFs= US\$ 1 841,00 => 1 UF = US\$ 30,70	
Taxas de reposição		– Nenhum sistema de benefício definido	
Cálculo do benefício		– Fundo individual + rendimento + eventual acréscimo (aposentadoria mínima)	
Financiamento de aposentadorias não contributivas		– Sim, após teste de necessidade – recursos tributários gerais	
Aposentadoria precoce		De acordo com fundos individuais acumulados	
Regime especial para idade avançada		Não existente	
Outros benefícios		Invalidez/viuvez – orfandade	
Regimes de aposentadoria especiais		Polícia, militares	

Fonte: (1995) Arenas de Mesa, apud Hujo, 1999.